UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE HISTÓRIA ECONÔMICA

O SOCIALISMO TENENTISTA

*Trajetória, experiência e propostas de políticas públicas e econômicas dos
socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930*

Adalberto Coutinho de Araújo Neto

VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Econômica do Departamento de
História da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de
Doutor em História.

São Paulo
2012

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE HISTÓRIA ECONÔMICA**

O SOCIALISMO TENENTISTA

*Trajetória, experiência e propostas de políticas públicas e econômicas dos
socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930*

Adalberto Coutinho de Araújo Neto

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2012

Para Luzini e Carlos
Valores incomensuráveis

Dedico este trabalho a todos os colegas e amigos
que me ajudaram das mais diversas formas e à
memória de todos que lutaram e sofreram por uma
sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos às equipes de funcionários e Aparecido Oliveira da Silva do Arquivo Público do Estado de São Paulo; aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP, a Luiz Zimbarg e à equipe de funcionários do acervo do Centro de Documentação e Memória – CEDEM – da UNESP.

Ao historiador Dainis Karepovs por sua importante contribuição na indicação de materiais, fontes em diversos momentos e atenção e conversa esclarecedora no intervalo de Congresso da ANPUH em Assis-SP.

Ao Professor Doutor Lincoln Ferreira Secco pelas valiosas indicações de leitura, pelas críticas e indicações de elementos para análise do material que se transformou neste trabalho.

Ao Professor Doutor Paulo Ribeiro da Cunha pelo debate sobre o tema e pelo incentivo no avanço deste trabalho.

À Professora Doutora Raquel Glezer por acolher e acreditar no projeto, pela liberdade de pensamento proporcionada e, ao mesmo tempo, pela exigência de rigor acadêmico e pelo aprendizado de todos esses anos, desde o mestrado até os últimos dias do doutorado. À senhora, só posso ser muito grato. Por tudo.

À Secretaria de Estado de Educação do Estado de São Paulo e Diretoria de Ensino de Sorocaba pela concessão da Bolsa Doutorado, especialmente ao supervisor Adalberto Antonio Rodrigues da Costa pela atenção e auxílio sempre que precisei.

Finalmente e, de forma alguma menos importante, agradeço a todos os meus amigos e colegas de trabalho e pessoais, bem como aos meus familiares por aturarem minha ansiedade, mau humor ocasional e dúvidas que por vezes apareciam. Bem sei que a tarefa de vocês não foi fácil, mas sem o apoio de vocês, seria muito difícil chegar ao final deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho discute a existência e definição do socialismo tenentista durante a maior parte da década de 1930, no Estado de São Paulo. Resgata e analisa a trajetória de suas organizações: o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo; a Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo e a Bandeira dos Dezoito em suas discussões, aprofundamentos político-ideológico, divergências e dissensões internas, bem como sua luta contra as oligarquias constitucionistas e contra o fascismo/integralismo. Investiga o envolvimento de personagens de classe média e de alguns militares com as classes trabalhadoras, principalmente com o operariado. Também recupera suas propostas do que hoje chamamos de políticas públicas e suas propostas de política econômica centradas no cooperativismo e intervenção do Estado.

PALAVRAS-CHAVE

Socialismo, Tenentismo, Antifascismo, Trabalho, Cooperativismo

ABSTRACT

This doctoral dissertation discusses the existence and definition of socialism lieutenant during the most of the 1930s in the São Paulo State. Recovers and analyzes the trajectory of their organizations: the Brazilian Socialist Party of São Paulo, the Civic Legion July 5th of São Paulo and the Flag of the Eighteen and their discussions, political and ideological deepening and dissensions, as well as their fight against constitutionalists oligarchies and against fascism/integralism. Investigates the involvement of the middle classes characters and some militaries with the working classes, especially with the proletariat. It also recovers their proposals of what today we call public policies and their economic policy proposals focused on cooperativism and the state intervention.

KEY-WORDS

Socialism, Lieutenants, Antifascism, Labor, Cooperativism

ABREVIATÖES

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP

AIB – AÇÃO Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

CAPS – Coligação das Associações Proletárias de Santos

CEDEM – Centro de Documentação e Memória – UNESP

CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil

CSP-SP – Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DET – Departamento Estadual do Trabalho

EFS – Estrada de Ferro Sorocabana

FOSP – Federação Operária de São Paulo

FSRSP – Federação Sindical Regional de São Paulo

IC – Internacional Comunista

IOS – Internacional Operária Socialista

IS – Internacional Socialista

LCI – Liga Comunista Internacionalista

PCB – Partido Comunista do Brasil (antes de 1962)

PD – Partido Democrático

PRP – Partido Republicano Paulista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSB-SP – Partido Socialista Brasileiro de São Paulo

SFEFS – Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana

SPR – São Paulo Railway

Sumário

<i>Introdução e Balanço Bibliográfico</i>	8
Discussões, definições e o surgimento de uma esquerda socialista tenentista no Pós-1930	8
Balanço Bibliográfico.....	13
<i>Capítulo 1</i>	41
<i>As organizações socialistas tenentistas e o contexto político e social</i>	41
1.1 O Partido Socialista Brasileiro	41
1.2 O general Waldomiro Lima e o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo	46
1.2.1 O relacionamento entre os autodenominados marxistas e os tenentistas	64
1.2.2 As eleições de 3 de maio de 1933 para a Constituinte	72
1.2.3 O Jornal O Socialista	80
1.3 A Legião Cívica 5 de Julho	88
1.4 A Bandeira dos Dezoito.....	103
<i>Capítulo 2</i>	114
<i>Conspiração, Greve e o Primeiro Aprofundamento Político-Ideológico do PSB-SP</i>	114
2.1 A Greve dos Ferroviários de Janeiro de 1934: conspiração revolucionária?	114
2.2 A Reformulação do PSB-SP	131
2.2.1 A reformulação, Luta Social e o Congresso de Janeiro de 1934	132
2.3 A trajetória do PSB-SP e a Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo	148
2.3.1 As Eleições de 1934, disputas, tenentismo, rupturas políticas e a influência trotskista no PSB-SP	154
<i>Capítulo 3</i>	176
<i>Segundo Aprofundamento Político-Ideológico: Auge e Desaparecimento do Socialismo Tenentista</i>	176
3.1 A Luta Antifascista, Sindical e Partidária e o Socialismo Tenentista	176
3.2 As disputas entre o PCB e o PSB-SP	194
3.3 Da Frente Única Antifascista à ANL.....	203
3.3.1 A criação da ANL em São Paulo: o aproveitamento das estruturas partidárias e sindicais dos socialistas tenentistas e a posição do PSB-SP	212
3.3.2 O auge da ANL paulista: as influências tenentistas e comunistas	225
3.4 O impacto da ilegalidade da ANL e a continuidade das atividades dos socialistas tenentistas até novembro de 1935.....	232
3.5 Tentativas de reaparecimento e desarticulação do socialismo tenentista em 1937	247
<i>Capítulo 4</i>	257
<i>A Economia Brasileira durante a Era Vargas e as propostas de políticas públicas dos socialistas tenentistas</i>	257
4.1 Panorama da economia brasileira durante a Era Vargas	257
4.2 As propostas de políticas públicas para a educação dos socialistas tenentistas	264
4.3 As propostas de políticas econômicas dos socialistas tenentistas e o cooperativismo: entre o idealismo e a concretude.....	271
<i>Considerações Finais</i>	299
<i>FONTES</i>	310
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	313

Introdução e Balanço Bibliográfico

Discussões, definições e o surgimento de uma esquerda socialista tenentista no Pós-1930

“Que é ‘tenentismo’?”

Do ‘O Radical’, do Rio

(...)

Completemos: - ‘Tenentismo’ é nacionalismo, é brasilidade contra regionalismo, é unidade nacional contra separatismo. É unidade de direito, de justiça e de ensino contra a pluralidade que os anarquizava. É representação política de classes contra o empirismo administrativo.

É a hegemonia racional dos técnicos contra a inexpressiva e obsoleta supremacia do democratismo abstrato e metafísico. É a negação absoluta do militarismo pela ascendência preponderante que a indústria, o comércio, a agricultura, a ciência e a religião terão em o novo regime [sic]. É o voto secreto obrigatório contra a mentira eleitoral. ‘Tenentismo’ é a guerra impiedosa contra o coronelismo obtuso, ao separatismo, ao analfabetismo, ao malarismo, ao anquilostomosismo, ao saharismo, ao sequismo do nordeste [sic]. ‘Tenentismo’ é a corrente política que sob o imperativo de pura Justiça histórica, filia a Revolução outubrista ao civilismo do grande Rui e à Reação Republicana do insigne Nilo e não apenas à Aliança Liberal. Esta foi um conglomerado político nascido do instinto de conservação de raposas politigueiras que pretenderam realizar uma falsa revolução ‘antes que o povo a fizesse’ para evitar o advento da revolução verdadeira sonhada pelo idealismo nacional. Tenentismo é a abolição completa de todo o gênero de reeleição como um dos meios eficazes de evitar o profissionalismo político”.

“(...)

‘Tenentismo’ é pois, rio-grandenses não contaminados do vírus da politicalha, sinônimo de patriotismo.

É Flores e Adalberto oferecendo a vida pela redenção da Pátria.

É Getúlio e Maurício por ela velando.

É SIQUEIRA, NEWTON, JOÃO PESSOA, OCTÁVIO CORRÊA, NELSON e PORTELLA por ela morrendo.

É ter a coragem e a dignidade de efetivar ou combater pelas armas a revolução pregada ou combatida na imprensa, na tribuna e nos cafés.

‘TENENTISMO’ É A SUPRESSÃO DO EMPRÉSTIMO EXTERNO, É O BARATEAMENTO DO DINHEIRO PELA REDUÇÃO GRADUAL DAS TAXAS DOS BANCOS, É A MORTE IMPLACÁVEL DA USURA. ‘TENENTISMO’ É A GRANDEZA E FELICIDADE DA PÁTRIA, ‘TENENTISMO’ É O BRILHO, O ESPLendor E A GLÓRIA FUTURA DO BRASIL” [sic]¹.

Há um longo debate na historiografia brasileira a respeito da trajetória do tenentismo após a vitória da Revolução de 1930, especialmente após a derrota das forças paulistas na guerra civil de 1932, conhecida como “Revolução Constitucionalista”. A maioria dos autores considera que o movimento entrou em crise, principalmente com a perspectiva da proximidade das eleições constituintes marcadas e, mesmo durante os combates da guerra civil paulista, quando os tenentes foram

¹ Boletim *Na Esquerda*, “Que é ‘tenenteismo’?” CEDEM, Fundo Lívio Xavier, Caixa 3, Pasta Diversos, s/d – provavelmente início de 1933.

enquadrados nas forças federais dentro da hierarquia militar, diferentemente do que ocorrera nos combates de outubro de 1930. A crise teria se acelerado após o Congresso Revolucionário de novembro de 1932.

Também há diversas considerações a respeito das mudanças que os tenentes experimentaram logo após a vitória revolucionária em 1930. Tendo em vista a popularidade que possuíam desde meados dos anos 1920, entre diversas camadas das classes trabalhadoras e médias urbanas, segundo Ângela Carneiro de Araújo² e Vavy Pacheco Borges³, a partir da vitória da Revolução, entre novembro e dezembro de 1930, eles começaram a organizar apoio de massa para o novo governo, no que discorda Maria C. Forjaz. Os tenentes defendiam a proposta de que o Governo Provisório se colocasse como uma ditadura revolucionária provisória.

Segundo Ângela Araújo, o projeto tenentista para a construção de um novo país começou a se esboçar com a participação de seus simpatizantes civis, basicamente através da criação do Clube 3 de Outubro. A autora destaca as fortes características nacionalistas e corporativistas do projeto, com atenção especial para a questão social do trabalho.

Para que esse projeto fosse implementado era necessária a força de um governo ditatorial, visto que as oligarquias ainda eram muito poderosas. A luta política entre elas e os tenentes se deu em torno da questão da reconstitucionalização do país. Como a Constituição de 1891 estava superada, era necessária uma nova. As eleições para a Constituinte eram oportunas para que as elites oligárquicas derrotadas voltassem ao poder federal. Essas eleições também eram úteis para que as oligarquias dissidentes que apoiaram ativamente a Revolução defendessem seus interesses e privilégios expressos pela política liberal e federalista, contra os projetos corporativistas, nacionalistas e centralizadores atribuídos aos tenentes. A disputa entre esses grupos políticos girou em torno da convocação das eleições para a Constituinte.

Entre o final de 1930 e o começo da “Revolução Constitucionalista” de São Paulo, em 9 de julho de 1932, os tenentes, que em pouco tempo começariam a ser chamados assim, tiveram destaque na política nacional, recebendo as interventorias estaduais, em substituição aos presidentes estaduais (governadores) depostos. São

² ARAÚJO, Ângela Carneiro de. *A Construção do Consentimento. Corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. S. Paulo: Edições Sociais, 1998.

³ BORGES, Vavy P. *Tenentismo e revolução brasileira*. S. Paulo: Brasiliense, 1992.

Paulo, o Estado mais rico da federação e sede do partido oligárquico contrarrevolucionário mais importante, o Partido Republicano Paulista (PRP), também ficou sob interventoria tenentista.

Os dois principais representantes do poder revolucionário em São Paulo, João Alberto, um dos tenentes que participaram no comando da Coluna Prestes, então o interventor e o ex-major da Força Pública Paulista, então comissionado general da mesma, Miguel Costa, um dos principais comandantes da Coluna, dividiram o poder. Ambos tentaram angariar apoios de massa, inclusive do proletariado. É conhecida a história da Legião Revolucionária de São Paulo, principalmente a partir do trabalho de Vavy Pacheco Borges⁴, que esteve entre se tornar uma entidade semi-fascista ou um partido semi-proletário. Acabou não seguindo qualquer das opções. João Alberto tentou, com algum êxito, se aproximar dos operários têxteis paulistanos, uma das mais numerosas categorias profissionais da capital e Miguel Costa, dos portuários santistas, muito ativos no movimento operário paulista e brasileiro.

Sobrevieram os fatos do movimento armado de 9 de julho de 1932, em São Paulo que, segundo a interpretação de João Quartim de Moraes⁵, era contrarrevolucionário. Após a derrota militar dos constitucionalistas, muitos partidários da Revolução de outubro de 1930, agrupados no Clube 3 de Outubro, resolveram fazer um Congresso Revolucionário. A essa altura, já existiam organizações tenentistas que se aproximavam, ou diziam fazê-lo, do socialismo: Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo e do Rio de Janeiro, Bandeira dos Dezoito, entre outras. Ao final do congresso, em dezembro de 1932, fundou-se o Partido Socialista Brasileiro. Embora esse partido se pretendesse nacional, acabou disperso pelos estados, como partidos social-democratas e socialistas. Somente as organizações de São Paulo e do Rio de Janeiro lograram ter alguma consistência ideológica.

Segundo Ângela Araújo, logo após a vitória da Revolução de 1930, alguns líderes socialistas reformistas que tinham destaque parlamentar, mas pouca importância no movimento operário atuante, assim como muitos sindicalistas ditos “amarelos”, ou simplesmente “economicistas”, se aproximaram do Governo Provisório de Getúlio. Esses socialistas concordavam, em geral, com a adoção de políticas sociais propostas pelo Ministério do Trabalho e queriam interferir no processo, aprofundando-o ainda

⁴ BORGES, Vavy Pacheco. *Op. cit.*

⁵ MORAES, João Quartim de, *A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna* São Paulo: Siciliano, 1994, v. 2.

mais em direção à satisfação das necessidades das classes trabalhadoras. A partir desse ponto de vista, consideravam-se revolucionários, já que apoiavam a política iniciada após a Revolução de 1930. Queriam aprofundar ainda mais o significado social e econômico da Revolução, o que os tornava revolucionários, até mais avançados que os combatentes de outubro de 1930. Contudo, ainda eram reformistas quando confrontados com a luta de classes e as propostas comunistas e libertárias e pela própria forma política da reforma.

Parte da historiografia indica que certa parcela dos tenentes inclinou-se para a esquerda do Governo Provisório e depois Constitucional de Getúlio, especificamente depois de suas derrotas políticas consubstanciadas na convocação de eleições para a Assembléia Constituinte e seus resultados políticos-eleitorais. O Partido Socialista Brasileiro possuía figuras de destaque do tenentismo em sua direção, como, por pouco tempo, o major Juarez Távora, no Rio de Janeiro. Em São Paulo, foi estimulado pelo governador militar, general Waldomiro Castilho de Lima, no final de 1932 e início de 1933.

Muitos desses tenentes⁶ e militares partidários de Getúlio deixaram o partido em 1933. Outros, no entanto, permaneceram e junto com socialistas civis, impulsionaram uma definição ideológica tida como mais clara. Documentos demonstram que o partido se encaminhava para uma posição próxima à da social-democracia européia, procurando se filiar à Internacional Socialista. Eles chegaram mesmo a professar alguns elementos ideológicos do marxismo.

Nossas pesquisas sobre o sindicalismo dos ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, no Estado de São Paulo, demonstram que houve ligações entre esses socialistas e os tenentes de esquerda, ligados tanto ao Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (PSB-SP), à Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo e à Bandeira dos Dezoito com operários. Outros trabalhos demonstram que eles tiveram ligações com os

⁶ Diferenciamos os militares apoiadores de Getúlio Vargas que preferiam manter-se dentro dos quadros hierárquicos do Exército, dos oficiais subalternos rebeldes desde 1922, chamados a partir de 1933, de “tenentes”, como os considera, Virgínio SANTA ROSA, em *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, 3.^a ed., publicado pela primeira vez em 1933.

portuários santistas⁷, com parcelas dos metalúrgicos paulistanos⁸ e com ferroviários da Cia. Paulista de Estradas de Ferro⁹.

Alguns autores apontam para o fim do tenentismo como movimento político influente após a guerra civil em São Paulo, ao final de 1932. Embora a oligarquia paulista tenha sido derrotada pela segunda vez nos campos de batalha, ela conseguiu o triunfo político da derrota do tenentismo. Os tenentes combateram-na não mais como líderes revolucionários militares, mas como oficiais enquadrados dentro da hierarquia e da disciplina do Exército, como militares comuns.

Nos estados, muitos perderam suas interventorias e outros foram totalmente envolvidos pelas tramas políticas oligárquicas regionais. Alguns tenentes aderiram individualmente ao Governo Vargas. Outros, dos quais já se ouviam algumas críticas quanto aos rumos que a Revolução vinha tomando desde 1931, foram para a esquerda; para o PSB e, em meados de 1935, se encontrariam sob a liderança de Prestes na Aliança Nacional Libertadora.

Em fins de 1932, começou a se produzir nova ruptura dentro do movimento tenentista¹⁰. Primeiro, vários deles se posicionaram à esquerda do Getúlio. Logo em seguida, passaram a criticá-lo por suas composições e recomposições com as oligarquias inimigas e outras pelo país, que representavam todos os vícios políticos do regime anterior condenado por eles.

Outros, ainda, encaminhavam-se para a extrema direita indo integrar os quadros da Ação Integralista Brasileira (AIB), conforme relatam alguns autores citados, já que representantes dela participaram das primeiras sessões do Congresso Revolucionário de 1932, deixando-o antes de seu término.

A partir daí, temos conhecimentos a partir de uma produção historiográfica sólida no que toca à formação da ANL no Rio de Janeiro e um pouco menos, em São Paulo. Igualmente, a produção historiográfica sobre as ligações, ingresso e atuação de Prestes no Partido Comunista do Brasil (PCB) também é sólida. Mas, a trajetória de outros tenentes que se colocaram à esquerda de Vargas ainda é pouco estudada e

⁷ SARTI, Ingrid. *Porto vermelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁸ PAES, Maria H. S. *O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: 1932 – 1951*. S. Paulo: dissertação de mestrado, Departamento de História, FFLCH-USP, 1979.

⁹ ZAMBELLO, Marcos Henrique. *Ferrovia e memória: estudo sobre o trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas*. São Paulo, dissertação de mestrado defendida na FFLCH-USP, 2005.

¹⁰ Anteriormente, foi Prestes quem rompeu com seus companheiros revolucionários militares para não apoiar a Aliança Liberal em 1930. No ano seguinte, ele se aproximou definitivamente dos comunistas e foi para a URSS.

bastante nebulosa. Exemplo disso, é a trajetória dos tenentes paulistas Miguel Costa e João Cabanas e de seus aliados civis, alguns chamados de “tenentes civis”, como Alcântara Tocci, que acompanhou-os desde 1924 até as marchas em direção ao Paraná¹¹, vista de forma muito superficial. Em geral, a bibliografia a respeito do período dedica poucas páginas às suas organizações políticas e opções político-ideológicas¹². Sua trajetória e a formação de um “socialismo tenentista”, como indica em poucas páginas Ângela C. Araújo¹³, não ficaram esclarecidos, tampouco definidas.

Os indícios da existência de uma atuação tenentista de esquerda e de socialistas reformistas que se aproximaram deles e formaram politicamente ao seu lado são relevantes para a historiografia. Também encontramos indícios e indicações dessas ligações e de uma atuação não só conjunta, mas alinhada entre tenentes e socialistas nas pesquisas em fontes a respeito do sindicalismo dos ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana¹⁴. A existência de reformistas aliados de tenentes que se declararam publicamente socialistas e atuavam dentro de partido político e outras organizações sociais que carregavam no nome a indicação de que eram tenentistas e se declaravam socialistas e nacionalistas exige investigação histórica e é isso que fizemos neste trabalho. Como resultado, defendemos a tese de que houve, em São Paulo, durante a década de 1930, um *socialismo tenentista*.

Balanço Bibliográfico

A partir do que discutimos acima, necessitamos fazer um balanço bibliográfico a respeito do tema. As fases iniciais do tenentismo, bem como suas manifestações durante a década de 1920 foram e são objeto de abordagem da historiografia e não constitui objeto de nosso trabalho. Por isso, optamos em iniciar com suas manifestações *após* a

¹¹ Cf. fotografia em que Alcântara Tocci aparece ao lado de Miguel Costa no Marco Divisório Brasil-Paraguai em COSTA, Yuri A. *Miguel Costa, um herói brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010, p. 86.

¹² Alguns exemplos são algumas das obras de Edgar Carone, DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na Revolução Burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990; ARAÚJO, Ângela C., *op. cit.*; KAREPOVS, Dainis “PSB-SP: Socialismo e tenentismo na Constituinte de 1933-34”, in: *Esboços – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*. Florianópolis: n.º 16, 2006.

¹³ ARAÚJO, Ângela C., *op. cit.* A autora apresenta um subitem intitulado “O socialismo ‘tenentista’”, mas dedica poucas páginas ao assunto (da página 217 a 221), descrevendo a aproximação de alguns líderes tenentistas paulistas e de socialistas considerados sem ligações com as massas operárias, sem maior aprofundamento.

¹⁴ ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *Entre a Revolução e o Corporativismo: a experiência sindical dos ferroviários da E. F. Sorocabana nos anos 1930*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Departamento de História, FFLCH-USP, 2006.

Revolução de 1930. Nesse sentido também é de suma importância discutir o que alguns autores convencionaram chamar de “esquerda tenentista”.

Para isso, precisamos fazer algumas considerações iniciais, tais como analisar o viés teórico adotado pelos autores das obras que versaram sobre o tema. Em um primeiro momento, para obras mais antigas, ou inspiradas em uma interpretação baseada nos debates das décadas de 1930 e 1940, com forte influência comunista, mas não de todo alinhada à essa posição, temos aqueles que consideram o tenentismo como um movimento de vanguarda da pequena burguesia nos lances de uma Revolução Burguesa. Nessa linha, aparece obra contemporânea de Virgínio de Santa Rosa e hoje, para nós, um documento histórico, e também, a linha interpretativa de Nelson Werneck Sodré.

Em seu prefácio à obra *O sentido do tenentismo*, Nelson Werneck Sodré considera que Virgínio Santa Rosa foi o primeiro e, contemporaneamente ao movimento, a estudar as origens e o sentido social do tenentismo¹⁵.

Para Santa Rosa, havia uma luta de classes em que a pequena-burguesia alçava-se, expandia-se e caminhava para o domínio do poder no país; ao menos nos centros mais importantes. Essa classe teria descoberto ao longo da “República Velha” que o sistema eleitoral era inútil; todas as suas formas eram controladas pelas oligarquias através do sistema distrital, da manipulação de amplas massas rurais e fraudes eleitorais. Os resultados alternativos obtidos eram pífios. Para o autor, o tenentismo era uma explosão de jovens oficiais oriundos da pequena-burguesia contra essa situação. Após a Revolução de 1930, o movimento tenentista relacionou-se mais com a classe da qual era originário.

Seu programa indefinido politicamente antes de 1930 ganhou clareza através da luta contra as oligarquias após a Revolução. A definição seria a adoção de um estatismo nacionalista. A primeira forma, que deveria representar um partido nacional, para o autor, foram as Legiões Revolucionárias. Virgínio considerou-as, porém, caricaturas circenses semi-fascistas. No caso mineiro, a legião em questão seria fruto de mentes como a de Francisco Campos. A expansão política da pequena-burguesia durante os primeiros meses a partir da Revolução de 1930, na forma de legiões revolucionárias foi combatida decididamente pelas oligarquias. E mais, a própria forma *legião* era uma imprecisão; o movimento ainda necessitava de uma orientação ideológica para ter um

¹⁵ Tomamos aqui o ensaio de Santa Rosa mais como um documento que propriamente como uma obra historiográfica. SANTA ROSA Virgínio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, 3.^a Ed.

projeto definido. Suas lideranças estudaram Alberto Torres e Oliveira Vianna. Surgiram “amplas” propostas de reforma social: leis reguladoras do trabalho; oficialização sindical; representação classista; nacionalização de terras e águas etc. O autor justifica a opção política pela ditadura por parte dos tenentes como necessidade se dar tempo para que as reformas fossem implementadas. A imediata re-constitucionalização ou a utilização da “velha” Carta de 1891 implicava em devolver o poder indiretamente às oligarquias.

Diante do fracasso das legiões e necessitando aproximar-se mais das massas pequeno-burguesas e proletárias, o tenentismo foi pendendo para a social-democracia ou para um socialismo reformista.

“Observando as atitudes das figuras mais representativas do tenentismo veremos que a tendência social-democrática, que o caracteriza atualmente, não foi atingida por uma evolução retilínea. Ao contrário. E o exame da situação demonstra o papel preponderante dos princípios da ‘ação, reação e transação’ na fixação dessa ideologia. Foi só depois da elaboração do anteprojeto do programa político do Clube 3 de Outubro, que o entrechoque com as oligarquias obrigou à escolha da ideologia erguida nesses fundamentos social-democráticos”¹⁶.

Diante do fracasso do semi-fascismo legionário “não havia o que escolher: a social-democracia se apresentava como a única solução apropriada para o caso brasileiro. Não havia outro jeito”¹⁷.

Contudo, Santa Rosa considera que a pequena-burguesia pouco compreendeu essa fase tenentista e, em sua ampla maioria, apoiou as oligarquias¹⁸. Nesse sentido, há uma contradição flagrante, pois a classe revolucionária e portadora do futuro, segundo Santa Rosa, seria a pequena-burguesia, enquanto as oligarquias eram o empecilho para a consecução desse objetivo. Ao que parece, o autor não se deu conta de que os representantes da classe revolucionária não a sensibilizavam ou mobilizavam a massa com suas propostas e sua luta.

O autor sugere o combate às oligarquias atacando a base de seu poder, o latifúndio. A Reforma Agrária enfraqueceria os latifundiários “feudais” em prol da nação, da pequena-burguesia e do avanço da produção de alimentos. O autor posiciona-se contra o protecionismo industrial. Virgínio Santa Rosa queria uma ditadura pequeno-burguesa nacionalista e reformista social. Para ele, essa seria a tendência internacional.

¹⁶ SANTA ROSA Virgínio. *op. cit.*, p. 105.

¹⁷ SANTA ROSA Virgínio, *op. cit.* p. 106.

¹⁸ SANTA ROSA Virgínio, *op. cit.*, p. 107.

Nelson Werneck Sodré¹⁹ considera para o período a pequena burguesia como vanguarda da burguesia nas lutas por mudanças no Brasil. Particularmente na “Revolução Burguesa” que, segundo o autor, se processou por lances e etapas, para a constituição de uma sociedade realmente capitalista. A burguesia em si, sempre acabava contemporizando e compondo com o latifúndio, embora o fizesse em circunstâncias diferentes, nas quais ocupava progressivamente posições novas. O papel destacado da pequena burguesia era resultado da própria formação histórica do país, que havia superado havia pouco o “escravismo” e formas “pré-capitalistas” em suas regiões mais avançadas, mas que ainda vigoravam no interior distante. O proletariado ainda era incipiente, mas revelava-se nas greves de 1917-19, embora o autor considerasse a liderança libertária fraca e não classista.

Feita a Revolução em outubro de 1930, com os tenentes aparentemente no poder, começou sua superação. Muitos se viram isolados e envolvidos pelas oligarquias estaduais. João Alberto e Miguel Costa foram marginalizados depois de sofrerem forte oposição oligárquica e burguesa em São Paulo.

A mobilização contra a “Revolução Constitucionalista” de 1932 foi sua última grande atuação. Segundo o autor, houve uma vitória de Pirro: os tenentes venceram militarmente as oligarquias paulistas, mas foram derrotados politicamente por elas em seguida; em meados de 1933, o poder, em São Paulo, estava novamente nas mãos das oligarquias.

Ao final de 1932, o tenentismo sofreu outra cisão: muitos seguidores dividiram-se em esquerda – que se aproximaria em certo número dos comunistas – e outros tantos em direita – ingressando na AIB. No centro, restavam os apoiadores de Vargas, utilizados por ele até 1937.

Sodré conclui considerando o tenentismo como a vanguarda pequeno-burguesa da burguesia nos lances de *sua Revolução*. Nos momentos difíceis e perigosos, os tenentes e a pequena-burguesia agiam. Na consolidação do poder burguês entre 1930-37, eles foram alijados paulatinamente do poder e superados. Quando o proletariado entrou em cena a burguesia já era a classe dominante em nível nacional e os tenentes perdiam sua significação autônoma. Vargas, em sua habilidade política, teria usado o tenentismo “até sua última gota desfazendo-se dele, sem pressa, mas com clareza, para emergir com diretrizes próprias”²⁰.

¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck, *O Tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

²⁰ SODRÉ, Nelson Werneck, *op. cit.*, p. 59.

Na análise de seu programa, o autor destaca a ausência de manifestos programáticos, apenas a desafronta do Exército e a oposição a Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, em 1922. Em 1924, houve manifesto contra a corrupção, contra o Governo Bernardes e exigindo “verdade na representação” política. Entre 1925 e 1927, os tenentes queriam “republicanizar a República” com o voto secreto; queriam a educação pública gratuita e obrigatória. Em 1929-30, alinharam-se à Aliança Liberal. Para o pós-30, Sodré considera a superação do tenentismo, com a entrada em cena de projetos burgueses em luta contra o proletariado. Nos anos 1920, o tenentismo era o reflexo das condições sociais nas quais o proletariado era incipiente e a burguesia era dependente das oligarquias. Seu projeto era vago e superficial porque sua classe era dependente ideologicamente da burguesia, em contraste com seu heroísmo nos combates. Nos anos 1930, com a consolidação da burguesia e a irrupção do proletariado, o tenentismo estava superado como proposta autônoma.

Não há referências nessa obra de Sodré a respeito dos tenentes que se colocaram a favor de uma aproximação com as classes trabalhadoras e classes médias sem, no entanto, aderir ao PCB.

O trabalho de José Augusto Drummond²¹ enfoca os tenentes basicamente como rebeldes militares e em relação ao seu ambiente, o Exército. O autor procura se afastar de qualquer definição de classe para os tenentes e para seu movimento. Em relação à origem do movimento e durante toda a década de 1920, o autor considera o tenentismo como um fenômeno corporativo, dada a natureza das Forças Armadas dentro da sociedade e, nesse caso, do Exército, como uma organização apartada e que se vê assim e, inclusive, superior ao corpo civil da mesma. Entretanto, para o recorte imediato à Revolução, esse enfoque passa a abranger parte da atuação política e social dos tenentes, muito embora a característica geral da obra seja enquadrar os tenentes basicamente como rebeldes militares. Boa parte de seu trabalho no tocante ao recorte que enfocamos, trata das divisões internas dentro do Exército entre os tenentes e os legalistas e o progressivo isolamento e derrota dos tenentes em seu meio por excelência, *o militar*.

Os tenentes participaram da vitória revolucionária de 1930, mas chegaram a ela com desfalques importantes, tais como Siqueira Campos, falecido antes dos combates e, principalmente, sem Luiz Carlos Prestes, que rompera com o movimento e com os

²¹ DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e equilíbrio hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

projetos de poder que então alcançavam seu primeiro objetivo. A ausência de Prestes privou os tenentes de sua maior liderança de grande prestígio junto a todos os grupos opostos às oligarquias no país²². E mais ainda, segundo Drummond, os tenentes também chegaram ao poder juntamente com toda a coalizão, mas divididos entre si em diversas facções que se formavam.

O autor considera que os tenentes foram perdendo sua identidade dentro da coalizão vitoriosa em 1930, ficando sujeitos, em alguns lugares, às oligarquias e em outros, aos militares legalistas que aderiram à conspiração. Dessa forma, já que parte de suas reivindicações haviam sido encampadas pela Aliança Liberal, passaram a defender sua aplicação como reformas e que elas somente seriam possíveis por um governo ditatorial, ou, no mínimo, sem a interferência das oligarquias derrotadas em 1930. Eles continuaram a defender o papel de árbitro do Exército diante da sociedade e em seu nome. Dentro do movimento, começou haver desunião e mutações nos projetos dos tenentes, além de progressivas diferenças entre eles individualmente.

Em São Paulo, os tenentes falharam no combate à oligarquia mais importante e declarada como sua principal inimiga. Eles procuraram se aproximar das massas e até mobilizá-las, dentro da Legião Revolucionária que não criaram – segundo Drummond – mas que tentaram dirigir. Acabaram ocorrendo disputas entre João Alberto e Miguel Costa e a declarada oposição de Isidoro Dias Lopez. As demais legiões pouco eram tenentistas: a mineira estava sob o comando da oligarquia de seu Estado e a cearense era mais uma espécie de confederação sindical católica. As demais foram superficiais e logo se esvaziaram.

Para Drummond, parte dos tenentes, após o fim da “rebelião constitucionalista” (sic) foi levada para a esquerda do Governo Provisório e depois constitucional, tendo em vista a aproximação de Vargas e suas várias concessões às oligarquias paulistas e de outros estados, como a entrega da interventoria paulista a Armando Salles de Oliveira, em setembro de 1933. Já em dezembro de 1932, no Primeiro Congresso Revolucionário do Brasil, convocado pela Legião Cívica 5 de Julho, os socialistas, incluindo tenentes, se desentenderam severamente com a direita representada pela Ação Integralista Brasileira, que não atraiu os tenentes e sempre fora contra a Revolução de 1930 e teve muitos de seus membros apoiando os rebeldes constitucionalistas de 1932, salvo pouquíssimas exceções – os tenentes, capitães e oficiais superiores atraídos por ela eram

²² Representados em grande parte por elementos de classe média e pela “pequena burguesia” presente na imprensa, cf. SODRÉ, Nelson Werneck, *op. cit.*

legalistas em 1930 e antitenentistas. Severino Sombra e Jeová Mota do Ceará eram legalistas. Já os oficiais da Marinha de Guerra se simpatizaram em grande quantidade com a AIB. De qualquer forma, os apelos da esquerda parecem ter sido mais fortes entre alguns tenentes, dando chances para que, desde 1931, as oligarquias e a burguesia os “acusassem” de comunistas ou bradassem contra o “comunismo dos tenentes”. Essa ala esquerda que se formava passou a criticar o governo.

Segundo Drummond, os partidos social-democratas criados a partir desse primeiro congresso, acabaram manipulados pelas oligarquias estaduais. Diziam-se socialistas reformistas sob o modelo do reformismo social-democrata europeu, mas em grande parte, era apenas retórica. Nesse ponto, parece-nos que o autor se refere basicamente ao Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, embora ele não dê maiores indicações em seu texto. Eleitoralmente, foram fragorosamente derrotados nas eleições constituintes de 1933 e não lograram aproximar-se do proletariado ou organizá-lo. Segundo o autor, os tenentes não eram propriamente defensores do corporativismo sindical.

Discordamos da posição de José Luís Drummond, ao menos no caso paulista. As organizações políticas tenentistas criadas em São Paulo entre 1932-3 e 1935, lograram *sim* se aproximar do proletariado tendo um discurso voltado para essa classe, além da *pequena burguesia*. Essa aproximação deu origem ao que denominamos *socialismo tenentista*, tema deste trabalho. Ao longo destas páginas, deslindamos essa afirmação com os resultados da pesquisa em documentos e a parte bastante reduzida da literatura a respeito, já que os socialistas tenentistas paulistas foram objeto de poucos trabalhos acadêmicos e historiográficos.

Drummond esclarece que não considera a ANL uma organização tenentista. Ela teria reunido uma pequena parcela dos tenentes mais antigos, muitos de 1924 e outros de 1930, além de seu nome máximo, que enfrentara ostracismo durante alguns anos: Prestes. A ANL foi o marco da superação parcial do militarismo tenentista já que partia do pressuposto da mobilização de massas. Alguns deles, inclusive, foram eleitos para a direção da entidade. Drummond considera que muitos faziam a autocrítica de suas derrotas anteriores, imputando como causa a não mobilização das massas. Agora, procuravam outras audiências além dos jovens militares e políticos burgueses e oligárquicos dissidentes. O programa da ANL superava o reformismo centrista que defendiam a partir da Revolução de 1930. A nova política era inspirada, segundo Drummond, no comunismo internacional abraçado por Prestes e Silo Meireles. João

Cabanas já se declarara socialista algum tempo antes e Roberto Sissom declarara-se “socialista integral”. Unia-os a decepção despertada pela política varguista e o desejo de reformas mais profundas. Drummond ressalta que essas concepções, inclusive o desejo da luta anti-imperialista e pró-reforma agrária não nasceram dentro do movimento tenentista, mas foram adotadas a partir da aproximação de seus novos aliados proletários, socialistas e comunistas. Dentro da ANL, segundo o autor, os tenentes teriam se diluído, inclusive em seu próprio caráter.

Entretanto, Drummond se contradiz quando afirma que foi na ilegalidade que a ANL ganhou mais características tenentistas, no caso “à antiga”, quando seus participantes começaram a conspirar pela derrubada do Governo Vargas e começaram a convidar antigos oficiais tenentistas a participar. Os levantes estouraram a partir de quartéis, muitas vezes comandados por oficiais jovens de baixa patente. Entretanto, sua relação hierárquica e de comando com sargentos, cabos e soldados era atravessada pelo companheirismo na atuação dentro de células clandestinas da ANL e do PCB. Segundo José Luís Drummond, muitos sargentos participaram da conspiração e dos levantes por causa das novas mudanças que os excluíam do Exército, devido a serem considerados inaptos ao novo formato e funções que lhes seriam atribuídas. A grande quantidade de segundos tenentes participantes arroladas nos processos e inquéritos sugere que estava surgindo uma *terceira geração tenentista*, influenciada pelo sucesso das anteriores na Revolução de 1930 e influenciadas pela ANL e pelo PCB. A Escola Militar do Realengo continuou formando jovens oficiais que desejavam expressar-se politicamente com autonomia, o que era a alma do tenentismo.

Drummond considera que o tenentismo já estava liquidado antes dos levantes de novembro de 1935: parte do movimento foi reabsorvida pelo Exército após a derrota dos constitucionalistas em 1932; outra foi derrotada politicamente entre 1933 e 1934; o que sobrou e se inclinou para a esquerda foi “extirpada” (sic) pela ala legalista da cúpula militar. O tenentismo, caso ainda existisse, seria muito fraco em 1937 e já não era mais considerado um empecilho sério ao Governo Vargas; somente Juracy Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti foram considerados opositores para a implantação do Estado Novo e, por isso mesmo, foram destituídos de seus cargos. Aliás, o Estado Novo foi implantado com o apoio ativo da cúpula militar e de civis interessados no golpe de Estado. Dos tenentes remanescentes, parte apoiou o golpe, como Cordeiro de Farias; outros silenciaram e apoiaram a abertura do regime em 1944-

45. Como aponta Drummond, só um Exército unificado poderia apoiar eficientemente um regime como o Estado Novo.

Discordamos em parte desse conjunto de afirmações: uma vitória em 1935 teria reorganizado o tenentismo, mas em nova base, muito provavelmente *comunista-tenentista*.

Com a liquidação do tenentismo, o Exército ganhou um grande aprofundamento do anticomunismo e a política da instituição Exército foi expressa daí por diante pelo generalato, o único credenciado a falar.

Outros autores consideram o movimento tenentista mais como expressão política de classe média, mesmo quando o faz ao final do trabalho, quase na conclusão, como no caso de Maria Cecília Forjaz²³.

Em sua tese de doutorado, orientada por Francisco Weffort, Forjaz analisa a possibilidade de os tenentes serem influenciados pelo positivismo, mesmo considerando que essa ideologia não tinha, durante os anos 1919-20, a mesma intensidade que a apresentada à época da Proclamação da República. A Escola Militar do Realengo não teve professores filósofos como Benjamin Constant e outros e seu currículo perdeu muito dos conhecimentos teóricos gerais e filosóficos que a Escola Militar da Praia Vermelha possuía durante o Império e ganhou disciplinas mais técnicas e profissionalizantes no que se refere ao ofício das armas. Contudo, a autora aponta para a influência de alguns militares próximos e tenentes declaradamente positivistas, assim como outros militares de destaque e prestígio. E isso a despeito de os tenentes não terem sido doutrinados na escola quando eram alunos.

Da prática política tenentista durante o pré e o pós-30 destacou-se o autoritarismo presente na idéia de se considerarem regeneradores da nação e o desprezo pela política parlamentar. No pós-30 eles mantiveram muitas dessas idéias e adotaram outras, como a representação profissional e técnica em lugar da liberal-parlamentar e a “incorporação” do proletariado de fato à “nação”, ou sociedade. Também teriam sofrido forte e decisiva influência do positivismo nos moldes castilhistas, que esteve presente no governo gaúcho por cerca de quarenta anos na forma de uma “semi-ditadura”. Essa foi uma doutrina que teve larga experiência administrativa e política. Segundo Forjaz, Getúlio foi um jovem positivista e trouxe para seu governo nos anos 1930, junto com outros oligarcas gaúchos, fortes marcas e influências dessa ideologia. Para a autora, a

²³ FORJAZ, Maria Cecília, *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

influência gaúcha foi forte entre os tenentes porque era com esses políticos e oligarcas que tinham maior afinidade.

Forjaz também analisa as influências de Alberto Torres e Oliveira Vianna sobre os tenentes. Torres²⁴ defendia uma economia agrícola policultora voltada ao mercado interno e a indústria nacional, isto é, que utilizasse exclusivamente matérias-primas nacionais. A agricultura de exportação tinha para ele posição secundária. Contudo, possuía certo liberalismo em suas posições econômicas no que toca à livre concorrência e às ações antitrustes. O maior problema era o da unidade nacional diante da excessiva autonomia dos estados. Em matéria de política esse traço centralista revela seu autoritarismo, além de também não acreditar na democracia parlamentar. Para ele, a democracia deveria ser exercida coletivamente através de corporações.

Oliveira Vianna foi um dos “discípulos de Alberto Torres”, porém, o que mais discordou do “mestre”, segundo Forjaz. Sua principal defesa se deu em relação ao corporativismo, sendo ele inclusive, um dos intelectuais nomeados técnicos do Ministério do Trabalho logo após a Revolução de 1930. Juarez Távora “encomendou” dele um projeto constitucional, tendo em vista a convocação das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Os tenentes defenderam seu projeto de representação técnico-profissional e a extinção do Senado. A perspectiva de Oliveira Vianna é mais estatizante e centralizadora que a de Alberto Torres. As representações e conselhos técnico-profissionais deveriam ser esvaziados de seu conteúdo político. As afinidades teóricas dos tenentes pareciam ligar-se mais a Oliveira Vianna, segundo a autora.

Para Forjaz, os tenentes padeciam de “voluntarismo golpista”: pouca ou ausência de mobilização popular, o que seria típico dos militares. A autora toma como exemplos as revoltas de 1922, que tiveram caráter somente militar, as de 1924, revoluções com pouca ou nenhuma participação de massa e a Revolução de 1930, nos mesmos moldes.

Discordamos dessa consideração generalizante, uma vez que no Nordeste, a população teve uma participação relativamente ativa junto aos revolucionários²⁵ e, mesmo no interior de São Paulo, houve caso de a população sair às ruas contra a ordem estabelecida quando da derrota militar e política oligárquica²⁶. A partir da transcrição de partes dos projetos econômicos e de organização social dos tenentes podemos intuir o

²⁴ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução ao programa de organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

²⁵ FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, Sindicatos e Cidadania. Os trabalhadores na Era Vargas*. Santo André: Ad Hominem – Cooperativa Cultural UFRN, 1997.

²⁶ BUENO, Massilon. *Chico Ferroviário – memórias de um anistiado: 1926 – 1982*. Assis-SP, 1982, datilografado arquivado no CEDAP-UNESP, Campus de Assis-SP.

quanto ele *poderia* ter caráter popular, ou ao menos, sofrer influências de grupos sociais e políticos que possuíssem esse viés. Boris Fausto considera sem meias palavras:

“O tenentismo produziu profunda inflexão na vida política brasileira e deixou uma influência persistente, após ter desaparecido de cena em 1934, como movimento organizado. Nos anos vinte, tornou-se, para todas as camadas intermediárias e populares da sociedade, o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente. Não há razões para se pensar que a massa operária, por exemplo – nas condições de um movimento operário em depressão – deixasse de ser tocada por suas façanhas”²⁷.

Indo além do que Forjaz aponta, encontramos a defesa da pequena propriedade, do cooperativismo, da intervenção estatal, defesa do trabalhador e do consumidor, posição antitruste e ataque aos privilégios burgueses – usura, propriedades muito extensas e improdutivas além da inviolabilidade do lucro e da propriedade – defesa da assistência e previdência sociais. Notamos que esse programa, radical, *poderia* se aproximar das propostas socialistas, como ocorreu em São Paulo.

Forjaz insiste em negar a ligação dos tenentes com as legiões revolucionárias e os partidos do período, considerando que há confusão historiográfica acerca deles. Nós, por outro lado, insistimos no envolvimento partidário de parte dos tenentes, especialmente daqueles que foram se posicionando à esquerda de Vargas, principalmente em São Paulo.

Teria havido, segundo a autora, baixa participação dos tenentes entre os agraciados na distribuição dos cargos e postos após a vitória da Revolução. A morte de Siqueira Campos, o mais indicado para assumir a Interventoria de São Paulo e o afastamento de Prestes, que saiu e levou consigo alguns elementos e fez com que os tenentes perdessem a liderança militar para Góis Monteiro e sua própria liderança interna, enfraqueceu-os diante das oligarquias. A própria Junta Governativa do Movimento pela Paz, organizado pela cúpula do Exército, que depôs Washington Luís, assegurou para si os ministérios do Exército e da Marinha. Dentro do Exército, os tenentes sofriam oposição da alta oficialidade legalista e hierárquica e não puderam punir os militares contrarrevolucionários, porque isso não estava previsto no acordo de Getúlio e a Junta Governativa Militar, em outubro de 1930.

²⁷ FAUSTO, Boris, “A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930”, In: FAUSTO, Boris, (dir.) História Geral da Civilização Brasileira, T. III, Brasil Republicano. GOMES, Ângela Maria C., et. al. O Brasil republicano. Vol.2: sociedade e instituições (1889 - 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 2.^a Ed., pp. 409-410.

Nos estados em que foram impostas as interventorias, os tenentes foram hostilizados pelas oligarquias, ou foram obrigados a se fundir com elas. No Rio Grande do Sul, a Legião Revolucionária não chegou a se formar devido à oposição das oligarquias. Em Minas Gerais, a entidade foi absorvida pelas oligarquias. Em São Paulo, a Legião Revolucionária sofreu ferrenha oposição, lutando tenazmente para se organizar. Forjaz considera que para a LR de São Paulo entraram simpatizantes do tenentismo e vários ex-soldados da Coluna Prestes, assim como teve a adesão de Miguel Costa. Ela, porém, teria se caracterizado como uma experiência *populista* para a mobilização e manipulação do apoio de massa. Chegou a mobilizar uma parte do operariado para, segundo a autora, que usa uma citação de Paulo Nogueira Filho, “neutralizar” a ação dos comunistas junto aos trabalhadores. Para Forjaz, as legiões não eram tenentistas pelo fato de os tenentes repelirem as organizações e mobilizações populares.

Para a autora, durante os meses entre a vitória da Revolução e o início de 1931, mais propriamente o primeiro semestre, o tenentismo esteve relativamente marginalizado no cenário nacional. Os tenentes estavam desarticulados. A criação do Clube 3 de Outubro entre fevereiro e maio de 1931 mudou essa correlação de forças. Ela deixa claro que o Clube não era um partido, mas um grupo de pressão que visava influenciar o Governo Provisório e o fez em grande medida. Durante o segundo semestre desse mesmo ano, os tenentes passaram à “ofensiva” política. Seus interventores de baixa patente e delegados militares tiveram a preeminência sobre os oficiais superiores, exceção feita a Góis – então vice-presidente do Clube e promovido a general.

Para Forjaz, após a Revolução Constitucionalista, o “autêntico” Clube 3 de Outubro, tenentista, se desfez. Os militares abandonaram-no em vista de sua nova diretoria ter aberto as portas a civis sem passado revolucionário comprovado. O “novo” Clube manteve-se anticonstitucionalista e enveredou cada vez mais para a esquerda socialista. Antes, o Clube parecia ser uma entidade semi-secreta, nunca divulgando suas reuniões, ou decisões. Reunia-se com autoridades e com o próprio Getúlio na Casa de Saúde de Pedro Ernesto, seu primeiro presidente, ou na Prefeitura do Rio de Janeiro ou ainda, no Palácio Guanabara. O núcleo mais importante foi o carioca, tido como central. Getúlio manipulou os tenentes, ora atendendo-os, ora refreando-os e fazendo o mesmo com as oligarquias.

Havia também divergências dentro do Exército, devido às promoções de 1931, ocasião em que os “picolés” foram beneficiados em detrimento dos “rabanetes”²⁸. Esse período do primeiro semestre de 1932 assiste ao início da contraofensiva oligárquica. Essa crise também se manifestava entre os militares “profissionais”, hierárquicos provenientes dos antigos “Jovens Turcos” (Bertoldo Klinger e Euclides de Figueiredo) e os tenentes²⁹. A crise começou quando o general Leite de Castro, então Ministro da Guerra, apoiou a promoção dos “picolés” e apoiou moralmente o empastelamento do *Diário Carioca*, jornal que procurava indispor o Exército e a Marinha com o tenentismo, através de pesadas críticas ao Clube 3 de Outubro.

Forjaz considera que o movimento armado paulista de 1932 desarticulou os oficiais tenentistas e fortaleceu os hierárquicos. Muitos se reintegraram ao Exército e outros seguiram carreiras político-partidárias. Alguns foram para a esquerda socialista e comunista e outros, para a direita – Ação Integralista Brasileira. Seu projeto se esvaziou e alguns foram cooptados por Getúlio, que utilizou seus partidos. O próprio Clube 3 de Outubro modificou sua constituição, aceitando muitos civis que traziam outra essência política.

Componentes do Clube 3 de Outubro	1.ª Fase	2.ª Fase	1.ª Fase	2.ª Fase
Militares	291	29	49,92%	10,8%
Civis	292	241	50,08%	89,2%
Total	583	270	100%	46,3%

Tabela1: Fonte, Maria Cecília S. FORJAZ, *op. cit.* Os cálculos são de nossa responsabilidade e possuem valores aproximados.

Após 1935, os últimos brilhos do tenentismo de esquerda se apagaram. Os outros tenentes foram para a direita após a Era Vargas, ingressando na UDN. Juarez

²⁸ A autora aponta as diversidades entre os tenentes e a cisão que eles provocaram no seio do Exército no que toca à sua disciplina e hierarquia. Em 1930, o tenentismo teve três composições graças à vitória da Revolução: os tenentes de primeira geração, ou históricos que participaram dos levantes desde 1922 até o fim da Coluna Prestes. Eles eram combatentes que tiveram a experiência da clandestinidade; da sobrevivência em condições adversas e do contato político com as oligarquias dissidentes. Os de segunda geração: mais jovens, com pouca vivência militar e revolucionária, que se envolveram com a Revolução de 1930, sendo admiradores dos tenentes mais antigos. E, finalmente, os “picolés”, provenientes dos 900 alunos da Escola Militar do Realengo, expulsos em 1922. Estes últimos não chegaram a se tornar militares de carreira e tinham uma vivência civil e profissional diversa. Todos eles teriam levado “cor” política para dentro do Exército. Cf. FORJAZ, Maria Cecília, *op. cit.*

²⁹ Maria Cecília Forjaz cita a participação dos “Jovens Turcos” em favor dos constitucionalistas na guerra civil de 1932.

Távora e outros articularam o Golpe Militar de 1964 e reivindicaram o passado tenentista.

No que toca propriamente à questão da caracterização social do tenentismo, a autora localiza-o na classe média e, mais propriamente, nas regiões distantes dos eixos dinâmicos da economia brasileira da Primeira República. Para ela há uma clivagem entre as classes médias do Nordeste decadente economicamente e as classes médias de São Paulo. Ela vê clara sua dependência em relação aos “primos ricos” oligarcas, quase que como uma forma de clientelismo. As classes médias de regiões decadentes vêm no crescimento do Estado possibilidades de emprego, ascensão ou manutenção do status social. Os tenentes seriam originários principalmente dessas classes médias. Eles eram vagamente industrialistas, pensando mais na sua utilidade (da indústria pesada) para a defesa do país. Eram contrários ao que chamavam de “indústrias artificiais”.

João Quartim de Moraes³⁰ deixa mais clara sua interpretação em relação à origem social dos tenentes: a classe média. O autor aponta as possibilidades políticas que o tenentismo teria se o comando militar da Revolução estivesse nas mãos de Prestes ao invés de Góis Monteiro. Certamente os tenentes teriam proeminência política em relação ao próprio Exército e em relação às oligarquias dissidentes e aos latifundiários enquanto classe. Estando os tenentes sob sua própria direção e comando, talvez afastassem aliados oligarcas ocasionais, o que os levaria a se aproximar do proletariado e do PCB.

Moraes considera o tenentismo como uma espécie de “partido de governo” ou algo semelhante, para o período imediatamente após a vitória da Revolução de 1930. Ele trata da “evolução”, ou modificação ideológica pela qual os tenentes vinham passando, de 1927 ao pós-30. Juarez Távora foi alçado a ideólogo do movimento, especialmente depois do rompimento de Prestes e de sua minoria com a Aliança Liberal e com o próprio tenentismo. Juarez, Miguel Costa e João Alberto tornaram-se os principais chefes do tenentismo.

O vago liberalismo enunciado na reforma, ou saneamento do processo eleitoral vinha sendo complementado por um projeto nacional de educação em massa – primária – de Juarez. Nesse ponto, o católico capitão se aproximava de fórmulas positivistas. Outro ponto e principal de discrepância do programa liberal de Juarez com o liberalismo

³⁰ MORAES, João Quartim de. *Op. cit.*

do momento é a federalização da justiça e da arrecadação tributária, bases do poder político das oligarquias.

Após o rompimento de Prestes com o tenentismo, as idéias moderadas de reforma de Távora perderam qualquer nuance de avanço diante da superação prestista-comunista na proposição da Reforma Agrária. Juarez a chamou de “roubo dispensável”.

Após a Revolução, em uma reunião de cúpula (Juarez, Góis Monteiro e Oswaldo Aranha), Juarez deu à imprensa suas teses sobre a situação do movimento: os jovens militares revolucionários como força principal da Revolução; Governo Provisório até a realização de profundas reformas e uma Constituição que submetesse a elite política.

Para João Quartim de Moraes, Juarez considerava que o Governo Provisório deveria ser uma ditadura revolucionária. As influências teóricas sobre Juarez Távora provinham de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Em novembro de 1932, o I Congresso Revolucionário teve forte viés socialista, ou social-democrata e Távora enquadrou-se mal com seu “socialismo róseo”. De fato, analisando as palavras do major Juarez, vemos que seu “socialismo” não podia ser classificado nem mesmo como “róseo”³¹...

Moraes considera que, inicialmente, o tenentismo esteve no Governo Vargas, mas pouco foi contemplado, embora com alguns cargos de alta relevância. Para o autor, em apoio à tese de Michael Conniff, isso se deu porque os tenentes prescindiam de uma organização centralizada. Com a fundação do Clube 3 de Outubro, em fevereiro de 1931, houve uma escalada tenentista: no final de 1930 e início do ano seguinte ocuparam seis interventorias; entre maio e dezembro de 1931, eles conseguiram mais dez e perderam uma, estando no governo de quinze dentre vinte e dois estados da federação. O Clube 3 de Outubro tinha, para o autor, uma inspiração jacobina representada na própria forma de seu nome. Ele surgiu para unir o tenentismo e *outras correntes afins* – reformistas e radicais. Teve em sua direção Góis Monteiro e Oswaldo Aranha, o que representou uma ambigüidade. Isso demonstraria a indefinição ideológica da vanguarda da Revolução. Convergiam no nacionalismo para soluções propostas e na intenção de barrar a volta das oligarquias cafeeiras ao poder. No *Esboço* de fevereiro de 1932, o Clube 3 de Outubro rompeu com o liberalismo.

Para Anita Leocádia Prestes³², o tenentismo é um movimento político de classe média, tendo-se que os oficiais do Exército são recrutados nessa classe e têm uma

³¹ TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: Memórias*. 2.º Volume: *A caminhada no altiplano*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

³² PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

posição intermediária na sociedade. Historicamente, a classe média segue à reboque das classes dominantes e, para os anos 1920 e 1930, o estaria em relação às oligarquias. Isto significa considerá-la como aderente de sua ideologia política, o *liberalismo*. Portanto, a classe média não possuía independência política e ideológica.

A autora constata em pesquisa nas fontes e pela literatura, que os tenentes rebeldes dos anos 1920 eram liberais e expressavam o ideal de “representação e justiça” e de “moralidade política”. Durante os anos 1920, especialmente em seu final e a partir da Crise de 1929, o liberalismo entrou em crise. Vários setores políticos reviram suas posições e outros declararam-se favoráveis a governos fortes, deixando a linguagem liberal com que se expressavam. Dos grupos antiliberais importantes, Anita Leocádia destaca três: os intelectuais, principalmente Alberto Torres [para a década de 1910], mas também, a partir de meados dos anos 1920, Oliveira Vianna e outros; os militares conhecidos como “jovens turcos”, da revista *Defesa Nacional*, com expressão principal em Bertoldo Klinger, que já eram favoráveis a um governo forte desde o início da década de 1910, advogando grande participação militar na estruturação da sociedade, com expressão no serviço militar obrigatório e no autoritarismo. Princípios próximos a este foram defendidos pela Missão Militar Francesa nos anos 1920, da qual Góis Monteiro foi um aluno “brilhante”. E, finalmente, o grupo da “geração de 1907”, do Rio Grande do Sul, formado nesse ano e que era influenciado pelo autoritarismo castilhistas e que possuía projetos de governo forte. Compunham esse último grupo Vargas, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, Flores da Cunha.

Durante os anos 1910 e 1920, os principais expoentes da “geração 1907” participaram da política como liberais e assim se expressaram até as eleições de 1930, quando formaram com outros grupos a Aliança Liberal. Em 1929, alguns políticos que formariam a Aliança Liberal, principalmente Oswaldo Aranha, admitiam o uso da força no caso de as urnas não lhes darem o poder. Este último, participante do governo estadual de Vargas, aproximou-se dos tenentes, segundo Anita Leocádia, como manobra política que visava se aproveitar do grande prestígio popular que conquistaram ao longo de muitos anos de lutas e combates. Para a luta pelo poder, as oligarquias dissidentes queriam a participação dos tenentes e o uso de seu prestígio, mas não lhes dariam o controle e o comando da “Revolução”. O controle estaria em mãos oligárquicas, ainda que parecesse que os tenentes o teriam.

Com a ruptura de Prestes, o comando *militar* da Revolução foi entregue a Góis Monteiro, tenente-coronel legalista que perseguira a Coluna e que, em meio à crise

econômica, passou para o lado da Aliança Liberal e da “Revolução”. Os *tenentes* cumpriram funções importantes, mas, secundárias, sob as ordens de Góis Monteiro e dos líderes civis da Revolução, que foi propiciada pela conjuntura de crise internacional e nacional e pelo abalo sofrido pelo regime oligárquico desde o início da década de 1920, com os levantes tenentistas.

Segundo Anita Leocádia, isso aconteceu porque os tenentes não tinham um projeto político e ideológico próprio; ainda liberais no momento em que essa ideologia política estava em crise internacional; em sua grande maioria, as lideranças não aceitaram a definição de Prestes e seu manifesto, havendo por isso, a ruptura; começavam a esboçar a adesão a um projeto de governo forte. Restou aos tenentes aderirem à oligarquia e seguirem-na à reboque e aceitar o comando de um ex-legalista que os combatiera com afinco. Segundo a autora, os tenentes submeteram-se aos seus antigos inimigos.

Para a autora, os tenentes não possuíam projeto revolucionário em 1930 e, inclusive, para o período que segue à tomada do poder pelo grupo civil-militar liderado por Vargas. Para ela, também no pós-30 os tenentes não possuíam um projeto próprio de poder e se colocavam à reboque do grupo vitorioso. Sendo assim, diverge de parte da historiografia que considera os tenentes como defensores do projeto autoritário, nacionalista e corporativista, ou que pressionasse o governo no sentido da adoção desse projeto. Ao contrário, considera que esse projeto pertencia ao grupo no poder e não aos tenentes, que acabaram aderindo a ele. Ela afirma que as entidades criadas e consideradas como tenentistas pela historiografia não o foram; mas, sim, criadas para apoio do Governo Provisório e que receberam adesão de importantes lideranças tenentistas. Seria o caso das Legiões Revolucionárias e da Legião de Outubro, que teriam sido criadas sob a orientação, ou ordens, de Oswaldo Aranha. Elas tinham o objetivo de apoiar o Governo Provisório contra uma expansão comunista, conforme a citação de Juarez Távora e para fazer frente às oligarquias, tentando ligar a cúpula revolucionária às massas. Deveriam ser componentes de um partido nacional que não se estruturou.

O mesmo considera sobre o Clube 3 de Outubro que, embora congregasse uma grande quantidade de tenentes, teve como presidente Góis Monteiro que nunca foi “tenente” e como vice, Oswaldo Aranha... O Clube tinha um esboço de projeto, mas que não parecia próprio dos tenentes, mas influenciado pelas teses autoritárias, centralistas, nacionalistas e corporativistas já defendidas pelo Governo Vargas. Após a

vitória contra os “revolucionários” paulistas, o tenentismo praticamente se desfez. Seu congresso revolucionário marca o descontentamento de muitos com os rumos da Revolução e as rupturas dentro do movimento: uma à direita, engrossando a AIB e outra à esquerda, que mais tarde se juntaria à ANL. Formaram-se partidos para concorrer às eleições para a constituinte, muitos de cunho social-democrático e o socialista de São Paulo, que estaria radicalizando sua posição. Segundo a autora, o PSB de S. Paulo possuía um “socialismo abasileirado”, defendendo o estatismo e o corporativismo.

Os partidos estaduais, pois não se conseguiu criar um partido nacional que desse sustento ao Governo Vargas, acabaram sendo dominados pelas oligarquias, embora inicialmente, tivessem liderança e direção tenentista. Da mesma forma, muitos líderes tenentistas acabaram sendo absorvidos pela burocracia militar e pelo Governo Vargas, tanto provisório, quanto no constitucional e depois durante o Estado Novo. Além disso, depois da “Revolução Constitucionalista”, foi mais fácil para Góis impor a hierarquia ao Exército e em 1935, os elementos “indesejáveis” foram excluídos.

Devemos esclarecer que, embora em grande medida as colocações de Anita Leocádia Prestes pareçam-nos corretas, houve diferenciações dentro do tenentismo e surgiu não apenas *um* tenentismo de esquerda, mas diversas vertentes e, algumas delas se uniram, ao menos em São Paulo, dentro de organizações lideradas, ou influenciadas, pelos tenentes que se declararam socialistas e se aproximaram dos trabalhadores. A fórmula reformista à social-democracia e o nacionalismo delas originaram o *socialismo tenentista*.

Em sua tese de doutorado, Vavy Pacheco Borges³³ estuda o tenentismo em São Paulo, especialmente na disputa política entre a Legião Revolucionária/Partido Popular Paulista e o Partido Democrático. Ela considera os termos tenentismo e oligarquias insuficientes preferindo tratar dos projetos e disputas políticas, especialmente a partir do grupo ligado a Miguel Costa. Seu objetivo é resgatar os termos dessa luta política enfocando principalmente a ação dos tenentes através da questão “quem tem (tinha) medo do tenentismo?”

A obra de Vavy Pacheco Borges é nossa principal referência para a abordagem do tenentismo, em São Paulo, desde a vitória da Revolução de 1930, até o início da guerra civil de julho de 1932, a “Revolução Constitucionalista”. Segundo Borges, o termo tenentismo surgiu em meio às disputas políticas dos anos 1931-32.

³³ BORGES, Vavy Pacheco. *Op. cit.*

Nesse sentido, consideramos importante ver o que personagens contemporâneos dizem a respeito desse momento e sobre a temática. Parece-nos que podemos começar a partir do exame de algumas dessas fontes com a questão de se saber quais os motivos e de que forma parte dos tenentes passaram a posições esquerdistas e até socialistas na primeira metade da década de 1930 em cotejo com que é apresentado em parte da bibliografia comentada.

Miguel Costa Filho³⁴, já em 1931, expõe o descontentamento de certa corrente que participou da Revolução de 1930. O autor dedica-se à crítica severa àqueles que aderiram à Revolução para preservar seus interesses e manterem-se no poder. As principais críticas recaem sobre as oligarquias dissidentes e sobre seus representantes na oposição pré-revolucionária. Desse modo, a Aliança Liberal é criticada também, não só pelos seus componentes oligárquicos, como pelos seus traços ideológicos indefinidos e pelo recurso ao “velho liberalismo”, segundo o autor, não condizente com o momento internacional e, por isso, incapaz de resolver os problemas presentes. O liberalismo se apresentava como uma fórmula mágica, como uma panacéia já antiga e declarar-se liberal era o recurso rápido e fácil para qualquer político que se propunha “moderno” ou “democrático”, mas na realidade, era conservador.

O autor passa à crítica às personagens adesistas à Revolução, como os oligárquicos Francisco Campos, Antônio Carlos, Virgílio de Mello Franco e o “réprobo” Artur Bernardes. Nesse último caso, denuncia a mais terrível contradição residente no fato de aceitá-lo na conspiração aliancista, já que fora ele o maior inimigo da Revolução encarnada nos “revolucionários” dos “5 de julho” e como o indicador de Washington Luís à Presidência da República que, por sua vez, provocou a situação “revolucionária” entre as oligarquias. Entretanto, era uma contradição aparente, já que muitos dos aliancistas apoiaram-no durante sua presidência.

Consideração ácida recai sobre outro político, não obstante fosse ele uma das estrelas das oposições havia muito tempo. Trata-se de Maurício de Lacerda. Brilhante orador; animador de platéias e grande polemista era, contudo, um homem sem ideologia. Miguel Costa Filho critica-o severamente pelo seu comportamento pouco sincero e presunçoso. Já no início de 1931, ficara patente que a direção do país sob o “Governo Revolucionário” estava nas mãos de “politiqueiros” oligarcas de oposição e

³⁴ COSTA FILHO, Miguel. *Os farsantes da Revolução*. Rio de Janeiro: Alba, 1931.

pior ainda, dos adesistas em muitos estados. O movimento não teve uma ideologia orientadora e, segundo o autor, já demonstrava que não realizaria transformações sociais importantes. Maurício de Lacerda comentou isso em livro pouco antes da edição da obra em tela. Ele criticou principalmente o fato de os verdadeiros revolucionários dos dois “5 de julho”, militares e civis, terem se unido com os políticos farsantes que tomaram o poder para melhor mantê-lo em suas próprias mãos. Esses revolucionários teriam traído a Revolução. Entretanto, Maurício de Lacerda, que se autodenominara “soldado de Prestes” e “líder civil dos revolucionários”, articulou a união dos revolucionários dos 5 de julho com os aliancistas. Foi ele quem insistiu nessa aliança. Apontou Prestes como responsável ou cúmplice disso.

Miguel Costa Filho defende Prestes e os tenentes, embora não todos. De Prestes considera a honestidade demonstrada ao afastar-se da direção revolucionária e de expor seus pensamentos. O fato de ele estar se tornando comunista na época não incomoda o autor. Chega a considerar isso como uma acusação leviana e corriqueira, visto que João Alberto e Miguel Costa também eram acusados de serem comunistas.

Fato interessante se dá quando o autor afirma que entre 1929 e 1930, muitos oficiais revolucionários já apresentavam “tendências socialistas mais ou menos avançadas”, segundo destacara Virgílio de Mello Franco em *Outubro de 1930*. Escreve o autor:

“Os amigos civis daqueles rebeldes sabiam que, quando da marcha da Coluna Prestes através do interior do país, muitos de seus oficiais, os de mais fulgurante inteligência e mais amantes da leitura, se intoxicavam de ‘más idéias’ lendo obras comunistas. Exilados depois, eles recebiam livros dessa espécie daninha que do Brasil lhes eram mandados por companheiros de ideal... Estavam estudando a questão social... Nesse ponto, eles já se revelavam superiores aos políticos dominantes. Mais atuais, pelo menos”³⁵.

Ao que parece, o autor se refere a Prestes e aos materiais enviados por Astrojildo Pereira. Embora não se refira nominalmente, deveria haver outros a ter o mesmo comportamento, ou pelo menos, compartilhar leituras e discussões com Prestes. “Essas ‘tendências’ de Prestes e [de] outros oficiais eram conhecidas, de há muito, nas rodas

³⁵ COSTA FILHO, Miguel. *Op. cit.*, pp. 139-140.

autenticamente revolucionárias que não são aqueles ‘meios’ a que alude o Sr. Mello Franco. Estes são os dos políticos aliancistas”³⁶.

Para a organização da conspiração que levaria à Revolução de 1930, Agildo Barata³⁷ considerou importante a influência de líderes tenentistas que, embora afastados do Exército, exerciam grande fascínio sobre os jovens oficiais. Salienta que muitos simpatizantes e alguns conspiradores da época do levante de São Paulo e da marcha da Coluna Prestes e novos aderentes, permaneciam na tropa. Por inconformismo e seguindo o que líderes tenentistas faziam e depois indicaram, muitos dos simpatizantes e aderentes nas fileiras do Exército, começaram a se aproximar da Aliança Liberal. Movia-os também, uma coletiva repulsa aos “carcomidos”; às práticas da “República Velha”. Evidentemente, mesmo as propostas da Aliança Liberal sendo fracas, atraíram-nos em oposição ao candidato governista. Como muitos jovens militares e seus líderes tornados heróis, alguns até mitificados, começaram a conspirar com os elementos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outras regiões. Em meio a isso, os jovens tenentes aderentes recentes se envolveram.

Nesse momento, Washington Luís concentrava grande quantidade de tropas federais na Paraíba de modo a estar preparado a intervir nessa unidade da Federação. Alguns revolucionários, entre eles o autor, estavam lá mobilizados por esse fato. Esses jovens levaram adiante um trabalho de proselitismo junto a outros oficiais subalternos e mesmo, sobre alguns superiores. Interessante é como o autor narra o convite-intimação feito ao coronel comandante de sua unidade, sob ordem de Juarez Távora, então *General Revolucionário*. Depois, a forma de intimação comum dos tenentes revolucionários feita ao oficial que comandava um batalhão legalista, acabou fazendo com que ele se rendesse e aderisse à Revolução. Finalmente, intimou-se o coronel da polícia baiana que comandava tropas que deveriam barrar o avanço dos revolucionários em direção a Salvador. Este, porém, não se rendeu, mas também não lutou, já que a Junta Militar do Rio de Janeiro pedia armistício.

Segundo o autor, os tenentes em sua maioria, ansiavam por um aprofundamento do significado político da Revolução de 1930. Queriam reformas significativas. Logo, porém, começaram a ficar desapontados com a acomodação de velhos “carcomidos” como revolucionários. O próprio Getúlio seria um deles. Os tenentes estavam divididos e sem uma liderança única reconhecida. Juarez adquiriu grande poder após o

³⁶ COSTA FILHO, Miguel. *Op. cit.*, p. 141.

³⁷ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, 2.^a Ed.

rompimento de Prestes, especialmente após o avanço vitorioso dos revolucionários no Nordeste. Entretanto, não gozava do apoio para liderança nacional de outros importantes líderes do movimento, como João Alberto e Miguel Costa. Segundo Agildo Barata, entre João Alberto e Juarez Távora houve mesmo desentendimentos políticos. Não teriam os tenentes qualquer projeto de governo e isso colaborou para dispersão do movimento após a vitória da Revolução.

Para Agildo, os tenentes teriam exigido que Getúlio assumisse o poder como um chefe revolucionário e não como um presidente eleito, mas prejudicado pelas fraudes eleitorais. Em pouco tempo, muitos tenentes se decepcionaram com os rumos do Governo Vargas, que assumia um tom ditatorial e não realizava as reformas necessárias para resolver os problemas nacionais. O autor declara que, se Juarez tivesse mais pulso e força e dispusesse de algum projeto de governo poderia ter unido grande parte da jovem oficialidade aderente e recém-revolucionária e talvez, tivesse condições de tomar o poder.

Alguns tenentes acabaram se afastando do governo e se unindo aos conspiradores paulistas que viriam a organizar a “Revolução de 32”. Agildo Barata foi um deles e justifica sua adesão à essa causa, considerando sua oposição a Getúlio e a necessidade de *reconstitucionalização* do país como forma de abreviar a “ditadura”. Junto com os poucos tenentes, o general Isidoro Dias Lopez se uniu aos conspiradores, que o próprio autor classifica como “revanchistas”. Agildo foi preso no Rio e não pôde lutar nessa “revolução”.

Em seu exílio em Portugal, o autor declara ter chegado à sua oposição irreduzível ao fascismo, ao conviver durante um ano com o regime de Salazar. Viajando com a família por alguns dias a Madri, conheceu a efervescência política republicana e se impressionou com os comunistas, socialistas, democratas e libertários.

Voltando ao Brasil, teria sido convidado por Juracy Magalhães, seu companheiro de combates no Nordeste durante a Revolução de 1930, a participar de seu governo na Bahia. Agildo declina justificando sua oposição definitiva ao Governo Vargas. No Rio, tenta estabelecer-se como comerciante calçadista. Foi então que acaba, por intermédio de outro tenente, se aproximando e ingressando no PCB. Com a anistia dada aos militares rebeldes de 1932 e com orientação do Partido, Agildo reingressou no Exército, já como capitão. Foi orientado a manter em segredo sua filiação ao Partido. Em 1935 foi transferido para o Rio Grande do Sul como resultado de perseguição do Ministro Góis Monteiro. Lá colaborou com a organização da ANL. Foi ameaçado de

morte e sofreu atentado. Acabou por interferência de seu irmão junto a um general, transferido novamente para o Rio de Janeiro, assumindo posto no Batalhão da Guarda.

O autor declara que muitos militares e civis que se uniram e formaram a ANL, foram movidos por convicções democráticas e antifascistas. As palavras de ordem antifascistas, antiimperialistas e antilatifundiárias, atraíram grande massa às fileiras da Aliança Nacional Libertadora.

Apolônio de Carvalho³⁸ relata que muitos jovens estudantes militares eram propensos à esquerda no início dos anos 1930, sendo que muitos já eram leitores de autores como Marx, Engels, Lênin, Bukharin, Stálin e de obras gerais que serviam para iniciá-los no cientificismo e na filosofia, como: Spinoza, Hegel, Darwin e da literatura estrangeira como: Zola, Gorky e mesmo anarquistas como Bakunin etc. Alguns desses livros existiam na Biblioteca da Escola Militar, outros eram trazidos pelos cadetes que, por sua vez, foram iniciados por seus professores nos Colégios Militares de Fortaleza, Barbacena, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Segundo o autor, muitos desses professores eram comunistas ou simpatizantes, assim como alguns do Realengo.

No cotidiano da Escola Militar, além dos estudos, do treinamento e da instrução militar, além da diversão de jovens estudantes em seus momentos de folga, discutiam em seu grêmio acadêmico questões políticas, sociais, filosóficas e literárias. Apolônio possuía amigos marxistas que formavam seu grupo. Ele conhecia em partes o marxismo, mas parecia se interessar mais pela literatura libertária e socialista geral, pouco afeito a doutrinanismos ortodoxos de jovens empolgados.

Quando da chamada “Revolução Constitucionalista” de 1932, relata que os jovens ficaram divididos quase que em duas metades: os gaúchos eram fiéis a Getúlio, os nortistas e nordestinos tinham muita influência tenentista, permanecendo esses dois grupos fiéis ao governo, os outros, quase a metade dos alunos, tinham simpatias pelo levante paulista por estarem decepcionados com os rumos da política do Governo Provisório. A única coisa que os uniu e quase os levantou contra o governo, foi o desarmamento da Escola durante o conflito.

Durante o curto período em que dirigiu a revista do grêmio acadêmico, procurou envolver seus conhecidos amigos esquerdistas, para que estes se dedicassem a esclarecer o alunado, não de forma partidária, mas de forma ideológica anticapitalista.

³⁸ CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Formado tenente de artilharia em 1934, foi designado para o Rio Grande do Sul, na unidade sediada em Bagé. Segundo Apolônio, as unidades das fronteiras do Sul eram uma espécie de exílio para os militares identificados como “esquerdistas”. Lá, procurou alfabetizar e dar cursos para soldados, cabos e sargentos interessados em promoção, além de tentar elevar-lhes o nível de vida.

No início de 1935 foi procurado por um capitão de cavalaria da Força Pública Catarinense, afastado e adido à cavalaria do Exército, Moésias Rolim. Esse capitão participava da ANL e procurou habilmente envolve-lo, o que acabou conseguindo com uma tática indireta, com tarefas aparentemente não compromissadas. Participando com um militante operário em uma reunião sindical de propaganda e com objetivo de arregimentação para organização de uma seção da ANL em Bagé, acabou envolvido no debate e defesa dos princípios da Aliança diante de lideranças anarquistas. Teve sucesso e logo operários e profissionais da classe média, como professores, jornalistas, advogados e até juízes freqüentavam sua casa. Organizaram uma sede municipal para a Aliança Nacional Libertadora.

A experiência intensa, contudo, durou poucas semanas. Em julho, a ANL foi posta na ilegalidade e os aliancistas de sua cidade perderam o contato com o centro da organização. Segundo o autor, em análise póstuma ao fato, o erro estava em sendo ela uma organização de frente popular, de massa, deveria estar alicerçada nos movimentos populares. Era demasiado cedo querê-la conspiradora e preparada para golpear o Governo na forma tenentista já consagrada. Perdidos os contatos, a seção de Bagé começou a refluir e definhar nos meses que se seguiam. O major Costa Leite, então vice-presidente da ANL, foi mandado para o Rio Grande do Sul e passou a se encarregar da conspiração naquela região. Preparava-se um movimento para março ou abril de 1936. O major considerava uma ilusão esperar algum levante espontâneo do povo. Deveriam agir como militares revolucionários.

Os levantes de novembro surpreenderam-nos. O major Costa Leite não se preocupou com a derrota, porque considerava-os como levantes parciais regionais; o movimento realmente preparado viria depois e seria muito maior... Apolônio considera que Costa Leite subavaliava as forças do governo e sobre-avaliava as forças aliancistas. Logo foi preso e dois meses depois, o próprio Apolônio. Parte da guarnição da unidade onde ficou preso queria levantar-se e se propunha a libertá-lo. O jovem tenente não aceitou e desaconselhou o movimento porque não tinha qualquer perspectiva tática para

continuar a luta caso ela começasse. Não tinha outros contatos e nem sabia para onde dirigir seus homens.

Juntamente com outras centenas de militares do Exército e da Marinha aprisionados, foi expulso de sua corporação e levado para presídio no Rio de Janeiro. Lá, em contato com intelectuais, antigos colegas de Escola Militar e com muitos outros, começou a estudar metodicamente o marxismo, ouvindo os intelectuais e dirigentes comunistas presos, lendo obras marxistas e discutindo os problemas brasileiros e internacionais. Ao final do estado de guerra em 1937, foi libertado junto com os outros presos políticos não implicados diretamente com a direção dos levantes de 1935 e com a direção nacional da ANL. Saiu da prisão comunista militante.

Poucos dias depois, foi convencido a auxiliar os republicanos espanhóis em sua Guerra Civil. Era duplamente qualificado para isso: tenente de artilharia com dois anos de experiência na tropa e comunista. Embarcou clandestino para a Bahia, onde Juracy Magalhães em oposição a Vargas, deixava os comunistas agirem em semi-legalidade. Coletou dinheiro junto aos militantes e simpatizantes do Partido e embarcou clandestino no navio brasileiro *Bagé*, rumo à Europa.

Vejamos ainda três depoimentos cedidos à Andréa Paula dos Santos³⁹ que nos servem como subsídios.

Para Anthero de Almeida, os tenentes estavam insatisfeitos com o governo de Getúlio que, segundo suas palavras, tinha chegado ao poder com a ajuda deles e aí se mantido, igualmente, com sua ajuda; inclusive no que se refere à guerra civil de 1932. O programa nacional popular do tenentismo vinha sendo deixado de lado em proveito de uma aproximação de Getúlio com os “políticos” depostos em 1930 e derrotados em 1932, especialmente os paulistas.

O descontentamento era grande diante das manobras de Góis Monteiro na presidência do Clube 3 de Outubro, que cindiu-se. Mais tarde, de sua cisão surgiu a ANL. Segundo Almeida, o capitão Amoreti de Carvalho o convidou, de dentro do Clube Militar, a visitar a recém-criada ANL. Almeida, então 1.º tenente, ingressou na organização através do tenentismo de esquerda. O núcleo da ANL era o tenentismo e foi assim que ela penetrou nos quartéis. O PCB veio depois e controlou-a por ser mais organizado. Nesse caso, referiu-se pouco a Prestes. Este não parece ter sido um grande ídolo para ele, ao contrário de sua admiração pelos tenentes, nacionalistas, populares e

³⁹ SANTOS, Andréa Paula dos. *A esquerda das Forças Armadas Brasileiras. História oral de militares nacionalistas de esquerda*. S. Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada na FFLCH-USP, 1998.

democráticos. Eles seriam antiimperialistas. O impulso inicial da ANL foi a luta contra o integralismo. Mas, segundo Almeida, desde fevereiro-março de 1935, já se falava em depor Getúlio.

Delcy Silveira era gaúcho, filho de fazendeiro líder do Partido Libertador. Aos 11 anos, ingressou no Colégio Militar de Porto Alegre, em 1927. Em 1935, ingressou na Escola Militar do Realengo. Considerou o Realengo democrático, tanto que relatou o episódio de sua primeira revista de materiais (indumentária), chamada de “enxoval”. Em seu “enxoval” estava um resumo do *Capital*. O capitão da revista perguntou se ele era comunista e ele respondeu que não. Então o capitão lhe disse: “Cadete, aqui o senhor pode ser o quiser”⁴⁰. Havia grande penetração de idéias nacionalistas de esquerda e integralistas. Os tenentes não discutiam Prestes, mas discutiam o socialismo, a democracia e, especialmente, o nacionalismo. Quando o aliancismo surgiu, penetrou no Realengo. A partir de 1934-35 começaram a ocorrer delações da parte dos integralistas. Embora os cadetes não tivessem participado dos levantes de 1935, muitos foram presos por serem simpatizantes da ANL e, ou, por suas opiniões. Delcy Silveira ficou preso mais de um ano; foi desligado do Realengo e entregue à polícia civil.

Fortunato Câmara de Oliveira era cadete aviador da arma de aviação do Exército. Era democrata antiintegralista e simpatizante da ANL. Em 1934 havia a disputa político-ideológica entre integralistas e seus simpatizantes que formavam a maioria e os democratas e simpatizantes da ANL, que formavam a minoria. Com o levante de 1935 e a repressão, os anti-integralistas foram perseguidos com detenções, interrogatórios, prisões e expulsões. Fortunato, por influência do pai, pôde se manter e se formar. Mas, sempre foi suspeito, até o fim da carreira, sendo constantemente preso. Só foi promovido por antigüidade.

Do que vimos, podemos considerar que os elementos que explicam as influências de esquerda entre os militares dos anos 1930, são provenientes do desenvolvimento do próprio tenentismo e da mística que se formou em torno de seus heróis durante a década de 1920 e após a vitória da Revolução de 1930. Parte dessa mística, dessa influência, foi levada para dentro da ANL e lá, amplificou-se ainda mais. Essa influência teve como primeira forma a rebeldia militar jovem contra a ordem estabelecida. Os descontentamentos com a política ainda oligárquica de Getúlio e suas

⁴⁰ SANTOS, Andréa Paula dos, *op. cit.*, p. 97.

composições com elementos claramente vistos como incompatíveis pelos “revolucionários sinceros”, tanto civis quanto militares, potencializaram o posicionamento à esquerda em relação a Vargas. Na busca de um corpo de idéias mais condizente com o momento, começaram a assumir uma perspectiva nacionalista de esquerda que se confundia com elementos socialistas, superando o liberalismo da década anterior. O aprofundamento dessas influências favoreceu a penetração de idéias comunistas, principalmente depois da criação da ANL. Contudo, podemos considerar isso como uma hipótese ainda abstrata, pois é necessário ligarmos esse processo político-ideológico pelo qual passavam alguns tenentes e revolucionários de 1930 com a aproximação efetiva junto às massas trabalhadoras.

Evidentemente, essa superação ideológica do liberalismo tinha contexto histórico e, como Miguel Costa Filho e outros afirmam, essa ideologia passou a ser identificada com o regime decaído, com toda sua insuficiência em resolver problemas sociais e econômicos nacionais, bem como era considerada como uma das origens da própria depressão econômica internacional que vitimava o Brasil. O socialismo proposto entre os anos 1931-2 – 1934-5 por dissidentes à esquerda dos vitoriosos revolucionários de 1930 e aceito por parte dos tenentes que se tornavam crescentemente insatisfeitos com os rumos da Revolução, era confuso. Esse socialismo possuía elementos reformistas social-democráticos e corporativistas, inclusive fascistas, e outros cooperativistas-corporativistas ao estilo de parte do sindicalismo europeu praticado antes da I Guerra Mundial.

Mas, a efetivação desse deslocamento à esquerda foi providenciada pela aproximação dos tenentes e de parte dos revolucionários de 1930 com organizações operárias. Alguns líderes operários e outros socialistas reformistas se aproximaram dos tenentes ainda durante a década de 1920 e vários outros, depois da vitória da Revolução e instalação do Governo Provisório.

No trabalho que segue, procuramos recuperar a trajetória das organizações tenentistas e que aceitaram o socialismo em sua forma reformista à social-democracia. Metodologicamente, utilizamos a forma narrativa analítica, na qual procuramos expor a história de nosso objeto e, ao mesmo tempo compreender como elementos e personagens tenentistas militares e civis se aproximaram de socialistas reformistas de origens diversas e, em seu convívio, militância e discordâncias, criaram o que definimos como *socialismo tenentista*. Optamos por essa forma simples de exposição e análise para facilitar a leitura deste trabalho para todo o público que se interesse pelo tema.

Assim, o primeiro capítulo aborda o surgimento das organizações socialistas tenentistas: o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, a Legião Cívica 5 de Julho e a Bandeira dos 18 e suas trajetórias iniciais.

O segundo capítulo, a aproximação efetiva dos socialistas tenentistas junto ao proletariado e seu primeiro aprofundamento político-ideológico, na forma de seu segundo congresso e de sua definição social-democrata, conquanto guardasse inequívocas influências tenentistas e da superação do personalismo e da tutela imposta pelo general Waldomiro Castilho de Lima e de sua situação de apêndice da interventoria paulista.

O terceiro capítulo aborda o segundo aprofundamento político-ideológico marcado pelo engajamento na luta antifascista e na formação da Aliança Nacional Libertadora em São Paulo. Trata-se, ao mesmo tempo, do auge e da desagregação do socialismo tenentista a partir da forte repressão ocasionada pela aprovação da Lei de Segurança Nacional e da avassaladora repressão após a supressão do levante aliancista-comunista de novembro de 1935. A precária sobrevivência do socialismo tenentista chega ao fim com o golpe que institui o Estado Novo, em novembro de 1937.

Nesses três capítulos não se trata somente da trajetória sócio-política do socialismo tenentista. Resgatamos também suas propostas econômicas e de políticas públicas que estão presentes ao longo do texto, mais especificamente nos momentos em que analisamos seus programas partidários e eleitorais em 1933 e em 1934. Para tratarmos com maior atenção essas questões, dedicamos o último capítulo deste trabalho às propostas de política econômica dos socialistas tenentistas e de seus aliados, bem como ao principal elemento de suas políticas públicas: a *educação*. No último capítulo há um grande espaço para a apresentação da concepção de política econômica do socialista italiano e antifascista militante, Francisco Frola. Sendo um dos principais ideólogos do PSB-SP, publicou seu tratado sobre cooperativismo em 1937. Foi um dos principais responsáveis pela apresentação da proposta nos materiais de divulgação do partido e uma das principais influências sobre os outros socialistas tenentistas. O cooperativismo para Frola representava quase que uma nova organização da sociedade, de sorte que agregava, a partir de exemplos de outros países, propostas de políticas de moradias populares, de lazer, de educação, além de comércio de abastecimento, de produção, financeiras e, finalmente, representaria uma “escola” de administração para o proletariado que deveria chegar ao poder legal e democraticamente e proceder as reformas sociais, econômicas e políticas que encaminhariam a sociedade ao socialismo.

Capítulo 1

As organizações socialistas tenentistas e o contexto político e social

1.1 O Partido Socialista Brasileiro

Ao findar a guerra civil em São Paulo, as forças apoiadoras do Governo Provisório de Vargas e ligadas direta e indiretamente ao tenentismo convocaram um congresso para que lhes fosse conferida maior uniformidade de ação e de ideais.

Dainis Karepovs⁴¹ considera que a Revolução de 1930 marca a entrada em cena de maneira irreversível das massas populares, o que já vinha se iniciando desde os levantes tenentistas de 1922. Consideramos, baseados em extensa bibliografia estudada e em parte citada, além dos resultados de pesquisas, que as massas populares, principalmente na forma do movimento operário, já vinham ocupando gradualmente os espaços públicos, embora houvesse momentos de avanço e outros de retrocesso, a partir de severa repressão policial e jurídica sobre os militantes proletários em diversas localidades do país. As greves parciais e as grandes greves, as manifestações de 1.º de Maio, as publicações periódicas e os Congressos Operários são provas disso. São manifestações públicas de massa que na maioria dos casos tiveram caráter reivindicatório e algumas vezes, revolucionário.

Edgar Carone⁴² aponta avanço do reformismo que, embora se colocasse mais na perspectiva das eleições constituintes de 1933, representou a criação de diversos partidos socialistas ou social-democratas após o Congresso Revolucionário de 15 a 25 de novembro de 1932, no Rio de Janeiro. O autor cita que muito da iniciativa de criação desses partidos socialistas e social-democratas estaduais devia-se ao esforço de se fazer frente às oligarquias nas eleições para Constituinte em maio de 1933. O principal deles foi o Partido Socialista Brasileiro.

Karepovs comenta que desde a vitória da Revolução de 1930, em São Paulo, os tenentes já desconfiavam de seus aliados do Partido Democrático, ligeiramente mais

⁴¹ KAREPOVS, Dainis, “PSB-SP: Socialismo Tenentismo na Constituinte de 1933-34”, In: *Esboços, revista do programa de pós-graduação em história da UFSC*. Florianópolis, 2006, n.º 16.

⁴² CARONE, Edgar *Brasil: 1930-1945, anos de crise*. São Paulo: Ática, 1991.

liberais que a matriz da qual cindiram, o conservador Partido Republicano Paulista. Desde então, procuraram organizar associações de massa com tendências partidárias, como a Legião Revolucionária – embora isso fosse uma prática disseminada em vários estados no início de 1931 – que se tornou depois o Partido Popular Paulista. Segundo ele, no início de 1932, homens como Zoroastro Gouveia já propunham a fundação de um partido socialista. A guerra civil iniciada em 9 de julho desse ano interrompeu essa iniciativa e, logo após seu término, novamente se retomou a discussão.

Desde os fins do movimento constitucionalista e da guerra civil, os revolucionários, entendidos como os homens que apoiaram os levantes tenentistas, principalmente o de 1924, em São Paulo, saídos das “cadeias da Paulicéia”, outros “voltando do Rio de Janeiro e os que estiveram nas frentes de combate” se reuniram diversas vezes com o objetivo de formar uma “união da família revolucionária” e estabelecer uma ideologia que atendesse aos seus desígnios. Nessas reuniões realizadas no Centro Republicano Português, Zoroastro Gouveia leu o “Manifesto Programa do Partido Socialista de São Paulo”⁴³. Participaram dessas reuniões representantes das seguintes entidades: Partido Popular Progressista, Clube 5 de Julho, Clube 3 de Outubro, Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo, Centro 1.º de Setembro, Federação Sindical Proletária do Estado de São Paulo e dissidentes do Partido Democrático. Todos foram convidados pela Legião Cívica 5 de Julho do Rio de Janeiro a participar do I Congresso Revolucionário Brasileiro a realizar-se entre 15 e 25 de novembro de 1932. O objetivo, segundo Karepovs, era unificar as forças vinculadas ao tenentismo e favoráveis ao Governo Provisório.

Participaram efetivamente do I Congresso Revolucionário Brasileiro, representantes das seguintes organizações: Clube 3 de Outubro, Legião Cívica 5 de Julho, Legião Paranaense, Legião Revolucionária de São Paulo, Partido Liberal Socialista de São Paulo e Ação Integralista Brasileira⁴⁴.

Inicialmente, segundo Carone, isso faria parte da pressão dos tenentes de esquerda ou “socializantes”, mas também era uma manobra oportunista para tentarem aproximar-se de bases operárias e de classe média, com intuito de recompor as bases da Revolução apoiadas pelo Clube 3 de Outubro. Para o autor, vários dos ex-participantes da Legião Revolucionária de 1931, apoiada por João Alberto, aderiram ao novo partido, inclusive Juarez Távora.

⁴³ *Luta Social*, n.º 9, de 27/01/1934, p. 1.

⁴⁴ KAREPOVS, Dainis, *op. cit.*, p. 171.

Esse congresso, além da ruptura da direita por parte da AIB, não teve o comparecimento do Partido Socialista Radical de São Luiz do Maranhão, liderado por Reis Perdigão, antigo membro da Coluna Paulista, que o criticou e propôs um programa mais radical de esquerda⁴⁵, quando considera que a Revolução no Brasil deveria ser “do tipo agrário anti-imperialista”. Em 1932, ele defende a estatização do solo e do subsolo, confisco da terra, não reconhecimento da dívida externa e estatização das empresas e indústrias, igualdade entre homem e mulher, obrigatoriedade da organização sindical. “Politicamente, ‘o país terá um governo oriundo das massas trabalhadoras e se denominará: República Socialista dos Estados Federados do Brasil’”, o “governo será exercido por um congresso de trabalhadores, órgão supremo do poder no país e, nos intervalos das legislaturas, pelo Comitê Executivo Central”⁴⁶.

Em suas memórias, Juarez Távora declara a respeito desse congresso:

“Eleito 1.º vice-presidente do Congresso, tive, na realidade, de arcar, quase constantemente, com as responsabilidades de sua presidência, já que Pedro Ernesto, eleito presidente, quase nunca podia comparecer às sessões, devido às suas ocupações como interventor do Distrito Federal. Isso me tolhia, gravemente, a atividade de discussão, que gostaria de ter tido, no plenário, para defender as teses do Clube 3 de Outubro, contra o radicalismo de elementos socialistas, que, logo de início, entraram em conflito com outros de direita – especialmente os da Ação Integralista, que acabaram abandonando o Congresso, apesar dos apelos à moderação que fiz ao plenário.

A partir daí, a tendência à radicalização socialista foi-se acentuando, até o encerramento do Congresso, em cuja última sessão foi apresentada a moção no sentido de declarar-se o Partido Socialista Brasileiro como catalisador da ideologia revolucionária, ali apresentada, discutida e aprovada”⁴⁷.

Juarez Távora se colocou contra e apresentou outra proposta de linha mais nacionalista, embora ele tenha dito ser “partidário de uma concepção social-democrática para o governo brasileiro”.

“A maioria presente no plenário optou, entretanto, pelo radicalismo socialista, desprezando a generalizada tendência moderada que já se esboçara nas organizações partidárias de vários Estados – inclusive os do norte do país – através da formação de partidos social-democráticos [sic]. Houve mesmo quem ironizasse minha proposta qualificando-a de ‘o socialismo cor-de-rosa do Major Juarez’...

⁴⁵ CARONE, Edgar, *op. cit.*, p. 94.

⁴⁶ CARONE, Edgar, *op. cit.*, p. 95.

⁴⁷ TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976, 2.º vol., p. 66.

Minha decepção foi grande, diante desse desfecho. Maiores, porém, seriam minhas preocupações e desgostos posteriores. Como presidente ocasional do Congresso, tornei-me depositário provisório de seus arquivos e responsável pela ultimação de providências decorrentes de suas decisões – inclusive aquelas ligadas à fundação do Partido Socialista, da qual, por injustificável tolerância, deixei-me constituir, por algum tempo, uma espécie de presidente (...)”⁴⁸.

Dainis Karepovs⁴⁹ afirma que a situação caminhava mal porque, segundo documentos com depoimentos de outros militantes do PSB e que estiveram presentes ao Congresso Revolucionário de novembro de 1932, o manifesto publicado não fora o aprovado pelo plenário, havendo falsificação.

No manifesto publicado⁵⁰ declarava-se que o Partido era resultado de um Congresso que pretendeu aprofundar os resultados da Revolução de outubro de 1930. O primeiro elemento revolucionário a ser aprofundado era a união nacional com o objetivo de superar os regionalismos e seus partidarismos prejudiciais à nação. A esse primeiro elemento nacionalista soma-se outro em que se pretendia estudar os problemas brasileiros sob orientações brasileiras.

O socialismo do novo partido anunciado pelo manifesto era explicitamente mais uma declaração de princípios e tendências que programático e sempre submetido à razão nacional e patriótica.

Afirmava que os componentes do partido eram aderentes à Revolução de 1930 desde seu início e declarava ainda a participação de muitos dos congressistas nos episódios desde 5 de julho de 1922 até o desenlace revolucionário em outubro de 1930.

O novo partido procurava ser uma negação do passado político da “República Velha”, visto como vicioso e artificial já que nela se praticava a cópia pura e simples de modelos institucionais estrangeiros, encorajou e praticou regionalismos desarticuladores e prejudiciais ao legítimo sentimento de união nacional.

O partido adotava do socialismo o que considerava adequado à solução da crise econômica e social brasileira, vista como reflexo da crise internacional, que era uma das conseqüências da I Guerra Mundial. Ela era uma crise estrutural geradora de queda da renda e do consumo e, conseqüentemente, de desemprego. A apropriação privada do

⁴⁸ TÁVORA, Juarez. *Op. cit.*, p. 67.

⁴⁹ KAREPOVS, Dainis *op. cit.*

⁵⁰ *Manifesto do Congresso Revolucionário: fundação do Partido Socialista Brasileiro (dezembro de 1932)*. Apud, CARONE, Edgar. *O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. S. Paulo: Difel, 1975.

lucro que aviltava a massa salarial incrementava-a ainda mais. A raiz do problema, na visão desses socialistas, estava na injusta divisão da riqueza.

Entretanto, alertava o manifesto que o partido nascente não era extremista: não era fascista, nem comunista, como o acusavam.

No que tange às questões social e política, o Partido Socialista Brasileiro aderiu à sindicalização profissional de todas as classes – do proletariado à burguesia – e propunha a representação política como forma de combate ao regionalismo. Essa seria a forma de se introduzir pacificamente as transformações que se afiguravam “inevitáveis”, evitando-se a radicalização social.

Com esse sindicalismo em pleno funcionamento incentivar-se-iam e apareceriam outras ferramentas para a transformação da sociedade em direção ao “novo Brasil”; as cooperativas de produção, de crédito e de consumo. Essa prática seria o encaminhamento seguro da resolução de muitos dos problemas que afligiam o país, uma vez que os sindicatos e as cooperativas reativariam as forças econômicas e sociais necessárias à superação da crise⁵¹ e para a edificação do “novo Brasil”.

Conquanto o manifesto declarasse que o PSB seria um partido nacional, acabaram sendo criados diversos partidos socialistas e, ou, social-democratas estaduais no Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. Karepovs considera que essas organizações seriam ligadas aos tenentes nas respectivas interventorias estaduais. A relação desses partidos com o PSB era próxima ao federalismo, implicando em grande autonomia para cada um deles. O autor considera que isso indicava a força da cultura regional no país.

A maioria desses partidos, segundo Carone, nasce ligada ao sistema de Estado dominante e para atuar nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933. Mesmo quando elegiam deputados, desapareciam definitivamente algum tempo após as votações, ou se agrupavam com interesses oligárquicos dos estados nos quais foram criados. Os poucos membros que se ligaram a eles sinceramente, decepcionaram-se e ingressaram na ANL, quando esta surgiu.

⁵¹ O Brasil sofria os duros efeitos da Grande Depressão dos anos 1930, desencadeada pela Crise de 1929. Entre esses efeitos estavam a baixa da cotação internacional do café, nosso principal produto de exportação; desvalorização do mil-réis; dificuldades de importação e desemprego. É certo que diversos atos do Governo Provisório vinham amenizando os efeitos da crise econômica, mas ainda nos anos 1933-35, eles eram sentidos com severidade, embora já em redução, como indicam diversos autores, entre eles Edgar Carone.

1.2 O general Waldomiro Lima e o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo

Segundo Quartim de Moraes⁵², os tenentes saíram enfraquecidos politicamente ao final da guerra civil de 1932, mesmo estando do lado vitorioso, pelo fato de terem combatido simplesmente como oficiais reincorporados ao Exército, sem um papel de destaque social e militar. Hélio Silva⁵³ considera que, terminado o conflito, o maior derrotado acabou sendo o tenentismo. Vargas gradativamente afastou os tenentes do poder, substituindo-os por generais e civis não ligados ao movimento.

O I Congresso Nacional Revolucionário, ocorrido no Rio de Janeiro a partir de 15 de novembro de 1932, definiu outro rompimento dentro do tenentismo⁵⁴. Houve pressão de esquerda com a fundação do Partido Socialista Brasileiro, para onde foram alguns tenentes. Outros, “individualmente”, mantiveram-se ligados a Getúlio: Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Juracy Magalhães, João Alberto etc. Outros poucos, 29 de 273 membros, mantiveram-se no Clube 3 de Outubro, que defendia um “socialismo evolutivo e nacional”, mas já enfraquecido e com tão pouco poder de influência política que só pôde sobreviver mais dois anos. Tanto o Clube, quanto o PSB posicionaram-se à esquerda do Governo Federal.

A maior questão foi, novamente, a Interventoria de São Paulo, além de outras, como as do Nordeste. Os líderes políticos mais ligados aos constitucionalistas e à guerra civil foram exilados para Portugal e outros lugares, juntamente com oligarcas rebeldes mineiros, baianos e gaúchos.

Em São Paulo, os tenentes não voltaram ao poder, mas apoiaram os generais Waldomiro Castilho de Lima e Daltro Filho, respectivamente na Interventoria e no comando da 2.^a Região Militar. O general Waldomiro Lima chamou vários deles às secretarias de Estado, especialmente para a chefia de polícia. Evidentemente, sofreu oposição dos “antigos” constitucionalistas que exigiam “um interventor civil e paulista”, que deveria ser ligado direta ou indiretamente com seus grupos de apoio. Os tenentes procuraram resistir.

⁵² MORAES João Quartim de, *op. cit.*

⁵³ SILVA, Hélio. 1933. *Crise do tenentismo (O Ciclo de Vargas – vol. VI)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

⁵⁴ Consideramos que o rompimento de Prestes, em 1930, foi o de maior significado.

A primeira questão foi a destituição da diretoria do Instituto do Café de São Paulo e a nomeação de uma junta dirigente da confiança do governador militar que, depois, foi nomeado Interventor Federal. Imediatamente abriu-se uma Comissão Especial de Inquérito para investigar a denúncia de desvio de verbas durante a guerra civil através de seus dirigentes e da empresa Murrey & Simonsen, ligada ao banco inglês Lazard Brothers & Co. e também a nomeação de Bento Borges como chefe de polícia, que iniciara uma forte repressão aos antigos constitucionalistas, era vista como mais uma causa de problemas.

Ângela Gomes, Lúcia Lobo e Rodrigo Coelho⁵⁵ consideram que tais questões foram a abertura de uma frente de combate interna muito difícil para Waldomiro, uma vez que ele tentou “criminalizar” a ajuda financeira e participação junto aos constitucionalistas durante a guerra civil, o que era ponto de honra para as elites e classes médias paulistas, justamente quando elas se organizavam para participar das eleições para a Constituinte. A interventoria de Waldomiro começou a enfrentar fortes oposições e problemas internos, o que complicou sua missão de apaziguamento do Estado de São Paulo.

E isso, malgrado o general afirmar em documentos oficiais e discursos sua total disposição ao diálogo e respeito a São Paulo, no caso, leia-se, à elite paulista. Em seu governo, o general pretendia interferir o mínimo possível na economia e na sociedade paulistas, para não causar-lhes transtornos e sobressaltos. Como tática para melhor atingir seus objetivos, Waldomiro glorifica o estado em seus elementos de orgulho: trabalho; arrojo; passado bandeirante e sua liderança nacional no presente, como unidade federativa. Fala em concórdia: “Eu vos peço, generosos patrícios, que tal concórdia seja a concórdia do Brasil, que aquela vitória e que aquele amor sejam a vitória e o amor da Pátria: uma, constante na harmonia, fecunda no progresso, indivisível para os do Norte, para os do Centro, para os do Sul”⁵⁶.

O elemento político-ideológico nacionalista está presente sendo o mote do discurso: “No Brasil – fixem bem – o nacionalismo, no sentido da unidade, é mais

⁵⁵ GOMES, Ângela de Castro et. alii, “Revolução e Restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização”, in: GOMES, Ângela C. (org.), *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

⁵⁶ “Discurso do General Waldomiro Castilho de Lima”, In: Comissão Promotora da Festa do Trianon (org.). *Festa do Trianon. Em homenagem ao General Waldomiro Castilho de Lima, São Paulo, 15 de janeiro de 1933*. São Paulo: Revista dos Tribunais, Fevereiro de 1933, p. 77.

vigoroso do que se pensa. Requer, apenas, um pouco mais de desprendimento afim de libertá-lo dos ataques inesperados que lhe abalam a estrutura”⁵⁷.

A partir de janeiro de 1933, ele não comandava mais a 2.^a Região Militar, que passou às mãos do general Daltro Filho, pelo fato de deixar de ser Governador Militar e passar a ser Interventor Federal. Se o governo permanecia nas mãos de Waldomiro Lima, o comando militar fora retirado pelo Governo Provisório. Segundo a interpretação de Ângela Gomes e outros autores, para não permitir excessiva concentração de poderes.

Mas, por que Vargas e sua alta cúpula nomearam Waldomiro para a Interventoria?

Os autores acima citados consideram que os apetites políticos de Waldomiro Lima, juntamente com suas manobras não passaram despercebidos pela cúpula do “outubrismo”⁵⁸. Essas manobras eram as tentativas de formação de base de apoio entre as diferentes classes sociais, inclusive, o proletariado. Se seu governo militar provisório fora um sucesso inicial, não se poderia dizer o mesmo de sua interventoria, já que as oligarquias paulistas esperavam a nomeação de um civil paulista para tal cargo – evidentemente, um de seus nomes. O Governo Provisório confirmou-o na Interventoria para desgastá-lo politicamente, o que de fato aconteceu: depois de sua saída do governo do Estado perdeu toda sua notoriedade em poucos meses.

Mas, segundo Ângela Gomes, ainda havia outro fato. De fins de 1932 para início do ano seguinte, as forças políticas precisavam se reorganizar partidariamente para concorrer às eleições constituintes. O Congresso Revolucionário de novembro de 1932 aprovou a formação de um partido nacional apoiador da Revolução de 1930: o Partido Socialista Brasileiro. Era necessário organizar seus núcleos nos estados, o que a maioria dos autores a respeito do tema considera como objetivo não atingido, pois, na prática, ainda, a organização partidária se dava nos moldes da Primeira República, ou seja, regionalmente ou, na forma de partidos estaduais. Somente o PCB e logo em seguida, a

⁵⁷ Idem, p. 84. Claro está que isso não foi somente uma afirmação ideológica; foi também uma afirmação de força: o nacionalismo que manteve a unidade nacional durante a guerra civil e que continua presente para conter qualquer ameaça.

⁵⁸ Termo pelo qual era conhecida a alta cúpula governante e de influência política que chegou a poder através da Revolução de Outubro de 1930. Tanto Ângela Gomes (et al.) tratam desse tema, como foi referido de outro modo por Dainis Karepovs em sua pesquisa no *Jornal do Estado*, então a denominação assumida pelo *Diário Oficial*, assim como nós notamos em duas fontes oficiais do período: *A Festa do Triunfo*, citada e no livreto *Discurso pronunciado pelo General Waldomiro Castilho de Lima, ao tomar posse do cargo de Interventor Federal em São Paulo, a 1.º de fevereiro de 1933*. São Paulo: Imprensa Oficial: 1933.

AIB, possuíam presença nacional nos anos 1930, além da pujante, mas de curta vida, ANL, que foi criada em 1935.

A missão do general Waldomiro Lima nesse campo era a de organizar um núcleo partidário em São Paulo que obtivesse bom resultado nas eleições que se aproximavam. Seu desempenho nessa missão lhe asseguraria, ou não, a continuidade no governo do Estado.

A perspectiva das eleições constituintes e mesmo antes, sua marcação e confirmação mesmo durante e, ao final da guerra civil de 1932, abriram um espaço relativamente democrático para atuação às forças políticas que precisavam se organizar institucionalmente. Essa organização institucional passava tanto pela organização e reorganização de partidos políticos, quanto pelo avanço da sindicalização oficial.

Nesse sentido, o general Waldomiro Lima, então Interventor Federal, começou a organizar suas bases de apoio próximas ao tenentismo, ou tenentistas, como afirmaram os autores e em meio à dissidência entre os cafeicultores paulistas, com apoios em Minas Gerais.

Ao que se refere ao proletariado, Ângela Gomes e outros autores comentam o fato de Waldomiro ter se aproximado dos socialistas que fundaram o PSB no Rio e, principalmente, os que criaram o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo. Esse partido deveria organizar a classe operária dentro do sindicalismo oficial e na defesa das leis sociais até então criadas, entre outros aspectos e, segundo os autores, afastá-la dos comunistas e de outros “extremistas”, o que, de resto, confirmamos como sua intenção em seus discursos em documentos publicados. Esses autores consideram que a iniciativa foi um fracasso devido à resistência dos trabalhadores paulistas em relação à ministerialização que resultou em uma baixa adesão ao novo partido⁵⁹.

Discordamos dessa última interpretação. Se houve baixa adesão inicial, ela se deveu, sobretudo, ao fato de o Partido ser igualmente muito novo. Além disso, essa baixa adesão, no que se refere à sindicalização oficial, pode ser contraposta ao progresso alcançado pela mesma, como afirma Ângela Araújo⁶⁰, principalmente entre o final de 1932 e o início de 1935. Finalmente, encontramos fontes que possibilitam outra interpretação, a de que o Partido teve algum sucesso inicial, embora não eleitoral.

⁵⁹ GOMES, Ângela C. et al., *op. cit.*

⁶⁰ ARAÚJO, Ângela C. *A construção do consentimento. Corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Edições Sociais, 1998.

Evidentemente, os meses de sua criação e efetivação e os que antecederam às eleições constituíram um período excessivamente curto para que os resultados já aparecessem.

Dentre os autores estudados, alguns se detiveram mais na análise dos socialistas tenentistas paulistas, havendo inclusive a caracterização por parte de alguns, como Dainis Karepovs, de “esquerda aliancista”.

Para Edgar Carone⁶¹, de todos os partidos socialistas, ou social-democratas estaduais surgidos entre fins de 1932 e início de 1933, o mais importante foi o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo. Ele teria sido o único a exercer algum papel no contexto político como organização socialista. Por outro lado, Ângela de Castro Gomes, Rodrigo Marques Coelho e Lúcia L. Lobo⁶² consideram o PSB-SP como pura e simplesmente um partido *do* general Waldomiro Castilho de Lima, em sua tentativa de angariar apoio nos diversos setores e classes sociais paulistas durante seu governo militar e depois, interventoria, no início de 1933.

Carone destaca que o partido teve duas fases, sendo a primeira de 6 de outubro de 1932 até 27 de julho de 1933 e outra desse ano até 1937. Em 25 de janeiro de 1932, Francisco Frola, reunido com outros simpatizantes na casa do capitão Lobato Vale, depois nomeado para o Departamento Estadual do Trabalho, redigiram o manifesto programa do PSB-SP. Eram poucos os filiados e o clima de agitação daqueles meses impediu o sucesso do manifesto. Somente com a atuação do general Waldomiro Lima e com impulso tenentista é que o Partido surgiu. O general precisava se aproximar de todas as forças políticas e sociais para isolar os “revolucionários de 32”; por isso teria tentado se aproximar do proletariado. Queria se candidatar ao governo de São Paulo, o que provocou sua destituição da Interventoria. O Partido se desorganizou momentaneamente, para se reorganizar em forma independente, recebendo adesão de diversos grupos, além dos remanescentes da primeira fase, filiando-se a ele o tenente-coronel João Cabanas e grande número de militares da Força Pública de São Paulo⁶³.

Para Marcos Del Roio, o PSB foi formado por socialistas que apoiaram a Aliança Liberal, mas que logo passaram à oposição. Foi formado por Francisco Giraldes Filho, Zoroastro Gouveia e o general Waldomiro Castilho de Lima. Sua direção nacional em 1933: Pedro Ernesto, Francisco Giraldes Filho, Ilka Labarte, comandante Carlos Amoréty Osório, capitão Felipe Moreira Lima, capitão Luís Cordeiro de Castro e

⁶¹ CARONE, Edgar, *op. cit.*

⁶² GOMES, Ângela Maria de Castro et al., *op. cit.*

⁶³ CARONE, Edgar, *op. cit.*, p. 102.

o major Juarez Távora. Segundo Del Roio, o embrião do partido foi o manifesto de Zoroastro Gouveia em outubro de 1932. O Partido formou-se sob a perspectiva das eleições constituintes de 1933. Note-se que Del Roio está se referindo ao partido surgido no Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, à organização paulista. Ele tomou forma no *Congresso Revolucionário Nacional* realizado entre 15 e 24 de novembro de 1932:

“Esse congresso contou com a presença do Partido Popular Progressista, de Miguel Costa, do Clube 5 de Julho, do Clube 3 de Outubro, Legião Cívica 5 de Julho e Centro 1.º de Setembro e definiu a fundação do PSB através do manifesto redigido pelo general Waldomiro Castilho de Lima, então interventor de São Paulo”⁶⁴.

A vida do Partido foi conflituosa. Segundo Del Roio, o PSB de São Paulo foi organizado em fevereiro de 1933 em congresso e sua primeira direção foi composta principalmente por aliancistas. Houve conflitos entre estes e os apoiadores do general Waldomiro Castilho de Lima e os socialistas. O Partido elegeu três deputados para a Constituinte, o que foi considerado significativo. As divergências entre socialistas e o que se tornou a esquerda aliancista inviabilizaram o congresso de julho de 1933 e, em outubro do mesmo ano, a direção partidária foi reorganizada com Belfort Mattos, Giraldes Filho, Francisco Frola, Alberto Seabra, Rubião Meira, Zoroastro Gouveia, Justino Paixão e Carmelo Chrispino. “A nova direção declarou-se seguidora da ‘doutrina de Marx’ e decidida a inscrever-se na Internacional Operária Socialista. Entre 10 e 12 de janeiro de 1934 realizou-se o congresso do PSB paulista reafirmando seu novo perfil. A Comissão Executiva escolhida: Carmelo Chrispino, Francisco Giraldes Filho, Belfort Mattos, João Cabanas e Francisco Frola”. O Partido combateu o integralismo e teve sua identidade melhor definida.

Tanto Edgar Carone como Marcos Del Roio trataram superficialmente do PSB-SP, pelo fato de o escopo dos trabalhos de ambos ser mais amplo. Dainis Karepovs é o autor que aborda mais amplamente o PSB paulista na historiografia que compulsamos⁶⁵. Ele considera a organização de fato do PSB como que atrelada ao poder de Estado da

⁶⁴ DEL ROIO, Marcos T., *op. cit.*, p. 227.

⁶⁵ KAREPOVS, Dainis, *op. cit.*, inédito em julho de 2011. Embora Karepovs seja o autor que mais tratou do PSB-SP e nós também estejamos fazendo isso, nossos trabalhos se cruzam apenas no início da trajetória dos socialistas tenentistas. Dainis se preocupa principalmente a atuação parlamentar dos deputados eleitos, tanto para a Constituinte Federal de 1934, quanto para a Constituinte Estadual Paulista de 1935, procedendo a uma análise pormenorizada e exaustiva da atuação parlamentar. Nós, por outro lado, nos preocupamos quase que exclusivamente com a atuação social dos socialistas tenentistas, tanto do PSB-SP, quanto da Legião Cívica 5 de Julho, quanto da Bandeira dos 18. Tratamos das eleições de 1933 e de 1934, mas não da atuação parlamentar dos deputados eleitos. De certa forma, nossos trabalhos são complementares.

interventoria paulista sob o general Waldomiro Castilho de Lima, o que, através de pesquisa nas fontes pudemos constatar. Da mesma forma, considera a tutela de “elementos palacianos” e a composição heterogênea do partido com elementos oriundos das classes dominantes, principalmente no interior do Estado.

O ponto que pode levantar controvérsia está no processo de reorganização do Partido após as eleições constituintes e a demissão do general Waldomiro da Interventoria. Com base na documentação apresentada no jornal *Luta Social*, órgão oficial do Partido, que traz depoimentos, como o de Carmelo Sigismundo Chrispino⁶⁶, Dainis aborda a questão da tutela do Partido por elementos “palacianos” a partir de uma possível ingerência, como a alegada por Chrispino, importante quadro partidário do PSB-SP. O autor questiona a versão da ingerência a partir de indícios documentais que apontam para uma atuação conjunta desses elementos palacianos com os socialistas reformistas. Nós nos deparamos com a questão e a formulamos de maneira a responder à essa suspeita de forma favorável e para explicar seus motivos. Entretanto, essa atuação conjunta, depois repudiada pelos militantes de tendência social-democrática, está inserida em um contexto mais amplo e que remonta há mais tempo; ao menos desde os levantes tenentistas a partir de 1924 e da vitória da Revolução de 1930. Para isso apoiamo-nos na bibliografia consultada e, nesse caso, principalmente em Ângela Araújo e nos documentos pesquisados. Faz-se necessária uma abordagem mais pormenorizada da história do PSB paulista, bem como de outras entidades tenentistas que se assumiram socialistas-nacionalistas, a Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo e a Bandeira dos Dezoito. Detenhamo-nos inicialmente no caso do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo.

Ângela Araújo⁶⁷ aponta uma proximidade entre o tenentismo e o socialismo reformista, que também se identificou como revolucionário e com a tradição tenentista e com seu difuso ideal de justiça social. O PSB paulista foi o mais independente e o mais crítico dentre os partidos socialistas e social-democratas com influência tenentista. Os tenentes acabaram defensores da participação política e representação classista na Constituinte que anteriormente combateram, mas não conseguiram evitar. Os socialistas afirmaram ter elegido quatro de seus candidatos dentre os deputados classistas para a

⁶⁶ KAREPOVS, Dainis, *op. cit.*, p. 174.

⁶⁷ ARAÚJO, Ângela C., *op. cit.*

Constituinte de 1933. Seus eleitores eram delegados sindicais classistas das categorias: metalúrgicos, ferroviários, bancários e empregados do comércio⁶⁸.

Em São Paulo, os tenentes se aproximaram do proletariado desde 1930-31. Um dos primeiros atos foi a liberação do diretório regional do PCB, ao menos temporariamente. Em seguida, veio a intervenção de João Alberto na greve dos têxteis de 1931 e a atuação de Miguel Costa, então Secretário de Segurança e já promovido a general de brigada, junto aos trabalhadores do porto de Santos no mesmo ano⁶⁹.

O mesmo aconteceu no caso da organização do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, entre o final de 1932 e o início de 1933. Dentre os grupos que o organizaram, o do Brás reunia-se em sala cedida pela Legião Cívica 5 de Julho. Esses eram os “trabalhistas”, como afirma Maria Helena S. Paes⁷⁰. Malgrado as tentativas de se manterem fora da política, acabaram forçados a uma maior politização por mobilização das bases e a participar da Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo e da Coligação das Esquerdas em 1934, das quais fazia parte o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo.

Na defesa da Revolução de 1930 e na esperança de reformas sociais no pós-30 e na luta contra as elites oligárquicas, os socialistas tenentistas acabaram facilitando a atuação do corporativismo do Governo Provisório. Em estados onde tiveram influência entre os trabalhadores houve grande número de sindicatos oficializados (Bahia, Distrito Federal, Paraná, Pernambuco etc.). Contudo, foram críticos em relação a certos atos do governo e, principalmente, do Ministério do Trabalho.

Pelo que conhecemos e citaremos no corpo deste trabalho, a proximidade de correntes proletárias junto aos tenentes representava para algumas delas uma adesão, mas, para outras, a possibilidade de poder atuar abertamente. Alguns comunistas fizeram isso individualmente, mas, principalmente outros que chamamos de trabalhistas e socialistas reformistas, dispersos ou organizados em pequenos grupos. A Revolução de 1930 e a derrota dos “revolucionários de 1932” significavam para eles manter os grupos oligárquicos que dominaram o país e, especialmente São Paulo, longe do poder. E, afinal, sempre havia a esperança de reformas ou mesmo de aprofundamento da Revolução.

⁶⁸ ARAÚJO, Ângela, *op. cit.*, p. 213.

⁶⁹ SARTI, Ingrid, *O porto vermelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁷⁰ PAES, Maria Helena S. *O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: 1932-1951*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP.

Esses grupos socialistas reformistas e de tendência trabalhista eram mais moderados que os comunistas e os trotskistas. Em um primeiro momento, aceitaram participar da iniciativa de organização de um Partido Socialista ligado aos vitoriosos. Isso representava segurança diante da sempre presente repressão policial; abundância, talvez mais suposta que efetiva, de recursos materiais para divulgação de suas próprias idéias dentro do Partido; possível atração de grande quantidade de trabalhadores e de “pequeno-burgueses” que formavam o público alvo desses socialistas. Era também uma oportunidade para tentar usufruir as benesses do poder e mesmo de ingresso no governo ou no aparelho de Estado para os oportunistas. Veremos que todos esses ingredientes estiveram presentes na formação inicial do PSB-SP.

Começemos pela análise do chamado “Programa do General Waldomiro Castilho de Lima”, já citado anteriormente e analisado preliminarmente por Dainis Karepovs. A cópia do documento que possuímos foi publicada em uma revista independente, destinada a ferroviários, principalmente aos da Estrada de Ferro Sorocabana, empresa administrada pelo Estado de São Paulo, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas⁷¹. Na realidade, esse era o programa *do* general Waldomiro Lima, conforme consta em *Festa do Trianon*⁷², datado de novembro de 1932...

Karepovs considera que esse programa possuía alguns elementos tenentistas e outros de caráter mais geral. Esses outros elementos seriam uma mescla, uma tentativa de aceitação pelo grande público paulista, uma vez que retomava o federalismo para a organização política e outros elementos que classificamos como trabalhistas. Inicialmente, constatamos o federalismo:

(...)

2) Manutenção do regime federativo, como o único meio de assegurar a unidade política nacional que depende menos de um unitarismo centralizador artificial do que da coordenação das autonomias estaduais ou regionais, que se encontram na base da heterogeneidade étnica das populações brasileiras, da sua formação histórica como povo e das diferenças de nível econômico e industrial⁷³.

Na continuação de sua proposta de organização política pretende o bicameralismo legislativo com uma câmara “econômica” eleita à base corporativa e outra convencional para o âmbito federal e câmara única em nível estadual, mas

⁷¹ “Programa do Partido Socialista Brasileiro distribuído pelo Diretório Político da Liberdade”, In: *O Apito*, de 30/04/1933, n.º 56, pp. 9-10, Fundo Antônio Francisco Gaspar, Museu Histórico Sorocabano.

⁷² *Festa do Trianon*... pp. 119-132.

⁷³ “Programa do Partido Socialista Brasileiro distribuído pelo Diretório Político da Liberdade”, *op. cit.*

composta por um terço de representantes de classes eleitos em bases corporativas. Nesse sentido, o programa coincidia com os projetos e propostas do Governo Provisório e, conforme Ângela Araújo, com propostas tenentistas, ou assumidas pelo tenentismo. O projeto ainda possuía um direcionamento parlamentar, já que ministros e secretários de Estado deveriam comparecer perante as câmaras para justificar, quando convidados, seus projetos e atos.

Ainda em relação ao tenentismo, o Programa estabelecia a “manutenção do respeito ao direito patrimonial da propriedade social”, subordinando-o ao “interesse coletivo”; a “mesma subordinação da liberdade contratual aos interesses da coletividade e adoção de uma política social e econômica que tenda à nacionalização das minas, das quedas d’água e das empresas arrendatárias de serviços públicos”. E, ainda, “garantia absoluta da liberdade sindical das classes profissionais”, tanto operárias como patronais. Também pretendia “estimular a industrialização crescente do país, por meio de tarifas aduaneiras protecionistas para as indústrias que tenham possibilidade de desenvolvimento em nosso meio econômico”.

No que tange às classes operárias:

20) Adoção em relação às classes operárias de uma política inspirada na solidariedade ativa entre as classes com o objetivo de estabelecer a justiça na produção e repartição das riquezas, por meio de um plano de realizações progressivas que deverá começar pela revisão e codificação das leis do trabalho, de acordo com as convenções internacionais e tendo por base:

- a) a aplicação estrita da justiça social pelo Estado em falta da ação combinada livremente pelos interessados, isto é, pelos sindicatos operários e pelos organismos patronais, diretores dos destinos das grandes indústrias;
- b) organização de uma política de ativa proteção aos menores e à maternidade e de assistência às mães, de higiene e assistência social, de segurança ao trabalho e aos trabalhadores e de habitação especialmente nas zonas industriais de densidade de população operária⁷⁴.

Notamos aqui uma abordagem de algo que não se pode chamar de socialismo, nem mesmo de social-democracia internacional que será logo mais reivindicada pelos dirigentes do PSB-SP. Os traços ideológicos predominantes das reivindicações operárias e sindicais do Programa do General Waldomiro Castilho de Lima são trabalhistas e democráticos. Nossa crítica não se dirige ao fato de o programa ser

⁷⁴ “Programa do Partido Socialista Brasileiro distribuído pelo Diretório Político da Liberdade”, *op. cit.*

trabalhista e democrático e não ser socialista reformista, o que também o tornaria passível de crítica a partir de uma perspectiva revolucionária. Por si só ele já representava algum avanço, senão à política do Governo Provisório, ao menos ao que existia antes da Revolução de 1930. O que criticamos é a incoerência entre o título de socialista e o conteúdo do programa. Talvez maior avanço possa se perceber em seu projeto de política educacional gratuita em todos os níveis e fornecida pelos estados e complementado pelo governo central e por entidades privadas, que deveria estar voltada ao atendimento das necessidades econômicas, sociais e culturais do país. Também consagrava o Estado leigo e a ampla liberdade religiosa, bem como o divórcio “à vínculo” e a igualdade social e política para ambos os sexos.

De qualquer maneira, até fins de julho do ano de 1933, foi esse programa que norteou o PSB-SP.

Se as características marcantes do Programa são tenentistas-trabalhistas-democráticas, o desenvolvimento de sua política voltada principalmente para as eleições constituintes de maio de 1933 não foram retilíneas. Dainis Karepovs considera o PSB-SP como um partido tutelado pelo poder da Interventoria paulista, estando ao seu serviço e guiado pelo “oficialismo”, a partir de sua pesquisa em fontes como o *Jornal do Estado*, então denominação do *Diário Oficial do Estado*. Pesquisando em outras fontes constatamos algo parecido, indicando mais que o serviço ao poder de Estado, mas um serviço ao *personalismo* do general interventor. No primeiro semestre de 1933, três elementos coexistiram dentro do Partido: personalismo, socialismo e tenentismo.

Para Karepovs, a expansão rápida do Partido que em três meses conseguiu criar diretórios em 187 dos 255 municípios paulistas então existentes, representando 73,3% do total⁷⁵, foi obtida através do expediente do “oficialismo”. O conservador interior paulista aceitou a expansão de um partido que estava ligado ao governo vitorioso. Ingressaram nele os próceres das elites locais que trouxeram seus apadrinhados políticos. Para atrair cada vez mais gente, a propaganda oficial diária em rádio e pelas páginas do *Jornal do Estado* enfatizava a moderação do Partido e suas inclinações nacionalistas e, segundo o autor, não deixava transparecer nada do que se pudesse considerar como socialismo. Nesses termos, elementos oportunistas e desprovidos de ideologia clara, das mais diversas origens, se filiaram ao Partido, inchando-o, mas não dotando-o de força, eficiência ou eficácia. Mas, também é claro que trabalhadores,

⁷⁵ KAREPOVS, Dainis, *op. cit.*, p.175.

socialistas reformistas e elementos tenentistas e simpatizantes ingressaram no Partido, na capital, como informa Karepovs e outros autores citados em trabalhos a respeito de organizações sindicais, mas também em cidades do interior com concentração operária destacada, como em cidades com grandes instalações ferroviárias. As palavras de um militante trotskista, dirigidas a um dos principais quadros da Liga Comunista Internacionalista, são interessantes e reveladoras:

(...)

Aqui no interior a coisa piorou muito com o tal negócio de Partido Socialista. A grande maioria do operariado que estava mais inclinado a ler e refletir sobre os assuntos da classe, aderiu ao Partido fundado pelo fascista do Juarez. De maneira que a luta torna-se mais difícil. Além de convencer o operariado da necessidade de luta pela independência, torna-se necessário provar que o entusiasmo de que está possuído pelo tal socialismo tenentista, é fascista, antiproletário e principalmente, anticomunista.

Você pode achar besteira o que vou te dizer, mas acho que é verdade: o operariado do interior, tendo necessidade, FOME [sic] de reação contra o capitalista explorador, avança, abraça, devora a primeira isca que se lhe lançar com cores de proletarismo, de reação.

É assim que o tal partido tem conseguido adesões valiosas entre o operariado daqui e de outras cidades por onde tenho andado.

Acresce o seguinte, muito interessante: o Partido Socialista aqui no interior era dirigido pelo delegado regional de Ribeirão Preto, o que dava aos operários muita coragem para aderir, pois raciocinavam que, se o próprio delegado regional é o primeiro a vir correr as cidades no interior para fundar o partido socialista, é porque o socialismo vai mesmo triunfar, pois conta com apoio oficial do governo.

Assim animados, não tendo outro partido a que aderir, naturalmente partido proletário, aderem ao primeiro que apareceu, e aparecendo com ares de partido oficial.

O partido comunista é para eles uma espécie de mistério, de mito, pois por aqui vagamente se falava nele.

Além disso, a pecha de ‘comunista’, [é] pecha pesada que afasta o pobre operário da tal sociedade, do ambiente onde ele arranja trabalho para se manter nesta desesperada crise⁷⁶.

Esse documento é bastante revelador a respeito da mentalidade e das dificuldades sociais, políticas e econômicas vividas pelos trabalhadores do interior do estado diante do preconceito e conservadorismo. Se o oficialismo era uma marca de adesismo oportunista, também aparecia aos trabalhadores como uma possibilidade de

⁷⁶ Carta de Diniz a Lívio Xavier, s/l e s/d, provavelmente primeiro semestre de 1933. CEDEM, Fundo Lívio Xavier, Pasta: Correspondências 1922 – 1963.

proteção para se organizarem em prol de seus interesses. Certamente os socialistas reformistas da capital e do interior do Estado levaram em conta esse aspecto sobre a adesão de operários e de personagens importantes para a organização dos trabalhadores para também, por sua vez, aderirem ao Partido. Dentro do PSB-SP poderiam desenvolver sua política, mesmo que na forma de grupo ou fração.

Entretanto, devido à forte presença de elementos oportunistas e muito heterogêneos foram estes que predominaram inicialmente. Sua predominância atraía elementos conservadores e mesmo das classes dominantes que, por sua vez, atraíam outros elementos diversos que encheram as fileiras partidárias. Esse inchaço e essa heterogeneidade davam apenas uma aparência de poder.

Ao comentar o Programa do Partido em entrevista na imprensa que versava sobre os objetivos da agremiação, Paulo Tacla, oficial de gabinete do interventor, expõe as características iniciais da agremiação.

O Partido Socialista adotou o programa exposto e defendido pelo general Waldomiro Lima no Teatro Municipal, na memorável noite de 19 de novembro de 1932. Esse programa, que é claro e completo, tem merecido calorosos elogios de grandes pensadores da Europa e América Latina.

[O programa] É (...), com efeito, a condensação de todas as aspirações sensatas, não só da mocidade, como de todas as classes do país. À sombra dessa bandeira, podem ingressar no seu seio os lavradores, os industriais, os professores, os estudantes, sem se comprometerem com as ideologias extremistas nem marcharem para um condenável radicalismo que não se coaduna com o genuíno espírito nacional⁷⁷.

No afã de alcançar um crescimento rápido, alguns dirigentes do PSB-SP quiseram amenizar o socialismo, “moderando-o” ao máximo, para atrair o maior público possível. Talvez isso explique fatos como em Campinas, onde o prefeito e doze mil “socialistas” homenagearam o general Waldomiro; em Sorocaba, onde inaugurou-se a campanha eleitoral com a participação de cinco mil pessoas e na pequena Birigui, onde havia mil eleitores “socialistas” inscritos... “Até a condessa de Serra Negra, dama das mais respeitáveis na alta sociedade de São Paulo, acaba de fazer profissão de fé socialista”⁷⁸.

Mas, que socialismo tão heterogêneo era esse?

⁷⁷ Recorte de jornal s/t e s/d “O que é que pretende o Partido Socialista de S. Paulo. Entrevista com o senhor dr. Paulo Tacla”, transcrito de *A Batalha*, do Rio de Janeiro, de 05/04/1933. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), DEOPS, Prontuário n.º 3.117.

⁷⁸ Idem.

“São Paulo, posso afirmar-lhe com verdade e ufania, está intoxicado [sic] de socialismo, não de socialismo vermelho, com tendências comunistas, mas de socialismo moderado e racional, adaptado à realidade do Brasil”⁷⁹. Em outras palavras, um “socialismo” não-revolucionário e, pelo que se vê, tão suave que se tornava palatável até mesmo a remanescentes da velha aristocracia imperial. A adaptação à realidade brasileira significava que poderia ser dirigido para as tendências e características inofensivas às classes dominantes.

Para além da intenção de fazer com que o Partido crescesse rapidamente, havia a intenção de se integrar às tendências políticas mais modernas que se difundiam pelo mundo, principalmente depois da eclosão da Crise de 1929 e mesmo que já vinham em processo de crescimento anterior. Na própria América Latina já se manifestava, como o próprio Paulo Tacla afirma na entrevista citada:

“O Brasil não pode ser uma exceção [manchando-se] de espírito retrógrado no seio da jovem América e fugindo ao influxo salutar da política da escola socialista. A Argentina, o Uruguai, o Chile, o México e várias outras repúblicas sul-americanas há muito tempo tem norteado as cátedras políticas das universidades para o rumo desse pensamento renovador. Na Argentina, vemos grande número de deputados, senadores e até ministros socialistas”.

Certamente a perspectiva de sucesso político eleitoral interessava a esse homem, mas, há algo além. A historiografia sobre o tema nos informa que após a I Guerra Mundial e a vitória da Revolução Russa, ocorreram reformas políticas e sociais em diversos países de forma a incluir em ministérios líderes socialistas, além dos sucessos eleitorais parlamentares de diversos partidos socialistas e social-democratas. Em muitos casos, era um expediente burguês para arrefecer a luta de classes que poderia se tornar revolucionária. Isso fica claro com os efeitos da Grande Depressão vivida intensamente no início da década de 1930. Além do que, a insistência em não reconhecer as novas tendências internacionais e mesmo as nacionais enunciadas desde as grandes greves de 1917, passando pelos levantes tenentistas e a própria Revolução de 1930, não era aconselhável em matéria de segurança às classes dominantes. Haja vista a derrota militar que os reacionários sofreram naquele mesmo ano de 1932. Podemos inferir dos trechos apresentados e pelo que lemos na íntegra da entrevista de Paulo Tacla, que o animava a mesma mentalidade sobre a situação política e social nas vésperas de 1930:

⁷⁹ Idem, *ibdi*.

“Façamos a Revolução antes que o povo a faça!” Neste caso, podemos parafrasear: criemos um partido socialista e “façamos o socialismo” antes que as massas o façam...

O próprio personalismo em torno do general Waldomiro Lima poderia ser útil nesse sentido. Ele declarou ser um socialista que não era radical demagogo, nem adesista de última hora. Seu socialismo provinha de observações feitas nos centros industriais europeus logo após o término da Grande Guerra. Ele sabia que as reformas sociais e os direitos primários de alimentação, moradia e educação das classes trabalhadoras tinham que ser satisfeitos antes que se produzissem revoltas e situações incontornáveis. Por isso, o “socialismo de Estado era a melhor saída, pois antecipava-se às crises sociais e as resolvia”⁸⁰.

O personalismo já é notado logo após a fundação do Partido, nas notícias da imprensa sobre os atos oficiais e políticos em geral de Waldomiro Castilho de Lima. No começo de abril de 1933, o general Waldomiro foi para o Rio de Janeiro tratar diretamente com o Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, de questões prementes, como uma moratória para as dívidas da agricultura agro-exportadora paulista, fonte de sustento e de divisas não só para São Paulo, como *ainda* para o país. Como a questão era de alta importância para São Paulo e o ponto defendido pelo general havia conseguido tratamento favorável, preparou-se uma apoteótica recepção para “o grande brasileiro que tão nobremente tem sabido conduzir-se na gestão dos magníficos destinos da terra bandeirante” pelo Diretório Central do PSB-SP:

“O General Waldomiro Castilho de Lima, intrépido soldado da renovação, é o pacificador magnânimo, o administrador ponderado, o estadista de ampla e segura visão, intérprete da lavoura nos seus anhelos [anseios], defensor das classes trabalhadoras nos seus direitos e condutor de multidões alentadas do idealismo social hodierno [moderno], sabendo conjugar todas as diretrizes a serviço de São Paulo e do Brasil”⁸¹.

⁸⁰ Recorte de jornal s/d e s/t “Não faz o General Waldomiro Lima segredo de suas idéias socialistas”, transcrito de *Jornal do Estado* de 12/04/1933. APESP, DEOPS, pront. 3.117. O termo “socialismo de Estado” apareceu ainda uma vez, em documento oficial, mais propriamente no *Discurso pronunciado pelo General Waldomiro Castilho de Lima, ao tomar posse do cargo de Interventor Federal em São Paulo, a 1.º de fevereiro de 1933*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1933. E o temor de uma ação de massas ficava claro com as tentativas dos comunistas de se organizarem e, de modo geral, pelo ânimo demonstrado pelas classes trabalhadoras de o fazerem com a vitória da Revolução de 1930, conforme notamos na bibliografia consultada, especialmente em Edgar Carone, Ângela Araújo, Del Roio e em documentos escritos por memorialistas já citados.

⁸¹ *A Platéia*, 08/04/1933, p. 1.

Além da promoção explícita do homem, o Diretório do Partido também usou elementos próprios para atrair o público paulista, além do fato de defender sua atividade econômica ainda de maior importância, a lavoura. E fazendo jus à sua composição social heterogênea, como indica Karepovs e a documentação pesquisada, o Diretório Central termina conclamando a população em seu nome e dos proletários, estudantes, lavradores, médicos, advogados e engenheiros que “se incorporaram”, “bem como dos cento e cinquenta prefeitos municipais do interior e de um sem número de diretórios” a receber entusiasticamente o general.

O trem especial que o transportava foi saudado nas estações de Lorena e Cachoeira por oradores e presença de membros do Partido, autoridades locais e público; por manifestações populares em Pindamonhangaba e Taubaté, inclusive com a presença de importantes elementos representando a lavoura. Na capital paulista, Zoroastro Gouveia, um dos mais importantes quadros do Partido e defensor do marxismo, discursou à chegada do general, diante de grande público que se aglomerava para recebê-lo, no dia 9 de abril⁸².

Três dias depois, o general Waldomiro dirigiu-se ao grande público, “Ao povo, à lavoura e aos trabalhadores de São Paulo”, agradecendo à recepção de domingo, sendo ela a maior massa humana que já havia se reunido para recebê-lo.

“(…)

Desde os primeiros momentos em que entrei em São Paulo, prometi voltar-me, com o máximo de carinho, para os que produzem, para os que animam e honram o trabalho. Disse que cuidaria da lavoura, que cuidaria dos trabalhadores. Não menti. A lavoura aí tem uma parte já respeitável do que lhe havia prometido e do que reclamava (...)”⁸³.

O general comenta o decreto da moratória que atacava a usura e providenciaria a possível organização do “Banco Hipotecário Nacional” pelo Ministério da Fazenda, o que subentendia garantia futura contra os banqueiros exploradores privados. Esse projeto foi enunciado no *Discurso pronunciado pelo General Waldomiro Castilho e Lima*. Logo esse decreto foi chamado de “Lei contra a usura”. A tentativa de atrair diversos setores e classes sociais era parte importante da missão que lhe fora confiada pelo próprio Chefe do Governo Provisório, que pretendia apaziguar politicamente São Paulo após o término da guerra civil. Waldomiro Lima aproveitou-se dos elementos dessa missão para tentar constituir uma base própria de apoio que pudesse realçá-lo

⁸² A *Platéia*, 10/04/1933, p. 6.

⁸³ A *Platéia*, 12/04/1933, p. 1.

ainda mais na política estadual e até em nível nacional, já que articulava a substituição de parte da diretoria do Conselho Nacional do Café, então nas mãos do mineiro Roquete Pinto, por um paulista por ele indicado. Também procurava articular apoio entre os cafeicultores mineiros⁸⁴.

Quanto ao proletariado, “toda a política que não visar as classes trabalhadoras será uma política retrógrada e transitória”⁸⁵. Os sofrimentos dos trabalhadores tinham que ser levados em consideração. Por vezes, ele próprio se imaginou dentro da blusa de um trabalhador “para avaliar que ele é um valor estupendo do progresso [sic]” e que, quando “ele voltava os punhos cerrados contra o céu”, não era culpa dele “e sim do Estado que o abandona e ilude”. “Capital e trabalho não se excluem”. “A propriedade é eterna e eterno o estímulo do trabalho”. Desuni-los provocaria a “anarquia”. “Daí buscar fórmulas genuínas, práticas, sensatas para enquadrar nelas as aspirações da imensa e nobre família proletária de São Paulo”.

Vemos aí um discurso que tenta confraternizar capitalistas e trabalhadores. A intenção era dupla: atrair trabalhadores e empresários ao mesmo tempo para as hostes do Partido e enfatizar a concepção norteadora desse “socialismo” que mais se aproximava do trabalhismo moderado.

Vimos alguns elementos do discurso do interventor sobre a importância dos trabalhadores para a sociedade e economia, mas o que faria de concreto por eles?

“Breve, muito em breve, entraremos na execução do plano de assistência operária, sendo que o relatório que o meu governo elaborou sobre o salário mínimo já deu entrada no Ministério do Trabalho”⁸⁶. A questão do salário mínimo fora objeto de seu discurso de posse na Interventoria:

“A maior importância e delicadeza no estudo dos salários, não está numa política constante de altos salários, mas na preocupação, própria do socialismo de Estado, de uma política simples, permanente e propícia à fixação do salário mínimo. E o salário mínimo é a mínima porção de poder aquisitivo capaz, entretanto, para quem o recebe, de assegurar um nível de vida conveniente, quer no espaço, quer no tempo”⁸⁷.

⁸⁴ GOMES, Ângela M. C. (coord.), “Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização”. *op. cit.*

⁸⁵ *A Platéia*, 12/04/1933, p. 1.

⁸⁶ *Idem, ibdi.*

⁸⁷ *Discurso pronunciado pelo General Waldomiro Castilho de Lima, ao tomar posse do cargo de Interventor Federal em São Paulo, a 1.º de fevereiro de 1933*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1933, p. 18.

No início de seu mandato como Interventor Federal, o general declarou que ordenara ao Departamento Estadual do Trabalho estudos sobre o custo de vida no Estado e seus impactos sobre os rendimentos, o que era quase inexistente, segundo suas palavras, com o intuito de fornecer subsídios para a criação de tabelas para o salário mínimo estadual. Haveria variações conforme o custo de vida verificado nas diferentes regiões do Estado. O estabelecimento de uma política de salário mínimo era prerrogativa da União, que ainda não possuía legislação própria. Para contornar o problema em São Paulo, Waldomiro Lima se apoiaria no decreto federal 21.761 de 23 de agosto de 1932, sobre convenções coletivas do trabalho. Para encaminhamento da questão através do DET, organizar-se-ia uma comissão a partir de representantes legítimos do patronato e das classes trabalhadoras, sob a direção do Delegado do Ministério do Trabalho. Essa comissão discutiria e recomendaria as soluções cabíveis. Entretanto, não se aceitariam elementos “ilegítimos” às classes: “Elementos adventícios, profissionais no conturbar a disciplina do trabalho e a ordem pública, encontrarão de nossa parte as mais severas medidas de repressão, máxime em se tratando de estrangeiros”⁸⁸.

Fica clara a política de atração e controle do proletariado proposta pelo general em seu discurso oficial e a ameaça de repressão, muito provavelmente dirigida aos comunistas e libertários. No entanto, quando se tratava da imprensa aberta, raramente utilizava essa veemência. Waldomiro Lima propunha um programa trabalhista, ou minimamente socialista e excludente em relação aos revolucionários proletários que não teve tempo de executar.

A base social heterogênea do Partido não evitou seu fracasso eleitoral. Ideologicamente também não havia homogeneidade. Além do oficialismo do Partido que abriu suas portas a elementos confusos e oportunistas, também havia uma ala tenentista que, se, inicialmente apoiava o Governo Provisório, logo se deslocaria à sua esquerda e depois, à oposição. Mais ainda, havia uma ala marxiana reformista que se identificava com a social-democracia européia e seus principais nomes, como Kautsky, Vandervelde, Turatti e outros. Essa ala esteve presente desde o início, nas pessoas de Zoroastro Gouveia, Francisco Frola, Carmelo Sigismundo Chrispino, Celso Barroso e outros.

⁸⁸ Idem, p. 20.

1.2.1 O relacionamento entre os autodenominados marxistas e os tenentistas

Ao mesmo tempo em que o PSB-SP se organizava em torno da interventoria do general Waldomiro Lima e elementos oficialistas e oportunistas procuravam ganhar destaque, outros, originalmente socialistas e que tinham mais afinidade com o marxismo e alguma experiência com o movimento operário, também se apresentavam em público. Um dos primeiros manifestos de sua lavra, já com o Partido organizado, foi o lançamento da efêmera revista quinzenal *Socialismo*, dirigida pelo imigrante Francisco Frola.

Francisco Frola nasceu em Torino, em 1886, em uma família abastada. Desde jovem se aproximou dos socialistas e de sua militância, o que lhe rendeu sérios problemas familiares, fazendo com que imigrasse para a “América” e trabalhasse como operário. Em 1911, retornou ao país e se filiou ao PSI e passou a militar na imprensa partidária. Durante a I Guerra Mundial, foi convocado, o que lhe gerou muitos problemas com o Exército. Em 1919 foi eleito deputado, não conseguindo sua reeleição em 1924. Fugiu para a França em 1925, devido à perseguição movida pelos fascistas⁸⁹.

Veio ao Brasil em 1926, a convite de Antonio Piccarolo, então principal personagem socialista na luta antifascista dentro da colônia italiana em São Paulo, para dirigir *La Difesa*. Piccarolo alegou problemas pessoais para continuar na direção do jornal. Segundo João Fábio Bertonha, Piccarolo não conhecia Frola. Este aceitou e veio, sofrendo dificuldades para desembarcar no Brasil, já que o governo italiano insistiu para que ele fosse impedido de fazê-lo. Essa situação gerou uma campanha antifascista renovada e a favor de Frola, inclusive na imprensa brasileira. Começando a trabalhar, Frola imprimiu à *La Difesa* um ritmo totalmente diferente de Piccarolo: seu jornalismo é de combate exacerbado, “quase grosseiro”; ele participou de reuniões, deu palestras e conferências; participou em comícios inclusive em associações operárias e fez isso por quase todo o Sul e Sudeste atuais do país.

Embora também fosse um socialista reformista que valorizava as liberdades democráticas e criticasse o comunismo por sua ditadura, não era anticomunista ferrenho como Piccarolo, o que o fez abrir as portas de *La Difesa* aos comunistas, libertários e socialistas mais radicais que haviam rompido com Piccarolo. Isso tudo desgostou Piccarolo e seu grupo. A concepção de Frola, segundo Bertonha, era reformista, mas ele

⁸⁹ BERTONHA, João Fábio, *Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-194*. São Paulo: FAPESP, Annablume, 1999, p. 70.

considerava que deveria haver momentos decisivos para a construção do socialismo, através da conquista de espaços dentro do Estado pelas classes trabalhadoras e a promoção de reformas pacíficas. Piccarolo era excessivamente moderado e não tinha qualquer perspectiva da construção do socialismo para breve.

Segundo Bertonha, Frola considerava o fascismo como o inimigo principal a ser combatido, visto como uma expressão do domínio de classe da burguesia, o qual deveria ser combatido sem tréguas. Piccarolo considerava o fascismo como um “acidente histórico” que cairia por sua própria degenerescência. A Internacional Comunista considerava o fascismo como expressão do imperialismo, o que Frola e Piccarolo não compartilhavam.

Frola foi um dos fundadores do PSB-SP e, com o Partido, publicou a revista *Socialismo* que se propunha quinzenal, mas que em 1933, editou apenas dois números. A “Apresentação”, publicada em seu primeiro número, de 10 de março de 1933, é a melhor forma de conhecê-la.

O redator, o próprio Frola, declara, na “Apresentação”, escrita em 7 de março de 1933, que o socialismo fazia parte do momento e que o recrudescimento do fascismo era prova disso. “Quando a luta entre o proletariado e o capitalismo passa da fase da predicação para a da realização, aí então, as forças da reação unem-se e criam milícias armadas para a defesa de seus privilégios”⁹⁰. Logo na abertura, demonstra a intenção de ampliar o debate do regionalismo para assuntos internacionais prementes, relacionando-os com o próprio socialismo e o combate ao fascismo, que será uma das principais bandeiras de luta do PSB-SP entre o segundo semestre de 1933 e a repressão desencadeada com a derrota da insurreição comunista-aliancista de novembro de 1935.

Em relação à economia, a própria situação internacional de imersão na Grande Depressão – “a crise econômica internacional” – exigia que se tomassem iniciativas enérgicas para detê-la e revertê-la. E essas iniciativas não podiam ser tomadas pelos próprios capitalistas dentro dos marcos de seu sistema. De forma resumida, considerava que a crise nada mais era que o descompasso gritante entre a “produção e o consumo que se refletia no desmoronamento do crédito”. Sua pior consequência social era o desemprego que ameaçava “ofuscar” a “civilização”, com o aumento vertiginoso da miséria das classes populares. Frola condena o protecionismo nacional que suscitava tensões políticas entre os países e aprofundava a crise do comércio internacional. Todas

⁹⁰ *Socialismo*, “Apresentação”, p. 1. APESP, DEOPS, Pront. n.º 152.

as iniciativas dos defensores do capitalismo – até ali – resultaram ineficazes para debelar a crise provando-se, com isso, a incapacidade do sistema em promover o bem-estar geral. A solução para a ruína geral estava em se “eliminar a causa principal: o regime capitalista”.

A tarefa da revista *Socialismo* era diagnosticar todos os males do sistema e aqueles provocados por seus administradores incapazes. Deveria ainda cultivar a “esperança” pela instauração de um “sistema de melhor equação econômica, de maior solidariedade social, de mais firme justiça e da mais segura liberdade”⁹¹.

O proletariado, ao mesmo tempo em que lutava contra o capitalismo, devia desenvolver formas para “afrontar a crise” e minorar seus sofrimentos e privações. Uma dessas formas defendida por ele era o cooperativismo.

Paralelamente à luta contra a crise, os partidos socialistas deviam sustentar a “luta para a conquista do poder político” esse objetivo se justificava pela “interferência entre economia e política”. Da mesma forma, essa luta exigia ainda maior solidariedade entre o “socialismo e a democracia internacional”. O capitalismo, com sua miopia expressa na busca incansável pelo lucro, privava os homens de suas liberdades efetivas e se opunha como “obstáculo ao desenvolvimento da personalidade individual”. Nesse ponto, Frola insere valores liberais e talvez, até libertários, na sua concepção de socialismo e marca a defesa das liberdades democráticas como um dos pontos máximos do Partido. Ele esclarece a importância da luta insistente pelo socialismo dentro dos marcos democráticos, como um processo lento de conquistas. Cita Kautsky sem referência:

“A revolução social é uma profunda transformação de todo o edifício social, feita justamente com a fundação de uma nova forma de produção. É este um longo processo que pode durar dezenas de anos e para o encerramento do qual não se pode estabelecer limites fixos”⁹².

Frola fixa dois pressupostos básicos para os princípios socialistas que são o reconhecimento da existência da luta de classes e a essência das propostas de socialização dos meios de produção e troca. Os partidos socialistas deviam desenvolvê-los conforme as realidades e particularidades em diferentes países. Nesse ponto, encontramos um elo entre o tenentismo que se preocupava com as formas nacionais para a resolução das crises e problemas de cada país, no caso do Brasil, e a social-

⁹¹ Idem, p. 2.

⁹² Idem, p. 2.

democracia defendida por Frola. Notemos ainda que se fala em Revolução, mas não em sua ênfase política, senão na da transformação social e econômica. A conquista do poder político era uma questão e organização socioeconômica e de vitória político-eleitoral para esses socialistas, o que poderia demorar décadas. “O socialismo não vem por milagres”, mas “gradualmente, por sucessivos desdobramentos”.

Esses socialistas juntamente com elementos de origem tenentista e, ou, apoiadores do tenentismo e os representantes do oficialismo parecem ter trabalhado sem atrito até as eleições de maio de 1933 e mais, até a demissão do general Waldomiro Lima da Interventoria de São Paulo. Uma prova disso foi a “Reunião de Propaganda do Partido Socialista Brasileiro” no salão Cervantes, na capital do Estado.

“(…)

Nessa reunião, a que compareceu grande número de socialistas e proletários da capital, foram discutidos importantes problemas sociais, políticos e econômicos, principalmente sob o ponto de vista nacional e em face da organização do novo regime, para o qual o país caminha com a aproximação do pleito eleitoral para a Constituinte”⁹³.

Nesse encontro a palavra foi usada pelo Dr. Passos Cunha, Alcântara Tocci – importante quadro da Legião Cívica 5 de Julho e personagem próximo ao general Miguel Costa – Carmelo S. Chrispino, Eugênio Polichetti e Francisco Frola, que homenageou o socialista italiano Filippo Turatti. Paulo Tacla esteve presente na composição da mesa, sendo citado como oficial de gabinete do general Waldomiro Lima. Tomando por referência o que a reportagem indica, tanto os socialistas reformistas, quanto os tenentistas expuseram suas idéias e seus programas de formas complementares, já que a discussão de problemas econômicos e sociais era fundamental aos reformistas e enquadrá-los dentro do “ponto de vista nacional” o era para os tenentistas e oficialistas, como indicado na análise da documentação.

Outro elemento de ligação entre o socialismo reformista de corte social-democrata com o tenentismo foi o discurso proferido por Celso Barroso⁹⁴ durante o Congresso do PSB-SP na noite de 20 de abril de 1933, no Teatro Municipal de São Paulo, ao qual esteve presente o próprio general Waldomiro Lima.

Nesse documento de treze páginas, encadernado na forma de livreto, o médico do serviço de saúde pública de São Paulo e ex-representante paulista no Congresso

⁹³ *A Platéia*, 10/04/1933, p. 6.

⁹⁴ *Discurso do Dr. Celso Barroso proferido no Congresso do Partido Socialista, no Teatro Municipal, na noite de 20 do corrente*. APESP, DEOPS, Pront. n.º 5.159.

Revolucionário do Rio de Janeiro⁹⁵, Celso Barroso, conclama os “cidadãos congressistas” que, no meio do discurso chamará repetidas vezes de camaradas, a lutarem pelo Partido com afinco e em termos militares caros ao tenentismo.

Vós representais, neste momento, entre as organizações partidárias reconhecidas pelo Estado, a ala esquerda, o setor mais avançado da frente de batalha da política nacional. Sois, para o programa de vosso partido, os batedores que, embora ainda oscilantes e medrosos, hão de abrir caminho às reivindicações do proletariado, rumando assim, no sentido das modernas concepções históricas e sociais⁹⁶.

O autor declara que os representantes do PSB-SP eram os “guerreiros incansáveis na luta entre o capitalismo reacionário agonizante” auxiliado pela **“Internacional Capitalista”** [sic] e as “massas trabalhadoras guiadas pelas leis naturais do materialismo histórico e pelas razões inamovíveis das forças econômicas”. Barroso usa fartamente metáforas militares em sua exposição, assim como menções ao materialismo histórico e ao materialismo dialético, dentro do viés do economicismo determinista e de influências ditas naturalistas à teoria da Evolução das Espécies.

Segundo o autor, a agonia do capitalismo decorria de “séries de erros” e de suas contradições expressas pela crise que se manifestava através da injusta distribuição de riquezas e anárquica circulação de bens. Chega mesmo a usar termos liberais para condenar o protecionismo e as barreiras alfandegárias.

Barroso denuncia a apresentação da solução fácil da “Internacional Capitalista” para a crise: “a Guerra”. E ela era o recurso próprio e fundamental do imperialismo. Todos os recursos utilizados pelas classes dominantes e seus doutores, segundo ele, não só eram inúteis ao combate à crise econômica, como até agravavam-na. Nesse sentido, a vitória do socialismo era certa e tinha o respaldo da própria “evolução” da economia e da sociedade:

Camaradas, a vitória do socialismo e das novas doutrinas econômicas e sociais baseadas na melhor distribuição da riqueza para o bem-estar coletivo, vós bem o sabeis, nem depende de nós, nem depende do Brasil ou de qualquer outra nação, porque está assegurada pelo próprio materialismo histórico e pelo próprio desenvolvimento natural da economia, de acordo com as leis da dialética marxista⁹⁷.

⁹⁵ A *Platéia*, 21/04/1933, p. 6.

⁹⁶ *Discurso do Dr. Celso Barroso proferido no Congresso do Partido Socialista, no Teatro Municipal, na noite de 20 do corrente*, p. 3. APESP, DEOPS, Pront. n.º 5.159.

⁹⁷ Idem, p. 5.

Esse conceito apresentado acima tem características positivistas na forma do cientificismo que era próprio do ambiente intelectual brasileiro, como afirma Leandro Konder, e foi relativamente comum em muitas formulações da Segunda Internacional, especialmente na década que antecedeu a I Guerra Mundial, como afirma o mesmo autor⁹⁸. No que toca ao PCB, afirma que a combinação de elementos positivistas com o stalinismo que chegava “maciçamente” ao Brasil no começo dos anos 1930, serviu aos jovens militares que aderiam ao partido por conta da aproximação de Prestes dos comunistas através de suas declarações públicas⁹⁹. Poderíamos especular que isso também serviu para atrair militares tenentistas ao socialismo tenentista, mas enfrentaríamos alguns problemas, uma vez que somente o PSB-SP apresentou esse discurso abertamente, estando ele ausente dos discursos da Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo e da Bandeira dos Dezoito. Notaremos que João Cabanas, o expoente máximo do tenentismo nas fileiras do PSB-SP, não proferiu discursos do mesmo quilate e nem com os mesmos elementos.

Mas, a despeito dessa certeza “científica” da vitória do “novo” sobre o “velho”, do esclarecimento da natureza do capitalismo e da eclosão da crise como consequência, as oligarquias a negavam. Inclusive, negavam até mesmo a “questão social” explicitada no país pela atuação do proletariado. Celso Barroso chegou a recorrer às figuras de Tiradentes, Frei Caneca, Patrocínio, Luiz Gama considerando suas histórias como provas da ancestralidade da luta de classes no Brasil.

O programa do PSB-SP, aprovado desde o Congresso Revolucionário do Rio, representava um avanço à esquerda do Governo Provisório na compreensão das questões acerca da crise econômica e suas consequências sociais no Brasil. Nesse mesmo congresso, os representantes paulistas e paranaenses formaram a “primeira linha de combate” na discussão sobre as reivindicações proletárias. Com essa atuação conjunta conseguiu-se a aprovação da sindicalização livre e o direito de greve. “Votamos lá, em matéria de legislação social e assistência o que há de mais avançado nesse assunto. No que se refere à mulher grávida proletária, chegamos a lhe conferir os mesmos direitos que lhe concede o regime soviético russo”¹⁰⁰.

⁹⁸ KONDER, Leandro, *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 2.^a Ed.

⁹⁹ Idem, pp. 218-225.

¹⁰⁰ *Discurso do Dr. Celso Barroso proferido no Congresso do Partido Socialista, no Teatro Municipal, na noite de 20 do corrente*, p. 8. APESP, DEOPS, Pront. n.º 5.159.

Esses representantes paulistas e paranaenses lutaram e conseguiram a aprovação de reivindicações sobre a extinção dos latifúndios; instituição do sistema cooperativista; manutenção do Estado leigo e instituição do divórcio à vínculo. “No que se refere à educação, higiene e saúde pública, então o nosso programa é inteiramente socialista, com diretrizes definidas, com finalidades francamente marxistas”¹⁰¹.

Para Barroso, o programa do PSB-SP consiste na síntese do programa do general Waldomiro Lima em conjunto com as teses aprovadas no Congresso Revolucionário do Rio. “Certo é que, em alguns pontos, o partido adota um socialismo moderado. Mas, também é certo que, em algumas partes fundamentais, este toma rumos marxistas”.

Evidentemente, o marxismo referido por Barroso era a social-democracia européia e em parte, a ortodoxia kautskyana. Essa tendência se aprofundou mais entre o segundo semestre de 1933 e o primeiro do ano seguinte.

Malgrado ao marxismo afirmado, o próprio autor admite que o Partido ainda estava afastado das massas proletárias e isso era um grande problema na medida em que a persistência desse afastamento poderia desviar a organização para a direita e levá-lo à negação de sua essência. Urgia, portanto, corrigir essa situação, aproximando-se mais das organizações dos trabalhadores e atuando com elas e dentro delas.

No que se refere à escolha dos candidatos do Partido às eleições para a Constituinte, marcadas para maio daquele ano, Barroso concitava os delegados a escolher os mais cultos e preparados para defenderem o programa partidário perante a burguesia. Evidentemente, referia-se a si próprio, já que seu discurso estava repleto de metáforas científicas, médicas e militares e dava a entender que o autor era perito em história, economia e dominava conceitualmente o materialismo histórico, havendo diversas citações do nome de Marx. Dever-se-iam esquecer para a escolha, motivo do congresso, amizades e outros vínculos pessoais e se pensar apenas no fortalecimento do Partido. Esse fortalecimento dar-se-ia através da defesa clara e competente de seu programa na tribuna da Constituinte e na imprensa. E, cada militante devia fazer o mesmo cotidianamente em seus meios sociais e profissionais.

Em seguida, Barroso expõe uma tendência política que se acentuou cada vez mais: a crítica aos rumos que a Revolução de 1930 estava tomando.

“Camaradas revolucionários, é, na verdade, profundamente lamentável termos que afirmar, leal e sinceramente, que a revolução vitoriosa de 30 não soube ou não pôde tomar um rumo seguro, um caminho certo que nos pudesse, pelo menos, dar, pela

¹⁰¹ Idem, p. 8.

bravura de seus atos, pela solidez e segurança na ação, a certeza de que não recuaríamos, não contra-marcharíamos jamais, por ser sempre a de avançar, de avançar para a esquerda, a palavra de ordem. Entretanto, talvez por temor, por heterogeneidade de comando e da tropa, pela mentalidade de ação e principalmente – por que não dizê-lo [?] – pela falta de princípios e de diretrizes, não temos vivido senão em continuadas oscilações, em freqüentes recuos, cedendo sempre, quase nunca avançando”¹⁰².

Tanto a valorização da Revolução de 1930 e o louvor à luta contra as oligarquias, quanto a crítica ao desvio e aos recuos que ela sofria, eram temas caros ao tenentismo. Principalmente para a ala que começava a se posicionar à esquerda do Governo Provisório. Os desvios e recuos eram as concessões às oligarquias que participaram da composição da Aliança Liberal e até mesmo àquelas vencidas em 1930 e, novamente, na guerra civil paulista de 1932.

Barroso termina afirmando que a crise que assolava o Brasil era reflexo da crise internacional, já que o país era capitalista e ligado intimamente às economias inglesa e norte-americana. Dessa forma, não era possível sair da crise com “simples medidas de caráter local”. De qualquer forma, o país precisava se dirigir para uma forma republicana mais justa, “moldada nas novas concepções econômicas e sociais”. Urgia vencer “pela evolução ou pela revolução”, pois afinal, os trabalhadores brasileiros não passavam até então de “vencidos”¹⁰³.

Esse é um discurso ambíguo, no qual se tem a garantia da vitória do ideal proposto independentemente da ação dos homens, assim como a resolução da pesada crise econômica que assolava o país independia das ações nacionais, e, ao mesmo tempo, lamentava que soluções não estivessem sendo tomadas para resolver, ou minorar os efeitos da crise sobre o povo. A despeito da certeza “científica” da vitória futura, longínqua do socialismo, conclamava os socialistas e o proletariado em geral à luta. Apelaria à força, se a reforma social fosse obstaculizada.

Pelo exposto acima, vemos a aproximação e atuação conjunta entre socialistas reformistas, tenentes e seus simpatizantes dentro do PSB-SP. Não podemos deixar de notar também, certa contradição com a orientação política mais ligada ao tenentismo em tratar os problemas brasileiros dentro de uma ótica nacional ou nacionalista. As divergências que eram pouco importantes se tornariam maiores no ano de 1934. E, pelo que pudemos notar na reportagem sobre o Congresso, o discurso do Dr. Celso Barroso

¹⁰² Idem, p. 12.

¹⁰³ Idem, p. 13.

foi o mais importante da noite, mesmo estando presentes eminentes personagens do Partido, como João da Costa Marques, capitão Stoll Nogueira e Paulo Tacla¹⁰⁴.

1.2.2 As eleições de 3 de maio de 1933 para a Constituinte

Para as mais diversas forças políticas brasileiras, o evento mais importante desde a derrota militar dos “revolucionários constitucionalistas” paulistas eram as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, marcadas desde antes do conflito, para 3 de maio de 1933. A própria organização de partidos socialistas e social-democratas a partir da fundação do PSB, no encerramento do Congresso Revolucionário do Rio de Janeiro, em fins de novembro de 1932, se deu em função desse pleito eleitoral. Conseqüentemente, o foco do PSB-SP era eleger o máximo de representantes nessas eleições.

Os motivos político-ideológicos socialistas contavam para que seus militantes se empenhassem duramente na campanha, mas mais ainda, os objetivos políticos da Interventoria do general Waldomiro Lima, que apoiava e influenciava sobremaneira o Partido. Havia uma séria disputa entre as forças políticas oligárquicas paulistas, derrotadas militarmente em 1932, mas não politicamente e as forças vitoriosas nos campos de batalha, e aquelas ligadas ao tenentismo e ao Governo Provisório de Vargas.

A campanha eleitoral deu-se com meios tradicionais, através de apoio em determinados órgãos de imprensa, caravanas pelas cidades do interior do Estado com organização e realização de comícios e também com ajuda do oficialismo, como o apoio da Interventoria através do *Jornal do Estado* e através da Rádio Educadora, como salienta Dainis Karepovs.

Ângela Gomes e Lúcia Lobo se preocuparam em focar a atuação de Waldomiro Lima na criação do Partido da Lavoura, uma dissidência dos cafeicultores ligados à Federação dos Lavradores, que tendia para uma aproximação com o Governo Provisório. O eixo da disputa era o controle sobre o Instituto do Café de São Paulo, conseguido por Waldomiro e logo em seguida, um acordo com os cafeicultores mineiros e influência sobre o Conselho Nacional do Café, no Rio de Janeiro. Entretanto, quando o Governo Provisório criou o Departamento Nacional do Café, subordinado ao Ministério da Fazenda, essa influência se extinguiu. O Departamento exercia, ele próprio, o controle da política cafeeira em nome da União.

¹⁰⁴ A *Platéia*, 21/04/1933, p. 6.

Ao mesmo tempo, essa situação abriu nova frente de disputa com as oligarquias paulistas, especialmente com as que se uniram em torno do constitucionalismo. Realizaram-se negociações políticas entre as facções oligárquicas, entre o PRP, o PD e uma força política nova, importante, mas que não se organizava como partido; a Federação dos Voluntários, criada logo após o fim do conflito armado em 1932. Agregou-se ainda ao grupo de negociações com o objetivo de formar uma Frente Única – a Chapa Única por São Paulo Unido – a Liga Eleitoral Católica, que poderia angariar muitos votos. O objetivo da LEC era defender a sindicalização livre para poder criar sindicatos de operários católicos, defender leis trabalhistas, combater o extremismo, propor o ensino religioso nas escolas públicas, propor que a Constituição fosse jurada diante de Deus e combater o divórcio. Por isso era impossível que ela se aproximasse do PSB-SP. Finalmente, aproximou-se da Associação Comercial de São Paulo, que congregava a burguesia industrial em seu seio. Estava formada a Chapa Única por São Paulo Unido para defender os ideais constitucionalistas oligárquicos. Ela teve grande sucesso eleitoral, muito embora houvesse discordância entre os chamados democráticos (membros do Partido Democrático) e perrepistas.

Como Karepovs menciona em seu trabalho e muitos outros historiadores trataram, nos demais estados brasileiros, as forças tenentistas aliadas ao Governo Provisório e às oligarquias locais que as absorviam, obtiveram grande vitória eleitoral. Em São Paulo, onde a disputa político-ideológica era profunda, Vargas e seus aliados, ao contrário, colheram grande derrota. Das vinte e duas cadeiras destinadas ao Estado na Assembléia Nacional Constituinte, o PSB-SP conquistou apenas três e o Partido da Lavoura, outras duas. A Chapa Única por São Paulo Unido conquistou dezessete cadeiras...

“Apesar do envolvimento da máquina do Estado, o PSB-SP teve um desempenho pífio. Em 1933 havia 299.074 eleitores inscritos, dos quais votaram 261.678 (87,49% de comparecimento) nos 101 candidatos que disputaram o pleito. O PSB-SP obteve 35.289 votos, o que significou 13,48% dos votos”¹⁰⁵.

Os resultados apresentados no trecho acima confirmam que a adesão de elementos da elite sócio-econômica do interior paulista ao PSB-SP foi mais aparente que real. Assim como Karepovs, consideramos que grande parte dessa adesão se deu por oportunismo e, ao que parece, esses elementos nada, ou muito pouco fizeram para

¹⁰⁵ KAREPOVS, Dainis, *op. cit.*, p. 178.

que o Partido obtivesse sucesso. Entretanto, duas semanas após a votação, o general Waldomiro Lima não admitiu a derrota, declarando em entrevista concedida no Rio de Janeiro que o PSB-SP e o Partido da Lavoura tiveram um desempenho superior ao esperado no confronto com os mais antigos partidos: PRP e PD. Ambos teriam, por isso, um grande futuro¹⁰⁶.

Talvez, o general estivesse se referindo à penetração do PSB-SP no operariado, já que ao menos um filiado ao Partido foi eleito deputado constituinte classista, Armando Avellanal Laydner, Secretário do Sindicato dos Ferrovieiros da Estrada de Ferro Sorocabana que crescia rapidamente aos milhares de filiados nesse momento¹⁰⁷, e ao fato de que sindicatos paulistas apoiaram a agremiação nas eleições. Karepovs cita o apoio público de representantes dos sindicatos dos tecelões; de trabalhadores da construção civil; de sapateiros e metalúrgicos da capital e de tecelões; de metalúrgicos e profissionais em madeiras de São Bernardo do Campo aos candidatos do PSB-SP.

Os candidatos socialistas eleitos foram “o reverendo Guaracy Silveira (com 40.007 votos), o advogado Zoroastro Gouveia (38.571) e o agrônomo Frederico Virmond Lacerda Werneck (38.509 votos)”¹⁰⁸. Desses, somente Zoroastro Gouveia se mostrou real defensor do socialismo marxista à Segunda Internacional. Foi um grande polemista, participando de diversos embates parlamentares, como destaca Karepovs e pode ser lido nos *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*. Os outros dois tiveram uma atuação muito mais moderada, sendo que a Guaracy Silveira interessou somente os assuntos ligados à separação entre Estado e religião. A atuação parlamentar dos representantes eleitos do PSB-SP não é objeto de nosso trabalho¹⁰⁹.

Karepovs considera que a partir dos resultados pífios nas eleições de 3 de maio de 1933 e mais, a partir da demissão do general Waldomiro de Lima da Interventoria paulista, o Partido definhou até sofrer sério embate interno que reorientou sua trajetória. Um dos motivos da demissão do general Waldomiro Lima teria sido a contrariedade aos desígnios do Governo Provisório, quando decidiu disputar o governo paulista em eleições.

¹⁰⁶ A *Platéia*, 15/05/1933, p. 1.

¹⁰⁷ Cf. ARAÚJO, Ângela C., *op. cit.* e ARAÚJO NETO Adalberto C. de, *Entre a Revolução e o Corporativismo. A experiência sindical dos ferroviários da E.F. Sorocabana nos anos 1930*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Departamento de História, FFLCH-USP, 2006.

¹⁰⁸ KAREPOVS, Dainis, *op. cit.*, p. 182.

¹⁰⁹ Nosso intento é investigar a atuação sócio-política e as propostas de políticas públicas dos socialistas tenentistas e reformistas em São Paulo. Sua atuação parlamentar só nos interessa na medida em que tem repercussão na militância partidária. Mesmo as propostas de políticas públicas dos socialistas tiveram pouca repercussão no parlamento, pelo que notamos do trabalho citado de Dainis Karepovs.

Apurados os resultados das eleições constituintes de 3 de maio de 1933, Waldomiro Lima tentou, primeiro relativizá-los, em seguida, tentou unir os dois partidos que lhe serviram no pleito, o Partido da Lavoura e o PSB-SP dentro do Partido da Agricultura e formar uma Frente Única Revolucionária em oposição à Chapa Única por São Paulo Unido, depois de ter recusado apoiar a União Cívica, que se propunha como uma frente de apoio nacional ao Governo Provisório na Constituinte. À essa altura, já havia perdido apoio do tenentismo, mas na perspectiva nacional, basicamente ligada ao Governo Provisório e que girava em torno de Juarez Távora, como podemos perceber na interpretação de Ângela Gomes, Lúcia Lobo e Rodrigo Coelho. Enquanto os acontecimentos se desenrolavam, o general articulava sua permanência na Interventoria de São Paulo.

Ao mesmo tempo e, principalmente com a revelação dos resultados das eleições em São Paulo, Getúlio iniciava conversações com a Chapa Única através de Oswaldo Aranha e de José Carlos de Macedo Soares. Como a Chapa Única obteve uma vitória incontestável nas eleições e poderia se constituir no núcleo da oposição aos intentos de Vargas na Assembléia Constituinte era mais que necessária sua cooptação ou, ao menos, sua neutralização. Isso deveria ser feito com a entrega da Interventoria a um elemento seu, de forma a aplacar sua oposição na Constituinte, o que seria feito mediante acordo tácito.

Juarez Távora considerava interessante nomear um elemento proveniente da Federação dos Voluntários, o que lhe rendeu críticas severas de uma organização tenentista socialista, a Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo, como se verá adiante. Oswaldo Aranha discordava. Nesse sentido, tanto Getúlio, como o próprio Waldomiro Lima, exploravam as divergências que começavam a reaparecer no seio da Chapa Única. Tanto os “perrepistas”, como os “democráticos” e os nomes ligados à Federação dos Voluntários intrigavam entre si.

O general Waldomiro procurava atrair a ala mais antiga e conservadora dos perrepistas para o seu lado, tendo em vista que eles não detinham hegemonia dentro de seu bloco e não conseguiriam conquistá-la e suas divergências eram cada vez mais profundas com as outras correntes. Essas divergências também desuniam “democráticos” e os membros da Federação dos Voluntários, que pretendiam uma oposição radical a Getúlio na Constituinte. Segundo Ângela Gomes, Lúcia Lobo e Rodrigo Coelho, tanto os “perrepistas”, como os “democráticos”, estavam propensos a

acordos com a “ditadura”¹¹⁰, como a chamavam. Evidentemente, esse acordo lhes daria a Interventoria de São Paulo e custaria moderação na Constituinte. Nesse sentido, a Associação Comercial de São Paulo e as demais “classes conservadoras” estavam em relativo acordo.

Faltava a indicação do nome da Chapa Única para ocupar a Interventoria paulista. Foi elaborada uma lista na qual a Federação dos Voluntários tinha grandes ambições que, no entanto, malograram. O nome escolhido foi o único que obteve um mínimo de consenso entre o PD e a Associação Comercial de São Paulo e que era próximo tanto da burguesia, quanto dos cafeicultores e era um dos diretores da Companhia Mogyana de Estrada de Ferro. Trata-se de Armando Salles de Oliveira, o que significava a derrota do velho PRP e da jovem Federação dos Voluntários.

Evidentemente, também era uma derrota para o general Waldomiro Lima e para as forças que o apoiavam. Ele insistia em permanecer no cargo, ao menos até a conclusão das investigações do caso Murrey & Simonsen¹¹¹. Chegou mesmo a ficar quase dois meses no cargo após a divulgação oficial dos resultados das eleições de 3 de maio. Ele não queria deixar o poder, especialmente para os constitucionalistas. Indicou outro general, Daltro Filho, para substituí-lo e organizou seu apoio. Apoiavam-no: o Partido da Lavoura; o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo; a Legião Cívica 5 de Julho e forças independentes. Os principais nomes dos dirigentes apoiadores eram: Joaquim Moreira Porto (PSB-SP); Octávio Ramos (Legião Cívica 5 de Julho) e Ângelo Mendes Correia, este representante de civis e militares. Esses homens se reuniram e fundaram a 20 de junho de 1933, a Coligação Política de São Paulo para a Defesa da

¹¹⁰ O Governo Provisório era muitas vezes chamado de “Ditadura” na imprensa e por diversos elementos políticos, principalmente entre os que se opunham a Vargas.

¹¹¹ Waldomiro Lima estava em rota de colisão com os interesses do Governo Provisório em São Paulo. Getúlio pretendia uma aproximação com os líderes da Chapa Única, especialmente depois de sua arrasadora vitória em três de maio, nas eleições para a Constituinte. Em suas complicadas manobras para permanecer no poder, o general ameaçou o Governo Provisório com a entrega da interventoria em 9 de junho. Em julho, quando estava para ser afastado do poder em favor do nome indicado pela Chapa Única, Armando Salles de Oliveira, pertencente ao PD, Waldomiro Lima solicitou ficar no cargo até a conclusão do caso Murray. Esse caso foi aberto pouco depois de ser nomeado Governador Militar de São Paulo, e no começo de 1933, confirmado como Interventor. O caso investigado consistia em afastar a diretoria do Instituto do Café de São Paulo, sob a acusação de que eles teriam recebido recursos através da empresa Murray & Simonsen, provenientes dos banqueiros Lazard Brothers & Co., de Londres, e repassado-os aos constitucionalistas durante a guerra civil. Roberto Simonsen, então diretor da FIESP, estava preso por acusação semelhante. Essa ação de Waldomiro Lima culminou com a substituição da diretoria do Instituto do Café em favor de uma facção cafeicultora que veio a se organizar no Partido da Lavoura. Se o general conseguiu que esses cafeicultores o apoiassem politicamente, por outro lado, ele próprio não conseguiu cumprir a missão que lhe fora dada pelo próprio Getúlio que era a de apaziguar São Paulo após o término da guerra civil. Ao contrário, aumentou as divergências internas no estado e ampliou as oposições que se cristalizaram na Chapa Única, que derrotou “seus” partidos nas eleições, conforme GOMES Ângela (org.), “Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização”, p. 252.

Revolução de Outubro de 1930 e pretendiam que Waldomiro Lima permanecesse no poder, conforme Ângela Gomes, Lúcia Lobo e Rodrigo Coelho.

Em reunião com o PRP, que estava em crise, o general Waldomiro ouviu de seus líderes que eles deixariam de apoiar a Frente Única Paulista. Havia impasse para o nome que se deveria indicar entre as duas correntes que agrupavam as forças “reacionárias”, segundo as palavras do general Waldomiro e de seus correligionários “outubristas”, desde os seis primeiros meses de 1933.

Hélio Silva¹¹² aborda a trama da Constituinte e também narra a intriga constante, tanto dos enfraquecidos grupos em torno do coronel Euclides de Figueiredo e de Batista Luzardo, como as do próprio general Góis Monteiro e dos tenentes em torno do general Waldomiro Lima, em São Paulo, assim como do general Daltro Filho. Tanto Flores de Cunha, como Juracy Magalhães informavam Vargas dos fatos e tramas como pareciam tomar parte delas.

Correram boatos no Rio Grande do Sul e no Nordeste que haveria resistência e golpe dos apoiadores do general Waldomiro contra a posse de Armando Salles de Oliveira. O general havia concentrado forças policiais na capital, o que provocou apreensão no general Daltro Filho, então interventor provisório, pronto a mobilizar em resposta, as forças do quartel de Quitaúna e da 2.^a Região Militar. Falava-se em conspiração e ficou claro o desgaste e desprestígio do general Waldomiro Lima diante do Governo Provisório. Segundo Hélio Silva, o PSB-SP, a Legião Cívica 5 de Julho e a Bandeira dos 18 estavam prontos a apoiá-lo na conspiração. Em telegrama a Valder Sarmanho, de 25 de julho de 1933, Waldomiro afirma que Armando Salles era repudiado em São Paulo e para provar isso, propunha uma “consulta às classes, partidos organizados e operariado”¹¹³.

De fato, havia intenção de permanência de Waldomiro manifestada na imprensa e por emissários ligados ao PSB-SP enviados ao Rio de Janeiro. O capitão Stoll Nogueira, secretário do general, Bento Vidal e Christiano S. das Neves, não contentes em somente transmitir telegrama, foram pessoalmente ao Rio comunicar ao Chefe do Governo Provisório que o próprio general Waldomiro era o candidato da coligação dos partidos de esquerda à Interventoria de São Paulo. Falavam “em nome dos eleitores que

¹¹² SILVA, Hélio, 1934. *A Constituinte, (O Ciclo de Vargas – vol. VII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

¹¹³ SILVA, Hélio, 1933. *Crise do tenentismo, op. cit.* p. 211.

não votaram na Chapa Única”¹¹⁴. A intenção do general Waldomiro Lima de permanecer no poder em São Paulo e o apoio de elementos do PSB-SP e da Legião Cívica 5 de Julho poderiam provocar o início de uma conspiração de tipo tenentista, que contaria com o apoio do proletariado. Pelo menos era o que pensavam os agentes da Ordem Social.

Diante da situação, Getúlio exigiu a presença de Waldomiro Lima no Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, solicitou pronto apoio militar de Flores da Cunha, Governador do Rio Grande do Sul, que deslocou a Brigada Militar Gaúcha para São Paulo. Getúlio ainda apelou ao “patriotismo” de Waldomiro, para que ele entregasse o poder ao general Daltro Filho, o que acabou acontecendo.

Daltro Filho governou São Paulo por aproximadamente um mês para organizar a transição e, em 16 de agosto de 1933, Armando Salles de Oliveira assumiu a Interventoria Federal de São Paulo.

Enquanto essa trama se desenrolava em São Paulo e com repercussão nacional, a bancada oligárquica paulista defendia o federalismo na Constituinte, mas, tinha a compreensão que a velha forma, como a consagrada na Carta de 1891, não era mais viável. Reconhecia que era necessário fazer correções nas desigualdades regionais, concedendo mais força ao poder da União, mas não que isso pudesse gerar um Executivo forte. O Executivo tinha que prestar determinadas satisfações ao Legislativo, embora a forma de governo proposta continuasse a ser a presidencial. Havia uma percepção geral, levantada principalmente pelos representantes do Norte [Norte e Nordeste] que o federalismo, nos velhos moldes de 1891, consagrava o desequilíbrio de poder em proveito de São Paulo e Minas e os condenava à situação marginal ou hierarquicamente inferior.

A questão de suma importância e de maior interesse de classe por parte das oligarquias paulistas, basicamente da cafeicultura, era a questão do “Reajustamento Econômico”. Essa questão tinha duas etapas básicas. A primeira era uma renegociação da dívida da lavoura cafeeira, mas não só dela, com um desconto muito maior que 50% do montante, necessária de acordo com a perspectiva econômica para se proceder à superação do que ainda restava da crise econômica advinda do exterior, a partir da Crise de 1929 e da Grande Depressão.

¹¹⁴ *A Platéia*, 24/06/1933, p. 1.

Os deputados classistas da bancada dos trabalhadores e deputados representando o Norte e o Nordeste protestaram. Para eles, e isso era evidente, esse “reajustamento” beneficiava aqueles que sempre ganharam com os erros políticos e econômicos do regime anterior e sobrecarregava ainda mais aqueles que nada ou pouco ganharam com eles.

Diante desses fatos, a bancada paulista da Chapa Única e dos classistas empregadores paulistas silenciaram de forma cúmplice em relação ao projeto, sendo ele defendido pelos representantes do Partido da Lavoura, mais diretamente interessados na questão.

Ao final, sua orientação foi vitoriosa, marcando uma aproximação relativa da bancada da Chapa Única em relação ao Governo Provisório. De lado a lado houve um progressivo abandono de posições radicais em proveito de entendimentos pontuais; de interesses partidários oligárquicos e, sem dúvida, classistas.

Do lado dos paulistas, foi a superação das posições do velho PRP, principalmente com o rompimento da Ação Nacional e sua fusão com os políticos do PD e de outras correntes na formação do Partido Constitucionalista, sob orientação de Armando Salles de Oliveira, que coordenou a atuação da Chapa Única e os entendimentos com o Governo Provisório, principalmente através de Oswaldo Aranha. Armando Salles se alçava nacionalmente.

Do lado do Governo Provisório, a orientação radical e o apoio igualmente radical dos tenentes foram deixados de lado progressivamente, principalmente após a guerra civil de 1932. Sua atuação em São Paulo, segundo Ângela Gomes, Lúcia Lobo e Rodrigo Coelho, sob João Alberto, Miguel Costa e mesmo Waldomiro Lima demonstrou sobejamente seu fracasso em apaziguar a situação no Estado que ainda era o mais poderoso da federação e continuaria a sê-lo após o Estado Novo. Essa superação se dava igualmente, em proveito de uma política voltada a acordos e entendimentos com os mais diversos setores, tendo em vista a continuidade política de Vargas e o fortalecimento do poder central a médio e longo prazo.

Na Constituinte Federal, os tenentes só conseguiram aprovar dois de seus projetos: o Código de Águas e a representação classista profissional. Agitou-se a questão eleitoral e a maior parte dos partidos ditos social-democratas de influência tenentista e de oligarquias dissidentes apoiadoras de Getúlio elegeram-no Presidente da República constitucionalmente em julho de 1934.

A Legião Cívica 5 de Julho e outros grupos tenentistas protestaram ao final dos trabalhos da Constituinte contra o que consideraram ser uma traição aos ideais revolucionários, quanto aos conluíus para constituição de maiorias na Câmara. Os trabalhos foram presididos por um “revolucionário” que não inspirava confiança aos tenentes, Antônio Carlos de Andrada, de Minas Gerais. A maior parte das propostas tenentistas não foi aprovada. Chegou haver rompimento do Clube 3 de Outubro com alguns de seus deputados, como foi o caso de Augusto do Amaral Peixoto, um de seus fundadores. O motivo foi a inversão da pauta dos trabalhos, que gerou celeuma e foi, segundo alguns constituintes, um dos motivos para desmoralizar a Assembléia Constituinte, pois propunha a eleição presidencial mesmo antes do fim dos trabalhos.

Durante a Constituinte e depois da nomeação de Armando Salles de Oliveira para a Interventoria de São Paulo, os próceres paulistas acalmaram-se, preocupando-se mais com a anistia geral, com as “liberdades democráticas” e com suas divisões internas em relação aos projetos intervencionistas, tecnocráticos e corporativistas dos tenentes e outros grupos das bancadas classistas.

Os tenentes dividiram-se após as eleições e instalação da Constituinte em apoiadores de Vargas, apoiadores de Góis Monteiro e alguns à esquerda, contra a Constituinte e a interventoria de Armando Salles de Oliveira. Estes se agrupavam em torno do general Waldomiro Castilho de Lima, e eram compostos pelo pessoal do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo e da Legião Cívica 5 de Julho, que denunciou o desvirtuamento da Revolução de 1930 e a traição que sofria de antigos partidários.

O general Waldomiro ainda tentou conspirar por sua volta ao poder, ou por maior influência, tentando convencer alguns generais a organizarem um Conselho que ele presidiria, para a fiscalização dos governos e que se constituiria, na prática, em um duplo poder no país. Os generais não aderiram. Muitos conspiravam em várias direções; houve até a ameaça da candidatura golpista de Góis Monteiro à Presidência da República.

1.2.3 O Jornal O Socialista

Em 16 de julho de 1933 surgiu *O Socialista*, *órgão do Conselho de Propaganda do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo*. Esse periódico demonstra que depois de dois meses das eleições ocorridas em 3 de maio, tenentes, socialistas e partidários do general Waldomiro Lima ainda mantinham convivência. Karepovs considera que, enquanto o general esteve na Interventoria paulista, o PSB-SP contou com apoio oficial

e manteve a atração sobre elementos oportunistas e que apoiavam seu personalismo, além de socialistas e tenentistas que viam o governo do general como garantia do afastamento do poder das oligarquias derrotadas política e militarmente em 1930 e novamente militarmente em 1932.

O personalismo continuava forte dentro do Partido, mesmo com os redatores de *O Socialista* afirmando independência, como no texto “Em vossas mãos”, editado no primeiro número. Os redatores declaram que o jornal era uma cooperativa de trabalho dentro do Conselho de Imprensa do Partido. Os membros dessa cooperativa estariam “libertos do capitalismo, independentes da ambição pessoal”; seriam “inimigos do personalismo”... Os redatores não apresentaram programa, para “fugir” declaradamente da “praxe” de todo jornal que possuía a mesma natureza de *O Socialista*. Os leitores tirariam suas conclusões lendo-o¹¹⁵.

O “personalismo” estava presente sim e as provas estão em suas páginas; como na publicação do extenso discurso do general Waldomiro Lima durante o ato em homenagem à data de 5 de Julho no Teatro Municipal de São Paulo. E ainda na mesma página, no texto “O início da reforma social”. O autor, pura e simplesmente, considera o decreto da moratória sobre as dívidas dos cafeicultores, chamado de lei contra a usura, e o combate aos “corruptos” instalados no Instituto do Café, que manipulavam os preços desse produto, como o início da reforma social e esta como obra do general Waldomiro Castilho de Lima¹¹⁶. Essa declaração também possui contexto político próprio e muito mais amplo, na defesa do general na Interventoria paulista.

O tenentismo também continuava presente e forte no seio partidário. Essa tendência se expressa em algumas matérias, como na entrevista do general Rabello criticando a situação política do país e a Constituinte; pois, em suas palavras, haviam sido eleitos representantes heterogêneos e medíocres politicamente, muitos dos quais depositos pela Revolução. Para o general Rabello isso era uma contradição à medida que se tentava implantar algo parecido, senão semelhante ao regime derrubado em 1930. Ele declara apoiar a instauração de uma “Ditadura Republicana”¹¹⁷. Ora, isso era que os tenentes em geral pretendiam politicamente, segundo a bibliografia consultada.

Nas páginas que se seguem, mais referências tenentistas foram publicadas. Uma delas tratava da data de 5 de Julho. Nas areias de Copacabana teriam sido plantadas as

¹¹⁵ “Em vossas mãos”, *O Socialista*, n.º 1, 16/07/1933, p. 1. Arquivo Edgard Leuenroth – AEL.

¹¹⁶ Idem, p.8.

¹¹⁷ *O Socialista*, n.º 1, 16/05/1933, p. 1.

sementes da rebeldia revolucionária, que germinaram em 1924, na “Paulicéia sangrenta”¹¹⁸. Com isso se lembrava de forma contundente que a própria cidade de São Paulo fora palco de violenta rebelião tenentista, senão mesmo de seu aprofundamento e início da conquista de simpatia popular.

Texto interessante é o de autoria de Luiza de Camargo Branco, membro da direção da Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo, sobre a data e os eventos desencadeados em 9 de Julho, data símbolo dos constitucionalistas, de modo a denunciá-los e desmascará-los. Ele foi endereçado inicialmente à própria mocidade constitucionalista veterana dos campos de batalha e ao público em geral.

A autora louva a coragem dos combatentes paulistas, principalmente a mocidade. Desde o início ela faz citações ao apóstolo Paulo quando de sua conversão. Luiza Branco acreditava que algo semelhante se passou em relação à mocidade paulista que lutou “contra o Brasil”, iludida pela “politicagem” e pelo “separatismo perrepista”. Os moços lutaram iludidos, despreparados e desamparados por aqueles que envergavam a farda da mesma maneira com a qual faziam com seus finos trajes e que estavam mais interessados nos bailes e recepções. Os moços lutaram pela contrarrevolução para atender à “sede de mando” dos “chefes perrepistas” que se diziam “amigos de São Paulo”. O 9 de Julho de 1932 representou a vitória fugaz da “mentira”; no 9 de Julho de 1933 ocorreu a vitória da “verdade”. Luiza Branco chegou a colocar no mesmo nível o 21 de Abril, o 5 de Julho e o 9 de Julho como datas dolorosas e sangrentas que ensinam a “verdade”. E conclui:

“Falar a tempo e mesmo fora de tempo [pois a data já havia sido comemorada] para que a mocidade se esclareça; a infância não cresça iludida e as mulheres não sejam inconscientes colaboradas da criminoso politicalha. Falar a tempo e fora de tempo glorificando a verdade que é eterna e invencível”¹¹⁹.

No segundo e último número do jornal, de 23 de Julho de 1933, por sinal data da destituição do general Waldomiro de Lima da Interventoria paulista pelo Governo Provisório¹²⁰, ainda aparecem elementos tenentistas. Como a homenagem a Joaquim Távora, em sessão solene realizada em 19 de julho, ocasião em que discursaram

¹¹⁸ Idem, p. 2.

¹¹⁹ Idem, p. 3.

¹²⁰ KAREPOVS, Dainis, *op. cit.*, p. 179.

diversos oradores, com destaque para o líder legionário Alcântara Tocci “que em belíssimo improviso recordou a vida do homenageado até seus últimos momentos”¹²¹.

Mas havia também, propaganda e textos socialistas, bem como uma nova tendência, ainda que turvados pelo interesse político em torno da defesa do governo do general Waldomiro Lima. Já no primeiro número do jornal começam a aparecer textos de crítica ao Governo Provisório por sua aproximação com os elementos conservadores e contrarrevolucionários paulistas. No texto “Politiquice de aldeia” considera uma excentricidade o fato de a política do Estado ser definida no Rio de Janeiro, mais propriamente no trânsito entre os deputados constituintes e o palácio presidencial. Critica também os próceres tenentistas João Alberto e Miguel Costa¹²².

Crítica muito mais séria aparece nessa mesma edição, à página 5, no texto “Nosso Despertar”. Nele se denunciam a presença e atuação de partidos conservadores ligados ao capitalismo estrangeiro – inglês – que, para melhor dominar o país, insuflaram o separatismo que resultou no conflito armado de 1932. Esses partidos também tentavam impedir a industrialização a partir de barganha com importadores/exportadores na qual se beneficiariam os setores de produtos primários de exportação que interessavam aos seus chefes partidários. Eles agiam através de políticos conservadores e corruptos e da imprensa venal. Nesse sentido, a situação do país só poderia ser a de semi-colônia, isto é, possuía alguma autonomia política, mas era totalmente dependente economicamente. Em oposição a essa ordem de coisas processava-se o despertar dos trabalhadores e da juventude através do socialismo.

“O ideal socialista veio arejar o pensamento da mocidade e imprimir um rumo certo e definitivo à marcha que há meses encetamos.

Podem os partidos conservadores defender programas reacionários e lutar dentro do movimento de 930 pela contrarrevolução, que os moços, as inteligências sadias e os que sabem amparar até com armas nas mãos seu ideal, não temem suas investidas, nem se apavoram com seus arreganhos fantasmais!”

Além da crítica às classes dominantes agrárias e da defesa da industrialização como elemento de progresso, esse texto se refere aos elementos eleitos pela Chapa Única, formada pelo PRP, PD, Federação dos Voluntários e Liga Eleitoral Católica e à aproximação que os principais nomes do Governo Provisório, incluído Getúlio Vargas, faziam em relação a eles. A crítica na forma de considerar essa aproximação como uma

¹²¹ *O Socialista*, n.º 2, 23/07/1933, p.8.

¹²² *O Socialista*, n.º 1, 16/07/1933, p.2.

“traição à Revolução” já começava a se delinear aí. A declaração da ligação desses partidários a capitalistas estrangeiros, mais propriamente ingleses, é uma alusão direta ao caso Murray & Simonsen. Trata-se tanto de uma crítica ao Governo Provisório, como, ainda, uma defesa ao governo de Waldomiro Lima. Seja como for, a crítica ganha uma politização mais profunda em tom tenentista, quando se refere à tomada das armas para defesa de ideais, mas, principalmente, quando coloca o socialismo como elemento a arejar, isto é, a oxigenar uma crítica político-ideológica à situação indesejável. Isso equivale também a colocá-lo como elemento norteador para novas propostas à sociedade.

Outras críticas menos profundas ao Governo Provisório e aos políticos conservadores e oligarcas aparecem no segundo e último número de *O Socialista*.

Também textos e artigos socialistas e antifascistas aparecem e dividem espaço com os de fundo nitidamente personalista e outros tenentistas e socialistas tenentistas.

Inicialmente destacamos o artigo de Christovam Pinto, “O Século Redentor” como um texto socialista-tenentista. Ele começa em forma de crônica sobre o “momento atual”, comentando a positividade dos avanços da ciência e da técnica e logo na sequência, seu assombreamento que ocorria sob o domínio capitalista em que esses mesmos avanços representavam exploração, crise e miséria. Mas, o avanço da ciência também era representado pelo desenvolvimento da teoria socialista, que marchava na mesma proporção que a técnica e o restante das ciências. O socialismo estava em campo para propor todas as mudanças necessárias com a segurança do conhecimento científico.

“É o socialismo que explana programas de reformas sociais salvaguardando o direito do operário, que não mais será obrigado a pôr seu braço, o seu serviço à concorrência da ambição dos patrões; é o socialismo que reclama a nacionalização dos capitais estrangeiros radicados no Brasil libertando-nos do jugo da política do imperialismo econômico; é o socialismo que pede a socialização das grandes empresas e companhias de exploração do nosso incomparável subsolo; enfim, é o socialismo que intervém na desordem econômica regularizando e determinando as funções sociais para que a ciência não seja monopolizada ao uso e serviço da opressão”¹²³.

Christovam Pinto espera que durante o século XX os trabalhadores, das fábricas e dos campos, assim como os intelectuais, marchem em direção à uma nova organização social oposta ao capitalismo. Afinal, tratava-se do século das grandes conquistas científicas...

¹²³ “O século redentor”, *O Socialista*, n.º 1, 16/07/1933, p. 1.

À parte o messianismo do texto, presente desde o seu título, notamos um aprofundamento político e ideológico em suas propostas econômicas, mais claro que no programa e entrevistas do general Waldomiro Lima. Em “O Século Redentor” fala-se não somente na defesa dos direitos sociais da classe operária, mas claramente em socialização/nacionalização de empresas estrangeiras e contra o imperialismo, e se defende o mesmo para as empresas mineradoras, talvez até as nacionais, pois o texto não esclarece esse ponto, para que a coletividade tivesse mais proveito na exploração das riquezas do subsolo brasileiro. Aqui devemos notar ainda a influência do tenentismo. Segundo Ângela Araújo, a nacionalização das quedas d’água e do subsolo era uma proposta tenentista e foi apresentada à Constituinte entre 1933 e 1934, não sendo aprovada, senão na questão das quedas d’água para a construção de hidrelétricas¹²⁴; conquanto a menção ao imperialismo tenha um toque comunista.

Nos dois números existentes do jornal no Arquivo Edgar Leuenroth, aparecem artigos sobre as relações entre o cristianismo e o socialismo. O ponto discutido é o prefácio de Emil Vandervelde ao livro *Cristianismo e Socialismo*, que não possuía a versão traduzida do francês para o português. Tratava-se de conciliar cristianismo católico e socialismo, apesar da oposição e mistificação do clero, principalmente do Papado, no concernente à sua oposição à filosofia materialista marxista. Afinal, havia mais de um socialismo e não só a versão comunista. Na Inglaterra, na Bélgica e na Alemanha já existiam muitos católicos filiados aos partidos socialistas de seus respectivos países e a Internacional Operária Socialista (Segunda Internacional, também conhecida com Internacional Socialista, reorganizada após a I Guerra Mundial) dava inteira liberdade religiosa e de consciência aos seus filiados. Certamente, esses textos eram uma forma de propaganda amenizadora e que visava atrair filiados e militantes ao PSB-SP em um meio social muito religioso, ao menos no que tange ao catolicismo e, ao mesmo tempo, ideológica também, ao citar nominalmente a IOS e um de seus principais líderes.

Ainda nesse número do jornal, à última página, aparece uma propaganda ideológica ainda mais clara, inclusive como uma litografia para o que deveria ser uma seção:

¹²⁴ ARAÚJO Ângela C., *op. cit.*

“Os Mestres”

“Carlos [sic] Kautsky é um dos mais eminentes e mais profundos divulgadores das teorias socialistas contemporâneas”¹²⁵.

O texto é uma rápida biografia em que se citam os lances da ruptura de Kautsky com o SPD e sua ida para a dissidência de esquerda, USPD, e suas posições à direita durante a década de 1920 a favor da reunificação dos dois partidos, bem como sua oposição a Moscou. A obra citada como importante era *A Doutrina Socialista*, uma resposta às posições de Bernstein, conhecido pelo seu revisionismo não revolucionário desde antes da I Guerra Mundial.

Estava-se constituindo uma grande contradição político-ideológica no Partido. As concepções social-democráticas ou socialistas reformistas, especialmente tomadas de suas fontes européias eram incompatíveis com a estratégia básica do tenentismo, mesmo do tenentismo de esquerda, ou socialismo-tenentista. Os primeiros prezavam a luta de massas em sua forma institucionalizada e dentro dos limites legais ou democráticos, sendo que as greves e manifestações públicas eram legítimas para eles, mas também deveriam ser pacíficas. Seu momento máximo eram as eleições, basicamente parlamentares¹²⁶. Os tenentes, mesmo os de esquerda, tinham como estratégia básica a conspiração e a insurreição armada, na forma do golpe de força concentrado e rápido. Seu campo de atuação básico era a clandestinidade. Para os tenentes de esquerda, ou socialistas, a classe operária entraria como apoio tático, mas não estratégico: as greves deveriam coincidir com os levantes e se concentrarem prioritariamente nos setores estratégicos do ponto de vista militar: transportes, comunicações e energia e em categorias que possuíam grandes contingentes mobilizáveis. Baseamo-nos na extensa bibliografia acerca do tenentismo e nas constatações a partir do exame das fontes sobre os tenentes de esquerda. Essa contradição embora permaneça até o levante de novembro de 1935, dirigido basicamente pelo PCB, então fortemente influenciado pelo tenentismo de esquerda¹²⁷, perde bastante de sua força no correr dos anos de 1934 e 1935, notando-se clara tendência do PSB-SP em se dedicar à organização sindical e à disputa eleitoral parlamentar. Evidentemente, havia ainda uma permanência latente na disposição de luta

¹²⁵ *O Socialista*, n.º 2, 23/07/1933, p. 8.

¹²⁶ WALDENBERG, Marek, “A estratégia política da social-democracia alemã”, in: HOBBSBAWM, Eric (org.) *História do marxismo, vol. II: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. e STEINBERG Hans-Josef, “O partido e a formação da ortodoxia marxista”, idem.

¹²⁷ VIANNA, Marly A. G., *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

armada contra o integralismo e mesmo em possível euforia quando da organização da Aliança Nacional Libertadora, mas ela diluía-se diante de outros interesses e mesmo em disputas com os comunistas.

Em relação ao antifascismo, na primeira página do primeiro número de *O Socialista*, apresentou-se uma proposta de formação de uma frente político-social antifascista estadual, juntamente com uma proposta de “base de acordo”:

“1 – Sob a denominação de Frente Única Antifascista coligam-se em São Paulo, sem distinção de credos políticos ou filosóficos, todas as organizações antifascistas com estes objetivos comuns:

- a) Combater as idéias e desenvolvimento da ação do fascismo;
- b) Lutar pela mais ampla liberdade de pensamento, reunião, associação e imprensa;
- c) Reivindicar a garantia de ensino leigo e da separação da Igreja do Estado;
- d) Formação de um bloco único de ação contra o fascismo.

2 – Todas as organizações coligadas conservarão sua plena autonomia e inteira liberdade de crítica.

Essa discussão política foi retomada meses mais tarde e ganhou muita importância no transcorrer do ano de 1934, quando o PSB-SP já estava reorganizado. É interessante notarmos que a base de acordo será a mesma, ou muito parecida com a apresentada acima. Apoiando-nos em João Fábio Bertonha, podemos considerar essa proposta como uma influência de Francisco Frola no PSB-SP, já que esse socialista italiano dedicava-se à luta contra o fascismo e admitia a incorporação de todas as forças que quisessem combater essa ameaça¹²⁸.

Nessa mesma edição aparece um texto mais doutrinário a respeito da natureza do fascismo, igualando-o ao nazismo. Tenta demonstrar que o poder burguês cairia como o feudal e o absolutista pelas mesmas razões. Em seu século de domínio, a burguesia acabou cedendo às tentações do poder e próprias de sua situação de comando da sociedade, sendo que a liberdade e a democracia prometidas só se verificaram em seu círculo estrito. Ao restante da sociedade ela destinou a exploração econômica. Com todos os eventos históricos desde a Grande Guerra, as revoluções e a grande crise econômica internacional, ela sentiu que não podia mais governar tranquilamente; por isso cedeu o poder tirânico a Mussolini e a Hitler para que protegessem seus interesses. A burguesia havia perdido a capacidade de governar.

¹²⁸ BERTONHA, João Fábio, *op. cit.*

Embora o autor considere seu trabalho como uma demonstração da interpretação dialética da História, ele é superficial, talvez pelo próprio fato de ser mais uma propaganda que uma análise, em vista do espaço ocupado, insuficiente para um desenvolvimento aprofundado. O texto em si apresenta uma concepção cíclica da História; a dialética acaba representada simplesmente como “nascimento, vida e morte”. Temos aí uma tentativa de aprofundamento teórico, embora não seja bem-sucedido, em termos pretensamente dialéticos e marxistas. Talvez, o mais importante, seja a identificação dos movimentos fascistas com a crise econômica e social internacional na forma de ação ditatorial contrarrevolucionária e da incapacidade da dominação clássica burguesa na forma do liberalismo ou mesmo da liberal-democracia para aquele momento histórico.

1.3 A Legião Cívica 5 de Julho¹²⁹

Se alguma conspiração estivesse em andamento contra a posse e a permanência de Armando Salles de Oliveira na Interventoria paulista, conforme parte da historiografia sobre o período comenta e, nesse caso fazemos remissão diretamente a Hélio Silva, esta deveria ser obra da Legião Cívica 5 de Julho, como entendiam os agentes da Ordem Social, já que dedicaram atenção especial à essa organização no período entre meados de 1933 e meados de 1934.

Mas, o que era a Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo?

Segundo Vera Calicchio e Dora Flaksman¹³⁰, a Legião Cívica 5 de Julho surgiu no Rio de Janeiro, durante o ano de 1931, no bojo do movimento de formação de legiões revolucionárias de talhe tenentista que deveriam apoiar a Revolução de 1930 e o Governo Provisório. Seu primeiro líder foi o coronel Felipe de Moreira Lima, irmão de Lourenço de Moreira Lima, secretário e historiador da Coluna Prestes. Foi essa entidade que convocou o Primeiro Congresso Revolucionário, no Rio de Janeiro, para 15 de novembro de 1932, que resultou na formação do PSB. A Legião era uma entidade apartidária¹³¹ e possuía uma filial em São Paulo.

¹²⁹ Este subtítulo foi publicado, com algumas modificações, como artigo na revista eletrônica *Histórica*, do APESP, edição 48, junho de 2011. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/materia03/>

¹³⁰ CALICCHIO, Vera e FLAKSMAN, Dora, “Legião Cívica 5 de Julho” in: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de, (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV-CPDOC, 1984, vol. 3, pp. 1.764-65.

¹³¹ Idem, p. 1.764.

Em nossa pesquisa, notamos que a Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo, fundada em 1.º de novembro de 1932 era bastante independente de sua suposta matriz fluminense:

Art. 1º) Fica instituída com nome de ‘Legião Cívica 5 de Julho’ de S. Paulo, uma sociedade de cultura cívica, política, econômica e social, no Estado de S. Paulo, com sede na capital, fundada em 1.º de novembro de 1932, com correspondência e reciprocidade com a de igual nome no Distrito Federal e as que existem ou forem criadas em outros Estados da União¹³².

Não há qualificação de filial, mas sim, referência direta à *correspondência e reciprocidade* e, notamos que a preocupação máxima da Legião era a política paulista. Faziam-se referências à política nacional, mas sempre em relação direta ou indireta com o contexto estadual paulista. Sua atuação era tão independente e regionalizada quanto a do PSB-SP. Aliás, os membros da Legião participaram da fundação e de boa parte da militância e até da direção desse partido, o que contraria a qualificação de “apartidária”, ao menos no caso paulista.

Seu Conselho Diretor era composto pelo engenheiro Octávio Ramos, pelo 2.º tenente José Alves de Brito Branco, pela professora primária Luíza Peçanha Camargo Brito Branco (esposa do tenente Brito Branco), pelo advogado Pedro de Alcântara Tocci, Cícero Barros, Antônio Golini e Edgard Seráfico¹³³.

Abaixo reproduzimos os *fins* da Legião, constantes em seu *Código*.

“Art. 3.º) A Legião Cívica 5 de Julho de S. Paulo adota os seguintes fins:

- a) Pugnar, garantir e defender a República dos Estados Unidos do Brasil;
- b) Pugnar por todas as formas de unidade do Brasil, tendo em vista a confraternização sul-americana e a fraternidade universal;
- c) Prosseguir a renovação política, social, cultural e econômica iniciada com as greves, as revoluções de 5 de Julho de 1922, 5 de julho de 1924 e de 24 de outubro de 1930;
- d) Propiciar por todos os modos o ‘Socialismo’ com obediência às necessidades e realidades nacionais;
- e) Desenvolver a instrução e educação física, moral e intelectual da coletividade e a extensão universitária popular;
- f) Pugnar pela saúde pública e pelo saneamento dos sertões;

¹³² *Código da Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo. Capítulo Primeiro (Da Associação, Denominação e Fins)*. APESP, DEOPS, pront. 2.593.

¹³³ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 12, p. 1, pront. 2.593 e também documentos constantes em outros prontuários pront. n.º 1.040; pront. n.º 1.969; pront. n.º 3.531; pront. n.º 0170. APESP, DEOPS.

- g) Pugnar pelos problemas dos transportes terrestres, marítimos, fluviais e aéreos;
- h) Proporcionar e manter contra toda e qualquer opressão a mais ampla liberdade de culto, de seita, de religião e filosofia, de palavra, escrita ou oral, de reunião e associação, de greve, de locomoção e de voto;
- i) Criar no proletariado uma consciência provinda da sindicalização livre e do cooperativismo integral;
- j) Pugnar pela naturalização automática;
- k) Pugnar pela emancipação civil, econômica e política da mulher;
- l) Pugnar pelo ensino primário integral, gratuito, leigo e obrigatório, profissional, técnico, popular e Universidade do Trabalho;
- m) Intercâmbio e reciprocidade cultural e econômica com os Estados da Federação;
- n) Intercâmbio e reciprocidade cultural e econômica com as nações em geral, sem indagar-lhes do regime político adotado”.¹³⁴

Logo de início notamos que seu republicanismo remete à uma forma parecida à qual se refere Cláudio Batalha¹³⁵ quando trata da origem de alguns grupos socialistas do Rio de Janeiro, durante a década de 1890, que teriam vindo de uma ala esquerda do movimento republicano; em outras palavras, notamos a exaltação de um republicanismo popular e avançado que deve romper com o tradicionalismo da “República Velha”. A Legião marca sua oposição ao “abominado separatismo paulista” ao frisar que iria “pugnar por todas as formas pela unidade do Brasil”.

Os itens relativos à educação são muito parecidos com o que os socialistas do PSB-SP propunham como parte de seus projetos no que hoje enquadramos como propostas de políticas públicas. Da mesma forma o que se refere à emancipação feminina, à liberdade de culto e consciência religiosa.

A Legião demonstra logo nos primeiros itens seu tenentismo – evidenciado pelo próprio nome adotado pela entidade – e, ao mesmo tempo, a proximidade com o proletariado quando se refere às renovações sociais, econômicas e políticas iniciadas com as greves e os levantes tenentistas, culminando com a Revolução de 1930, constantes no item *c*. Ela se aproxima do proletariado, no segundo momento, de forma mais objetiva, no item *i* quando se refere à sindicalização e ao cooperativismo como

¹³⁴ *Idem.*

¹³⁵ BATALHA, Cláudio H. M., “A Difusão do Marxismo e os Socialistas Brasileiros na virada do século XIX”, IN: MORAES, João Quartim de (org.), *História do Marxismo no Brasil*, Vol. II, *Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

elementos capazes de desenvolver a consciência de classe. Essa referência remete à outra, a do socialismo; a Legião é declarada socialista, mas também nacionalista já que seu socialismo estava subordinado “às necessidades e realidades nacionais”, conforme declaração de seu presidente à Ordem Política e Social ¹³⁶.

Sua composição sócio-profissional era heterogênea. Em certos momentos predominaram elementos provenientes das classes trabalhadoras, que formavam a grande maioria dos ingressos entre outubro de 1933 e junho de 1934, período de maior incidência de materiais coletados pelos agentes da Ordem Social:

Origem Sócio-Profissional dos Legionários entre 1933 e 1934	Quantidade	Porcentagem
Operários e trabalhadores manuais assalariados	62	53,45%
Militares e Guardas Civis	25	21,55%
Pequena Burguesia [micro empresários]	14	12,06%
Profissionais de classe média [professores, médicos etc.]	10	8,62%
Outros [estudantes e datilógrafa]	3	2,58%
Agricultores	2	1,72%
Total	116	

Tabela 2: As porcentagens são aproximadas. Os dados foram sintetizados a partir das informações constantes de ingresso de novos legionários. Fontes: Boletins da Legião Cívica 5 de Julho, números 12, 13, 17, 19, 21, 29-30 e 40-41-42.

De suas características tenentistas, óbvias em seu título – referência aos levantes tenentistas de 5 de julho, tanto de 1922, quanto o de 1924, sendo este último considerado pelos legionários como “Revolução” – também temos que notar seu comportamento político-social.

A comemoração da data de 5 de Julho foi ponto de honra. O Interventor do Distrito Federal declarou ponto facultativo para as comemorações em 1933, o que foi noticiado pelos legionários paulistas indicando a importância simbólica que transcendia as fronteiras estaduais, sendo repercutida em alto nível na capital do país. Em São Paulo, a Legião realizou cerimônias públicas com a presença de autoridades convidadas e de membros e dirigentes do PSB-SP. Foram depositadas flores nos túmulos de Joaquim Távora e Siqueira Campos por duas comissões sendo a primeira composta por Pedro Voss Filho, Paulo Tacla, membros do Partido e Octávio Ramos, Presidente da

¹³⁶ APESP, DEOPS, pront. 1.969.

Legião e a segunda com Frederico Lacerda Werneck, eleito deputado constituinte, capitão Stoll Nogueira, Athos Ribeiro e o médico Celso Barroso, os três destacados membros partidários¹³⁷.

Na noite desse mesmo dia, na cerimônia pública da Legião Cívica 5 de Julho, no Teatro Municipal de São Paulo, estiveram presentes e compuseram a mesa diretora do evento, o coronel Procópio da Silva, capitão José de Souza Carvalho, os “doutores” João Fina Sobrinho, Francisco Giraldes Filho e Pedro de Alcântara Tocci, membro da direção da Legião. O tenente-coronel da Força Pública, João Cabanas, convidou o general Waldomiro Lima e seu ajudante de ordens, o capitão Adalberto e o representante do general Daltro Filho a comporem a mesa. Waldomiro Lima foi recebido à entrada do recinto com a execução do Hino Nacional¹³⁸. De imediato notamos que o evento da Legião contou com apoio e participação e com a codireção de membros do PSB-SP. Para esclarecer essa situação, devemos informar que os membros da Legião eram orientados a também comporem o referido partido, sendo que este seria sua voz política¹³⁹. Dessa forma, explica-se a presença tanto desses dirigentes partidários, como da Legião, em eventos e manifestações públicas até inícios de 1934.

Nesse mesmo evento, João Fina Sobrinho discursou falando dos revolucionários vivos e mortos, fazendo referências elogiosas a Luiz Carlos Prestes, o que encheu o teatro de vivas e aplausos.

Havia a presença ostensiva de militares no evento, especialmente a convite dos organizadores. Eram homens que participaram tanto dos levantes tenentistas e do movimento de 1930, portanto revolucionários, como não tenentistas que participaram da vitória na guerra civil de 1932. Havia uma dupla e clara intenção: demonstrar força e ao mesmo tempo, envolver os não tenentistas no espírito revolucionário; afinal, tratava-se da homenagem a homens que demonstraram coragem no campo de batalha, valor caro aos militares e, embora houvesse civis mortos, os principais personagens eram militares. Visava principalmente o general Daltro Filho, comandante da 2.^a Região Militar, maior concentração de tropas no Estado. Os legionários apelavam a favor da permanência de Daltro Filho no comando dessas tropas como garantia contra as perseguições promovidas pelos reacionários, novamente no poder, contra as famílias de milhares de

¹³⁷ *A Platéia*, 05/07/1933, p. 1.

¹³⁸ *A Platéia*, 06/07/1933, p. 6.

¹³⁹ “A Legião e o P.S.B.”, *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 40-41-42, de junho de 1934, p.5. APESP, DEOPS, pront. n.º 2.593.

revolucionários e de “filhos” de outros estados que apoiaram Getúlio através de “imensos sacrifícios”¹⁴⁰.

Chegaram a tentar a arrecadação de doações e contribuições entre os legionários, alguns meses depois da saída do general Waldomiro de Lima da Interventoria, para se construir um mausoléu no Cemitério de Santana, local em que receberam uma quadra ao lado do túmulo de Joaquim Távora. A intenção era transladar os restos mortais dos revolucionários de 1924 sepultados às margens do rio Paraná; no Mato Grosso e no exterior para esse local¹⁴¹.

O tenentismo também se expressava na oposição declarada aos oligarcas paulistas da Chapa Única composta pelo Partido Constitucionalista e Partido Republicano Paulista. O primeiro era uma recomposição de antigos membros do Partido Democrático. Uma das formas declaradas de atuação era a valorização da Revolução de 1930 e de seu legado, embora críticas cada vez mais severas fossem feitas através das páginas do *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho* aos próceres do Governo Provisório. Desse modo, o Conselho da Legião – seu órgão diretor – recomendou uma homenagem pública em todos os municípios onde estivessem organizados núcleos legionários, aos mortos da Revolução de 1930, na data de 3 de outubro e outra comemoração para a data de 24 de outubro, como mais uma etapa vencida da obra revolucionária em marcha¹⁴².

A defesa do Governo Provisório se dava mais como instrumento de defesa da própria Revolução, já que as críticas a ministros e ao próprio Chefe de Governo apareciam com cada vez mais frequência. A relação entre a crítica aos atos do Governo Provisório e a defesa da Revolução são parte de uma das concepções da “missão revolucionária”, se assim podemos dizer, que seria a primeira e fundamental: afastar ou banir os corruptos, plutocratas e oligarcas do poder. Aceitar a vitória da Chapa Única nas eleições de 3 de maio de 1933 e, por isso, dar à ela o direito de indicar um novo interventor a São Paulo até as eleições em julho de 1934, foi considerado um grande erro pelos revolucionários de origem tenentista e para todos aqueles que apoiaram a Revolução de 1930, inclusive aos militantes ligados a certa parcela do movimento operário, como os socialistas reformistas do PSB-SP. Era conceder a vitória política em 1933 aos derrotados militarmente em 1932...

¹⁴⁰ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 12, p. 4. APESP, DEOPS, pront. 2.593.

¹⁴¹ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 13, outubro de 1933, p. 4. APESP, DEOPS, pront. 2.593.

¹⁴² Boletins números 12 e 13 respectivamente de início e meados de outubro de 1933, p. 3 e p.1 APESP, DEOPS, pront. 2.593.

A semântica discursiva dos legionários sobre a questão girava em torno da exaltação da obra revolucionária em sua dimensão nacionalista unitária e do socialismo. No polo oposto, ressaltava-se a reputação tida como deplorável de separatistas e preconceituosos e mesmo de perseguidores dos “filhos” de outros estados da nação e também plutocratas aos partidários dos constitucionalistas. Nesse sentido, vemos a clara manipulação dos valores positivos e negativos na proporção inversa para a classificação de ambos os lados a partir do discurso legionário, sendo os constitucionalistas apresentados como antípodas.

Havia uma razão concreta para essa oposição político-ideológica. Durante a interventoria do general Waldomiro Castilho de Lima, os legionários ocuparam espaços dentro do aparelho de Estado, especialmente no que tange à Segurança Pública. Com a vitória política dos constitucionalistas, estes, aliados aos “perrepistas” começaram a excluí-los em benefício próprio. E a partir de 1936, os constitucionalistas começaram a fazer o mesmo com os “perrepistas”. O exemplo mais claro encontramos durante pesquisas sobre os ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, quando em um recorte de um artigo denominado “A Sorocabana, tal como é actualmente” proveniente do *Correio Paulistano*, de 5 de julho de 1936, criticava severamente a diretoria da ferrovia e o governo de Armando Salles de Oliveira por terem tornado a empresa em um verdadeiro “ninho” de afilhados políticos “peceístas”, o que trouxe corrupção e perda de eficiência à empresa¹⁴³.

Os legionários relatam diversos casos de perseguição, como a demissão do subdelegado da 5.^a Delegacia de Polícia do Ipiranga, exonerado por ser revolucionário (referência a 1930) e ser um dos líderes socialistas do bairro em questão. Informava-se “que só se nomeava, doravante, pessoas indicadas pela Frente Única [bloco oligárquico paulista na Constituinte de 1933], que são da absoluta confiança do atual governo de S. Paulo”. No mesmo boletim, denunciavam perseguições e atentados contra legionários em cidades do interior e a omissão da polícia, sob novo comando, a respeito desses casos¹⁴⁴. Ou ainda, como o relatado no número seguinte, sobre Ibatinga, em que um escrivão de polícia foi exonerado por ser legionário.

Até mesmo atos de provocação beirando o vandalismo foram relatados, como no trecho abaixo:

¹⁴³ ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *Entre a Revolução e o Corporativismo. A experiência sindical dos ferroviários da E.F.Sorocabana nos anos 1930*, op. cit., p. 114.

¹⁴⁴ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 12, p. 3. APESP, DEOPS, pront. n.º 2.593.

Cópia da Ata da Reunião do Conselho em 12/10/1933. Informa sobre a situação em Piratininga o seguinte: houve romarias aos túmulos dos que morreram pela causa ‘constitucionalista’ e, em dado momento, o padre da paróquia local convidou os presentes a pisarem sobre as sepulturas dos revolucionários que lá se acham enterrados, o que foi feito prazerosamente. Perdoa-lhes Pai, não sabem o que fazem...¹⁴⁵

Essa provocação foi respondida com uma ironia, mas que nem de longe teria o mesmo peso do ato concreto, já que o alcance do *Boletim da Legião* era limitado aos seus próprios membros, embora fosse distribuído aos núcleos municipais de todo o Estado.

A perseguição pura se simples não era o único problema, já que os legionários se consideravam abnegados servidores da causa revolucionária que se consubstanciaria na renovação da nação. Seus perseguidores insultavam a pátria, perseguindo seus irmãos de outros estados, demonstrando terrível preconceito e traindo-a com a pregação e militância separatista:

O indivíduo Paulo Magalhães, que para a vergonha dos brasileiros, é da Paraíba, acha-se em Lins acompanhado de cinco ‘damas paulistas’ [sic], a angariar donativos para a campanha separatista e, ao receber dinheiro em uma casa comercial, afirmou que angariava auxílio para a ‘República de Piratininga’, à qual será expurgada de tudo quanto é ‘cabeça chata’¹⁴⁶.

Ou ainda, em Matão, onde, no Dia da Bandeira houve desfile “separatista” sendo que apenas a bandeira paulista estava desfraldada e ouviam-se vivas a São Paulo independente e à República de Piratininga e “morras aos nortistas famintos e gaúchos salteadores”. Nesse caso, os legionários locais reagiram confrontando o ato e quase sendo presos por isso.

Mas, segundo os legionários, a “apoteose separatista” ocorreu em Santos, quando da chegada de Pedro de Toledo de seu exílio. Durante um verdadeiro evento público de saudação ao seu desembarque, escoteiros católicos saudaram-no militarmente havendo ainda a presença de batalhões de voluntários e dos “capacetes de aço”, bem como a ocorrência – profundamente lamentada pelos legionários – da recepção ao prócer oligarca pelos diretores do Sindicato dos Estivadores de Santos. Este mesmo sindicato fora defendido por Miguel Costa em 1931 e seus membros eram seus

¹⁴⁵ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 13, p. 3. APESP, DEOPS, pront. n.º 2.593.

¹⁴⁶ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 19, p. 1. APESP, DEOPS, pront. n.º 2.593.

partidários, mas, durante a guerra civil de 1932, foi tomado por adesistas da causa constitucionalista. Bandeiras paulistas tremulavam em todos os lugares¹⁴⁷.

Para realçar sua posição político-ideológica, a direção da Legião publicou “Propósitos e Fins”, texto eminentemente nacionalista, mas com clara tendência à esquerda.

“(…)

Não temos a preocupação – cada um de nós – de ser o dirigente, mas cuidamos todos nós – cada um em seu campo de ação, dentro da relatividade que as nossas possibilidades individuais nos impõem, de ser o coordenador de todas as forças de ação e de reação, suscetíveis de contribuir para a integração mais perfeita da Nação. Entendemos como Nação o organismo social em que não há distinção de direitos individuais, porque todos os indivíduos são iguais perante a coletividade, a qual, e ela só, tem direitos, embora ela – como os indivíduos – tenha deveres.

Admitimos unicamente duas condições de privilégios: a da inteligência e o trabalho, e assim mesmo, enquanto o indivíduo em quem elas se verificam, ou conjuntamente cada uma *per si*, as utilizar em benefício rigorosamente exclusivo do bem coletivo.

Cada um de nós conhece as dificuldades da luta e muitos conhecem a miséria e a fome como prêmio [pela] atitude que tomaram; tem cada um de nós a consciência plena da causa porque se bate. Se um de nós cai, sabe que dez tomarão – à luz do dia, ou na sombra – o seu lugar. O clarão que temos na alma não é o do fogacho somente destruidor, é a luz forte da verdade que nos guia, da justiça que fatalmente há de triunfar um dia. Perseguem-nos? Teremos mártires. Seguem-nos? Teremos adeptos. Em qualquer dos casos, venceremos”¹⁴⁸.

Os legionários consideravam a Nação como o valor máximo, mas entendiam-na como um ente coletivo que possui direitos e deveres acima daqueles atribuídos aos cidadãos individualmente. Assim sendo, os legionários também agiam de forma coletiva. Podemos considerar isso como um elemento da disciplina militar, mas há aí também elementos socialistas com fortes matizes originais provenientes do ideário republicano, quando a hierarquia é desprezada como valor absoluto e considerada apenas como atribuição concedida pelo coletivo àqueles com maiores capacidades intelectuais e de disposição de trabalho, mas sempre destinados ao bem coletivo.

Outro elemento era a exaltação do sacrifício sofrido por todos e o conhecimento da miséria como “recompensa” por seus ideais, provavelmente, experimentada durante os anos repressivos que antecederam a Revolução de 1930 e prestes a se repetir. Ora, ter

¹⁴⁷ Idem, p. 3.

¹⁴⁸ Idem, p. 3, grifos no original.

passado por essa situação não só dignificava o legionário, como era uma credencial de sua abnegação em prol do bem coletivo. A ênfase na concepção de coletivo demonstra a presença de idéias socialistas na organização diretora da Legião, embora o documento seja eminentemente nacionalista.

Consideramos que a própria disciplina militar, já que parte substancial dos legionários era dessa origem e mesmo porque os civis estavam envolvidos numa atmosfera militarizada até por conta do próprio contexto histórico (as rebeliões tenentistas, a Revolução de 1930 e a guerra civil de 1932) facilitava o florescimento dessa concepção de socialismo que poderia parecer “espartana”, ou “de quartel”. Na Sessão do Conselho de 9 de junho de 1934, a tesouraria propôs o envio do *Boletim* a todos os membros da Legião com vistas a facilitar a cobrança de mensalidades e também como forma de ampliar a “propaganda dos nossos ideais socialistas-revolucionários”¹⁴⁹. À primeira vista, essa linguagem pode nos confundir; como era a concepção revolucionária do socialismo que imperava entre os legionários paulistas?

A seção de cultura do *Boletim* n.º 26, anterior ao acima citado, responde sobre a natureza do socialismo legionário. Haveria publicação a partir de fevereiro de 1934, de um curso sobre “socialismo”, preparado em trinta lições pelo “companheiro Prof. Piccarolo”. O socialismo pregado por Antônio Piccarolo, em São Paulo, de meados dos anos 1900 até meados da década de 1930, foi de cunho reformista brando, chegando a se confundir com o liberalismo democrático. Para não abrir qualquer confronto com a burguesia chegou mesmo a ser submisso; apoiando a modernização do capitalismo sem fazer qualquer exigência em troca para o proletariado. De outro lado, escreveu e trabalhou quase que exclusivamente para a colônia italiana, incentivou seu crescimento com o incremento da emigração para o Brasil e sempre foi favorável ao empresariado que se destacava dentro dela. Talvez, mais importante tenha sido sua posição antifascista. Sua concepção política era principalmente de cunho democrático e liberal, já que seu socialismo era evolucionista e anti-bolchevique. Reuniu principalmente a imprensa e os meios professorais para lutar contra o fascismo na Itália e dentro da colônia, principalmente em São Paulo. Sua luta principal se deu nas páginas do jornal *La Difesa*¹⁵⁰.

Mas, então, como explicar a expressão socialista revolucionário?

¹⁴⁹ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 40-41-42, p. 1. APESP, DEOPS, pront. n.º 2.593.

¹⁵⁰ HECKER, Alexandre, *Um socialismo possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988. Devemos notar que houve forte disputa e desentendimento entre Piccarolo e Francisco Frola no âmbito da militância antifascista e socialista, conforme BERTONHA, João F., *op. cit.*

As evidências encontradas nas fontes indicam que o termo revolucionário se referia a todos quantos lutaram contra o domínio das oligarquias no Brasil e, principalmente neste caso, em São Paulo. Como os “revolucionários” que chegaram ao poder compondo o Governo Provisório não tinham um projeto de reformas sociais, econômicas e políticas claro e profundo, a adoção de princípios socialistas, ainda que reformistas-evolucionistas, significava um avanço para os legionários e era a rota natural para o avanço das reformas “revolucionárias” naquele momento. Entretanto, já se enunciavam superações a partir da publicação de matérias e artigos nas páginas dos *Boletins da Legião*, que possuíam elementos discursivos anti-imperialistas e manifestações antifascistas.

O anti-imperialismo aparece algumas vezes na forma de anticapitalismo e mesmo de antifascismo e outras em forma relativamente xenófobas.

No primeiro caso, critica a Alemanha “fascista” por sua posição favorável ao armamentismo, política agressiva tipicamente imperialista. Apela para a união de todos contra os rumores de novas guerras e pela luta a favor do novo “regime de Justiça Social, pela abolição completa da escravização do homem sob o capitalismo”. A matéria termina em uma profissão de fé diante das novas ameaças que rondavam a humanidade ainda perdida em meio à Grande Depressão percebida como crise econômica internacional: “O regime da liberdade, da dignidade do trabalho, onde cada homem [tem] seus iguais e não senhores, o regime sobre o qual se construirá o mundo é sem dúvida o socialismo”¹⁵¹.

Em outro momento, critica radicalmente um artigo publicado na *Folha da Noite*, de 29 de novembro de 1933, o qual considerava que o Brasil podia reconhecer oficialmente a URSS, tendo em vista que os EUA, a França e a Inglaterra já o tinham feito.

“Como ‘boa colônia’, obediente ao imperialismo americano e inglês só depois de a Inglaterra e os Estados Unidos entrarem em relações com a Rússia, é que o governo permite artigos como esse que transcrevemos e que retrata fielmente os processos reacionários a respeito dos seus adversários e que pelas vozes de seus ministros, falam já em reatamento de relações com a U.R.S.S.

O que é a pressão capitalista”¹⁵².

¹⁵¹ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 13, p. 5. APESP, DEOPS, pront. n.º 2.593.

¹⁵² *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 19, p. 7. APESP, DEOPS, pront. n.º 2.593.

Se o anti-imperialismo era uma superação das posições moderadas do socialismo evolucionista em direção a um aprofundamento da compreensão em relação ao sistema capitalista e uma radicalização política, ele não se apresentou uniformemente. Em uma manifestação contra a imigração “assíria” [sic] proveniente do Iraque para o Brasil aparecem elementos xenófobos mesclados ao anti-imperialismo. Os legionários teriam consultado sírios e armênios já estabelecidos no Brasil para indagar sobre o caráter desses “assírios”. Ora, esses imigrantes, talvez por desavenças étnicas antigas, consideraram os novos candidatos como salteadores, entre outros adjetivos depreciativos. O que indignava os legionários era que esses imigrantes, aparentemente de má índole, seriam estabelecidos aos milhares no Paraná com todo o apoio oficial, porque se tratava de uma imposição britânica. Aliás, era de interesse britânico para manter seu domínio colonial sobre o Iraque retirar essas populações desse território. E o Brasil, em subserviência “escrava” à prepotência imperialista aceitaria isso, malgrado milhões de sertanejos padecerem nos sertões sem qualquer assistência do Estado¹⁵³.

O antifascismo era apresentado como anti-integralismo e anticlericalismo, já que estes, algumas vezes apresentavam-se envolvidos com a Igreja Católica Romana. Um exemplo disso foi o atentado à bala contra o professor Mendonça, em Fortaleza, perpetrado por um integralista quando de uma conferência anticlerical.

Mas, as coisas poderiam se tornar violentas em São Paulo, como no caso do atentado à bala contra o tenente coronel João Cabanas quando este adentrava a sede da União dos Trabalhadores Gráficos para assistir à uma conferência antifascista proferida por Francisco Frola. O atentado foi praticado por inspetores da Ordem Social, sendo um ferido por Cabanas, que saiu ileso do incidente¹⁵⁴.

Provavelmente, boa parte desse impulso antifascista era influenciado por Frola, a partir do PSB-SP e por Piccarolo, que tinha proximidade com a Legião. De qualquer forma, esse posicionamento evoluiu e foi uma das causas para que muitos legionários e socialistas aderissem à proposta de formação da ANL em princípios de 1935, conforme os documentos dos arquivos do DEOPS demonstram.

No que tange à predominância de trabalhadores manuais assalariados nos recrutamentos legionários notamos que não é um dado fortuito, pois aponta para o fortalecimento da tendência socialista que logo passou a ser citada francamente nas

¹⁵³ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 29-30, pp. 7 e 8. APESP, DEOPS, pront. n.º 2.593.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 7.

páginas dos *Boletins da Legião*, mas também, segundo documentos de origem oficial da Ordem Social, era estratégia para intentos insurrecionais.

E essa proximidade se dava através de contatos, como no caso de uma carta do Sindicato dos Operários Tecelões de Guaratinguetá pedindo ajuda dos legionários em sua luta contra a repressão que passara a sofrer¹⁵⁵.

O engenheiro Octávio Ramos era presidente da Legião e participou de algumas reuniões com operários desde o início de 1933, como no caso dos trabalhadores da Companhia Telefônica, incentivando-os a fundar um sindicato nos moldes do Decreto 19.770. Além dos operários, participaram dessa reunião elementos ditos “estranhos” ao meio, inclusive um proprietário de botequim, que se afirmava propagandista sindical¹⁵⁶.

Notamos a intenção de apoiar o Governo Provisório a partir do incentivo à formação de sindicatos oficializados e mesmo visando as eleições constituintes, na qual participariam os trabalhadores sindicalizados para a escolha da bancada classista.

No *Boletim* n.º 13, à página 2, orienta-se a formação de uma missão de propaganda e “arregimentação” entre os trabalhadores da E. F. Noroeste do Brasil, em Bauru e nas localidades por ela servidas. Ao que parece, os legionários tinham alguma aproximação junto aos ferroviários, haja vista a solicitação do Núcleo de Franca de uma intervenção da Legião para que se fizesse com que a E. F. Mogiana pagasse proventos atrasados havia onze meses aos seus operários¹⁵⁷. Todas essas aproximações foram verificadas no segundo semestre de 1933, comprovadas através do exame de diversos prontuários dos arquivos do DEOPS em nome de legionários, socialistas e sindicalistas que militaram durante os anos 1930.

Em janeiro de 1934, no *Boletim* número 26, à página 13, a Legião solicita informações de seus núcleos municipais sobre os sindicatos operários existentes em suas áreas de atuação, tais como os nomes dos diretores e quantidades de filiados. Orientava seus membros a incentivar a formação de sindicatos onde eles não existissem, com prioridade para a formação de ao menos uma organização de lavradores e outra para a construção civil. Na página 5 dos números lançados em um único impresso, 40/41/42, lê-se uma propaganda em letras maiúsculas de pé de página “O SINDICATO É A ARMA PODEROSA DO PROLETARIADO. TODO PROLETÁRIO CONSCIENTE DEVE SINDICALIZAR-SE”.

¹⁵⁵ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 12, p. 1. APESP, DEOPS, pront. n.º 2.593.

¹⁵⁶ “Relatório Reservado – Boletim 11” de 14/03/1933. APESP, DEOPS, pront. n.º 2.593.

¹⁵⁷ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 21, p. 1. APESP, DEOPS, pront. n.º 2.593.

Evidentemente, essa aproximação também correspondia aos interesses em defender a Revolução de 1930 e sua obra que deveriam se concretizar como reformas sociais profundas. Essas reformas teriam sido enunciadas – mas permaneceram em sua fase inicial, conforme a opinião dos socialistas tenentistas e outros reformistas sociais – na promulgação dos primeiros decretos de leis sociais que anunciavam uma suposta e esperada mudança na forma de tratamento dos trabalhadores pelas autoridades. Porém, a vitória política dos “reacionários” em São Paulo, com a entrega da Interventoria estadual a Armando Salles de Oliveira, ameaçava destruir os avanços até então conseguidos. Assim, a denúncia de perseguições patronais contra sindicatos operários e de tentativas de impor direções sindicais da confiança das oligarquias nos sindicatos de ferroviários da Mogiana e da Sorocabana, bem como de perseguições contra membros da UOFT – União dos Operários da Fiação e Tecelagem – deve ser entendida como uma manifestação anti-oligárquica por parte dos legionários:

“O relato singelo desse caso deixa entrever a quanto chegará a ação reacionária da plutocracia paulista uma vez reintegrado o país no regime dito da lei. É necessária união completa de todos os elementos revolucionários para que não voltemos aos tempos em que se dizia que ‘operário trata-se à pata de cavalo’. Somente unidos e arregimentados é que conseguiremos atingir os objetivos tão prometidos pelos chefes da Revolução que hoje, em sua grande maioria, trocaram o trato cotidiano com o povo pela maciez das poltronas acomodáticas das altas posições de braços dados com os reacionários de todas as épocas”¹⁵⁸.

Esse discurso tanto revela uma preocupação com o proletariado organizado, quanto tenta envolvê-lo na luta contra as oligarquias paulistas na defesa da Revolução, como no seu aprofundamento social e, ainda é, ao mesmo tempo, uma crítica aos dirigentes do Governo Provisório quanto às suas promessas em relação à questão social ainda não cumpridas e suas aproximações com quem eles consideravam o inimigo a ser combatido. O principal argumento desse discurso era lembrar ao proletariado como ele era tratado no tempo da “República Velha” – caso para repressão policial violenta. Somente a organização garantiria sua vitória e, nesse caso, acedia-se à influência do socialismo legionário, ou tenentista. O eixo do discurso, sem dúvida, é a crítica ao processo de reconstitucionalização que se abria no país.

Desde a nomeação de Armando Salles de Oliveira como interventor em São Paulo, a Legião Cívica 5 de Julho passou a criticar o Governo Provisório. Na seção

¹⁵⁸ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 17, p. 3. APESP, DEOPS, pront. 2.593.

Noticiário, página 2, do *Boletim* 17, de novembro de 1933, critica radicalmente Juarez Távora, então Ministro da Agricultura do Governo Provisório, por tentar se acomodar com as oligarquias paulistas.

Em sua visita oficial a São Paulo, Juarez foi recebido friamente, não contando sua chegada com a presença de qualquer revolucionário. “O povo que foi iludido e mistificado por politiquinhos vorazes não se presta mais ao papel de ovacionar àqueles que, de qualquer forma, esqueceram os seus princípios renovadores e se bandearam à direita”.

E, ao que parece, sua missão não foi tão bem sucedida. As autoridades locais o boicotaram e o almoço oficial na Secretaria de Agricultura foi formal. Também foi recebido friamente no Instituto Agrônomo de Campinas e, durante o almoço, recebeu como brinde a seguinte frase da esposa do diretor do instituto, quando esta se dirigia aos criados: “Este nortistinha à toa só vem a São Paulo para comer”.

A sentença dos legionários era dura a esse respeito e era seguida por uma advertência ainda mais incômoda:

“É inútil quererem os revolucionários se acomodarem com a camarilha reacionária; a todos os que aqui aparecerem depois de acumpliciados com a grei plutocrática acontecerá o mesmo que a Juarez Távora; isto por enquanto, pois mais tarde, quando se sentirem fortes, a eliminação será sumária”¹⁵⁹.

Nessa mesma página, os legionários criticaram duramente Getúlio Vargas:

“A máquina plutocrática que, graças ao Sr. Getúlio, tomou novamente conta do Estado, continua fazendo a limpa de todos os elementos revolucionários, ou, pelo menos, simpatizantes, que ainda ocupam cargos na administração estadual sendo seus lugares preenchidos com a reintegração de quantos foram exonerados em 1930 por delitos de caráter funcional (...)”.

E esse esforço de aproximação de Getúlio com as oligarquias paulistas era sentenciado inútil pelos legionários, que atacaram os políticos paulistas ditos constitucionalistas pelo seu cinismo ao declararem apoio ao Governo Provisório quando em audiência no Palácio do Catete e, em São Paulo, se declararem publicamente em oposição intransigente ao mesmo. Criticaram igualmente ministros como Oswaldo Aranha e Juarez Távora por contemporizarem com os reacionários militantes que ameaçavam toda a obra revolucionária.

¹⁵⁹ *Idem*, p.3.

Evidencia-se aí o deslocamento à esquerda do Governo Provisório por parte da Legião Cívica 5 de Julho. Embora ela ainda o apoiasse como recurso de defesa da “obra revolucionária”, suas críticas vão ficando mais radicais. Estava em jogo não somente a fidelidade para com a Revolução que, a seu ver, era traída por Getúlio e seus ministros, inclusive por uma das estrelas tenentistas, Juarez Távora, mas a própria manutenção das conquistas revolucionárias. Legionários e socialistas esperavam que as leis sociais do trabalho decretadas fossem a primeira parte de uma reforma mais profunda da questão social e mesmo da sociedade e da economia brasileiras, de modo a encaminhar o país para a construção do socialismo. Ora, essa esperança reformista dentro da Revolução estava em risco. Primeiro a confraternização e até composição com as oligarquias impediria qualquer avanço reformista e, no caso com a recomposição com a oligarquia paulista, arqui-inimiga da Revolução e, principalmente das leis sociais do trabalho, até as primeiras conquistas se viam ameaçadas. As perseguições aos legionários, socialistas e trabalhadores sindicalizados apareciam como provas contundentes. Tal prognóstico não se realizou, embora houvesse probabilidade.

1.4 A Bandeira dos Dezoito¹⁶⁰

Outra organização tenentista que existiu nesse momento foi a “Bandeira dos Dezoito”, em homenagem aos primeiros rebeldes da jovem oficialidade e ao civil presente no primeiro e original 5 de Julho, o marcado pelo levante do Forte de Copacabana. Ela surgiu no início de 1933, não temos ao certo sua data de fundação, a partir de uma dissidência dentro da Legião Cívica 5 de Julho, como informam tanto sua *Proclamação da ‘Bandeira dos Dezoito’ às correntes revolucionárias do Brasil*, como Eugênio Agostini Filho, um de seus principais dirigentes no *Termo de declaração da Superintendência da Ordem Política e Social de São Paulo*¹⁶¹.

Sua Comissão Executiva declarava-se seguidora dos ideais que nortearam os revolucionários desde os primeiros momentos de 1922, portanto, herdeira dos heróicos dezoito rebeldes de Copacabana, dos quais tirou o próprio nome e defensora da obra revolucionária iniciada em outubro de 1930. Entretanto, seu apoio ao Governo

¹⁶⁰ Uma versão modificada desta seção, intitulada “A Bandeira dos Dezoito: uma das faces do socialismo tenentista em São Paulo dos anos 1930”, foi apresentada como comunicação à mesa 4: “Dimensões do regime Vargas II”, durante a VI Semana de História Política, III Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade”, organizado pela PPGH-UERJ, entre os dias 17 e 21 de outubro de 2011, no Rio de Janeiro.

¹⁶¹ DEOPS-APESP, Pront. 2400 e Pront. 2421.

Provisório e a todos os “revolucionários” era crítico e procurava esclarecer “o homem brasileiro” do que a Revolução “em marcha” era e prometia ser, embora ainda não pudesse cumprir, diferentemente da “exploração que políticos decaídos procuram fazer para desmoralizar e sabotar a obra revolucionária”¹⁶².

Seus redatores legitimavam-se diante do público através de sua história de apoio à Revolução, desde os seus primeiros momentos, nas tribunas, na imprensa e nas trincheiras, como também no compartilhamento da repressão nas prisões até a vitória do movimento em 1930.

A origem da dissidência estava na constatação dos rumos que a Revolução tomava devido à sua própria composição sócio-política original de 1930, a aceitação de elementos idealistas que não conheciam a realidade concreta do país e elementos oportunistas que queriam continuar desfrutando das benesses do poder.

Os primeiros, a despeito de sua boa intenção, não tinham qualquer projeto para o país e consideravam que a derrubada dos oligarcas do poder já era a Revolução em si. Não sabiam o que fazer diante da questão social, da qual pareciam conhecer pouco ou nada e não retiraram do poder os delegados e subdelegados de polícia que pertenceram ao regime anterior, para os quais ela “era apenas ‘uma questão de polícia’”. O “*tabu* [sic] do direito adquirido” desses elementos reacionários a esses cargos e para tudo o mais atava as mãos desses “idealistas românticos”.

Por outro lado, a Revolução trouxe “em seu bojo” políticos profissionais e aceitou a adesão de outras tantas “raposas” da “velha política” que, diante da iminência da perda do poder, como de fato aconteceu, teriam enviado “seus asseclas” para sabotar a obra revolucionária. Seu papel era inflar a vaidade de alguns chefes revolucionários, que o documento não nomeia, engrossando a multidão e enchendo com “palmas” os ambientes dando a esses chefes a falsa noção de serem “semideuses”, cuja simples “presença” era suficiente para garantir a vitória e o andamento da obra revolucionária. O resultado imediato foi dividir as hostes revolucionárias afastando os “verdadeiros, os sinceros, os puros que não queriam (...) se confundir com esses capachos de todos os governos, no chamado ‘congraçamento da família brasileira’” e emperrar o avanço das reformas tão ansiadas pela coletividade.

Os membros que compunham a Bandeira dos Dezoito saíram das fileiras da Legião Cívica 5 de Julho, organização que compunham até pouco antes, por

¹⁶² *Proclamação da “Bandeira dos Dezoito” às correntes revolucionárias do Brasil*, DEOPS-APESP, Pront. 2400.

discordâncias internas, embora ainda reconhecessem a seriedade de muitos companheiros que nela permaneceram. A razão, de fato, era o “acaudilhamento” pelo qual passava a Legião:

“Dali, onde existem companheiros sinceros e há revolucionários verdadeiros, nos afastamos como um protesto aos processos caudilhescos e porque a nossa atuação intransigente era perturbada por elementos que não estavam dentro da linha rígida que nós havíamos traçado. Acaudilhados nunca o fomos; nem caudilhos jamais o seremos”.

Nessas linhas podemos entrever um choque entre esses militantes ditos revolucionários e um possível personalismo. Lembremos que, nesse mesmo período havia uma forte propaganda em torno do general Waldomiro Castilho de Lima, então Interventor Federal em São Paulo. Esse processo era marcante no PSB-SP e levou a problemas graves internos que só foram resolvidos entre o final de 1933 e janeiro de 1934, durante o Congresso do Partido. Acreditamos que o acaudilhamento referido pelo texto se refira à influência e exaltação do general Waldomiro Lima, explícito na comemoração do ato de 5 de julho de 1933. Não podemos esquecer que havia legionários em diversos cargos públicos, embora de pouca importância e que a demissão do general da Interventoria e a posse de Armando Salles de Oliveira provocou a substituição desses militantes por partidários desse expoente oligárquico constitucionalista.

De qualquer modo, os militantes agrupados na Bandeira dos Dezoito se propunham esquerda revolucionária e como tais, críticos leais dos companheiros e “amigos” que ainda estavam no poder naquele momento, mas nunca seguidores cegos ou interesseiros. Sua atitude deveria ser a da crítica para nortear as ações dos dirigentes políticos para que não se deixassem iludir pelos “áulicos” e com isso, entravassem as reformas profundas que deveriam se realizar.

Conquanto declarassem textualmente que não discutiriam tendências político-ideológicas, se declaravam socialistas e insistiam que a Revolução deveria realizar reformas que encaminhassem o país ao socialismo. Esse ato de, em princípio, não se discutir ideologias, se justificava pelo fato de haverem revolucionários e idealistas sinceros das mais diversas tendências “verdadeiramente esquerdistas” que auxiliaram as revoltas desde o seu início e que ainda contribuía com a Revolução em marcha, ainda que sofrendo os desvios e atrasos pela obra dos oportunistas e sabotadores.

O socialismo defendido pela Bandeira dos Dezoito era reformista, mas, uma reforma revolucionária, já que só poderia ser realizada pela Revolução vitoriosa. Mais ainda, esse conjunto de reformas, não propriamente especificado no documento, mas que tangem às leis sociais e trabalhistas, entre outras, deveria ser imposto com rigor ditatorial:

“Companheiros!

“Nós não podemos compreender, não atinamos ainda porque é que o Governo atual, esse que nada deve a não ser às classes armadas, – marinheiros, soldados, sargentos e oficiais – aos trabalhadores dos campos e das fábricas e ao povo em geral, e nada, absolutamente nada à plutocracia, que a Revolução combateu e derrubou, não compreendemos porque é que esse Governo, que é discricionário, e está palpavelmente vendo a aceitação das idéias socialistas, não lança as bases do Estado Socialista, ele que não tem peias e pode contar com todo o apoio do povo brasileiro?

Em vez dessa grande comissão para delinear as bases de uma Constituição para os que gemem de saudades do passado, por que não convocou antes, uma comissão para delinear as bases de um Estado para aqueles seus amigos que encarnam as esperanças do futuro?”

A construção do socialismo deveria se dar através de reformas sociais progressivas que deveriam ser aplicadas por um governo ditatorial, como entendiam os tenentes, os socialistas tenentistas e outras correntes político-ideológicas. Também é claríssima a oposição ao processo de reconstitucionalização pelo qual o país estava passando após o fim da guerra civil paulista de 1932. Finalmente, os últimos elementos constitutivos do que chamamos de socialismo tenentista eram o nacionalismo e o exclusivismo minoritário, mas decidido e destemido, que esteve presente em todo o texto, aparece ao final de forma clara:

“(...

Quem se abriga livremente, voluntariamente, sob a nossa bandeira, deve saber que se vem unir a um punhado de revolucionários que batalharam e batalharão pela grandeza de um Brasil mais alto, onde cada homem seja uma força consciente, lutando para o bem da coletividade, para o bem do povo, para o bem das massas trabalhadoras”.

Mas, o documento também chama a atenção para outra luta importantíssima e paralela nas atitudes desses militantes: a luta contra o fascismo. Segundo seu discurso, era no momento da desilusão de muitos revolucionários sinceros que o fascismo aparecia e tentava atraí-los oferecendo uma falsa proposta de salvação da Revolução. Era mais que necessário combatê-lo. E nos meses em que notamos a existência dessa

organização, os apelos antifascistas foram sempre noticiados e feitos publicamente nos eventos em que participou.

Os militantes da Bandeira dos Dezoito participaram de assembléias antifascistas, como a conclamada pelos libertários, em 22 de junho de 1933, em São Paulo, da qual também participaram comunistas. O agente Guarany, da Ordem Política e Social, notou que havia certa confusão entre as classes operárias a respeito do tema. Acreditamos que ele tenha alguma razão nesse momento em que cada corrente tentava fazer valer seus pontos de vista e suas pregações em detrimento das demais, principalmente na disputa entre libertários e comunistas, dificultando o avanço da proposta de criação de uma Frente Antifascista¹⁶³.

Aliás, isso foi notado por outro agente da Ordem Social, M. Souza, quando de outra reunião antifascista, realizada na sede da Bandeira dos Dezoito, poucos dias depois, em 28 de junho:

“Os antifascistas não farão grandes progressos na sua campanha, que outra não é senão de idéias extremistas, pois, já entre eles, existem divergências. Quem é comunista não sabe combater o fascismo se não pregar o comunismo; quem é anarquista não o combate sem defender os interesses anárquicos [sic]”¹⁶⁴.

À parte o prognóstico do agente da Ordem Social, a constatação das disputas internas dentre as correntes proletárias, como libertários, comunistas e trotskistas, além dos socialistas tenentistas era real. O sectarismo falava muito alto...

Mas, o documento nos informa de outro problema, além do da vigilância policial, a Ordem Social ia começar um trabalho específico contra as correntes, diagnosticado e proposto pelo próprio agente em questão: “A nossa principal atividade agora, vai ser a intriga; com esta arma combateremos os projetos de propaganda presentes e futuros”¹⁶⁵. Não temos clareza do que aconteceu, mas parece que o agente Guarany chegou a imprimir panfletos em um mimeógrafo na sede da Bandeira dos Dezoito¹⁶⁶. Provavelmente, além do sectarismo próprio das correntes político-ideológicas proletárias, entre os motivos para as dificuldades de construção de uma ação

¹⁶³ Relatório Reservado de Guarany ao Gabinete de Investigações, de 23/06/1933. APESP, DEOPS, Pront. 2400.

¹⁶⁴ Informes Reservados ao Gabinete de Investigações, por M. Souza, de 30/06/1933. APESP, DEOPS, Pront. 2400.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ “Reservado” do agente M. Souza, 24/08/1933. APESP, DEOPS, Pront. 2400.

conjunta e coordenada estejam os efeitos de ações provocadoras e de intrigas artificialmente plantadas pelos agentes reacionários.

Encontramos no prontuário da Bandeira um panfleto que, muito mais que denunciá-la, provoca seus membros. Ela é chamada de “Bucha”, cognome para infiltração “perrepista” e constitucionalista entre os revolucionários, com o objetivo de causar confusão e desagregação de suas fileiras. Afirma-se em suas linhas que tentaram primeiro desagregar a Legião Cívica 5 de Julho e depois influenciá-la em 1931. Não o conseguiram porque os determinados revolucionários mantiveram-se coesos. Agora, essa “Bucha” se disfarçava de Bandeira dos Dezoito. Seu objetivo era “ferir” as altas lideranças da Legião e iludir o povo com seu “palavreado constitucionalista”, não passando ao fim e ao cabo, de uma organização “perrepista”¹⁶⁷.

Consideramos esse panfleto provocador de origem suspeita, porque alguns elementos usados são dissonantes com o que conhecemos a respeito da Legião por seus documentos. Não encontramos em qualquer documento ou boletim interno legionário o termo “bucha” ou qualquer denúncia ou comentário a respeito de uma infiltração “perrepista” ou constitucionalista. E, factualmente, a Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo foi criada em 1.º de novembro de 1932, conforme seu *Código*; somente a Legião carioca existia em 1931. Tendo em vista, através da documentação consultada, que os agentes da Ordem Social deveriam começar um trabalho de intrigas em meio aos socialistas tenentistas, não seria de surpreender que esse panfleto fosse de sua lavra...

De qualquer maneira, a Bandeira começou a se organizar entre maio e julho de 1933 e tinha projetos interessantes. Um fragmento de um boletim interno da organização nos dá mostras do que pretendiam socialmente. Pretendiam organizar toda uma estrutura de serviços sociais, principalmente educativos e culturais, tais como exibição de filmes educativos seguidos por aulas práticas para as crianças filhas dos membros filiados; criação de uma “Universidade Popular”, com cursos “práticos e rápidos” de datilografia, taquigrafia, correspondência comercial, auxiliar de guarda-livros; inglês “etc.”; criação de uma biblioteca e sala de jornais para informação dos “companheiros associados”.

Mas, não só. Já havia um serviço de “Socorro Médico”: “Organização de caráter educativo-humanitário, a Bandeira trata com especial carinho da assistência médica aos companheiros visando principalmente a assistência infantil visando a preparação de uma

¹⁶⁷ *Povo, Cuidado! A Bandeira dos Dezoito é um dos pseudônimos da Bucha*, 23/06/1933. APESP, DEOPS, Pront. 2400.

geração forte”¹⁶⁸. A “assistência dentária”, embora não funcionasse na sede da organização, era feita por profissional externo à ela ligado e que atendia os filiados. E também havia assistência jurídica aos associados.

Pretendia ainda instalar um “bar” na sede, que mais se pareceria com uma cantina, porque, além de “refrescos e guaranás”, serviria “refeições rápidas” para os associados que trabalhassem no centro da cidade e não dispusessem de tempo para fazer suas refeições em casa. Tudo isso seria servido a preços módicos... Também seria instalada uma “Sala de Diversões”: “não faltarão na sede ping-pong, tabuleiros de xadrez, dama e outros passa-tempos, com que a Bandeira deseja incentivar o espírito e prática de camaradagem entre os companheiros” [sic]¹⁶⁹.

Projetava ainda a criação de uma cooperativa de consumo onde os associados fariam compras a preços “baratíssimos”. “Depende tudo isso apenas da colaboração entusiástica dos companheiros. Que eles nos auxiliem no nosso disederatum e verão”. Todas essas iniciativas se pareciam muito com o que já se esperava dos sindicatos oficializados que surgiam nesses anos, sob o Decreto 19.770, de 1931.

Finalmente, a Bandeira precisava de um jornal próprio com o qual pudesse informar seus militantes e doutriná-los. A página termina com um chamado militaresco: “COMPANHEIROS! Em forma e unidos em torno da BANDEIRA!”

Sua militância se deu em torno da disputa da memória e das honras revolucionárias tenentistas, na defesa de seu ideal socialista e na luta contra o fascismo. Ao lado do PSB-SP e da Legião Cívica 5 de Julho, a Bandeira dos Dezoito também organizou um ato público solene em homenagem à data de 5 de Julho, em 1933. Dos panfletos convidando o povo, o prontuário no DEOPS possui dois. Em um deles lemos:

“A **BANDEIRA DOS DEZOITO**, organização genuinamente revolucionária que surgiu no momento preciso para defesa de reivindicações necessárias do povo trabalhador, considerando que 5 de Julho de 1922 é uma data que iniciou uma série de lutas em defesa da liberdade e contra o regime opressor, que durante muitos anos vinha entravando o exercício do livre pensamento, não permitindo aos trabalhadores que são os artífices do progresso econômico do Brasil, de se organizarem livremente a fim de se emanciparem moral e socialmente da exploração capitalista, convida os revolucionários sinceros e a todos que se batem pela defesa da liberdade e do pensamento a comparecerem no dia 5 de Julho, às 20 horas no salão da Lega Lombarda, [...] para assistirem uma homenagem cívica em memória **dos dezoito heróis do Forte de**

¹⁶⁸ *Boletim da Bandeira dos Dezoito*, folha 2, São Paulo, 13/05/1933, n.º 1. APESP, DEOPS, Pront. 2400.

¹⁶⁹ *Idem*.

Copacabana que escreveram com seu sangue a mais brilhante página da epopéia cívica do Brasil livre [sic]”¹⁷⁰.

E ao final do panfleto:

“Estando o Brasil ameaçado de ser envolvido pela sanha insaciável da mais tremenda das opressões *O Fascismo* e considerando que os Dezoito do Forte se sacrificaram por um Brasil melhor, livre de todas as opressões, a BANDEIRA DOS DEZOITO participa que essa sua data será solenemente comemorada como uma manifestação antifascista”

E de fato, seu ato público foi tanto uma comemoração tenentista, como basicamente, uma manifestação antifascista, como atesta a reportagem de *A Platéia* e os relatórios de outros agentes da Ordem Social presentes para assistirem à reunião operária e política e “assegurarem” o sossego social...

O evento realizou-se no salão da Lega Lombarda. Iniciou-se às 20 horas e encerrou-se às 23:30. Segundo o inspetor J. Gentil, participaram cerca de trezentas pessoas. Ele demonstrou certo espanto pelo fato de o evento ser, originalmente, uma comemoração cívica e, ainda assim, contar com forte presença de anarquistas que eram avessos a esse tipo de atividade. Dentre os anarquistas estiveram presentes dois de renome, Edgar Leuenroth e Oreste Ristori¹⁷¹.

Segundo a reportagem de *A Platéia*, o evento teve acentuado caráter antifascista, reunindo elementos da Frente Antifascista, composta principalmente por libertários e anticlericais, além, é claro, da homenagem aos dezoito rebeldes do Forte de Copacabana. Aplecina do Carmo, diretora de uma revista infantil e, provavelmente, organizadora dos eventos culturais-educativos da Bandeira dos Dezoito para os filhos de seus associados, “dissertou sobre a situação internacional da crise econômica e política, ligando-a à situação interna do país, cujos últimos movimentos revolucionários teve ocasião de analisar”¹⁷². Essa oração tem uma forma muito parecida com os discursos dos comunistas no mesmo período, que sempre primavam pelo esclarecimento da situação interna em relação ao processo histórico internacional, muitas vezes considerando os fatos nacionais como reflexos dos internacionais, mais amplos.

¹⁷⁰ Panfleto: *Bandeira dos Dezoito: Trabalhadores da força e do pensamento! Homens livres!* APESP, DEOPS, Pront. 2400.

¹⁷¹ Relatório sobre a Comemoração de 5 de Julho no Salão da Lega Lombarda, pelo Inspetor n.º 28, J. Gentil, 06/07/1933. APESP, DEOPS, Pront. 2400.

¹⁷² Recorte de jornal “A comemoração promovida pela Bandeira dos Dezoito”, *A Platéia*, 06/07/1933. APESP, DEOPS, Pront. 2400.

A proximidade de certos dirigentes da Bandeira com os comunistas e mesmo certa influência destes sobre os socialistas tenentistas era provável tendo em vista que alguns importantes militantes operários do PSB-SP deixaram o partido entre 1934 e 35 para militar no PCB. A militância de vários deles na futura ANL facilitará o exercício dessa influência, como é amplamente discutido pela historiografia. A preeminência dos comunistas dentro da Bandeira foi denunciada repetidas vezes por agentes da Ordem Social, conquanto devamos relativizar esse tipo de denúncia, uma vez que havia claro interesse desses agentes em associar o tenentismo e o socialismo tenentista com o comunismo para facilitar a repressão sobre suas organizações e militâncias. Esse interesse estava associado à política oligárquica “decaída” naquele momento e, principalmente na que triunfou com a nomeação e depois, eleição do constitucionalista Armando Salles de Oliveira à interventoria e depois, governo do Estado.

Outros membros do Conselho da Bandeira falaram, como Eugenio Agostini Filho, que abriu a reunião e Yaro Gontram, que a encerrou. E ainda o representante do jornal *Homem Livre* e outros ligados aos libertários, também estiveram presentes militares: “Compareceram os tenentes Afonso Pires, Evangelista, Olympio de Oliveira Pimentel representando o Sr. Interventor Federal e o major Falconieri, chefe de polícia”¹⁷³.

De qualquer forma, notamos que a Bandeira procurava desenvolver uma relação de militância em participação com outras correntes político-ideológicas proletárias como os libertários e os comunistas.

Após esse evento, não encontramos mais referências acerca da Bandeira dos Dezoito. Já em junho a Ordem Social recebia o informe que essa organização se transformaria em Partido Socialista Operário, com a entrada de Francisco Frola e de outros importantes quadros socialistas do PSB-SP¹⁷⁴. Não foi possível confirmar esse informe porque não encontramos mais qualquer documento referente à Bandeira dos Dezoito ou qualquer outra referência ao tal partido.

Pesquisando os prontuários de integrantes da Bandeira dos Dezoito que eram vigiados e de outros que foram presos durante a onda repressiva que se seguiu à derrota do levante comunista/aliancista de novembro de 1935, nos deparamos com o panfleto de propaganda eleitoral de Eugenio Agostini Filho para deputado constituinte estadual, para as eleições de 14 de outubro de 1934. Ele se candidatou pela Frente Única Liberal

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Informes reservados, Mário de Souza, 30/06/1933. APESP, DEOPS, Pront. 2400.

coligada à legenda “Aliança Socialistas e Liberais Pela Justiça Social”. É interessante notarmos que uma das principais organizações que compunham essa coligação, senão a principal e que respondia pelos “socialistas”, era a Legião Cívica 5 de Julho, da qual a Bandeira dos Dezoito era dissidente e crítica. E mais, essa coligação lançou-se nas eleições em certa contraposição ao PSB-SP. Juízos sobre contradições à parte, em meses é possível produzirem-se novas avaliações políticas que podem desfazer alianças político-ideológicas de caráter eleitoral, ou, reformá-las...

O discurso de Agostini Filho em seu panfleto eleitoral¹⁷⁵, quase um boletim, tem caráter classista. Inicialmente, ele declara o motivo pelo qual aceitou o convite para concorrer à uma cadeira na Assembléia Estadual Constituinte, nas eleições de 14 de outubro de 1934: a consciência de pertencer à classe trabalhadora e estar lá para defendê-la. Mas, qual é a definição de classe trabalhadora para Agostini Filho? “(...) no mais amplo vocábulo é a classe de todo aquele que não dispõe de outro recurso além de sua força de trabalho”. Ele inclui na classe trabalhadora os “pequenos industriais, pequenos comerciantes, pequenos lavradores; empregados no comércio, funcionários públicos, médicos, bacharéis e engenheiros pobres; operários e camponeses: homens do trabalho e do bom senso”. Essa amplitude – a perder o foco – na concepção da “classe trabalhadora” é característica desses socialistas reformistas que vieram a formar o socialismo tenentista, conquanto Agostini Filho não demonstre qualquer veleidade tenentista no documento em análise.

Agostini Filho demonstra certo conhecimento do conceitual marxiano ao declarar que o Estado foi constituído como instrumento de domínio de classe sobre as classes trabalhadoras ao longo da História. A cada sistema econômico correspondia uma forma de Estado e o presente correspondia aos interesses da burguesia e a prova mais clara disso eram as operações de salvamento dos débitos dos bancos que estavam em crise dentro da depressão econômica que assolava o mundo. No Brasil, o salvamento se dava pela compra pelo Estado de milhões de sacas de café com o único objetivo de queima. Essa compra se dava através de emissões de cerca de 500 mil contos de réis em papéis do tesouro a juros de 6% ao ano. Em contraste, segundo o autor, nada se fazia para o bem dos trabalhadores. Nesse sentido, as eleições constituintes eram importantíssimas porque, muito além do mero conceito jurídico, estava em jogo o

¹⁷⁵ Panfleto: “Pequenos industriais; pequenos comerciantes; pequenos lavradores; empregados no comércio; funcionários públicos; médicos, bacharéis engenheiros pobres; operários e camponeses: meditemos: a nossa pobreza não é a pobreza merecida que preguiça produz – é a pobreza injusta da gente que trabalha”. APESP, DEOPS, Pront. 2421.

domínio do Estado pela burguesia e pelo clero, ou o seu controle pelas classes trabalhadoras conforme a eleição de seus representantes e a elaboração da Carta Magna. Apelava-se para que os trabalhadores não perpetuassem sua escravidão; para que não construíssem “seu cadafalso com as próprias mãos” votando em representantes do clero e da burguesia.

Como se vê claramente havia uma concepção de classes trabalhadoras que envolvia o micro e pequeno empresariado – a pequena burguesia – as classes médias assalariadas – funcionários públicos e funcionários do comércio – e a classe média das profissões liberais – bacharéis, médicos e engenheiros pobres – além do campesinato e da classe operária. Havia inclusive uma noção clara de disputa do poder de Estado com as classes dominantes – a plutocracia burguesa e o clero. Entretanto, essa noção não era revolucionária, mas eleitoral reformista. Uma última observação, Agostini Filho também apelava eleitoralmente às “mulheres de coração e sentimentos”, sem classificá-las socialmente.

O material eleitoral estava bem redigido para os micro-empresários e classes médias, mas, talvez não para os trabalhadores mais pobres e pouco escolarizados. De qualquer forma, ele não foi eleito...

Capítulo 2

Conspiração, Greve e o Primeiro Aprofundamento Político-Ideológico do PSB-SP

2.1 A Greve dos Ferrovários de Janeiro de 1934: conspiração revolucionária?

A preparação de uma conspiração tenentista de esquerda contra a posse e o governo de Armando Salles de Oliveira era bem provável; havia clima para isso nas páginas dos *Boletins* da Legião Cívica 5 de Julho. A constatação de que se preparava algum movimento conspirativo também passa pela referência bibliográfica, mais propriamente a partir dos trabalhos de Hélio Silva e, finalmente, pela própria constatação a partir do teor da documentação fornecida pelas fontes, nesse caso, os relatórios dos agentes da Ordem Social. Poderia a conspiração tenentista de esquerda contra a posse e permanência de Armando Salles de Oliveira ser revolucionária?

Em si, a conspiração tenentista era considerada revolucionária por seus próprios participantes, mas enfrenta um problema conceitual substancial a partir de uma concepção marxista. Dentro dessa concepção, uma Revolução deve ocorrer a partir da atuação de movimentos de massas dirigidos por organizações classistas propositoras de programas definidos e como resultado de profundas transformações sócio-econômicas que tendam à superação do *status quo*. Somente em parte esse foi o caso dos movimentos armados tenentistas da década de 1920. Economicamente, as transformações não eram tão rápidas e ainda não haviam alterado profundamente a realidade brasileira, essencialmente agro-exportadora e rural, muito embora contradições profundas se acumulassem no seio da sociedade. Os grandes centros se transformavam e as influências proletárias e de classe média aumentavam sensivelmente, mas ainda não havia peso suficiente para transformar o Brasil, o que *começaria* a acontecer a partir da década de 1930. Socialmente, todos os levantes tenentistas desses anos dispensaram a participação maciça da população, contando tão somente com adesões pontuais em São Paulo, durante o levante de 1924 e com algumas

adesões esparsas durante a marcha guerrilheira da Coluna Prestes¹⁷⁶. Nesse caso, não deveria haver dúvida quanto às pretensões dos tenentes para fins de 1933 e inícios de 1934. O que faria dessa conspiração, segundo nossa interpretação, uma atividade revolucionária?

A concepção de Revolução, ou mais propriamente, de ação revolucionária, comungada pelos tenentes estava sendo transformada a partir de seu envolvimento com o operariado e com os socialistas. A própria conspiração contra Armando Salles de Oliveira, peça essencialmente tenentista, se vitoriosa, levaria ao poder em São Paulo, além de elementos de classe média, civis e militares que dirigiam a Legião Cívica 5 de Julho, também outros ligados ao proletariado e alguns de origem operária. Sem dúvida, ofereceriam o governo a um prócer militar: ou tentariam o retorno do general Waldomiro Castilho de Lima, ou entregariam o poder ao general Rabello que já possuía o comando da 2.^a Região Militar, circunscrita a São Paulo. Ou, mais remotamente, ao general Miguel Costa, grande personalidade tenentista e bastante influente dentro da Legião. Esses elementos socialistas tenentistas procurariam participar do governo, no secretariado ou em cargos de alguma relevância. Talvez, somente os legionários participassem, já que o PSB-SP passava por reformulação razoavelmente profunda de sua organização, havendo críticas severas ao dirigismo do general Waldomiro Lima nos meses anteriores. Mas, não podemos descartar também a presença desses socialistas, já que ao menos um de seus membros de destaque, o tenente-coronel João Cabanas, participou ou, no mínimo, esteve presente em reuniões e em assembléias operárias que antecederam a greve e, evidentemente, porque os legionários não possuíam número suficiente para ocupar os principais cargos, além dos subalternos em caso de vitória, o que seria muito remoto.

A composição da Legião, pelo que notamos e destacamos anteriormente, estava adquirindo acentuada influência numérica operária, haja vista também a valorização do sindicalismo oficial como “arma poderosa do proletariado” e a orientação oficial da agremiação para que os legionários se aproximassem do operariado e até para que auxiliassem sua organização.

¹⁷⁶ Everardo Dias afirma que os tenentes procuraram lideranças do movimento operário em 1923 com o intuito de conseguir apoio para seus intentos insurrecionais, basicamente na forma de greves maciças ou gerais. Contudo, o autor afirmou claramente que os tenentes não tinham qualquer proposta de aliança para a direção do movimento, nem apresentavam grandes propostas sociais e econômicas ao proletariado. DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, 2.^a ed.

Essas influências já vinham desde meados de 1933 e se acentuaram durante 1934, quando da campanha eleitoral estadual de meados desse ano e, principalmente, após, no encaminhamento e aprofundamento das ações de luta antifascista. Entre o fim desse mesmo ano e o início do próximo, o encaminhamento dessa orientação política por parte dos dirigentes do PSB-SP, seguida pela direção da Legião, com a adesão de libertários, comunistas e trotskistas à proposta de formação de frente ampla antifascista conferiu importante envergadura à luta.

A Ordem Social concentrou suas investigações e sua vigilância sobre os legionários entre meados de 1933 e meados de 1934, como indicam as datas dos documentos consultados. As ligações dos legionários com grupos operários organizados em sindicatos tiveram interesse especial. O agente Rubens, em informe “Reservado” ao Gabinete de Investigações de São Paulo, em abril de 1933, comenta reunião de ferroviários do interior, nesse caso, com representantes dos trabalhadores da Companhia Paulista, Mogiana, Araraquarense, Noroeste do Brasil e São Paulo-Goiás, que decidiram enviar emissário ao general Rabello, no Rio de Janeiro. Esperava-se que o general opinasse acerca do “movimento dos ferroviários do Sul” [greve] e “ao mesmo tempo [desse] instruções quanto aos ferroviários de São Paulo”¹⁷⁷. Note-se que as preocupações dos agentes da Ordem Social eram anteriores à saída do general Waldomiro Lima da Interventoria paulista e à indicação de Armando Salles de Oliveira e claras depois dos resultados das eleições de maio de 1933. Os constitucionalistas e seus fiéis agentes da Ordem Social temiam um envolvimento direto do general Rabello, comandante das tropas federais que guarneciam o Estado, em um movimento subversivo tenentista e pior, com participação ativa do operariado. Sem dúvida, era uma manifestação do temor em relação ao “comunismo dos tenentes”.

Em setembro desse mesmo ano de 1933, o agente M. Souza fala de uma possível greve “na qual tomariam parte operários da Noroeste do Brasil, Sorocabana, Paulista, tecelões de algumas localidades do interior e até de lavradores da região de Bauru”, todos liderados pela Legião Cívica 5 de Julho e a eclodir na ocasião da posse de Armando Salles de Oliveira, na Interventoria paulista¹⁷⁸. Sobre a reunião de ferroviários sindicalizados da São Paulo Railway, da qual participou um dos principais dirigentes do Sindicato dos Ferrovieiros da Estrada de Ferro Sorocabana, Armando Laydner, um

¹⁷⁷ *Reservado ao Gabinete de Investigações de São Paulo*, de “Rubens”, 06/04/1933. APESP, DEOPS, pront. 2.432, vol. 2.

¹⁷⁸ Trechos de uma “Parte Reservada” ao Gabinete de Investigações de São Paulo, de M. Souza, de 22/09/1933. APESP, DEOPS, pront. 2.432, vol. 2.

agente não identificado da Ordem Social comentou: “os socialistas e os legionários continuam a insistir em ligar-se aos ferroviários, deduzindo-se que esse interesse prende-se a outros fins”¹⁷⁹. Note-se que já identificamos Armando Laydner como uma pessoa ligada ao PSB-SP.

Em Bauru, cidade que sediava instalações da E. F. Noroeste do Brasil sendo, por isso, importante centro de concentração operária, atuava o médico Jerônimo de Cunto Jr. Ele foi presidente da organização legionária local e atuou junto aos ferroviários sindicalizados. Trabalhava na Santa Casa de Misericórdia e atendia preferencialmente operários. Às vezes atendia-os gratuitamente e sempre fazia propaganda socialista em suas consultas. Sempre comparecia às reuniões sindicais como legionário de importância¹⁸⁰. Esse envolvimento de profissionais de classe média, declaradamente socialistas, com operários organizados e trabalhadores em geral, não era raro dentro dos marcos da atuação legionária e, nesse caso, os agentes da Ordem Social interessavam-se pelas ações entre os trabalhadores de setores estratégicos para a manutenção da estabilidade sócio-política e continuidade das atividades econômicas essenciais.

Maurício Goulart, jovem estudante que já participara da Legião Revolucionária entre meados de 1931 e meados de 1932, ligado ao general Miguel Costa desde 1930, participou igualmente da fundação da Legião Cívica 5 de Julho. “Desde o começo, tentou organizar trabalhadores, como os da Light [e foi] participante de conspirações diversas”¹⁸¹.

No capítulo anterior também destacamos a participação de Octávio Ramos, engenheiro, presidente da Legião, em reunião com trabalhadores da Cia. Telefônica com o intuito de organizar sindicato oficializado. Ele também participou de importantes reuniões com os ferroviários, como informam os agentes da Ordem Social.

“Este senhor [Octávio Ramos] apareceu na assembléia do sindicato da Sorocabana muito antes da mesma ter início. Não conseguindo fazer uso da palavra, por ter sido interpelado pelo vice-presidente do sindicato e da Federação Sindical Ferroviária, alegando-se que no sindicato não era permitida intromissão de estranhos. Permaneceu o Dr. Octávio Ramos até a metade da assembléia. Antes, porém, travou conversa com vários diretores de sindicatos ferroviários e no decorrer da mesma, teve ensejo de dizer, entre outras coisas: ‘Sentimos que os ferroviários não compreendam os objetivos da Legião Cívica 5 de Julho. Estamos à espera de vosso grito forte para começarmos a luta

¹⁷⁹ “Informe Reservado” ao Gabinete de Investigações de São Paulo, 16/10/1933. APESP, DEOPS, pront. 2.432, vol. 2.

¹⁸⁰ Cf. “Ficha de Atividades Político-Sociais”. APESP, DEOPS, pront. 3.625.

¹⁸¹ APESP, DEOPS, pront. 4.924.

forneendo-lhes tudo quanto possível. Podemos até assumir compromisso por escrito com vocês'. A palestra, porém, terminou sem que encontrasse apoio. Nota-se na intromissão desse senhor, o fim que ali o leva. Já em outras ocasiões tem tido idêntico procedimento, mas sempre inutilmente"¹⁸².

O termo cooptação seria a conclusão lógica a que chegaríamos lendo as palavras desse agente policial, até porque era assim que a maioria deles considerava a relação entre os socialistas tenentistas e os operários sindicalizados e, inclusive, era essa a idéia que os agentes policiais tinham também das relações entre as lideranças e as bases operárias. Nesse caso, a mediação do discurso produzido pelos órgãos de repressão e pelos legionários é de suma importância para podermos avaliar com a distância necessária a trama histórica.

Se os intentos "subversivos" de Octávio Ramos em "cooptar" os ferroviários em sua massa sindicalizada crescente não foram atingidos nessa ocasião, ainda não faltaram esforços de outros legionários e tenentes envolvidos na suposta conspiração. Os capitães Amaurity Osório e Igrólio [sic] Vieira afirmavam, segundo um agente não identificado da Delegacia da Ordem Social, que os militares de esquerda e os meios operários estavam preparando um "movimento revolucionário". Vieira tinha instruções especiais acerca das táticas, inclusive ações nas quais seriam empregados ferroviários, padeiros, choferes e empregados da repartição de águas e estações elétricas. Amaurity afirmou: "Intensa atividade estamos desenvolvendo no meio operário por intermédio de nossos representantes em diferentes sindicatos e da Legião 5 de Julho, [Clube] 3 de Outubro, elementos isolados etc." Amaurity terminou dizendo que entre os ferroviários conta com vários elementos de confiança na Noroeste do Brasil, Cia. Paulista e Sorocabana¹⁸³.

A maneira com a qual o informe foi redigido dá a entender que elementos externos às organizações citadas estavam manipulando-as para atingir um objetivo oculto. A própria designação das patentes dos conspiradores já indica que o suspeito principal era o movimento tenentista, além, é claro, da citação nominal das organizações que estariam envolvidas. Não podemos descartar a possibilidade de engano desses agentes policiais e da "inteligência" da Ordem Social e até seu exagero diante do temor que o tenentismo lhes inspirava e sua grande oposição político-social a ele e à sua

¹⁸² "Extrato Reservado" de 03/11/1933. APESP, DEOPS, pront. 1.969.

¹⁸³ "Situação política e questão operária", Informe ao Gabinete de Investigações, s/d. e s/l. APESP, DEOPS, pront. 2.593.

aliança com o proletariado. Homens como o tenente-coronel da Força Pública, Daniel Costa, irmão de Miguel Costa, eram intensamente observados.

A situação de tensão se arrastou até início de 1934, quando finalmente ela estourou em movimento grevista. Mas, teve esse movimento grevista um caráter insurrecional? Qual sua envergadura? Quais categorias profissionais dele participaram?

No que se refere aos trabalhadores da Estrada de Ferro Sorocabana, sabemos que sua greve foi motivada principalmente por conflitos entre a empresa e os trabalhadores sindicalizados e o próprio sindicato. A administração da Sorocabana, dirigida por Gaspar Ricardo Jr., homem ligado ao PRP e que participara da “Revolução Constitucionalista” como Chefe do Departamento Central de Munições¹⁸⁴, que não reconhecia ao Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana a capacidade de negociação dos interesses de seus representados e nem mesmo lhe reconhecia existência legal. O processo de desentendimento e de tentativas frustradas de negociação do SFEFS junto à administração da Sorocabana vinha desde sua fundação, cerca de um ano antes da greve. Da mesma forma, os sindicalistas ferroviários da Sorocabana tentaram negociar com a Secretaria de Viação, órgão ao qual a empresa estava subordinada e, finalmente com a própria Interventoria, agora nas mãos de Armando Salles de Oliveira, representante da oligarquia filiada ao Partido Constitucionalista e, até aquele momento, aliado do PRP. O insucesso dessas tentativas encaminhou os sindicalistas à situação de mobilização para greve.

Entretanto, é inegável o envolvimento de fatores políticos nessa situação. No caso dos ferroviários da Sorocabana, além da luta econômica presente na reivindicação de reajuste salarial e das questões circunscritas às relações do trabalho e de representação social dos trabalhadores diante da administração da empresa, havia um componente político-ideológico importante: o SFEFS continha em sua diretoria homens ligados ao tenentismo, tanto no que se refere ao PSB-SP, quanto à Legião Cívica 5 de Julho, que se opunham ao diretor da empresa que era publicamente ligado ao PRP. Os discursos de ambos os lados demonstram a animosidade político-ideológica entre eles.

Com a mudança de diretoria do Sindicato por ocasião de sua primeira eleição, quando Armando Laydner foi eleito presidente, mas ao mesmo tempo, afastado para exercer suas atividades constituintes, já que fora eleito deputado classista, encaminhou-se com mais decisão a luta dos ferroviários contra a administração da EFS.

¹⁸⁴ ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *Entre a Revolução e o Corporativismo*, op. cit., p. 168.

No ato público de posse da nova diretoria do Sindicato dos Ferroviários da E. F. Sorocabana, em 7 de janeiro de 1934, estiveram presentes muitos líderes sindicais, além de um grande público. João Cabanas, que estava presente, saudou a coletividade ferroviária e as personalidades¹⁸⁵.

Segundo o depoimento de Ladislau Camargo, Cabanas usou a palavra dizendo que “o auxílio dos ferroviários nas revoluções se tem verificado auspicioso aos revolucionários”. Itayuty Magalhães, outro diretor do SFEFS, viu Cabanas na sede, mas declarou que ele só falou com referência a 1924 e que apenas assistiu à posse da diretoria.

A Ordem Social vigiava esse sindicato desde pelo menos meados de dezembro, como afirmou o agente em informe reservado. Ela acompanhou os fatos e negociações, desde meados de dezembro de 1933 entre os membros do SFEFS, do Sindicato da SPR, em torno da Federação Regional dos Ferroviários de São Paulo, dirigida principalmente pelos membros desses dois sindicatos.

A greve teria sido decidida em grande reunião coletiva de sindicatos, em 30 de dezembro, quando foi “elaborado seu ‘plano de ação’”, segundo os agentes da Ordem Social. Nessa reunião se “distribuíram os papéis, (...) se precisaram as funções de cada um e (...) se estabeleceu, como base de sucesso, a ação violenta e o caráter não menos violento do movimento”¹⁸⁶, alegado motivo pelo qual a Delegacia da Ordem Política e Social abriu o inquérito.

Nas diversas publicações, entrevistas à imprensa, boletins e entendimentos posteriores à greve, foi declarado pelas comissões de grevistas, principalmente do SFEFS, que a greve foi um recurso extremo, para atendimento das reivindicações que, de outra forma, não se obteve. Isso contradiz o relatório do agente secreto.

O ofício com as reivindicações só foi enviado em 13 de janeiro de 1934 à Diretoria da EFS e nada foi comunicado às diretorias da Cia. Paulista e SPR. À São Paulo-Goiás, só foi feita comunicação em 18 de janeiro, “às vésperas do movimento”. A greve, segundo a Ordem Social, foi resolvida antes de qualquer entendimento entre as partes. Essa versão se constitui em meia verdade, já que a administração da EFS não havia dado resposta aos apelos do SFEFS. Ela procurava ignorar a intervenção legal do Sindicato em defesa das causas dos trabalhadores.

¹⁸⁵ *Cruzeiro do Sul*, 11/01/1934. Gabinete de Leitura Sorocabano.

¹⁸⁶ APESP, DEOPS, Pront. 6.839, “Relatório sobre a Greve de Janeiro de 1934”.

Ainda segundo os documentos produzidos pela Ordem Social, nessa reunião de diversas diretorias sindicais de ferroviários, em 30 de dezembro, decidiu-se a data de 20 de janeiro de 1934 para o início da greve e definiu-se a elaboração de um código telegráfico secreto. Nessa mesma reunião se discutiu a “interferência de estranhos à classe no planejamento do movimento”. Custódio Guimarães e Itayuty Magalhães, sindicalistas da Sorocabana, “opinaram pelo movimento imediato, sem a interferência de estranhos, enquanto que a outra corrente opinou pela admissão desses elementos”.

Em uma assembléia do Sindicato da SPR, ocasião em que compareceram um representante do Ministério do Trabalho e enviados de outros sindicatos, “os ânimos se acaloraram”. “Custódio Guimarães (...) garantiu, num discurso violento, ao representante do Ministério do Trabalho, que a Sorocabana iria inevitavelmente à greve contra a Diretoria da Estrada”¹⁸⁷.

A Ordem Social havia comunicado às demais delegacias do interior paulista, da Capital e de Santos, sobre o “plano de ação” e da possível data da greve e sobre seu “caráter violento”.

Custódio Guimarães, Ladislau Camargo e Benedicto Dias Batista, vice-presidente do SFEFS e outros diretores foram apontados pelo inquérito como organizadores da greve, junto com diretores dos sindicatos da SPR, Cia. Paulista, Araraquarense, Noroeste do Brasil, Douradense e Tramway Cantareira. De acordo com o inquérito e depoimentos de envolvidos, José A. Oliveira, secretário da Federação Regional dos Ferroviários de São Paulo, teria dito que “era preciso fazer uma greve geral e sangrenta”¹⁸⁸. Não sabemos ao certo como foram colhidos esses depoimentos e, portanto, sua veracidade...

A Ordem Social esperava um movimento de grandes proporções, pois tinha como certo o envolvimento do PSB-SP na pessoa de João Cabanas e da Legião Cívica 5 de Julho que, supostamente, teria oferecido armas e munições aos trabalhadores.

Segundo o agente da Ordem Social, houve o envolvimento da Coligação Operária de Santos, na verdade, a Coligação dos Sindicatos Proletários de Santos, nos preparativos da greve. João Cabanas teria hipotecado o apoio do Partido e garantido que o Exército não se envolveria no policiamento. Cabanas, segundo o relatório, queria mesmo dinamitar as máquinas de tração da Light na Capital.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Idem.

Custódio Guimarães teria visitado a sede da Legião Cívica 5 de Julho em companhia de José A. Oliveira, secretário da Federação Sindical dos Ferroviários de São Paulo e secretário do Sindicato dos Operários da SPR, comunista fichado e, de Orestes de Giorgi, presidente do Sindicato da SPR. Custódio “soube de início que a Legião Cívica 5 de Julho tomaria parte do movimento, mas também soube no dia 14 de janeiro”, que essa organização revolucionária teria aconselhado o não envolvimento dos ferroviários da Noroeste do Brasil. Nos documentos da Legião encontramos o seguinte a respeito da greve dos ferroviários:

“O Presidente da Legião fez uma exposição detalhada dos acontecimentos da semana e as medidas tomadas pela Legião em face da greve declarada pelos ferroviários; evidenciou a disciplina legionária demonstrada pelos companheiros que são ferroviários que souberam, no seu movimento de classe, não imiscuir, em absoluto, a organização legionária que, em face da situação geral do país, desaconselhou qualquer movimento na ocasião. Relatou as medidas tomadas para amparo dos companheiros presos, quer junto à Região Militar, quer no Rio de Janeiro, para onde fizemos seguir emissários”¹⁸⁹.

Ainda, nesse *Boletim* de fins de janeiro de 1934, a Legião reitera que “desaconselhou” os ferroviários a entrar em greve e esclarece que o movimento se deu por razões econômicas e pelas dificuldades extremas nas relações do trabalho vividas pelos operários em suas respectivas empresas, bem como atritos nas relações entre sindicatos e elas.

“Greve – Apesar de ter sido desaconselhada, os ferroviários declararam-se em greve. A pressão em que vêm vivendo, com suas reclamações jogadas na cesta do lixo das repartições e a perseguição às claras aos sindicatos e aos seus elementos de ação, a sabotagem consistente organizada pelo governo do estado a todas as leis do Trabalho e às decisões do Governo Provisório, tiraram aos ferroviários a visão clara do momento, precipitando-os num movimento grevista por reivindicações que há dois anos vêm pleiteando e que deram azo ao Governo do Estado para demonstrar claramente ao povo que a mentalidade de seus homens é a mesma, aperfeiçoada pelo tempo, de que operário se trata à pata de cavalo [sic] dogma dos velhos chefes da República Velha”¹⁹⁰.

Mesmo com tal orientação esclarecida, ainda havia problemas em meio aos ferroviários e aos próprios legionários quanto à participação de sua organização na greve.

¹⁸⁹ *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 26, p. 1, fins de janeiro de 1934. APESP, DEOPS, pront. 2.593.

¹⁹⁰ *Idem*, pp. 3-4.

“Em Bauru: (...) Mais uma vez volta a Federação [dos Ferroviários de São Paulo], por intermédio de seu secretário geral, a nos pedir apoio e propalar que a Legião Cívica 5 de Julho entraria no movimento como coordenadora. Estranhando isto, porquanto somos também legionários e no momento não tínhamos qualquer palavra de ordem a respeito, pedimos imediatamente esclarecimentos à essa agremiação revolucionária do que havia de verdade. Em resposta, o Sr. Octávio Ramos, presidente daquela organização, nos comunicou que isto não passava de mero pretexto da política reacionária visando a Legião”¹⁹¹.

Esse questionamento nos revela a dúvida dos ferroviários sobre a atuação da Legião, por parte de seus militantes dentro do meio operário. Por outro lado, também levanta uma hipótese clara de sabotagem a partir dos agentes da Ordem Social, como parece ter acontecido em relação à intriga que se plantava entre a Bandeira dos Dezoito e a Legião Cívica 5 de Julho, como vimos anteriormente.

É de se supor que a Legião Cívica 5 de Julho tivesse interesse em destituir pela força Armando Salles de Oliveira da Interventoria paulista. Isso era consoante à característica sumamente tenentista da organização. Inclusive pela tentativa de participação de organizações sindicais de outras ferrovias e pelo fato de serem eles legionários também¹⁹². Mas, não encontramos documentação proveniente da própria organização que apóie essa suposição; tão somente encontramos documentos produzidos pela Ordem Social e indicações em Hélio Silva.

Segundo os agentes de informação, Octávio Ramos, Cabanas e outros “tenentes de esquerda civis”, teriam influenciado e mesmo dirigido a greve dos ferroviários da Sorocabana em janeiro de 1934¹⁹³. Não encontramos provas que confirmassem esse informe, conquanto a Legião e o PSB-SP tivessem influência política entre os sindicalistas da EFS.

Em contradição ao que alegam a administração da EFS, nas palavras de Gaspar Ricardo Jr., a Interventoria do Estado, nas palavras do assessor Márcio Munhoz e os agentes do DEOPS, em 15 de janeiro, o SFEFS começou a expor pela imprensa as reivindicações dos trabalhadores, pelas páginas do *Cruzeiro do Sul*, jornal local de Sorocaba, cidade fabril têxtil que concentrava milhares de operários, sendo muitos ferroviários da Sorocabana, bem como suas principais oficinas. Evidentemente, se

¹⁹¹ Idem, p. 8.

¹⁹² ZAMBELLO, Marcos Henrique, *Ferrovia e memória: estudo sobre o trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas*. São Paulo, dissertação de mestrado defendida na FFLCH-USP, 2005.

¹⁹³ Ficha de Atividades Políticas e Sociais s/d. APESP, DEOPS, Pront. n.º 1.969.

estava muito próximo do início da greve, iniciada na madrugada de 19 de janeiro, portanto, quatro dias depois. Houve, porém, todas as tentativas anteriores de negociação entre o Sindicato e administração da EFS. Na edição de 16 de janeiro do *Cruzeiro do Sul*, as reivindicações foram apresentadas como completas, e algumas delas estiveram constantes nos “30 itens” da negociação para o final da greve.

Foram ainda entregues ofícios à Interventoria do Estado, à Secretaria de Viação e Obras Públicas e à administração da empresa, comunicando a necessidade urgente de a EFS responder satisfatoriamente às necessidades dos ferroviários em conjunto e sindicalizados.

A resposta de Gaspar Ricardo, Diretor da Estrada de Ferro Sorocabana, foi secamente administrativa e evasiva quanto às reivindicações, afirmando que aguardava o estudo das Divisões da EFS para dar uma resposta a certo conjunto de reivindicações e para outras aguardava a deliberação do Secretário de Viação. Tendo uma resposta como essa obtida a 18 de janeiro, no mesmo dia os sindicalistas enviaram um ofício ao Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, ao qual estava a empresa subordinada.

Benedito Dias Baptista era vice-presidente do SFEFS, mas ocupava interinamente o cargo de presidência devido ao afastamento de Laydner em exercício de seu mandato de deputado constituinte. Baptista deixava claro a que ponto o antagonismo entre o Sindicato e a empresa estava chegando: já não era a primeira vez que informava sobre os atritos entre os dois às autoridades do governo.

Ao transcrever a resposta do secretário de governo em seu órgão de imprensa, os sindicalistas quiseram deixar claro o pouco interesse e mesmo a omissão da Secretaria de Viação e de Gaspar Ricardo Jr. em atender suas reivindicações. Só restava a resposta da Interventoria, dada a 19 de janeiro. Porém, nesse momento, a greve já começara. O interventor, por meio de seu secretário, Márcio Munhoz, respondeu da mesma forma que o Secretário de Viação e exigiu o fim da greve para que houvesse estudo das reivindicações e mais, considerava que a greve tinha “intuitos ocultos, ou inconfessáveis”¹⁹⁴.

Márcio Munhoz declarou que só depois de encerrada a greve, o interventor poderia entabular entendimentos sobre o pleito dos ferroviários: “(...) Só então, terá [o interventor] oportunidade de analisar as sugestões que mereçam ter acolhida”¹⁹⁵.

¹⁹⁴ ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *op. cit.*, p. 178.

¹⁹⁵ Idem.

Os sindicalistas pediram garantias legais para que uma comissão pudesse negociar junto aos órgãos do governo a solução do conflito, o que foi negado.

O governo não podia ceder à uma demonstração de força de trabalhadores que considerava como seus subordinados; tinha que garantir sua autoridade materializada na Secretaria de Viação e na pessoa de seu administrador de empresa estatal.

Essa manifestação de força materializou-se, por sua vez, em uma greve de seus trabalhadores pelo cumprimento das leis sociais do trabalho que ele representava no Estado, em nome do Governo Provisório, o que formalmente era uma contradição. Contudo, a contradição é apenas aparente, uma vez que, mesmo tendo sido nomeado Interventor Federal em São Paulo pelo Chefe do Governo Provisório, Armando Salles de Oliveira representava as oligarquias paulistas que eram contra a elaboração de leis sociais do trabalho e do reconhecimento legal de qualquer forma de organização classista dos trabalhadores. Assim, uma greve que poderia assumir grandes proporções e paralisar o principal meio de transporte terrestre estadual, também paralisaria boa parte de sua economia agro-exportadora. A paralisação era tanto mais grave quanto se considerada sua aliança: classe operária organizada e socialistas tenentistas, ambos inimigos declarados das oligarquias que Armando Salles de Oliveira representava.

Temos ainda que considerar que o Governo Armando Salles era informado pelos seus agentes de segurança, ou seja, a Secretaria de Segurança que, por sua vez, era informada pela Delegacia da Ordem Política e Social. As informações que certamente recebia apontavam que o movimento seria muito mais que uma greve por motivos trabalhistas; seria uma conspiração com o objetivo de derrubá-lo.

Mas, para a grande massa dos operários se tratava de um movimento reivindicatório tendo por base suas relações concretas de trabalho. De qualquer forma, era uma manifestação inequívoca da luta de classes que os trabalhadores conheciam mais na prática do que no conceito marxista. Assim sendo, iriam à greve; sabiam do passado de lutas dos ferroviários seus antecessores de vinte e quinze anos antes; assistiram às revoltas armadas tenentistas, às “revoluções” e às grandes greves do primeiro semestre de 1932, especialmente porque tinham um de seus pontos altos na greve de seus companheiros da SPR¹⁹⁶, da qual alguns devem ter participado indiretamente. De forma mais ampla, foram participantes diretos e indiretos dos

¹⁹⁶ CARONE, Edgar, *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982.

momentos revolucionários brasileiros abertos em 1917 e que prosseguiriam até 1935. Agora, era sua vez de protagonizar o papel principal na luta que se desenrolaria.

É possível que a organização de uma grande greve geral dos transportes ferroviários em São Paulo, coincidindo com a luta dos ferroviários da Sorocabana e dela se aproveitando, tivesse um fundo político conspirativo e insurrecional mais amplo. A presença dos tenentes de esquerda, liderados por João Cabanas e, representados pelo PSB-SP e Legião Cívica 5 de Julho, indicam publicamente aproximação deles com os trabalhadores contra o recém-empossado interventor Armando Salles de Oliveira, representante de facções das oligarquias paulistas, inimigas dos tenentes. Entretanto, as reportagens da imprensa sobre os fatos da greve e os documentos produzidos pelos próprios trabalhadores não confirmam isso.

Na capital, foram presos o vice-presidente do Sindicato dos Ferroviários da SPR e vários trabalhadores da Sorocabana; e as sedes dos sindicatos dos trabalhadores dessas duas empresas foram invadidas e varejadas, sendo isso um “atentado a lei de sindicalização”¹⁹⁷.

O PSB-SP declarou abertamente apoio ao movimento grevista, considerando-o como resultado da luta social dos trabalhadores contra um regime de arbítrio que fora suplantado pela Revolução vitoriosa, referência inequívoca a 1930, mas que se reinstalava no Estado. Desse modo, o Partido assumia posição “desassombrada” de apoio à luta dos trabalhadores que sofriam com a repressão policial do governo paulista, inclusive de forma ilegal: um dos diretores do sindicato dos ferroviários da Cia. Paulista, Núncio S. Silva, suplente de deputado e filiado ao Partido, fora preso, sendo que possuía garantias parlamentares legais que vedavam essa possibilidade. Evidentemente, ao PSB-SP era mais que necessária a crítica ao governo ao qual se opunha¹⁹⁸.

À parte a crítica ao Governo Armando Salles de Oliveira e o apoio aos trabalhadores grevistas, os socialistas não assumiram qualquer responsabilidade com a organização e condução do movimento grevista. Na tribuna da Constituinte, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, um dos principais expoentes públicos do PSB-SP, Zoroastro Gouveia, defendeu os trabalhadores e a posição do Partido em face do movimento através de argumentos marxistas na forma social-democrata.

¹⁹⁷ APESP, Arquivo da Secretaria de Transportes, FEPASA, Secretaria de Viação e Obras Públicas, Lata CO 9451, pasta: Greves Ferroviárias desde 1932. Recorte do jornal *Diário de S. Paulo* de 20/01/1934.

¹⁹⁸ *A Platéia*, 26/01/1934, p. 1.

“As reivindicações, entretanto, podemos afirmar, são justas e o movimento se processa especialmente pelo fato de os detentores do capital, no setor em que a greve se verifica, haverem recusado o cumprimento de compromissos formais anteriormente tomados para com os trabalhadores.

A atitude do Partido Socialista de São Paulo ante a greve é, como serão de hoje em diante, todas as suas atitudes, reta e positiva.

Não aconselhamos o movimento, nem capitaneamos a greve, mas, uma vez que ela rebentou, fazemos, todos, os mais ardentes votos para que a vitória dos indefesos trabalhadores de São Paulo e nos pomos à disposição desses heróicos e diuturnos mourejadores da nossa grandeza para, com os nossos serviços de mediadores, de advogados, de companheiros, tudo fazermos, tudo realizarmos em benefício de sua causa, pela conquista de suas aspirações.

E por isso, Sr. Presidente, é que não podemos deixar de chamar a atenção do Governo da República para o que ali está ocorrendo. Os sindicatos têm sido invadidos pela polícia. Ainda hoje tive comunicação de que o Sr. Reginaldo de Carvalho, presidente do Sindicato Bancário de Santos, foi preso ignorando-se o lugar para onde foi remetido e preso quando presidia uma sessão daquele sindicato. Isso porque lançou um manifesto que exprimiu cordial solidariedade de sua classe para com os grevistas”¹⁹⁹.

Gouveia hipotecou apoio de seu Partido aos trabalhadores coerentemente com seu programa político e ideológico. Contudo, esse apoio se daria na forma da lei: “com nossos serviços de mediadores, de advogados, de companheiros”. Essa afirmação textual na Tribuna da Constituinte, reportada pela imprensa, já que *A Platéia* transcreveu a matéria de outro jornal carioca, *Correio da Manhã*, muito bem serviria para afastar qualquer associação do Partido com insurreições de cunho tenentista, ou qualquer outra. Além disso, declarou no corpo do texto que o Partido não concorreu para a organização e direção do movimento; nem mesmo o “aconselhou”. Segundo Gouveia, o que ocorria era uma disputa entre capital e trabalho, uma luta de classes, motivada pelo desrespeito a compromissos assumidos com os trabalhadores. Nesse caso, a “culpa” do movimento cabia aos capitalistas. Nenhuma palavra sobre qualquer motivação política, conquanto faça uma acusação de desrespeito às leis sociais e de arbítrio contra os trabalhadores ao relatar a prisão do líder bancário que declarou apoio aos grevistas em reunião sindical. É uma crítica ao Governo Armando Salles de Oliveira, embora não seja citado nominalmente, mas por alusão geográfica um pouco vaga: “o que *ali* está ocorrendo”, em Santos, isto é, São Paulo.

¹⁹⁹ *A Platéia*, 25/01/1934, p. 1.

Além do PSB-SP, o próprio presidente-deputado do SFEFS não assumiu responsabilidade na organização e condução do movimento grevista e lançou essa nota à imprensa, publicada a 20 de janeiro:

“Chegando da Capital da República, onde me achava a serviço dos interesses ferroviários (...) fui surpreendido pelo desfecho de acontecimentos que – consoante meu ponto de vista bastante conhecido desde o início da organização dos ferroviários de S. Paulo – não correspondem às aspirações legítimas da classe.

E o fato de se processarem todos os entendimentos para a aventura descabida, à inteira revelia do representante que esta assina, traduz (...) o envolvimento da nossa organização, notadamente a da Sorocabana, (...) interesses inconfessáveis de elementos estranhos ao meio ferroviário”²⁰⁰.

Armando Laydner considerava amparada sua afirmação, da precipitação do movimento, quando de sua partida para o Rio, em 17 de janeiro, à noite, para tentar impedi-lo, negociando a situação com o Ministério do Trabalho e o Governo Provisório, como era seu propósito. Afirma que estava empregando todos os meios “conciliatórios” para resolver a questão e “evitar conseqüências maiores à organização dos ferroviários”.

“Entretanto, tomando as providências que a mim cabem como representante da classe, coloquei-me incontinentemente ao lado dos interesses de meus companheiros, especialmente da Sorocabana, em cujo meio, encontram maiores facilidades os exploradores que aproveitam os antigos e já conhecidos ressentimentos entre operários e a administração. (...) reivindico para mim o direito de, [em] breve denunciar ao proletariado da minha terra, onde se encontram os exploradores dos operários, em momentos como o que presenciamos”²⁰¹.

Ele não nomeia, nem aponta onde estavam os “exploradores” da massa operária. Mas, com suas palavras “aventura descabida”, “interesses inconfessáveis”, “elementos estranhos” aos trabalhadores e “exploradores do proletariado” ele abriu novamente espaço para as especulações e suspeitas da Ordem Social e, certamente, dúvidas entre os trabalhadores quanto à real natureza do movimento.

Fosse como fosse, a greve estava deflagrada...

A greve foi vitoriosa, mas enfrentou forte repressão que poderia tê-la desarticulado e sufocado, como parece ter ocorrido com os movimentos dos trabalhadores das outras ferrovias, logo em seu início.

²⁰⁰ *Apud* Adalberto Coutinho de ARAÚJO NETO, *Entre a Revolução e o corporativismo*, op. cit., p.181.

²⁰¹ *Idem*.

Maria de Fátima Salum Moreira²⁰² considera que a greve dos ferroviários da Sorocabana foi motivada principalmente por conflitos originados na aplicação das normas e práticas da racionalização do trabalho. Essas normas tais como eram aplicadas por Gaspar Ricardo Jr. implicavam na autoridade absoluta da administração sobre os operários, não reconhecendo nem mesmo a legalidade da mediação do sindicato. Consideramos que a persistência do não reconhecimento das atribuições do sindicato foi o motivo inicial e talvez o principal da greve para os sindicalistas; mas, para a massa operária ele logo se deslocou para questões econômicas, como o reajuste geral dos salários.

Em nossa dissertação de mestrado, já citada, consideramos que além das questões econômicas, como reajuste salarial, horas extraordinárias e outras relativas às relações de trabalho nos espaços diversos da empresa, havia ainda a importante questão do reconhecimento do sindicato. Pode-se, inicialmente, considerar que essa seria uma questão exclusiva das relações do trabalho entre empresa e sindicato, mas, neste caso, encerrava em si importante questão político-ideológica já apresentada neste texto; a oposição intransigente do Diretor da EFS, ligado ao PRP, em relação ao SFEFS, dirigido por socialistas ligados ao socialismo tenentista, tanto ao PSB-SP, como com influências da Legião Cívica 5 de Julho.

Mas, e a propalada insurreição contra as autoridades constituídas, investigada pela Delegacia da Ordem Política e Social?

Nesse caso, trabalhamos mais com versões que com fatos reais. A Ordem Social temia e esperava por uma insurreição armada e, certamente, influenciou o Governo Armando Salles de Oliveira a enxergar a greve dessa forma também, além do óbvio: uma luta de classes na forma sobejamente conhecida de greve. A Legião Cívica 5 de Julho e o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo negaram qualquer envolvimento na organização, orientação e condução do movimento grevista, embora o último lhe prestasse apoio publicamente e a Legião deixasse esse apoio subentendido. Nenhuma dessas organizações, contudo, tocou publicamente na palavra *Revolução*, o que denotaria sua orientação insurrecional.

Os indícios de uma preparação insurrecional são subjacentes à documentação produzida pelos legionários; no tom de seus discursos oposicionistas a Armando Salles

²⁰² MOREIRA, Maria de Fátima S., *A organização do processo de trabalho: sua dimensão política na Estrada de Ferro Sorocabana (1920-1940)*. Dissertação de mestrado apresentada à FCL de Assis – UNESP. Assis, 1989.

e no interesse de aproximação em relação ao proletariado e no discurso que dirigia a ele, além de outros discursos apresentados no corpo do texto. A convergência do discurso oposicionista tenentista e de fundo trabalhista e operário contra as oligarquias encarnadas na nova interventoria paulista está clara na narrativa e análise do processo que levou à greve dos ferroviários em janeiro de 1934.

O fato de a insurreição supostamente projetada não ter ocorrido pode ter alguns motivos. O primeiro, é que seu momento estratégico seria a posse de Armando Salles de Oliveira no cargo Executivo. Não ocorreu nesse momento por alguns fatores básicos. Um deles é que o general Waldomiro Castilho de Lima não teve tempo de conquistar apoios políticos importantes e nem o pretendido apoio das massas populares, principalmente operárias. Uma representação desse apoio deveria ter se dado no volume de votos que seus partidos deveriam receber nas eleições para a Constituinte. Como vimos, houve um fracasso completo, ou próximo disso. Em segundo lugar, as tropas do Exército estavam, agora, sob comando do general Manuel Rabello que, ao que parece, não aceitou ser envolvido na trama conspiratória do general Waldomiro Castilho de Lima. Isso por si só já impossibilitava o avanço dessa conspiração, já que não se dispunha de apoio de massas no Estado, nem da força armada principal. Além disso, como vimos, o próprio Chefe do Governo Provisório o dissuadiu de qualquer resistência, inclusive com a movimentação de tropas gaúchas na fronteira de São Paulo.

O próprio PSB-SP estava passando por profundas mudanças que, embora não o fizessem romper com o tenentismo de esquerda, afastaram-no da influência do general Waldomiro Lima. Talvez por isso, os legionários tenham intensificado seu trabalho junto ao operariado: para tentar suprir a virtual perda de apoio dos militantes do Partido nesse momento, ou para secundá-la, já que haveria dúvidas daí por diante, sobre a firmeza de seus propósitos na luta direta contra a oligarquia, ao menos na forma típica desses grupos, a insurreição armada. Embora o trabalho dos legionários em meio ao proletariado tenha continuado, não houve tempo suficiente para conquistá-lo em grande quantidade para seus intentos. Isso, mais a possibilidade de os legionários terem constatado a vigilância da Ordem Social sobre seus passos e sobre a organização operária, desencorajaram a Legião a levar à diante seus supostos planos.

Finalmente, a greve ferroviária obedeceu à outra dinâmica mais ligada às relações vividas diretamente pelos operários em seus locais de trabalho, como a questão salarial, entre outras, conquanto houvesse aí, também, importante componente político-ideológico que convergissem para dentro do campo de atuação dos legionários em sua

tática de aproximação do proletariado contra as elites oligárquicas paulistas. Essa dinâmica fez com que a greve se iniciasse em momento tornado inconveniente aos legionários e, ao que parece em função das informações documentais, ao conjunto dos socialistas tenentistas.

A combinação desses fatores impediu o sucesso do suposto intento legionário, impossibilitando-o mesmo de ocorrer de fato. Esse intento, se ocorresse segundo os padrões e concepções legionárias tenentistas, seria considerado revolucionário pelos seus principais promotores e, muito provavelmente, por uma parte não desprezível das lideranças operárias envolvidas.

E quanto às “informações” da Ordem Social?

Poderíamos dizer que os legionários e socialistas tenentistas conseguiram escapar à trama que os circundava. Mas, também podemos supor que os agentes da Ordem Social desejavam criar um fato muito maior que envolvesse definitivamente os socialistas tenentistas e acarretasse sua prisão e desmantelamento de suas organizações. São apenas suposições. De concreto, sabemos que o que esperavam não aconteceu.

2.2 A Reformulação do PSB-SP

Enquanto os legionários procuravam se aproximar do proletariado organizado e em vias de organização sindical oficial, o PSB-SP começava a passar por importantes mudanças internas, principalmente após a saída do general Waldomiro Lima da Interventoria paulista, em fins de julho de 1933.

Temos que relativizar o informe dado no relatório de Carmelo S. Chrispino²⁰³ de que quarenta dias após as eleições para a Constituinte, em 3 de maio de 1933, o Partido entrava em grande crise e agitação interna. Isso porque, ainda em julho, mais propriamente no dia 16, o Partido lançou o jornal *O Socialista* e nele ainda se noticiam abertura de diretórios: distritais na capital – Liberdade, Cantareira, Saúde e Jardim América; distritais no interior – Pontal e Santa Cruz das Posses; municipais em Campos Novos, Sertãozinho, Franca, Dourados, Pederneiras²⁰⁴. Entretanto, a reorganização do Partido parece já ter começado nesse mesmo mês, como podemos perceber nessa mensagem do Conselho Municipal do PSB-SP de Dourado: “Venho significar-vos minha admiração [por] vossa brilhante atuação na reorganização do Partido Socialista e, ao mesmo tempo hipotecar-vos minha solidariedade juntamente com a dos

²⁰³ *Luta Social*, n.º 9, de 27/01/1934, p. 2. Arquivo Edgard Leuenroth – AEL.

²⁰⁴ *O Socialista*, n.º 1, de 16/07/1933, p. 7. Arquivo Edgard Leuenroth – AEL.

revolucionários de Dourado”²⁰⁵. Notemos de imediato, que os socialistas tenentistas do PSB-SP ainda se consideravam revolucionários em relação à Revolução vitoriosa em 1930 e sua reafirmação com a derrota militar dos constitucionalistas em 1932.

Como nos informa Dainis Karepovs²⁰⁶, a crise surgia dentro do Partido. A saída do general Waldomiro Castilho de Lima da Interventoria paulista foi seguida das de seus partidários mais diretos de dentro do aparelho de Estado, bem como das fileiras do Partido. Os elementos remanescentes se identificavam muito mais com o socialismo que os elementos anteriormente participantes.

Uma nova direção partidária procurou reorganizar a agremiação e evitar que ela se dissolvesse tendo em vista o personalismo que imperava e a dependência empregatícia que gerou com a ocupação de cargos públicos, o que o tornava fortíssimo dentro das fileiras do Partido. Ao mesmo tempo, procurou dar-lhe uma característica socialista mais clara, mais objetiva.

2.2.1 A reformulação, *Luta Social* e o Congresso de Janeiro de 1934.

Essa diretoria provisória tomou posse com a finalidade de convocar um congresso para 23 de setembro do mesmo ano de 1933, que foi, contudo, adiado para o dia 25 do mesmo mês por falta de quórum. Desse congresso enfraquecido foi eleita uma diretoria que não tomou posse por causa de impugnação. À sua mesa, composta por Sílvio Marques, Carmelo S. Chripino, João Cabanas e Caio Machado, foram delegados poderes para decidir a posse de uma nova diretoria provisória, em 4 de outubro de 1933, que, por sua vez, reorganizou o Partido e convocou outro congresso, dessa vez para “data legal”²⁰⁷.

A nova direção partidária buscava retomar sua origem socialista apresentando um novo discurso no qual elementos marxistas de cunho social-democrata eram declarados. Essa renovação de sua orientação foi expressa em um *Comunicado da Secretaria*, redigido em papel timbrado, destinado a todos os diretórios datando provavelmente de outubro de 1933.

“O Partido Socialista Brasileiro está atravessando um período de reorganização. Trata-se, sobretudo, de definir a sua ideologia e proceder à sua organização administrativa. Assim, o Partido prepara sua inscrição à Segunda Internacional

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ KAREPOVS, Dainis, *op. cit.*, pp. 178-182.

²⁰⁷ *Luta Social*, n.º 9, 27/01/1934, p. 2.

(I.O.S.)”²⁰⁸. Nessas primeiras linhas, a nova diretoria já anuncia sua intenção de seguir uma orientação definida e internacionalmente reconhecida. Isso será, mais adiante, um dos elementos de discórdia com outros grupos socialistas mais identificados com o tenentismo, especialmente àqueles mais próximos ou ligados à Legião Cívica 5 de Julho, que se declarava socialista-nacionalista.

Declarava-se que a Internacional Operária Socialista, ou simplesmente Segunda Internacional²⁰⁹, reunia a quase totalidade dos partidos socialistas que admitiam a luta de classes através de métodos democráticos. Ainda nesse documento comenta-se uma moção de Otto Bauer associando a crise econômica com o fascismo e sua conclamação para “os socialistas de todo mundo defenderem as conquistas da Democracia”. “As instituições democráticas são a garantia da Liberdade e a condição ‘sine qua non’ para as lutas sucessivas. Da democracia política dever-se-á passar necessariamente à Democracia Social”. No mesmo sentido, são também citados comentários de Emil Vandervelde sobre a democracia parlamentar: “É pouco? Mas esse pouco custou lutas terríveis. Esse pouco não foi dado pela burguesia, mas conquistado com o sangue dos trabalhadores e deve ser extremamente defendido”.

Para firmar essa nova orientação doutrinária e dar substância político-ideológica aos militantes partidários, a direção, através do comunicado da Secretaria se propunha a organizar conferências doutrinárias nos principais centros urbanos do interior do Estado “e onde quer que os companheiros solicitarem”.

A direção também se dispunha a estudar “o problema econômico das classes trabalhadoras” a partir de possibilidades de criação de cooperativas de consumo, de trabalho, de produção, de cultura e de organizações sindicais livres. Notamos que permanecia a orientação que valorizava o cooperativismo como política econômica e, como veremos, como vetor de políticas públicas também. Entretanto, uma dissonância, ainda que passageira, surge nesse documento; a disposição de se criarem “sindicatos livres”, isto é, não oficializados. Isso destoava da política anterior, seguida inclusive pelos autodenominados marxistas de vertente social-democrática, que buscavam organizar os trabalhadores em sindicatos reconhecidos oficialmente. Mas, essa disposição parece ter sido passageira e talvez nem tenha sido implementada, como a pesquisa nas fontes demonstrou.

²⁰⁸ “Partido Socialista Brasileiro de São Paulo – Comunicado da Secretaria”, s/d, s/l. APESP, DEOPS, pront. n.º 1.009, vol. 1.

²⁰⁹ Após a I Guerra Mundial, a Internacional Socialista, ou Segunda Internacional, foi reorganizada com o nome de Internacional Operária Socialista.

Em relação à sua reorganização administrativa, a Secretaria do PSB-SP conclamava todos os filiados a fazerem suas carteiras de identidade partidária e a contribuírem financeiramente.

Falando aos trabalhadores do Brás, a comissão local do Partido conclamou todos os proletários, “de colarinho e gravata” ou “sem camisa, sem colarinho e sem gravata”; os “técnicos diplomados” ou não; “criadores ou executores”; os “pequenos proprietários” que viviam “das migalhas vomitadas com desprezo pelos detentores do ouro”; os “estudantes pobres” e “os empregados públicos preteridos todos os dias pelos filhotes das sinecuras” a cerrarem fileiras junto ao PSB-SP, o único que os contemplava em seus interesses. O Partido declarava ter seu programa “consubstanciado nas teorias marxistas”²¹⁰.

Passando ou não por reformulação político-ideológica, o Partido se dirigia ao proletariado e também e, *ainda*, à classe média e à pequena burguesia...

Finalmente, no primeiro número do jornal do Partido, *Luta Social*, começa-se o esclarecimento da situação da agremiação, no artigo de primeira página “Batismo de Fogo”. A redação do jornal assume suas atitudes como “ato de fé” em defesa da democracia contra o fascismo/integralismo, contra o imperialismo e na luta de todos os oprimidos contra todos e quaisquer opressores. É também um “ato de fé” sua luta pelo socialismo que havia de vir sob a forma de uma República Socialista trazida pelo desenvolvimento do próprio capitalismo.

“(…) A evolução jurídica trabalha por nós; a concentração de capital trabalha por nós; as extensas estagnações industriais das crises cada vez mais profundas e temerosas trabalham por nós; os despotismos integralistas incapazes de governar sem sentirem no dorso as garras imperiosas do determinismo econômico e cultural trabalham por nós, eles também. Podemos, pois, socialistas, ter fé varonil e flamante no próximo triunfo do neomarxismo [sic].”²¹¹.

Esse evolucionismo em direção ao socialismo, a partir do próprio desenvolvimento do capitalismo era estrategicamente defendido pela social-democracia européia, como indica Marek Waldenberg²¹². O jornal apresentava-se como um defensor dos direitos do trabalho vergando sua própria essência estética reivindicada: o uniforme operário, seus músculos, cabelos ao vento anunciando as novas dos “vagões

²¹⁰ “Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, Comissão do Braz”, panfleto s/d. APESP, DEOPS, pront. 1.009, vol. 1.

²¹¹ *Luta Social*, “Batismo de fogo”, n.º 1, de 13/11/1933, p. 1. APESP, DEOPS, pront. n.º 1.009, vol. 1.

²¹² Marek WALDENBERG, “A estratégia política da social-democracia alemã”, *op. cit.*

de correio” de trens pelo interior do país. Essas “novas” eram a “racionalização” do poder e da economia; coletivização dos instrumentos de trabalho; ideal de justiça, de virtude, de alegria e de cooperação fraternal. Ele seria também o porta-voz do PSB-SP; um estandarte dos intelectuais e trabalhadores paulistas “na poderosa marcha para frente do proletariado nacional”.

O redator desafia os jornais burgueses à luta ideológica e confraternizou com outros órgãos de imprensa defensores dos direitos do povo e defensores “das conquistas liberais da cultura universal”. Eram eles: *A Plebe*; *A Lanterna*; *Homem Livre* e o “valente” *Boletim da Legião 5 de Julho*. O último era tenentista socialista-nacionalista, dois eram libertários e um antifascista.

Esse texto acima analisado, o “Batismo de Fogo”, é de autoria da direção e da redação do jornal, respectivamente de Zoroastro Gouveia e Carmelo S. Chrispino. Embora já demonstre a acentuação das tendências social-democráticas, não tão novas porque já estavam presentes desde a fundação da organização, sendo apenas tendência e de forma alguma dominante, era necessário que houvesse uma explicitação oficial do próprio PSB-SP quanto à sua orientação. Isso se faz através do *Manifesto do Partido Socialista Brasileiro ao Povo e ao Proletariado*²¹³.

O documento começa com a constatação da luta de classes entre a maioria da população e as classes dominantes em torno da disseminação versus contenção do acesso ao bem-estar. A Revolução Industrial e o início da “era da maquinofatura” simplificaram isso na luta entre a burguesia e o proletariado na forma do que chamaram de escravidão renovada, o “salariato”.

O *Manifesto* classifica como ilusória a promessa de disseminação do bem-estar geral através do progresso do capitalismo. Em lugar de bem-estar e prosperidade geral viu-se a expansão do imperialismo com todo seu cortejo de guerras e saques até que se chegou à Grande Guerra (I Guerra Mundial). E, como se não bastasse, a super-exploração assistia ao desencadear da crise econômica iniciada na produção e ampliada pelo setor financeiro. A cruel e suprema ironia era a existência de milhões de homens e mulheres padecendo na miséria e passando fome, enquanto se deterioravam, senão se destruíam mesmo, milhões de toneladas de alimentos com o objetivo único de se manterem seus altos preços para comercialização. Em meio a esse cenário caótico e de sofrimento já se preparava novamente a drástica solução à crise econômica e social; a

²¹³ *Luta Social*, “Batismo de fogo”, n.º 1, de 13/11/1933, p. 1. APESP, DEOPS, pront. n.º 1.009, vol. 1.

solução típica do imperialismo: a guerra. Alertava-se que os magnatas do aço e dos setores das indústrias de materiais bélicos insuflavam essa “solução”, especialmente diante da concorrência pela abertura de mercados fechados por eles mesmos. Nesse ponto, o *Manifesto* assume um tom liberal recorrente em alguns documentos do Partido desde a fundação: a crítica ao protecionismo. Isso tudo, segundo os autores do documento, evidenciava a incapacidade do “regime capitalista” em dirigir a economia mundial. De qualquer forma, anuncia-se a política antibelicista do Partido que se apresenta associada ao antifascismo que se materializa na luta contra seu congênere nacional, o integralismo. Até aqui, notamos vários elementos provenientes das orientações socialistas e social-democratas europeias, como a luta contra a guerra e contra o fascismo.

Constatava-se que, em meio à crise internacional, não só a classe operária padecia na exploração e na miséria; também as classes médias urbanas e rurais arruinavam-se, da mesma forma que os pequenos comerciantes e pequenos industriais. Também era para elas que o Partido dirigia seu *Manifesto*.

E, para que não restasse dúvida do posicionamento do Partido no espectro político nacional, ou mais propriamente, regional, Frola e Carmelo S. Chrispino explicitam o conteúdo do socialismo que defendem ao responderem como se chegaria à nova organização sócio-econômica, apresentando, ao mesmo tempo, certa confusão conceitual em outro texto dessa mesma edição de *Luta Social*.

“Dois métodos se apresentam: o radical de socialização imediata, integral e o liberal socialista [sic], que comporta a socialização dos meios de produção, admitindo a propriedade privada dos objetos de consumo, a pequena propriedade rural e industrial, sempre que não importem em exploração do esforço alheio.

Esta, a solução que adotamos”²¹⁴.

Para que a nova orientação se solidificasse era necessária sua aprovação formal e inquestionável através da realização de um congresso partidário. Karepovs afirma que os novos dirigentes tentaram realizá-lo ainda em setembro de 1933, não conseguindo, contudo, por falta de quórum, o que também confirmamos na documentação pesquisada. Daí até o final do ano, eles retomaram a atividade partidária e contatos com os diretórios remanescentes após a debandada do que poderíamos chamar de sua extensa ala direita. Essa atividade materializou-se no lançamento do novo órgão partidário de

²¹⁴ “Como chegar ao socialismo?”, Idem, p. 4.

imprensa e na retomada de atividades junto aos trabalhadores organizados oficialmente, como a carta de apoio da direção à Associação dos Empregados do Comércio da capital em sua luta pela não revogação do Decreto n.º 400 da Prefeitura Municipal que instituiu a Semana Inglesa para essa categoria profissional. E ainda, um artigo denunciando as péssimas condições de saúde e higiene em que viviam as populações pobres trabalhadoras nas fábricas e na agricultura na zona cafeeira.

Antes ainda, disputas internas e esclarecimentos quanto ao período anterior e ao novo vivido pelo Partido aparecem nas páginas de *Luta Social* demonstrando que a situação não estava fácil, mas que se possuíam valores morais e certeza para a condução da luta. Nesse caso, Francisco Frola responde aos detratores defendendo a nova situação e, ao mesmo tempo criticando a anterior.

“Poucos, porém bons”

O socialismo não é conquista de uma hora. Quando se tira proveito de determinadas condições políticas para arregimentar cidadãos em torno de uma situação de conveniência, não se organiza o socialismo, e sim o oportunismo, a confusão, o negociismo e muitas vezes, até a desonra. *Socialismo significa consciência* [sic]. Consciência política, social e moral. O socialismo é o mais alto cume da solidariedade humana. Junta a palavra de Cristo, queremos dizer a palavra rebelde do pregador da Galileia, à verificação histórica, econômica, científica da lei que regula as relações entre os homens e delas traz consequências infalíveis.

(...)

Socialismo significa desporsanilização (sic). Não é um homem que pode realizar o socialismo.

Quando é sincero pode ser o orientador.

Mas, *não pode identificar todo o movimento em sua pessoa*. Se tal coisa acontecer, o partido ficará ligado à sorte daquele homem: se o homem cair, cairá o partido. Será isso socialismo?

(...)

Somos poucos? *É melhor poucos convencidos, fiéis, que muitos oportunistas que traem ao primeiro sopro de temporal*.

O socialismo se conquista. Hora a hora, com sacrifício, com a sublimação da alma, dos costumes políticos da vida inteira”²¹⁵.

Além da declaração político-ideológica reformista de que o socialismo é uma conquista lenta, fruto da luta incansável travada a cada momento, a acidez da crítica de Frola é inegável no texto. Seu estilo vai da identificação do erro em contraste com o que

²¹⁵ “Poucos, porém bons”, *Luta Social*, n.º 4, de 07//12/1933.

considera que deveria ser de fato o socialismo, à denúncia da má fé praticada, que beira a desonra, também em contraste à virtude possuidora de várias nuances religiosas. Sem dúvida, critica o general Waldomiro Castilho de Lima e seus seguidores. O general é criticado pelo erro de querer identificar o partido consigo e de querer impor *seu programa*, ou seja, seu personalismo. Tal atuação, mesmo que feita de boa fé, na ignorância, prejudicava profundamente o Partido Socialista. Mas também, e no início, coloca-se a desonestidade oportunista de querer aproveitar a situação, ou seja, o contexto político paulista de fins de 1932 e nacional de inícios de 1933, para proceder à organização partidária com fins outros em relação ao qual deveria animar ideologicamente o Partido.

Os partidários do general são tratados, embora não nominalmente, de forma muito mais pesada, como oportunistas e traidores.

Se a nova realidade do PSB-SP mostrava-se dura, especialmente na queda dos números de filiados e militantes, ela também demonstrava que se procedera à depuração e que esse era o melhor caminho para o crescimento saudável e sustentável da agremiação. Ficaram poucos, mas somente os que estavam convencidos quase que *religiosamente* dos altos ideais socialistas e de sua superioridade científica, histórica e *moral*. Evidentemente, o idealismo está tão ou mais presente que o materialismo, sendo uma contradição, mas apenas aparente, já que não perdemos de vista a retórica propagandística de Frola. Aliás, habilidosa para a época e meio social.

Zoroastro Gouveia foi muito mais objetivo em tratar da nova situação do Partido e na crítica à direção anterior em entrevista concedida à *Gazeta do Rio* e transcrita no número 4 de a *Luta Social*²¹⁶.

Segundo Gouveia, o Partido “admite integralmente a parte crítica do marxismo, fazendo quanto à construção política e econômica as reservas que a experiência crítica socialista impõem”. Admite a existência da luta de classes e considera a “socialização dos meios de produção como a única forma de extinguir aquela”. Declara ainda que o Partido se filiaria à “Segunda Internacional de Zurique” e que procuraria se difundir por todo o território nacional, pois “não se compreende um Partido Socialista acantonado no regionalismo”. Além de ser consoante com sua característica político-ideológica, a difusão por todo o território nacional deveria representar e fortalecer a nova forma partidária que, no entanto só se consolidaria após o fim da Era Vargas, com as únicas

²¹⁶ “Uma entrevista do deputado Zoroastro Gouveia à *Gazeta do Rio*”, Idem, p. 1.

exceções modernas e diametralmente opostas dos comunistas, que já se esforçavam em pôr em prática essa forma de organização nacional desde a fundação do PCB, e a recente AIB. De qualquer forma, a intenção dos socialistas do PSB-SP não se realizou, conquanto fosse fundado um PSB no Rio de Janeiro e que deveria ser nacional. O Partido não irradiou sua organização para outros estados e a agremiação paulista permaneceu independente²¹⁷.

Zoroastro considerava que algumas “reivindicações de caráter social, pelas quais se bate o Partido Socialista”, seriam consagradas na nova Carta Constitucional, o que soa como uma valorização da tática reformista. Quanto ao que se refere à sua penetração no interior paulista, comenta as dificuldades iniciais, mas também a superação que levava-se à cabo:

“No princípio, como era natural, houve uma certa indiferença e mesmo desconfiança ante a ação do partido e sobretudo pelo fato de se encontrarem em suas fileiras homens conhecidamente reacionários. Hoje, porém, o partido se constitui como um instrumento de luta de classe, declaradamente socialista proletário, a atitude dos obreiros paulistas vai se modificando gradualmente e começamos a merecer-lhes confiança e estima”.

À bem da verdade deve-se dizer, “declaradamente socialista proletário” e socialista para as classes médias e pequena burguesia, como se afirma em muitos documentos...

Quanto à consideração da presença dos reacionários, Karepovs²¹⁸ nota em seu trabalho – e nós também – quanto ao próprio Zoroastro Gouveia, em passagem em capítulo anterior, que o então líder socialista, que viria a ser eleito deputado do Partido à Constituinte de 1933, discursou na recepção pública e de massa ao general Waldomiro Lima quando de sua chegada a São Paulo, em retorno de uma missão política no Rio de Janeiro²¹⁹. Evidentemente, essa crítica é extensiva também a Frola, já que fazia parte do PSB-SP desde sua fundação e desde aquele momento, era um dos membros destacados da direção partidária, participando de atos públicos reportados pela imprensa, como citamos anteriormente. Nesses momentos, conquanto professasse o socialismo da

²¹⁷ Note-se que os socialistas tenentistas e social-democratas tanto do PSB-SP, como da Legião Cívica 5 de Julho, embora defendessem ardentemente a unidade nacional, não conseguiram desenvolver uma atividade com essa amplitude, restringindo-se à forma que consideravam velha e condenavam, a atuação regional, quase regionalista, haja vista a independência de cada uma delas em relação aos congêneres cariocas que deveriam representar a direção nacional de ambas. Os socialistas tenentistas tentarão novamente criar um Partido que deveria ter presença nacional em meados de 1937. Entretanto, o Golpe do Estado Novo encerrou essa nova tentativa.

²¹⁸ KAREPOVS, Dainis, *op. cit.*, p. 174.

²¹⁹ A *Platéia*, 10/04/1933, p. 6.

mesma forma que agora, não criticava a intromissão de elementos personalistas e oportunistas. Talvez isso possa lançar certa sombra ao convencimento de que Frola e os “poucos bons” agiam com “sublimação da alma”, “sacrifício” e manutenção de “princípios políticos da vida inteira”. Os motivos da aceitação, ou convivência dos socialistas com essa situação e esses personagens já discutimos anteriormente, em subtítulo próprio e não vamos voltar ao mérito, conquanto a crítica ao personalismo do general Waldomiro Lima venha aparecer novamente na abertura do Congresso do Partido.

Entretanto, as críticas ao general Waldomiro Castilho de Lima e aos oportunistas que se associaram à sua forte influência sobre o Partido e à sua interventoria, não se dirigiam ao tenentismo ou aos tenentistas. É o que depreendemos da publicação desta crônica na seção “Notas Políticas”, da página 2:

“Em 1922, no dia 5 de Julho, lá nas praias de Copacabana, 18 homens que, focalizando as necessidades brasileiras daquele momento em consequência de tantos anos de desgoverno, melhor, de exploração, e, reconhecendo a necessidade de fazer com que este nosso Brasil, também, resolvesse a sua questão social que para os beaguins policiais foi, é e será sempre um caso de polícia, foram até o sacrifício da própria vida numa desambição admirável, afim de que, [de] uma vez para sempre, libertar-se dos grilhões malditos dessa meia dúzia de exploradores que, por ironia, se intitula governo”

O texto trata dos militares rebeldes de 1922 como revolucionários idealistas despojados de ambições e já preocupados com a questão social do trabalho. Obviamente, o texto apresenta uma versão idealizada dos fatos, uma vez que os tenentes não tinham qualquer proposta para a questão social em 1922 e nem mesmo em 1924, embora já ensaiassem aproximações com o movimento operário desde 1923²²⁰ e, no levante de 5 de Julho em São Paulo, voluntários operários tenham se oferecido para lutar ao lado deles, como vimos anteriormente apoiados na bibliografia a respeito. Em 1924, porém, além dos revolucionários tenentistas e do povo que por eles se simpatizava, políticos ambiciosos teriam adentrado o movimento e nele permanecido. A própria Revolução de 1930 passa a ser vista como uma manobra daqueles que ansiavam pelo poder. Os sinceros revolucionários apoiaram a Aliança Liberal e a Revolução para acabarem vendo suas esperanças perdidas. A desilusão com os resultados pós-revolucionários era grande. Para se evitar uma próxima decepção, o autor é taxativo: “Todo e qualquer movimento de caráter revolucionário deverá ser antecedido por um

²²⁰ DIAS, Everardo, *História das Lutas Sociais no Brasil*. S. Paulo: Alfa-Ômega, 1977, 2.^a ed.

longo período de preparação. Só aí teremos a revolução das massas que têm direitos a conquistar e que, uma vez vitoriosa, não admitirá traidores”.

Podemos notar que o autor não critica os tenentes e, portanto, não deseja um rompimento com sua ala esquerda. Critica sim os “políticos ambiciosos” que apenas queriam o poder e assim que o obtiveram através do sacrifício dos revolucionários legítimos, traíram a Revolução. Esses políticos eram os antigos membros do Partido Democrático de São Paulo e os oligarcas dissidentes e oposicionistas ao PRP, aliados a Getúlio Vargas, Antônio Carlos e outros. Nesse sentido, a crítica veemente aos “políticos ambiciosos” de origem oligárquica era a mesma dos tenentes de esquerda, embora eles ainda defendessem o Governo Provisório, como vimos no caso da Legião Cívica 5 de Julho, mais como um recurso para se opor à volta dos “perrepistas” e seus aliados “carcomidos” ao poder.

Aliás, o tenentismo continua presente no Partido através da filiação do tenente coronel João Cabanas, um dos heróis do levante de 1924 e da Coluna da Morte. Em manifesto publicado em 1933, sem uma data precisa, provavelmente no segundo semestre desse ano, Cabanas comenta o “problema social” usando o nome do Partido²²¹.

Nesse manifesto, Cabanas quer combater tanto o fascismo como o bolchevismo. Quer um socialismo à base da sindicalização das classes, tanto do proletariado, das classes médias, como da burguesia.

Declara abertamente que pretende uma conciliação de classes; que pretende pôr fim à luta de classes. Para a construção de um novo país, em substituição daquele “putrefato” (sic), conta com o apoio de todas as classes, especialmente das classes conservadoras, “principalmente interessadas nesse equilíbrio”. Nota-se outra referência cobiçosa em relação ao apoio dessas “classes conservadoras” quando declara querer resolver uma “questão de amor próprio” entre o “povo paulista e o governo federal”.

Economicamente, quer a defesa não só do café através de estudos que ele mesmo fez no exterior²²², como da indústria brasileira, que deveria ser propagandeada pelo governo em todo o interior do país.

Socialmente, considera que o famoso problema social não deveria restringir-se ao proletariado, embora ele dirigisse uma atenção especial para essa classe. Seria um problema de todas as classes e de todos os setores sociais e, portanto, todos deveriam

²²¹ CARONE, Edgar, *O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*, op. cit. p. 489.

²²² Cabanas alude à missão de estudos econômicos a que foi enviado na Europa e, basicamente na Itália, entre 1931 e 1932, cujos comentários e reflexões aparecem em seus artigos publicados ainda em 1932. CABANAS, João. *Os Phariseus da Revolução*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1932.

ser contemplados pelas soluções que viria a propor. Cabanas queria estabelecer o equilíbrio perfeito entre capital e trabalho. Preocupava-se com a higiene, com a educação e com o conforto dos trabalhadores, visando elevá-los juntamente com o nível técnico do trabalho. Pretendia “fichar” todos os membros de grêmios organizativos; discipliná-los e sujeitá-los ao apoio às leis e decretos do governo.

Desde o início de seu documento, Cabanas quer salvar a sociedade brasileira do dilema vivido internacionalmente representado pelos dois destinos que a crise econômica, social e moral-espiritual levava os povos: o fascismo ou o comunismo. Ele queria o fim das guerras civis, das greves etc., para salvar riquezas e reparar injustiças.

É mais que flagrante que João Cabanas ainda teria que aprender mais sobre socialismo. Ao que parece, ele cumpriu *parte* dessa tarefa na militância partidária entre 1934 e 1935, como constatamos em nossa pesquisa.

Os socialistas pretenderam legitimar sua atuação com a identificação da anterioridade da organização e do início de sua luta no Brasil e neste caso particular, em São Paulo. Certamente foi por isso que o artigo “O socialismo no Brasil” de Christovam Pinto Ferraz foi publicado na página 3 dessa edição de *Luta Social*. Ele comenta a luta dos socialistas desde a Proclamação da República, em pequenos círculos, com o objetivo de se evitar que à “escravidão preta”, já extinta, viesse a se concretizar em outra, “branca”, a partir do emprego dos imigrantes que afluíam aos milhares. Os socialistas já haviam, desde 1902, organizado Partido através de congresso em São Paulo. Mas, não houve sucesso duradouro para essa iniciativa. Ele dá a entender que o PSB-SP de então, 1933, e os militantes socialistas eram herdeiros daqueles da virada do século.

Finalmente, a nova direção partidária, composta por Belfort, Carmelo S. Chrispino, Francisco Giraldes Filho, Frola, Rubião Meira, Zoroastro Gouveia e Justino Paixão, conseguiu convocar o Congresso para 10 de janeiro de 1934²²³.

Mais críticas surgiram contra as políticas do Governo Provisório, no início de janeiro, antes do congresso do Partido. Nesse caso, contra o que o general Waldomiro Lima e seus partidários consideraram como um grande avanço, a renegociação das dívidas da lavoura cafeeira e um dos pontos principais para se apaziguar os ânimos em

²²³ “Partido Socialista Brasileiro de São Paulo – Comunicado da Secretaria”, p. 2. APESP, DEOPS, pront. n.º 1.009, vol., 1.

São Paulo. Quem vem a público é João Cabanas com uma carta aberta a Getúlio publicada na imprensa²²⁴.

Cabanas protesta contra a Lei do Reajustamento Econômico que subsidiaria com recursos do Tesouro 50% das dívidas da lavoura. O protesto se dá em torno do uso de verbas públicas em proveito de fazendeiros e banqueiros enquanto o proletariado padecia no desemprego ou sofrendo com os baixos salários.

“Dessa forma, permita-me um conselho: o dinheiro que está destinado a beneficiar fazendeiros endividados e banqueiros credores empregue-o, vossa excelência, na solução do problema social em benefício das classes trabalhadoras. Alimentará assim, a chama da Revolução; em caso contrário ao contato do arbítrio e dos privilégios odiosos, ela fenecerá”²²⁵.

Ele chega a ameaçar a conclamar o povo a não mais pagar impostos caso a lei fosse aplicada. Ainda nessa carta, Cabanas critica a lei de sindicalização como reacionária – o que já representa um avanço em relação à concepção sindical de seu manifesto publicado meses antes – e a fraqueza na fiscalização sobre o cumprimento da Lei de Férias. Essa era, ao mesmo tempo uma crítica revolucionária tenentista e trabalhista dentro do âmbito do Governo Provisório, já que cobrava providências para o cumprimento de seus próprios atos jurídicos institucionais.

No dia seguinte, *A Platéia* publica outra matéria que dava continuidade à anterior: “O Tenente Coronel João Cabanas em carta aberta, faz um apelo ao General Góis Monteiro”. Voltando à questão da Lei dos Reajustamentos ele denuncia o fato de os revolucionários paulistas, soldados e oficiais estarem à míngua. Essa lei não poderia ser aplicada sem antes se atender a esses revolucionários sob pena de se cometer terrível injustiça, que segundo Cabanas, já vinha desde a vitória da Revolução em 1930. Ele menciona os eventos tenentistas e os impulsos que os geraram desde 1922, 1924, 1926 [Coluna Prestes-Miguel Costa], a Revolução de 1930 e, 1932 – esta comandada por oficiais que lutaram em 1924, Isidoro Dias Lopez e outros, assim como seus soldados. Este último evento teria acontecido porque a Revolução se desviava de seu caminho. Evidentemente, ele também critica os oligarcas e reacionários que teriam se “aproveitado” do movimento, indiretamente falando dos constitucionalistas e da Federação dos Voluntários.

²²⁴ *A Platéia*, 04/01/1934, p. 6.

²²⁵ *Idem*.

“(...) A História não festejará futuramente os falsos heróis que hoje se medalham aqui como propulsores e sustentáculos da revolução de 932 [sic] (...) [considera como heróis verdadeiros os oficiais, nomeadamente Isidoro Dias Lopez, os soldados da Coluna da Morte, Coluna Prestes, Coluna Miguel Costa como os “baluartes e heróis do Túnel da Mogiana, de Buri e Cruzeiro”] E dirá ainda mais, que essa revolução não se fez com o intuito de se proteger os antigos medalhões que estão de braços dados com a própria ditadura [Governo Provisório]. Se fez para se levar avante as finalidades históricas de nosso movimento e que não foram cumpridas por ‘revolucionários aliados de 930’ e pela revolução de outubro desse ano”²²⁶.

Notamos nesse documento uma confusão político-ideológica no discurso de João Cabanas quanto à finalidade e ao que realmente estava por trás do movimento que originou a guerra civil de 1932. Aliás, essa confusão político-ideológica tida como revolucionária, mas que cai no regionalismo paulista e até em uma forma bastante conservadora e exclusivista paulista usada e aproveitada pelas oligarquias, já aparece antes em sua coletânea de artigos, publicada em 1932, pouco antes do início das hostilidades²²⁷. Nesse momento constatamos, até em memórias de outro jovem tenente, Agildo Barata, este de “segunda geração”, a confusão ideológica e a falta de uma orientação que os reunisse e lhes desse um projeto para a sociedade e ao país²²⁸. A carta de Cabanas termina com uma ameaça a Góis Monteiro, afirmando que o espírito das revoluções e a força dos revolucionários paulistas ainda estavam vivos “só o vulgo e o leigo não percebem”.

Ainda, poucos dias antes do congresso, surgiram na imprensa as primeiras críticas sérias de Zoroastro Gouveia ao comportamento de seu companheiro de partido, o deputado Guaracy Silveira: “O representante socialista Guaracy Silveira não larga um momento o Sr. Alcântara Machado. A zanga do Sr. Zoroastro Gouveia”. Após uma das sessões, Gouveia disse à imprensa “que o Sr. Guaracy era um socialista que vivia cortejando a Chapa Única, plutocrática, atrás de seus membros, por toda a parte”²²⁹.

Dois dias depois, Guaracy respondeu pela imprensa às críticas. “Anda me fazendo de bobo aqui! É a queixa do Deputado Guaracy Silveira contra o seu colega socialista Zoroastro Gouveia”²³⁰. O reverendo Guaracy ainda argumenta em sua defesa ter sido convidado pelo próprio general Waldomiro Lima, quando este era interventor, a

²²⁶ *A Platéia*, 05/01/1934, p. 1.

²²⁷ CABANAS, João. *Os Phariseus da Revolução*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Freitas Bastos, 1932.

²²⁸ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário, memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, 2.^a ed.

²²⁹ *A Platéia*, 09/01/1934, p. 1.

²³⁰ *A Platéia*, 11/01/1934, p. 1.

ingressar no Partido e que, graças a isso e à sua indicação como candidato à Constituinte, o PSB-SP tinha três representantes ao invés de apenas dois. Ele se negava a contribuir financeiramente com a agremiação, algo que era um compromisso estatutário, porque havia perdido a subvenção de 900\$000 de sua igreja, embora recebesse 4:500\$000 como deputado...

As discussões continuaram ásperas, com Gouveia declarando ainda nessa mesma página que Guaracy procurara Armando Salles de Oliveira justamente quando este “movia guerra de morte ao Partido Socialista”. O rompimento da direção partidária com Guaracy já se delineava.

Nesses mesmos dias teve início o Congresso do PSB-SP, convocado oficialmente para o dia 10 de janeiro. Ele teve a duração de três dias, terminando em 12 do mesmo mês. No primeiro dia foi lido e aprovado relatório de Carmelo S. Chispino que historiava a trajetória do Partido desde inícios de 1932, declarando ser o PSB-SP seguidor de Marx, admitindo por isso a existência da luta de classes que só veria sua extinção no Brasil com a instauração de uma República Socialista. Não poderia haver qualquer conciliação de classes. Criticou-se a tutela do Partido pela interventoria do general Waldomiro Lima e a intromissão de oportunistas em suas fileiras. Da mesma forma foi aprovado o *Manifesto-Programa*.

N’A *Platéa*, surgem notícias e comentários a respeito do Congresso do PSB-SP e de sua reformulação começada ainda no ano anterior:

“Toda a gente se recorda do que foi o começo do Partido Socialista em São Paulo. Quando ele apareceu, era uma organização política da interventoria do general Waldomiro de Lima e valia por um paradoxo, pois tinha um nome de extrema esquerda e um protetor que representava um governo de direita...

Entre os seus eleitores e diretores, quem conhecia a significação da palavra socialista?

Terminada a ação do general Waldomiro Lima em São Paulo, pensaram todos que o Partido Socialista se extinguísse.

Mas, essa não foi nem é a intenção dos seus ‘líderes’ que resolveram botar o partido nos eixos, isto é, fazer dele um Partido Socialista ‘autêntico’.

Para isso convocaram um Congresso, que se instalou anteontem na sede da Associação Dos Empregados do Comércio e ontem realizou ali a sua sessão mais importante. (...)²³¹

Afirma ainda que o programa do general havia sido posto de lado e que o Partido se aproximava da IOS.

²³¹ A *Platéa*, 12/01/1934, p. 1.

Mesmo com esse artigo e o relatório de Carmelo S. Chrispino publicado na *Luta Social*, a crítica ao personalismo do general Waldomiro Lima e aos seus seguidores oportunistas continuava não sendo uma crítica ao tenentismo, respeitado ao longo do relatório, menos ainda se processava uma ruptura com os líderes de sua vertente esquerdista. Tanto assim que, nesse mesmo número da *Luta Social* foi publicado um texto de João Cabanas:

“A distribuição da Riqueza”

(...)

“Quando a riqueza não é bem distribuída aparece a necessidade das renovações dos líderes que dirigem as variadas e heterogêneas partes da economia.

Essas renovações se fazem às vezes com a serenidade de atos políticos sabiamente impostos pelos homens que governam, ou então, se fazem pela violência das revoluções com a imposição das massas”²³².

João Cabanas comenta os males da concentração de rendas no país e em nível internacional, bem como o “desvirtuamento” das funções da moeda. Possivelmente ele se refira à financeirização das economias. O mundo não teria se dado conta desses males que só aumentavam. Assim, para corrigir essa distorção “O socialismo, na sua essência, procura justamente distribuir melhor a riqueza e estabelecer a igualdade das classes que a má distribuição inaugurou”.

O texto de Cabanas parece ser reformista, embora fizesse a tradicional menção à violência revolucionária, agora das massas, mas pouco tinha a ver com a social-democracia, uma vez que não tocava na organização da produção, mas apenas comentava superficialmente os males da concentração de renda e suas conseqüências sociais funestas. Era, de fato, um espaço cedido ao socialismo tenentista; uma prova do não rompimento com essa tendência durante o Congresso e ainda teve uma participação ativa no evento.

No segundo dia ocorreu a votação da expulsão de Guaracy Silveira solicitada por Hicrólio [sic] do Amaral e João Cabanas²³³. Na dura discussão que se seguiu, Guaracy foi considerado incapaz de se enquadrar dentro da nova disciplina que o Partido adotava e ainda pesava contra ele suas recentes atitudes no âmbito da

²³² *Luta Social*, n.º 9, 27/01/1934, p. 4.

²³³ *Luta Social*, n.º 9, 27/01/1934, p. 4.

Constituinte. Sua expulsão foi unanimemente aprovada pelos duzentos delegados presentes²³⁴.

Cabanas e Hicrólio (sic) também solicitaram expulsão de outro deputado constituinte, Lacerda Werneck, por negociar com o Governo, no que foram apoiados também por Eugênio Polichetti. Veio à baila o processo que o general Daltro Filho lhe movia. Werneck foi defendido Carmelo S. Chrispino, Zoroastro Gouveia e Giraldes Filho. Gouveia declarou que esse processo era uma “iniquidade” e que não havia provas contra Lacerda Werneck. Depois, analisando sua conduta como constituinte e representante do Partido foi votada uma censura pública ao referido deputado por “quebra de sua ‘linha marxista’”²³⁵.

Finalmente, no último dia, fez-se a “declaração de princípios” do Partido à imprensa. Nela se defendiam a produção “racionalizada” sob “superintendência do Estado” e as liberdades humanas. Aceitavam-se como filiados nacionais e estrangeiros que se submetessem aos princípios e disciplina partidária, aliás, como era regra em todos os partidos congêneres internacionais. A religião era tratada como foro íntimo. O Partido não concorreria à qualquer cargo público que não fosse eletivo. Declarava-se independente de outros partidos ou governos, aos quais olharia com simpatia ou combateria conforme a ação deles amparasse ou não as liberdades públicas e as aspirações mínimas, ao menos do proletariado brasileiro.

Comunicava-se ainda, que por definição ideológica do Partido, a Secretaria pretendia filiá-lo à Segunda Internacional Operária de Zurique e à Federação Sindical Internacional, além de discutir o valor da democracia nos moldes já comentados anteriormente, conforme fora declarado no documento “Comunicado da Secretaria”.

Ainda, no mesmo número de *Luta Social*, Vicente Guerreiro publica o texto, “O Sindicato, escola do socialismo”:

“(…)

A função social do sindicato não só a de lutar por melhorias econômicas do proletariado.

O ofício histórico do sindicato é de preparar moralmente e revolucionariamente os trabalhadores para a transformação da atual sociedade.

²³⁴ A *Platéa*, 12/01/1934, p. 1. Nos dias que se seguiram à expulsão de Guaracy Silveira, grande polêmica foi levantada no plenário da Constituinte, com apertes violentos a Zoroastro Gouveia e defesas de Guaracy. Foram feitas acusações contra Francisco Frola, considerado como “estrangeiro indesejável” e influenciador do Partido. João Cabanas entrou em sua defesa, chegando a desafiar o deputado Abreu Sodré a vir a São Paulo e dizer as mesmas coisas... Essas discussões vão de 16 a 24 de janeiro de 1934, publicadas em *A Platéia*.

²³⁵ Cf. *Luta Social*, cit. e *A Platéia*, cit.

O sindicato proletário é a escola de luta a fim de arregimentar os trabalhadores assalariados e explorados na luta de classe contra o regime capitalista (...)”²³⁶.

A continuação do texto é um libelo antifascista. Sua forma é própria da social-democracia européia.

2.3 A trajetória do PSB-SP e a Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo

A nova orientação política do PSB-SP, mais independente e mais voltada à social-democracia, embora não rompesse com o socialismo-tenentista, na realidade, permanecendo aliada, ou ainda, dentro dessa tendência, já ficou evidente no apoio à greve dos ferroviários, conquanto a direção partidária tenha deixado bastante claro que não organizou ou orientou o movimento. Outro ponto importante foi o início da crítica aberta ao Governo Provisório. Se antes ela era rara e praticada nas páginas de sua própria imprensa, agora já se fazia da tribuna da Constituinte e pelas páginas da imprensa aberta. É o que aparece na parte final do “Violento discurso do Deputado Zoroastro Gouveia sobre a greve dos Ferroviários”²³⁷:

“Admiro (...) profundamente aqueles que não sabem ser a contradição e o farisaísmo toda a razão de Estado da política burguesa, que justamente o Sr. Getúlio Vargas, que acenou, pela primeira vez ao proletariado do país com a possibilidade de se organizar legitimamente para os legítimos prêmios de suas lutas de classe, seja, justamente aquele que, hoje em São Paulo, se torna, senhores, não o paládio, mas a madrastra do operariado que, levado por ele se inscreveu em massa nos sindicatos amarelos, nos sindicatos governistas, nos sindicatos do Ministério do Trabalho. Estes serviram, apenas, para entregar o operariado de mãos amarradas ao governo por obrigação dos depósitos respectivos no Banco do Brasil, tolhendo-lhe, assim, a possibilidade pujante da greve, que hoje é direito esculpido em todas as consciências honestas, em todas as consciências cristãs e, por outro lado, indicando facilmente por um cadastro previamente organizado o nome dos homens leais, dos homens decididos nas pugnas de classe para os carinhos bem conhecidos da polícia especializada de São Paulo”.

O discurso de Zoroastro Gouveia soa mais como uma contradição, não tanto por sua oposição a Vargas, mas pela crítica ao sindicalismo oficial, já que os socialistas-tenentistas o incentivaram e agiam dentro dessas organizações. Sua crítica quanto aos

²³⁶ *Luta Social*, n.º 9, de 27/01/1934, p. 4.

²³⁷ *A Platéia*, 25/01/1934, p. 1.

sindicatos oficiais deu-se ao sabor dos acontecimentos durante a greve dos ferroviários paulistas de janeiro de 1934 e ainda, pela baixíssima politização de sindicalistas de outras organizações oficializadas e por sua igualmente baixa mobilização social. É necessário levar em consideração que os socialistas tinham a expectativa, assim como os sindicalistas do SFEFS e de outros sindicatos ferroviários, de que suas atitudes estavam dentro da lei e que, por isso e pelo próprio fato de suas organizações serem oficialmente reconhecidas, teriam tratamento diferenciado pelo governo e pela polícia. Nesse caso, se a interventoria oligárquica de Armando Salles de Oliveira ignorasse sua condição legal e os tratasse à pata de cavalo, contavam com o apoio e intervenção do Ministério do Trabalho e, até, do Governo Provisório. Ora, as instituições do governo central deixaram-nos sós com a truculência da oligarquia paulista. Justamente a eles que defenderam e ainda defendiam esse mesmo Governo Provisório nas urnas e, alguns, o fizeram até nas prisões durante 1932.

A própria atuação social do Partido começava a se radicalizar. Entre os dias finais da greve dos ferroviários de São Paulo, os socialistas-tenentistas participaram de uma manifestação pública de massa no Largo da Concórdia, na capital, em 25 de janeiro de 1934, convocada por sindicatos e teria a participação da juventude comunista e vinha sendo propagandeada havia dias através de panfletos. Enquanto os trabalhadores e manifestantes começavam a se reunir em frente à Estação Norte, as autoridades policiais apelavam ao tenente-coronel Cabanas e ao “conde” Frola para que pedissem a dispersão dos manifestantes. Então, um grupo de moças e rapazes irrompeu na praça entoando a *Internacional* e empunhando bandeiras vermelhas. Quando os policiais tentaram tomar as bandeiras, o conflito começou havendo pancadaria generalizada, com o saldo de vários feridos, inclusive com dois operários e um policial necessitando de atendimentos médicos²³⁸.

Na noite do dia seguinte, 26 de janeiro, Frola daria uma palestra na sede da União dos Trabalhadores Gráficos versando sobre luta de classes. A polícia proibiu tal evento como represália ao conflito havido na manhã do dia anterior. Ela cercou o prédio e logo começaram as provocações entre os agentes da Ordem Social e manifestantes nas janelas do prédio. Não demorou e as provocações deram lugar a um tiroteio no qual um inspetor de polícia foi baleado no ventre. A polícia com mais reforços invadiu o recinto e prendeu todos, inclusive Frola e o líder gráfico e trotskista, Aristides Lobo. Acusou-se

²³⁸ A *Platéia*, 27/01/1934, p. 1.

um irmão de João Cabanas de ter baleado o policial, mas este nem estava presente. Ele era guarda-livros (responsável pela escrituração de livros de registros fiscais) e trabalhou até as vinte e duas horas naquela noite. Dirigiu-se à delegacia de polícia após ouvir que seu irmão havia sofrido um atentado. Foi detido para averiguação²³⁹.

Esse aprofundamento político-ideológico dos socialistas continuaria pelos meses seguintes, inclusive com sua aproximação junto aos trabalhadores gráficos, influenciados pelos trotskistas da Liga Comunista Internacionalista, que possuíam líderes seus na direção da União dos Trabalhadores Gráficos. Vemos aí uma aproximação dos socialistas-tenentistas com os trotskistas que aumentou durante o transcorrer do ano de 1934. Note-se que a UTG já participara juntamente com elementos do PCB e do PSB-SP na formação do Comitê Anti-Guerreiro, uma forma organizacional que antecederia às coligações antifascistas maiores²⁴⁰.

Desde a vitória da Revolução de 1930, as diferentes correntes proletárias tentaram criar organismos intersindicais de nível municipal – nas capitais – estadual e federal, como no caso dos comunistas e de correntes ditas “amarelas”. Até fins de 1933, existiam no Estado de São Paulo quatro entidades dessas, a saber, a Federação Operária de São Paulo (FOSP) libertária, que fora reorganizada em fins de 1930, mas cujos sindicatos sofriam forte concorrência dos ministerialistas e se esvaziavam; as tentativas dos comunistas de darem vida a Federação Sindical Regional de São Paulo (FSRSP), que podia contar com as facções de oposição revolucionária nos diferentes sindicatos, inclusive e especialmente, nos oficializados; a Coligação das Associações Proletárias de Santos (CAPS) na Baixada Santista, onde militavam tanto sindicalistas não alinhados, como oficializados e a Coligação de Sindicatos Proletários de São Paulo (CSP-SP)²⁴¹.

A CSP-SP surgiu em meados de 1933 com o intuito de reunir sindicatos e coordenar suas ações na capital e no interior do Estado. A Coligação reunia tanto sindicatos oficializados como livres para a defesa dos trabalhadores e reivindicação do cumprimento das leis sociais, ou seja, procurava ter uma atuação reformista e mesmo legal, ou semi-legal, já que nem todos os sindicatos que ela representava eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Segundo Ângela Araújo e Letícia B. Canêdo²⁴², essa intersindical, quase à semelhança de sua congênere santista, a CAPS,

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Informes Reservados de R. Guimarães, 12/12/1933. APESP, DEOPS, pront. n.º 0037.

²⁴¹ ARAÚJO, Ângela C. de, *op. cit.*, pp. 286-288.

²⁴² CANÊDO, Letícia Bicalho, *O sindicalismo bancário em São Paulo. No período de 1923 – 1944: seu significado político*. São Paulo: Símbolo, 1978.

também surgiu sob o patrocínio e iniciativa do Sindicato dos Bancários. Entretanto, ela teve pouco destaque até fins de 1933, quando os gráficos e os contadores resolveram se filiar em seus quadros. Daí em diante ela começou a experimentar importante crescimento. Até meados de 1934, a CSP-SP chegou a reunir cerca de trinta entidades e a CAPS, outras dezoito.

Ambas recusaram a oficialização porque pretendiam reunir sindicatos oficializados e livres. Suas direções fundaram a Federação do Trabalho do Estado de São Paulo, “nos moldes do decreto 19.770, para representar os sindicatos junto aos poderes públicos”²⁴³. Essa entidade, entretanto, não foi reconhecida a tempo da mudança da lei de sindicalização que proibia a coligação de entidades que representassem diferentes ofícios, ou profissões de diferentes ramos econômicos. Ângela Araújo considera que isso foi uma manobra proposital do Departamento Estadual do Trabalho.

O programa da CSP-SP defendia a ampliação da legislação social bem como a efetiva aplicação das leis do trabalho já promulgadas, além da ampliação das liberdades democráticas. Também propunha-se a lutar contra o fascismo e as ameaças de guerra. Pugnavam pela gratuidade e o laicismo do ensino; pela nacionalização dos bancos, das empresas de serviços públicos e das terras. Em outras palavras, possuía reivindicações de caráter reformista, democrático e outras mais avançadas já em direção ao socialismo.

“Além disso, defendia uma estrutura sindical de tipo corporativo, mas com um modelo distinto daquele proposto pelo projeto governamental, pois advogava a unicidade e completa autonomia dos sindicatos frente ao Estado e uma representação classista nos legislativos federal, estaduais e municipais, eleita pelos sindicatos”²⁴⁴.

Ainda segundo Ângela Araújo, o fato de a Coligação reunir principalmente sindicatos oficializados sob a direção de trotskistas e socialistas tenentistas fez com que ela fosse severamente criticada pelos comunistas que, na época, estavam sob forte sectarismo do chamado Terceiro Período, quando ainda vigorava obreirismo dentro do PCB.

Nesse momento, os socialistas tenentistas começam aprofundar suas ligações com as classes trabalhadoras. Podemos encontrar evidências desse aprofundamento através dos documentos produzidos pelos agentes da Ordem Social, tanto em suas missões de espionagem ao movimento operário e aos socialistas tenentistas, quanto ao

²⁴³ ARAÚJO, Ângela, *op. cit.*, p. 288.

²⁴⁴ Idem, *ibdi*.

que se refere àquela produzida pelas vítimas desse órgão repressivo. Vemos um exemplo desse tipo de ligação na atuação de Hildeberto M. Queiróz, que foi bibliotecário do PSB-SP e acabou eleito Presidente do Sindicato dos Ferroviários da São Paulo Railway, que dirigiu de março de 1934 a janeiro de 1935. Foi ligado tanto ao Partido, como à Legião Cívica 5 de Julho²⁴⁵.

E, ainda, ao que se refere ao Sindicato dos Ferroviários da São Paulo Railway, o agente da Ordem Social comenta a nova tática usada pelos ativistas e militantes após a greve de janeiro de 1934. Ela consistia em não entrar em confronto direto com a superintendência da empresa com o objetivo de ganhar algum espaço para colocar cartazes e circulares nas dependências de suas instalações, bem como continuar a receber as cobranças de mensalidades em folha etc. Tão logo o sindicato pudesse crescer e se fortalecer, voltaria à “prática” da luta de classes. Essa era a orientação da nova diretoria sindical “sob a direção de Hildeberto Queiroz, legionário de primeira linha e membro do Diretório Central do Partido Socialista de São Paulo”²⁴⁶.

Devemos notar também, que a ligação entre os socialistas-tenentistas com os trotskistas da Liga Comunista Internacionalista (LCI) estava crescendo. Os trotskistas preferiram, conforme Ângela Araújo e parte da bibliografia consultada, iniciar uma militância dentro dos sindicatos oficializados que surgiam, no caso, dentro daqueles que não eram meras associações à base de carimbo. A argumentação trotskista a favor dessa tática era clara. Nas atas das reuniões da direção da LCI, durante o ano de 1933, discutia-se abertamente a dificuldade de ingresso nos sindicatos controlados pelos libertários e naqueles controlados pelos comunistas. Propunha-se o ingresso e militância nos sindicatos não alinhados ou “ministerialistas” porque neles os operários não estavam envolvidos em questões ideológicas sectárias. Nessas entidades haveria grande quantidade de operários associados por motivos econômicos e que buscavam melhora nos níveis de vida e nas relações de trabalho, que poderiam ser trabalhados politicamente. Entretanto, os trotskistas não podiam agir abertamente nessas entidades por motivos legais²⁴⁷.

Essa atuação fica visível dentro dos sindicatos que participavam da Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo. Nessa atuação, os trotskistas começaram a colaborar e agir em conjunto com os socialistas-tenentistas, com clara intenção de

²⁴⁵ Declarações prestadas em 10 de Dezembro de 1935. APESP, DEOPS, pront. n.º 3.193.

²⁴⁶ Informe Reservado de Rubens, de 27/03/1934. APESP, DEOPS, pront. 2.432, vol. 3.

²⁴⁷ Ata da reunião da direção da LCI, de 27/03/1934, CEDEM, Fundo Lívio Xavier, caixa LX 02.

influenciá-los politicamente, bem como de adentrar em suas bases operárias que já não eram desprezíveis, haja vista sua influência nos sindicatos de ferroviários, principalmente no da Sorocabana, que já passava dos seis mil filiados²⁴⁸ e participara de uma grande greve no início desse ano. A colaboração entre eles fica visível quando vemos nomes de trotskistas e de socialistas-tenentistas partilhando a direção da Coligação a partir dos sindicatos a que pertenciam e dos quais faziam parte da direção.

Nas comemorações do 1.º de Maio de 1934, ambas as correntes apresentaram-se unidas, parecendo, entretanto, que o tom das manifestações estava ideologicamente muito mais próximo das formas social-democráticas que os socialistas tenentistas assumiam. “Como fora noticiado, a Coligação dos Sindicatos Operários de S. Paulo, juntamente com inúmeros outros sindicatos proletários estava preparando para o dia de ontem imponentes manifestações para a consagração do ‘Dia do Trabalho’”²⁴⁹. As comemorações iniciaram-se às nove horas com a recepção aos deputados classistas da Constituinte, recém-chegados do Rio especialmente para a data. “Enorme massa de povo estacionava, em muita ordem, de frente à Estação Norte”. Segundo a reportagem de *A Platéia*, estavam representados 17 sindicatos, mais a Coligação das Associações Proletárias de Santos e a Frente Única Antifascista. “A plataforma estava assim, literalmente, cheia de trabalhadores e curiosos”.

Os deputados que se apresentaram eram Waldemar Reikdal, Vasco de Toledo e João Vitaca. “Assim que desceram do ‘vagon’ [sic], a multidão, num entusiasmo indescritível prorrompeu em homenagens ao dia consagrado ao trabalho”. O primeiro a discursar foi Américo Paulo Sesti, do Sindicato dos Contadores de São Paulo. Foi seguido por Carmelo Chrispino representando, nesse momento, a Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo. Respondeu Waldemar Reikdal em “brilhante discurso que arrancou aplausos delirantes dos que ali se achavam”.

Ao final dos discursos todos rumaram à sede da Coligação, pois manifestações de rua e em praças públicas estavam proibidas pela polícia. A CSP-SP conseguiu a autorização da Interventoria para usar um dos salões do Palácio das Indústrias para as comemorações. As imediações do Parque D. Pedro II estavam repletas de piquetes de cavalaria da polícia. Por outro lado, o salão estava cheio de trabalhadores. A mesa da solenidade era presidida por Hércules Santana, Presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio. Américo Paulo Sesti, pelo Sindicato dos Contadores de São Paulo, falou

²⁴⁸ ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *Entre a Revolução e o corporativismo*, op. cit., p. 148.

²⁴⁹ *A Platéia*, 02/05/1934, p. 6.

em homenagem à data. Falaram ainda rapidamente os diretores dos sindicatos dos Profissionais do Volante, dos Tecelões de Guaratinguetá, dos Barbeiros e Reikdal, como deputado classista e ainda Giraldes Filho pelo PSB-SP, Carmelo S. Chirspino, agora pela Frente Única Antifascista e José Antunes de Almeida pela Federação Regional dos Ferroviários de São Paulo; Mário Pedrosa e Luciano Teixeira pela UTG.

A partir de junho desse mesmo ano, os socialistas tenentistas começaram a organizar congressos nos diretórios do interior, nos quais discutir-se-iam várias teses que reforçavam a nova orientação partidária. Eram os preparativos para as eleições que se aproximavam.

2.3.1 As Eleições de 1934, disputas, tenentismo, rupturas políticas e a influência trotskista no PSB-SP

Os preparativos dos militantes do PSB-SP para as eleições de 14 de outubro de 1934, que elegeriam os representantes para a Constituinte estadual de 1935 e renovariam o legislativo federal, já que as funções da Constituinte de 1934 encerraram-se com a promulgação da Carta nesse mesmo ano, estavam intimamente relacionados com sua militância na capital e interior do Estado para consolidar as mudanças aprovadas durante o congresso partidário. Ao mesmo tempo, o ativismo antifascista crescia e começava a se transformar em uma militância concreta e sistemática, desenvolvendo-se ao lado da militância com fins eleitorais dos socialistas tenentistas e de outras correntes dentro do movimento operário. O mesmo se dava com os legionários, que se preparavam para o pleito.

Os dois dissidentes do Partido, Guaracy Silveira e Lacerda Werneck que romperam com a organização, estavam se preparando para as eleições com o intuito de renovar seus mandatos legislativos. Havia concorrência deles com o PSB-SP, noticiando-se que o Partido provavelmente se juntaria em frente única com outras correntes de esquerda mais “extremadas”.

“Os dissidentes do Reverendo Guaracy Silveira e do Sr. Lacerda Werneck é que parecem desanimados, pois as simpatias do proletariado voltaram-se mais para o grupo do Sr. Zoroastro, que captou confiança graças à atitude firme que teve ultimamente, só conservando em suas fileiras os socialistas em ligações com o que eles chamam de ‘burguesia revolucionária’ de São Paulo”²⁵⁰.

²⁵⁰ A *Platéia*, 15/06/1934, p. 6.

Esses dois dissidentes, representando o Partido Trabalhista, já tinham procurado se aproximar de sindicatos filiados à CSP-SP em junho-julho, sendo, entretanto, combatidos como traidores. Sua visita se dava em busca de apoio eleitoral²⁵¹.

Em setembro, o Partido Trabalhista lançou manifesto “Ao Proletariado e ao Povo Paulista”²⁵². No documento afirma-se que o Partido era formado pela “Maioria Classista” e por “socialistas moderados”. Procurava-se atrair o proletariado às suas fileiras. Seus principais membros seriam autores das conquistas trabalhistas e direitos sociais consagrados na Constituição recém-promulgada. Essas conquistas teriam sido obtidas em oposição aos “plutocratas” reacionários e isso malgrado o exibicionismo dos radicais que “ambicionavam os aplausos das galerias” – alusão inequívoca à polêmica atuação do deputado Zoroastro Gouveia. Esse Partido também se mostrava declaradamente governista, já que seus membros, provenientes da maioria classista e socialistas moderados, teriam sido os responsáveis, segundo o documento, pela eleição do “candidato à presidência da República que era a garantia de suas reivindicações, porque as soube conceder quando ninguém lhas impunha”. Notemos que esse posicionamento declaradamente governista contrastava com as novas posições críticas do PSB-SP em relação ao Governo Vargas.

“Não era justo que enveredássemos por outros caminhos, enquanto definhavam os operários, mal alimentados, sem ar, sem luz, em porões insalubres, sem garantias contra os exploradores do braço, quando estávamos compreendendo que as autoridades, dentro de suas forças, se mostravam prontas ao acordo de que resultaram as medidas constitucionais garantidoras das classes trabalhadoras. Nem é justo que tomem os operários a senda dos petroleiros [sic], dos homens sem Deus e sem religião, arriscando a vida e o lar, expostos à ditadura semi-proletária dos intelectuais em sacrifício do proletariado, quando o povo brasileiro quer ver solvida a questão social e quando, por uma questão de índole, temperamento e coração, não existem em nossa pátria barreiras entre o operário e outras classes senão a barreira econômica”.

Salta-nos imediatamente à vista o conservadorismo desse Partido Trabalhista, malgrado tenha se colocado contra os “plutocratas”, dedicou-se mais a criticar os “radicais” que, como sabemos, não passavam de reformistas, ainda que avançados em diversos pontos. De mais a mais, o Partido pretendia a colaboração de classes e com as autoridades constituídas. Os trabalhistas propunham-se a coordenar todos os que trabalhavam e lutavam para garantir “seu direito à vida, à saúde, ao descanso, à

²⁵¹ *A Platéia*, 06/07/1934, p. 2.

²⁵² *A Platéia*, 22/09/1934, p. 4.

hospitalização e à escolha dos dirigentes da nação”. Como garantia de sua proposta, o Partido Trabalhista apresentava a candidatura de Guaracy Silveira, “socialista cristão”, fiel ao programa que aderira e que o eleitorado aprovara contra as modificações programáticas pós-eleições que descambaram “para a segunda internacional ou terceira”²⁵³. Era um pastor evangélico supostamente preocupado com a questão social...

De qualquer maneira, os militantes do PSB-SP continuavam suas atividades propagandísticas e organizatórias.

Foi programado um congresso partidário regional a realizar-se em Rio Preto, em 30 de junho. Participaram os diretórios municipais de São Carlos, Araraquara, Araçatuba, Taquaritinga, Catanduva, Santa Isabel, Rio Preto, Mirassol, Monte Aprazível e “demais diretórios da zona”. Os temas a serem apresentados e discutidos versavam sobre greve geral, luta de classe e divórcio. Edmundo Scala apresentou sua tese sobre a Luta de Classe. Como preparativo, haveria caravana a partir de 27 de junho, passando por Araraquara com conferências sobre o proletariado e o problema social, basicamente versando sobre luta de classes apresentada por Hélio Coelho e Carmelo Chrispino. No dia seguinte estariam em Taquaritinga e diversos oradores falariam e, em 29 de junho, chegariam a Catanduva, onde Zoroastro Gouveia e João Cabanas falariam²⁵⁴.

Pouco antes desse congresso regional, o diretório de Botucatu, uma das cidades do interior que concentrava ferroviários da EF Sorocabana, publicou um manifesto datado de 21 de junho que, de resto, era o da própria Comissão Executiva do PSB-SP.

“(…)

O Partido Socialista se propõe a disseminar idéias sociais de solidariedade humana e de racionalização da produção socializada sob a superintendência do Estado, organizando concomitantemente as forças políticas e mentais da vindoura República Socialista do Brasil”.

O Manifesto propunha que a questão da religião fosse tratada como foro íntimo, que houvesse liberdade de culto e a manutenção do Estado leigo. Poderiam se filiar ao Partido trabalhadores nacionais e estrangeiros nacionalizados que aceitassem a disciplina partidária. Estabelecia-se que o PSB-SP só disputaria cargos eletivos e que seus candidatos seriam publicamente indicados. Como em outros momentos, os socialistas tenentistas apelam aos trabalhadores manuais, intelectuais, funcionários de

²⁵³ *A Platéia*, 24/09/1934, p.4.

²⁵⁴ *A Platéia*, 21/06/1934, p.6.

repartições públicas, pequenos proprietários rurais e pequena burguesia para que adentrassem suas fileiras, já que o Partido seria seu instrumento político de luta: “levai-o ao triunfo que será o dia de vossa redenção econômica e da igualdade social”²⁵⁵.

A publicação desse manifesto demonstra que os militantes do interior estavam a par das orientações do Partido e que procuravam desenvolver trabalhos relevantes e de visibilidade pública, chegando suas notícias até a capital. É importante ressaltar a perspectiva da implantação do socialismo no país. Embora a forma escolhida dessa implantação não fosse revolucionária, como se esclareceu no congresso, a perspectiva em si já era algo significativo.

Mas, socialistas simplesmente, ou o PSB-SP ainda era socialista tenentista, como consideramos?

Embora seu caráter tenentista estivesse relativamente atenuado, ele ainda era presente, como demonstram a presença anunciada de João Cabanas, “o herói da Coluna da Morte” na atividade pública do Partido em Catanduva e mais este manifesto de sua lavra em relação à data de 5 de Julho: “Cabanas contra as mistificações à data de 5 de Julho”. “Os soldados da ‘Coluna da Morte’ protestam contra mistificações – declara o tenente-coronel João Cabanas”. Em nítida alusão aos políticos da Aliança Liberal, Cabanas critica os políticos “mistificadores” que chegaram ao poder graças aos combatentes abnegados. Ele chega mesmo a criticar a Constituinte “que nada legislou em favor de nossos homens”, isto é, os combatentes dos levantes e epopéias tenentistas, que estavam à míngua. Ele critica o general Waldomiro de Lima “que durante o seu governo em São Paulo não soube amparar os seus companheiros, mas mandou persegui-los”²⁵⁶. Nenhum deles tinha autoridade moral para falar pelos revolucionários e sobre os eventos de 1922 e 1924.

Entretanto, as novas características e diretrizes continuavam a vicejar, principalmente a partir da atuação de seus membros dentro da Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, onde Américo Paulo Sesti, Secretário Geral da entidade, declarou apoio público à greve dos bancários santistas. A Coligação vinha acompanhando havia meses as negociações dos bancários para a criação de sua Caixa de Seguros Sociais obstaculizada pelo patronato. Os bancários de Santos contavam

²⁵⁵ A *Platéia*, 27/06/1934, p. 3.

²⁵⁶ A *Platéia*, 05/07/1934, p. 1.

também com o apoio moral declarado dos ferroviários da Sorocabana, dos gráficos da UTG e dos profissionais do volante²⁵⁷.

De outro lado, o PSB-SP, concorde com suas características pluriclassistas, que se materializavam na tentativa de atração do operariado, dos trabalhadores de classe média, intelectualidade e pequena burguesia, dirigia um apelo “à mocidade universitária”. O texto conclama os jovens a constatarem as injustiças sociais e a necessidade de sua superação. Conta com a “generosidade” da mocidade que “fez” as campanhas da Abolição e da República e, agora devia se unir para transformar o mundo para a necessária superação do capitalismo em direção ao socialismo. Os recursos discursivos estão no apelo intelectual de seus argumentos e da citação de Marx – mas também Labriola, expoente socialista italiano da virada do século – reconhecido internacionalmente e já indiscutivelmente no Brasil também como filósofo, historiador e economista, e na manipulação relativamente idealística da participação da juventude em campanhas e processos históricos tocando no brio dos jovens de então em relação aos do passado para que se movessem também de forma a marcar sua presença para a posteridade em movimento de muito maior envergadura, já que se tratava de “mudar o mundo”.

Mas, o Partido não estava livre de críticas, como bem coloca Dainis Karepovs. Brasil Gerson, colunista de *A Platéia* que usava a pena de forma profundamente irônica, ao criticar os dissidentes, também o faz em relação ao próprio PSB-SP. Ele comenta a projetada formação da Coligação das Esquerdas para disputar as eleições de outubro, com o PSB liderado por Zoroastro Gouveia em aliança com a Coligação dos Sindicatos Proletários e outras correntes marxistas como parte de um movimento nacional de conscientização de classe. Nesse sentido Guaracy Silveira e Lacerda Werneck iriam formar uma Frente Trabalhista. Porém, seu caráter classista e de esquerda era pífio, já que saíram do Partido quando este ia se associar à Segunda Internacional cujos partidos social-democratas alemão e austríaco, que “não souberam” lutar contra o nazismo, pertenciam ao seu quadro associativo. E, ainda, da mesma forma, o Partido Trabalhista inglês também fazia parte desse quadro, sendo que havia composto gabinetes ministeriais que pouco ou nada fizeram pelo operariado. Se a filiação à essa Internacional era um avanço muito grande para Werneck e Guaracy, eles só poderiam ser “amarelos e nada mais...”²⁵⁸

²⁵⁷ *A Platéia*, 07/07/1934, p. 2.

²⁵⁸ *A Platéia*, 02/08/1934, p. 1.

À parte as ironias, os dirigentes continuavam a organizar suas atividades propagandísticas na capital e interior do Estado. No dia 5 de agosto realizaram outro congresso regional, dessa vez em Araraquara, com as teses “O Trabalhador do Campo, o Proletariado e o Socialismo” e “Luta de Classes”, com caravana composta por Zoroastro Gouveia, Carmelo Chrispino, Edmundo Scala e Belfort Mattos, que passa no dia 3 de agosto em Campinas, onde fizeram um comício; dia 4 em São Carlos, fez-se uma conferência com Zoroastro Gouveia e, finalmente, no dia 5, em Araraquara, onde se realizou o congresso. Todas as cidades citadas possuíam concentrações relevantes de trabalhadores ferroviários, além de outras categorias, como era o caso de Campinas. A novidade era a apresentação da questão do trabalhador rural, raramente presente como elemento de destaque nas palestras e eventos socialistas; fato relevante porque essa região era ainda importante produtora de café.

Em direção norte do Estado de São Paulo rumava outra caravana do Partido composta por Francisco Giraldes Filho, Ruy Fogaça, Diniz Moreira e Alzir Machado.

Ainda no dia 5 de agosto, realizar-se-iam comícios na capital: às 17:00 no Largo da Concórdia; às 19:00 no Largo do Belém e às 21:00 na Penha²⁵⁹.

De todas essas atividades, o comício em Araraquara, onde se realizou o congresso regional do Partido, foi o mais agitado. Segundo *A Platéia*, esse comício foi assistido por milhares de pessoas. O discurso de Zoroastro Gouveia dividiu-se em duas partes, sendo a primeira versando sobre a doutrina socialista e na segunda, “contou como os soviets estavam pondo em prática o socialismo”. Nesse momento, houve um começo de distúrbio com “um grupo de liberais e conservadores” gritando “morras aos socialistas e comunistas” e “vivas ao Brasil”. Foi necessária a intervenção de João Cabanas, que estava fardado, para resolver o caso²⁶⁰.

Considerou-se na imprensa que, desde quando o Partido pretensamente enquadrou-se nos liames da Internacional Operária de Zurique tinha “mudado muito de orientação, principalmente nas suas atividades práticas”. Afirmava-se que na reorganização de seus diretórios do interior e da capital estavam “sendo aproveitados, de preferência, os trabalhadores esclarecidos. Muitos desses diretórios, como os de Sorocaba e Araraquara, já não têm mais doutores e antigos políticos”.

“A necessidade que tivemos de afastar de nossa bancada dois deputados e das nossas fileiras diversos pseudo socialistas veio demonstrar aos trabalhadores que aqui também

²⁵⁹ *A Platéia*, 03/08/1934, p. 6.

²⁶⁰ *A Platéia*, 08/08/1934, p. 1.

acontecia como tem acontecido em vários partidos socialistas da Europa: é a mistificação dos trabalhadores pelos que se dizem seus amigos. Como não temos vaidades e queremos que o Partido triunfe, tomamos essa resolução de entregar seus postos de direção aos próprios trabalhadores iniciados no estudo do socialismo”²⁶¹.

Aprofundando sua orientação nesse sentido, o Partido declara que apoiaria a Coligação das Esquerdas nas eleições que se aproximavam.

No começo de agosto divulga-se o Programa Mínimo da projetada Coligação das Esquerdas, que concorreu às eleições estaduais de outubro de 1934 e que também deveria ser defendido na Câmara dos Deputados Federais:

- Imediata revisão da Constituição por conter dispositivos de caráter fascista.
- Estado Leigo.
- Educação integral, isto é, gratuita em todos os cursos com ensino primário obrigatório.
- Sindicalização livre por ser a atual considerada colegial.
- Salário mínimo de acordo com um nível de vida melhor e dentro do princípio de igual salário por igual trabalho.
- Reconhecimento imediato do governo soviético²⁶².

Evidentemente e, como bem indica Karepovs²⁶³, as reivindicações defendidas pela Coligação de Esquerda em seu Programa Mínimo para as eleições estaduais de 1934, da qual sairia a Constituinte Estadual, cabia muito mais às discussões em âmbito federal, configurando-se em imprecisão técnica constitucional. Muito provavelmente, essa ambigüidade possa se explicar pelo fato de que as eleições também renovariam a Câmara dos Deputados Federais, uma vez que, promulgada a Constituição em 1934, ela se dissolveu, já que fora eleita especificamente para ser Assembléia Nacional Constituinte. O fato é que a Coligação das Esquerdas possuía um programa reformista bastante conforme aos princípios programáticos defendidos pelo PSB-SP, quanto à reivindicação do Estado Leigo, da Educação Integral – esta, desde o Programa do general Waldomiro Lima – e pela liberdade sindical. Ponto novo era o reconhecimento do governo soviético. É possível que fosse fruto da influência dos trotskistas nos rumos do Partido porque, embora fossem críticos acerbos da burocratização stalinista, eram defensores da URSS, considerada por eles como um Estado operário. Poderíamos considerar também como influência trotskista entre os reformistas do PSB-SP a tese

²⁶¹ “A nova orientação do Partido Socialista”, Idem, *ibdi*.

²⁶² *A Platéia*, 09/08/1934, p. 1.

²⁶³ KAREPOVS, Dainis, *O PSB-SP no Parlamento Paulista*, inédito, p. 22.

sobre os trabalhadores do campo, apresentada dias antes no congresso municipal de Araraquara.

O Partido dedicava-se mais às concentrações urbanas operárias para fazer sua propaganda, como no caso de Sorocaba, cidade do interior paulista que possuía importante pólo têxtil, contemporâneo à construção e instalação da Estrada de Ferro Sorocabana. Em 1934, aos milhares de ferroviários residentes na cidade que trabalhavam nas maiores oficinas da empresa ali instaladas, juntavam-se outros milhares de operários têxteis, enorme parcela dos quais representados pelas mulheres que já se apresentavam nas lutas de classe desde as greves gerais de 1917-19²⁶⁴. Desse modo, não é de surpreender que surgissem peças de propaganda do Partido em Sorocaba e não só entre os ferroviários cuja pujante organização sindical era dirigida por socialistas tenentistas, mas também entre os têxteis e a partir de um panfleto assinado por “Uma operária da Fábrica Votorantim”.

Nesse panfleto se exorta os operários a não se iludirem com os partidos burgueses – P. C. [Constitucionalista], PRP, PL [Lavoura], AIB - “Ouro do Vaticano” [sic]. Esses partidos julgariam que os operários conscientes não passavam de “uns idiotas iguais a alguns operários desfibrados que se prestam ao ridículo papel de **cachorrinhos lulus lambedores** [sic]”. Os trabalhadores deveriam apoiar com todos os esforços e até com o “sacrifício de nossa própria vida” o Partido Socialista Brasileiro, grafado em negrito, porque esse era o único cujos ideais eram voltados ao operariado.

“Avante, para o **Partido Socialista Brasileiro** [sic], sem temores e desalentos! O grande dia do triunfo das nossas aspirações de igualdade de direitos, de paz e de fraternidade verdadeiramente cristã se aproxima, pois a sua aura radiosa já tinge com seus clarões vermelhos os horizontes das nações”²⁶⁵.

Evidentemente, se misturam elementos tenentistas com outros muito mais radicais, próximos dos jargões comunistas, mas também outro de tom inegavelmente conservador, como a menção à paz e fraternidade “verdadeiramente” cristãs.

De qualquer forma, a direção do PSB-SP começava a radicalizar suas posições. Em artigo a respeito da reformulação partidária, os socialistas comentam que os diretórios do interior estavam sendo entregues a “operários esclarecidos”. Por isso, os

²⁶⁴ ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *Sorocaba Operária: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba, 1897-1920*. Sorocaba: Crearte, 2005, p. 124.

²⁶⁵ Panfleto “Aos meus companheiros operários em geral”, Sorocaba 28/08/1934. APESP, DEOPS, pront. n.º 1.009, vol. 1.

resultados eram “surpreendentes”: “No interior aumenta dia-a-dia o número de nossos adeptos”. E ainda mais:

“Assim orientados e tendo abandonado a idéia de nos filiarmos à 2.^a Internacional [sic] para adotar uma diretriz ainda mais esquerdista, conseguimos situar admiravelmente o partido no conceito das massas trabalhadoras e limpar o seu nome das manchas graves que o sujaram no seu início, quando um grupo de oportunistas palacianos o tomaram de assalto”²⁶⁶.

Se antes suspeitávamos da influência trotskista nas decisões partidárias dos socialistas, agora podemos afirmar que eram reais. A apresentação das modificações como a adoção de diretriz mais esquerdista que explicitamente rompia com a social-democracia internacional – embora não esclareça qualquer motivo ideológico – aprofundando ao mesmo tempo, seu trabalho de massas, que é apresentado como positividade, evidencia elementos político-ideológicos trotskistas. Essa nova atitude servia para aprofundar o rompimento com a situação passada do Partido e como forma de “redimi-lo” de seus “erros”. Entretanto, notemos que se rompia com a social-democracia internacional, mas não propriamente com sua prática legalista e reformista em âmbito interno, mais propriamente estadual paulista, como ficará claro nas discussões sobre a formação de uma frente única antifascista.

Dainis Karepovs comenta o “entrismo” dos trotskistas no PSB-SP e, de nossa parte, encontramos fragmentos da discussão que se desenrolou no seio da LCI sobre a entrada ou não no PSB-SP como fração. Isso significaria a modificação da Liga que deixaria de existir formalmente para ser parte do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo. *Ali*, codinome de um membro da direção da Liga, se coloca abertamente contra qualquer possível proposta de entrada oficial da organização dentro do PSB-SP e arrola seis motivos para isso, nesse caso, um deles é revelador de sua influência e acesso ao aparelho partidário dos socialistas tenentistas:

“(…)

2.º - Nos partidos proletários ou pequeno-burgueses (P.C.B., P.S. e a projetada A.N.L.) podemos organizar núcleos nossos. No P.S., com certeza; na futura A.N.L. idem; no P.C. parece que nunca tentamos.²⁶⁷

²⁶⁶ *A Platéia*, 21/08/1934, p. 1.

²⁶⁷ *Boletim Interno da LCI*, março, s/a, n. 2, “Resolução sobre o ‘Tourant’ francês, aprovada na reunião de outubro pelo Pleno Ampliado da LCI. CEDEM, Fundo LX, caixa 3, Boletins: 1931-1937, s/d, p. 13.

A posição de Ali foi vitoriosa, tendo em vista que ela foi aprovada, o que foi confirmado por Dainis Karepovs²⁶⁸, no que tange à recomendação de atuação nos sindicatos e oficinas para se obterem militantes para as tarefas mais urgentes. A direção da Liga ainda acrescentou:

“O grupo dirigente da região de S. Paulo resolveu enviar o presente documento a todos os grupos de base, adotando os seus pontos de vista relativamente à posição da L.C.I. perante o P.S.B. e acrescentando às observações de Ali as seguintes:

7.º - Como observaram muito bem [...] os camaradas que redigiram as teses aprovadas pelo Plenum ampliado do S.I. que tomou posição na questão francesa, o esfacelamento da social-democracia se processa de modo diferenciado, imprimindo um destino desigual aos diversos partidos socialistas e social-democratas. Assim, justifica-se uma posição tática diferente da L.C.I. perante cada um desses partidos. Isto não significa, no entanto, que haja de nossa parte falta de princípios ou de uma linha estratégica internacional única. No caso do Brasil, o P.S.B., que é o partido nascido à sombra da proteção governamental quando era interventor Waldomiro Lima e que não diferia, no seu início, de qualquer partido burguês, com a mudança da política burguesa foi obrigado a passar para a oposição, tomando uma posição mais de ‘esquerda’, não tendo, entretanto deixado, até hoje, de ser um partido eleitoralista sem uma base proletária organizada. Nestas condições, não se justificaria de modo algum, a entrada de nossa seção nacional para esse partido”²⁶⁹.

Esse julgamento da LCI acerca do PSB-SP era incorreto e cínico. Os socialistas tenentistas tinham sim influência sobre uma base operária importante, constituída principalmente por ferroviários, então uma categoria profissional estratégica para a economia agroexportadora, diante da deficiência de qualquer transporte terrestre ou fluvial importante na maior parte do Estado de São Paulo. Tanto assim que, veremos no próximo capítulo, a ferrenha disputa dos comunistas com os socialistas tenentistas por essas bases operárias. Sem mencionar sua influência inicial entre metalúrgicos paulistanos, como cita Maria Helena Paes, em sua dissertação de mestrado defendida na FFLCH-USP, em 1979, ou ainda, suas influências sobre os ferroviários da SPR. Além, muito provavelmente, da sobrevivência de contatos importantes entre os portuários santistas. E, de mais a mais, a LCI também participou das eleições de outubro de 1934...

Sete dias depois, com o anúncio oficial da formação da Coligação das Esquerdas, a Liga Comunista Internacionalista ingressa na frente única lançando

²⁶⁸ Arguição na Banca de Defesa de Doutorado, em 05/07/2012.

²⁶⁹ Idem, p. 14.

manifesto em que explicava sua atitude²⁷⁰. Ela lançou programa próprio, embora compusesse a frente. Seu programa preconizava pontos semelhantes no que se referia à questão social, também exigindo a instituição de salário mínimo e a sindicalização livre. Também exigia Estado e educação leigos, instituição do divórcio, educação gratuita em todos os níveis.

A LCI avançava nas reivindicações “políticas democráticas” exigindo a formação de milícia operária com funções de polícia urbana e formação de milícia popular antifascista, ambas reivindicações comunistas. Nas questões econômicas imediatas exigia-se a revisão das leis do trabalho; jornada diária de sete horas de trabalho; a reivindicação inequivocamente comunista de formação de conselhos operários por empresa; seguro social e contra o desemprego; proteção à gestante e à criança nos locais de trabalho com criação de creches e locais para amamentação. Nas reivindicações econômicas gerais e em benefício dos camponeses, abolição das hipotecas, nacionalização das ferrovias, bancos e minas, crédito estatal e negação da dívida externa. Sem dúvida, havia uma imbricação entre reivindicações propriamente reformistas e trabalhistas e aquelas que ultrapassavam esse caráter e continham elementos claramente revolucionários, como a intenção de criação de milícias operárias e populares e as nacionalizações de setores da economia.

Poucos dias depois, anunciaram-se adesões à Coligação das Esquerdas, como a da Liga Anticlerical, de uma ala esquerda do funcionalismo público, de “um numeroso grupo de sargentos” e de espiritualistas, ou espíritas. Mas, no mesmo anúncio, noticiava-se uma ruptura importante no âmbito do socialismo tenentista; a Legião Cívica 5 de Julho, “antigos membros do PS”, general Miguel Costa “e seus amigos” e grupos proletários formariam outra corrente “esquerdista” para concorrer às eleições²⁷¹.

Esse rompimento está declarado nas páginas do *Boletim da Legião* tendo como primeira data constatada a da Sessão do Conselho de 16 de junho de 1934, quando noticia-se que Francisco Giraldes Filho, Carmelo Chrispino e Mário Teixeira Camargo demitiram-se da Legião. Os dois primeiros eram dirigentes do PSB-SP²⁷².

No artigo “A Legião e o P.S.B.” respondia-se à circular da Comissão Executiva do PSB-SP publicada na *Gazeta*, considerada como jornal “perrepista” e que teria causado “grande gáudio nas hostes reacionárias” afirmando que a Legião procurava

²⁷⁰ A *Platéia*, 28/08/1934, p. 1.

²⁷¹ A *Platéia*, 30/08/1934, p. 1.

²⁷² *Boletim da Legião Cívica 5 de Julho*, n.º 40-41-42, p. 1. APESP, DEOPS, pront. n.º 2.593.

“fazer guerra de morte” ao Partido. Segundo a direção legionária isso era mentira e havia outras falsidades na matéria publicada na imprensa. O que se passou, segundo sua versão, foi que a Legião determinara “confidencialmente” aos seus núcleos municipais que os legionários passassem a fazer parte apenas de sua organização e de mais nenhuma de caráter partidário. A razão disso era que, diante da “rudeza do Estado reacionário”

“(…) há muito, somente a Legião [persiste], no seu trabalho de defesa dos comps [sic], enquanto os responsáveis pelo P.S.B., numa cômoda inércia, abandonavam completamente a luta em defesa da Revolução e do Socialismo, procurando voltar à atividade, agora que se aproximam as prováveis eleições.

A publicação dessa circular pela Comissão Executiva do P.S.B. pela imprensa, virá unicamente procurar polêmica e luta entre os revolucionários e os socialistas, com proveito único das correntes reacionárias.

Assim como a Legião, em virtude da articulação feita na formação do P.S.B., determinou que, em vista deste fazer a ação político-revolucionária, também em nome da Legião, que todo legionário se inscrevesse no P.S.B., agora, que essa articulação foi rompida, determinou a Legião, que todo legionário se conservasse somente como legionário”.

A Legião se conservaria “intransigentemente como organização Revolucionário-Socialista” e assim exerceria também sua própria ação no campo político. Não se visava com isso, hostilizar qualquer organização política, apenas assegurar a execução de seus planos de luta, segundo afirmava sua direção.

“E assim, intransigentemente, continuamos a nos bater pela Revolução em marcha, até a implantação do Socialismo no Brasil e estamos certos de contar com o espírito de luta, sacrifício e idealismo de todos os companheiros que, por todo o estado, ao nosso lado, conservam ativa e desassombradamente erguida a bandeira da Revolução”²⁷³.

É importante destacarmos que a Legião determinou que essa resposta não fosse publicada em imprensa aberta; somente nas páginas de seu órgão oficial de circulação restrita.

O primeiro sinal da aplicação dessa política vê-se na seção “Correspondências”, no ofício do legionário Benedito Carlos de Camargo, de São Carlos, quando da inclusão de seu nome no diretório local do PSB-SP, “declara que, como bom legionário e de

²⁷³ Idem, p. 5.

acordo com a decisão tomada, não faz parte de organização alguma, a não ser da Legião”²⁷⁴.

Inicialmente notamos a preservação dos pontos político-ideológicos tenentistas da parte dos legionários, basicamente no que toca à questão da defesa da Revolução. Também salta-nos à vista a crítica às posições social-democráticas assumidas pelo Partido, que se “acomodava” em “inércia”, deixando de lutar pela Revolução e implantação do socialismo. Ora, o termo “defesa da Revolução” tem dois significados no texto. O primeiro é a defesa da Revolução de 1930 contra as tentativas reacionárias oligárquicas, talvez por causa de alguma suposta recusa de ação dos socialistas do PSB-SP contra a interventoria de Armando Salles de Oliveira. O outro significado é que os socialistas tenentistas legionários e antes, do Partido, consideravam-se revolucionários e que se poderia implantar o socialismo a partir de reformas que radicalizassem o conteúdo social das políticas do Governo Provisório, ou de qualquer outro que o seguisse, mas, que fosse continuação do movimento de 1930.

Comunicava-se a decisão de se convocar antecipadamente o Congresso Legionário, embora fosse necessário esperar nova análise do panorama político nacional. Entre as decisões a serem tomadas havia a ratificação da decisão do Conselho Diretor de que a Legião se manifestasse politicamente de forma independente, inclusive concorrendo com chapa própria nas eleições constituintes estaduais e ao Legislativo federal. Considerou-se que a forma dos partidos políticos dentro da “liberal-democracia” já não era mais útil à luta revolucionária. Citava como exemplo o fracasso do PSB-SP em controlar seus representantes eleitos e, mesmo depois da expulsão dos mesmos – alusão inequívoca a Guaracy e Lacerda Werneck que, embora não tivesse sido expulso, desligou-se do Partido – eles continuaram na Assembléia sem perder os mandatos²⁷⁵.

Sem dúvida alguma, vemos aí uma dissensão político-ideológica. Certamente a aproximação do PSB-SP com a LCI não atenuou os desentendimentos entre as duas organizações socialistas tenentistas; talvez os tenha exacerbado...

Houve dissidências de ambos os lados, sendo que militantes deixaram a Legião para continuar no Partido e outros, deixaram as fileiras partidárias, fiéis à orientação legionária.

²⁷⁴ Idem, p. 3.

²⁷⁵ Idem, p. 7.

Somente em setembro consolidar-se-ia a chapa encabeçada pela Legião Cívica 5 de Julho para as eleições de 14 de outubro – a Aliança Socialista. Entre os dissidentes do PSB-SP: Moreira Porto, Carlos Castilho Cabral, Alfredo Galliano. A Aliança Socialista recebeu ainda o ingresso da ala esquerda do funcionalismo público municipal paulistano e do “miguelismo”. Também uma “forte ala de elementos ferroviários sob liderança do deputado Armando Laydner e outros grupos anticlericais” aderiram à chapa. Laydner seria candidato do PSB-SP dentro da Coligação de Esquerda “mas alguns sindicatos não o viam com bons olhos”²⁷⁶. Assim, ele e seu grupo ingressariam na Aliança e ele seria um dos seus “mais fortes” candidatos por supostamente contar com muitos votos no âmbito da Estrada de Ferro Sorocabana. Os candidatos propriamente legionários eram Alcântara Tocci, Octávio Ramos e Luíza Branco, professora e esposa do tenente Brito Branco. Por outro lado, o médico Jerônimo de Cunto Jr., de Bauru, e Cerqueira Lima, de Campinas, ambos líderes legionários locais, declararam apoio à Coligação das Esquerdas²⁷⁷. Dias mais tarde, Núncio Soares, líder ferroviário de São Carlos, desistiu de candidatar-se pelo Partido e ligou-se à Legião, declarando sua decisão por meio de carta aberta²⁷⁸.

Mas, havia grandes pontos de divergência nos programas de ambas as organizações socialistas-tenentistas para as eleições? De fato, guardaria a Legião tanto do revolucionarismo que dizia possuir em contraposição ao PSB-SP?

Os legionários estavam envolvidos em uma coligação eleitoral com outros grupos, inclusive liberais e isso influenciou em muito o Manifesto lançado ao público em 29 de setembro de 1934. Para melhor analisarmos o que se passava nas hostes ditas revolucionárias, transcrevemos alguns trechos do documento.

“(…) Todos sabem que, se a nova Constituição, em muitos pontos teve alguns avanços, é também notório que perdeu muito terreno em outras direções, recuando para a direita e cedendo melhorias já conquistadas pela própria Constituição de 1891.

(…)

²⁷⁶ Essa situação de atrito de Laydner com a CSP-SP arrastava-se desde o episódio das comemorações-manifestos do Primeiro de Maio de 1934, quando ele, então principal líder sindical dos ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, únicos vitoriosos na Greve Ferroviária de Janeiro de 1934, desviou-os claramente das atividades que a Coligação preparava na capital. Ele os levou, cerca de 10 mil trabalhadores, para festejos e churrascos em chácaras de políticos burgueses em Sorocaba, no interior do estado. Por isso, foi duramente criticado pelos dirigentes da CSP-SP e por seus próprios companheiros sindicalistas. Isso foi o início de uma séria dissensão interna no SFEFS, então um dos maiores sindicatos do Brasil. Cf. Adalberto Coutinho de ARAÚJO NETO, *Entre a Revolução e o Corporativismo*, op. cit.

²⁷⁷ *A Platéia*, 08/09/1934, p. 1.

²⁷⁸ *A Platéia*, 11/09/1934, p. 1.

É claro que os socialistas terão um programa muito mais amplo de reivindicações do que seus aliados eleitorais. Certo é também que os liberais a eles unidos também pelejam visando alguns pontos, lado a lado nessa grande batalha das conquistas da coletividade.

Para a direita nenhum passo mais é possível; para a esquerda, o espaço é ilimitado, de acordo com as tendências de cada um.

(...)

Os socialistas principalmente [visam] garantir em benefício dos interesses da classe trabalhadora a liberdade como condição indispensável para o desenvolvimento legal das organizações que defendem o direito do proletariado.

Os liberais têm como bandeira a liberdade. Para eles, a liberdade como um fim. Para os socialistas como caminho aberto à marcha dos seus ideais de emancipação econômica e social.

(...)

Vai-se travar a luta pelo voto.

Diante disso, dois problemas são objeto de nosso estudo para a ação.

Como se deverá conduzir a grande massa sofredora – o proletariado em início de organização, a pequena burguesia liberal e os socialistas de todos os matizes?

Conspirar?

Mas, conspirar, neste caso, em nosso tempo e de acordo com a nossa organização estrutural democrática quer dizer esconder-se à sombra da proteção legal; alimentar a sua ideologia com o fogo aceso da conquista imediata pela posse do poder: voltar-se alguém individualmente e coletivamente aos azares de uma luta de conseqüências terríveis e incertas.

O sacrifício, assim, fará mártires e os vanguardeiros sacrificados consolidarão a ideologia que poderá ser vencedora apenas no espaço, porque o tempo consumirá na realidade os fatos, os primeiros ímpetos mal sucedidos.

Essa é a realidade.

Não deixamos de ter em simpatia os que conscientemente se dispõem a esses propósitos e, mesmo, os louvamos como dignos de todos os pendores de coragem, afirmando atitude honesta e singular; apenas não nos enfileiramos em suas hostes para concerto de um plano.

Oficiamos aos mesmos anseios ideológicos, mas esclarecidos pela Tática Política que tem segurança real no bem comum e na medida do possível.

(...)

O nosso método é mais humano e persuasivo e a nossa linguagem é reverencial aos dignos de melhores augúrios na realização do ideal e sobretudo é verdadeira e sem reproche os que – nos quadros da democracia liberal – queriam lutar por possíveis reivindicações que exigem e são justíssimas²⁷⁹.

²⁷⁹ A *Platéa*, 29/09/1934.

Essa longa citação documental tem a importância de revelar-nos que, mesmo os intrépidos revolucionários legionários, como assim se consideravam, estavam deixando seus métodos tenentistas arraigados e se curvando à evidência de que se deveria valorizar o momento de liberdades democráticas – ainda que fossem fugazes e que sua efemeridade fosse perceptível aos militantes políticos e operários, como a maior parte da bibliografia sobre o período demonstra – para se propagandear os ideais, programas e a própria organização e de se aproveitar os espaços institucionais abertos. Porém, deixa-se bem claro que os legionários, porque, nesse passo do texto é mais que evidente que a pena estava em suas mãos, ainda valorizavam e muito os “revolucionários” conspiradores, conquanto já se duvidasse da eficiência de seu método e mesmo, de sua possibilidade real de vitória. Portanto, optava-se por uma forma mais “humana” e “persuasiva” que não fosse reprovada dentro dos quadros liberais democráticos.

Não perdemos de vista que muito do que se colocou nesse documento teve forte influência liberal, especialmente para amainar os “anseios” socialistas legionários, como podemos notar claramente. Acima de tudo, pretendia-se lutar por reivindicações realizáveis, cabíveis, lúcidas e obviamente, *moderadas*. Evidentemente, isso era uma crítica às reivindicações do programa da Coligação das Esquerdas.

Qual era o teor das reivindicações da “Aliança Socialistas e Liberais pela Justiça Social”?

Inicialmente, notamos que todo o programa de reivindicações está mais voltado às eleições para a Câmara Federal, já que se propõem itens e pautas para uma revisão constitucional. Alguns desses elementos também eram cabíveis à Constituinte estadual que se reuniria em 1935, mas, ainda assim, sua amplitude ultrapassava os limites estaduais. Quanto às suas propostas, devemos dizer que a influência liberal se fez sentir ainda mais, talvez não justificando a crítica à Constituição de 1934, recém-promulgada.

Falava-se em manutenção do Estado leigo; na liberdade de culto; no aperfeiçoamento do divórcio. Quanto às questões econômicas, ressalta-se o interesse nacional e nas leis sociais do trabalho fica-se quase exclusivamente em uma plataforma trabalhista relativamente avançada na concessão de direitos sociais, mas não se passa disso. O item mais importante até aí, mas seco, é o da liberdade sindical. Na organização política defendiam-se as autonomias municipais e estaduais. Talvez o único elemento socialista presente seja a intenção de promoção do cooperativismo em todos os níveis com auxílio do Estado e do Município. Os membros da “Aliança Socialistas e

Liberais pela Justiça Social” deixam bem claro seu pragmatismo realista e *legalista* e sua oposição à “mistificação” dos trabalhadores através de promessas irrealizáveis por estarem além das forças e condições reais dos proponentes.

“Somos de fato e seremos legalmente, a força ponderável que, alimentando a ideologia das esquerdas, nos tornaremos por centro, a organização vigilante, ativa e capaz de conquistas realizáveis no presente e, principalmente porque, apenas prometemos, sem mistificação, o que as nossas forças e as nossas vontades ajustadas poderão conseguir eficientemente na Constituinte Estadual e no Parlamento Nacional em proveito prático da coletividade que TRABALHA, PRODUZ E QUER CONSTRUIR!”

Assinaram o Manifesto-Programa, entre outros, Octávio Ramos, Alcântara Tocci, respectivamente presidente e um dos diretores da Legião, Probo Falcão Lopes, pertencente à diretoria da Estrada de Ferro Sorocabana e Itayuty Carneiro Magalhães, um dos diretores do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, sendo talvez, a maior base operária dessa coligação.

Muito provavelmente para não perder sua identidade, a Legião declarou-se, poucos dias depois, fiel às suas origens como herdeira dos ideais dos levantes de 1922 e 1924, considerados como revoluções e, nessa qualidade, pedia votos para seus candidatos²⁸⁰.

A declaração dissonante da Legião se dá pouco depois de subscrever um Manifesto em que se critica a prática insurrecional, ao mesmo tempo em que se levantava, através de prisões, possíveis conspirações e perseguições dentro da Guarda Civil de São Paulo. Os guardas e seus superiores suspensos de suas funções e detidos e que estavam prestes a serem substituídos por veteranos constitucionalistas, eram antigos revolucionários de 1924 e participantes da Coluna da Morte. O tenente-coronel da Força Pública, herói desses dois episódios tenentistas paulistas, João Cabanas, saiu em defesa desses homens.

O início da questão se deu entre os dias 16 e 18 de agosto de 1934, com a notícia da detenção de cerca de 50 guardas e 10 inspetores no presídio da Rua Paraíso. A notícia é que se estava movendo uma perseguição desde o novo comandante da Guarda até seus subordinados por questões políticas. Imediatamente Cabanas tomou a defesa dos guardas em nome do PSB-SP. “Na Guarda há, com efeito, filiados do Partido Socialista e, ao que nos informaram isso está sendo pretexto de perseguição contra eles”. Segundo Cabanas, teria sido empossado no comando da instituição um “elemento

²⁸⁰ A *Platéia*, 02/10/1934, p. 6.

político” que teria tido destacado comando durante a guerra civil de 1932. Ele desejava colocar seus antigos homens na Guarda Civil e estava fazendo isso à custa dos socialistas que nela serviam. Nesse sentido, noticiou-se que o PSB-SP impetrou um mandado de segurança válido a todos os guardas-civis para que nenhum sofresse demissão sem antes ter passado por um processo regular. Em entrevista à *Platéa*, Cabanas dá largas à sua verve tenentista:

“Penso que é uma idéia desaconselhável essa de se forçar a demissão de alguns guardas-civis por eles serem socialistas, para que nos seus lugares entrem afilhados de conhecidos políticos reacionários. Na Guarda estão companheiros nossos de 1924, e se eles forem prejudicados ainda existem oficiais, aqui fora, em condições de defendê-los. A Guarda Civil – acrescentou – não poderá ser transformada numa milícia de caráter fascista”²⁸¹.

O caso tomou proporções maiores e foi freqüentemente noticiado pela imprensa. Duzentos e trinta guardas e vinte e dois inspetores estavam detidos no xadrez do Batalhão de Cavalaria e na Delegacia da Ordem Política e Social em 21 de agosto²⁸². A versão da perseguição política contra os guardas-civis socialistas ou simpatizantes ganhou novo alento com as declarações de Carmelo S. Chrispino. Ele afirmou que em meados do mês de agosto, vários guardas o procuraram para denunciar o que se passava na corporação: seus títulos eleitorais estavam sendo recolhidos para que não votassem nas eleições que se aproximavam. Isso contrariava a lei, já que, embora usassem fardas, eram civis e por isso mesmo, possuidores do direito de voto. Chrispino denunciou o caso ao Tribunal Eleitoral requerendo que se abrisse inquérito sobre o mesmo²⁸³.

Na edição d’A *Platéa* de 25 de agosto noticiou-se a liberação dos guardas detidos. Entretanto, permaneciam afastados de suas funções até a conclusão de um inquérito que respondiam na Delegacia da Ordem Política e Social. Além de declararem serem vítimas de violências, no inquérito respondiam perguntas como essas: “É filho do Norte? Na Revolução Constitucionalista, com quem trabalhou? Gosta do Rio? E do Getúlio? Por que reside há tanto tempo em São Paulo? É católico? E do Luiz Carlos Prestes?”²⁸⁴

Quinze dias mais tarde, noticiou-se que se preparava um atentado contra ao comandante da Guarda Civil, major José da Silva. Os guardas detidos e que respondiam

²⁸¹ A *Platéa*, 21/08/1934, p. 1.

²⁸² A *Platéa*, 22/08/1934, p. 1.

²⁸³ A *Platéa*, 23/08/1934, p. 1.

²⁸⁴ A *Platéa*, 25/08/1934, p. 1.

o inquérito citado eram considerados conspiradores. Entretanto, o Delegado da Ordem Política e Social desconfiou de irregularidades durante o andamento do inquérito. Os guardas estavam orientados a responder afirmativamente a todas as perguntas feitas pelos agentes de forma que, ao final, seriam considerados comunistas²⁸⁵.

Os militantes do PSB-SP consideravam a questão como perseguição política aos seus camaradas. João Cabanas impetrou pedido de *Habeas Corpus* preventivo para que os membros da Guarda Civil e da Inspetoria de Veículos pudessem participar das eleições na capital, ou no interior, quando transferidos. Isso se fazia necessário, segundo sua argumentação, tendo em vista os abusos sofridos pelos mesmos por parte do governo nas eleições de 1933. Temia-se a repetição do fato²⁸⁶. Devemos notar uma contradição muito séria nessa declaração: no ano anterior o governo estava nas mãos do general Waldomiro Castilho de Lima, portanto, não se entenderia uma perseguição política aos seus partidários...

O comando da Guarda Civil continuou a insistir na tese de uma conspiração, incluindo assassinato de autoridades, um misto de ação tenentista com terrorismo.

“Até em Quitaúna os guardas conspiravam? Continua envolto num mistério inexplicável o caso da Guarda Civil”²⁸⁷

Ainda havia dezenas de guardas recolhidos nos xadrezes dos batalhões da Força Pública, “absolutamente isolados, alguns mesmo, na solitária”. Segundo a versão do governo paulista, a conspiração teria começado no Prédio Santa Helena, onde funcionavam sedes de vários sindicatos, alguns dos quais influenciados pelos militantes do PSB-SP e legionários. Ter-se-ia chegado a conspirar em Quitaúna, quartel de infantaria do Exército. Um dos acusados teria confessado e passava a denunciar companheiros de conspiração.

A notícia em si é bastante tendenciosa, despertando suspeita até no agente privilegiado da Ordem Política e Social, principal braço espião e repressor do governo sobre os movimentos esquerdistas. Nessa notícia, às vésperas de eleições estaduais, envolviam-se simpatizantes socialistas e filiados ao Partido numa suposta conspiração de talhe tenentista e até terrorista e mais, ela teria começado a ser tramada no prédio que reunia sedes de sindicatos que compunham chapas oposicionistas. Era nítida a intenção de se criar um quiproquó envolvendo o tenentismo e Cabanas, aparentemente, “mordera

²⁸⁵ A *Platéia*, 11/09/1934, p. 1.

²⁸⁶ A *Platéia*, 12/09/1934, p. 1.

²⁸⁷ A *Platéia*, 15/09/1934, p. 1.

a isca”. Para isso, envolveu-se no final até um quartel do Exército, a nosso ver, para dar peso à denúncia. Suspeitamos das notícias até porque após esse anúncio, nada mais foi dito sobre o caso e as eleições transcorreram normalmente.

Esse foi mais um episódio em que as tendências tenentistas ainda presentes no PSB-SP se manifestaram. Não no seu envolvimento em uma trama tenentista típica, porque não encontramos nada nos arquivos do DEOPS sobre esse caso em especial, mas na defesa de antigos rebeldes que seriam veteranos de 1924 e teriam ligações diretas com um prócer militar rebelde participante destacado desse evento, João Cabanas. O que descrevemos sobre o caso é bastante revelador da sobrevivência ainda dessa tendência, envolvendo, inclusive socialista civil ligado ao sindicalismo oficial, Carmelo S. Chrispino.

De qualquer forma, a militância socialista continuou...

A 12 de setembro, a Coligação das Esquerdas definiu-se oficialmente e lançou sua legenda “Coligação Proletária e Partido Socialista pela Emancipação dos Trabalhadores”. Segundo Dainis Karepovs, essa legenda já definia o peso da Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo como o principal dentro da Coligação das Esquerdas. Conquanto as outras coligações concorrentes, inclusive a comunista União Operária e Camponesa tivessem representantes operários e ligados aos trabalhadores organizados em sindicatos, a chapa “Coligação Proletários e Partido Socialista Brasileiro pela Emancipação dos Trabalhadores” representava-os melhor. Inclusive o tenentismo ainda estava representado pelo tenente-coronel João Cabanas. Entre outros nomes, constavam na chapa os nomes de Benedicto Dias Baptista, Ladislau de Camargo e Hildeberto Martins Queiroz, os três líderes ferroviários, sendo os dois primeiros da Sorocabana e o último da SPR. Carmelo S. Chrispino da Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo e Aristides da Silveira Lobo, representando os gráficos e, ao mesmo tempo, os trotskistas. Também aparecia Romeu Campos Vergal que, segundo Karepovs, representava os espíritas e foi o único que logrou ser eleito deputado constituinte estadual.

As eleições finalmente ocorreram em 14 de outubro de 1934. Os resultados foram decepcionantes para todas as coligações e chapas proletárias e esquerdistas.

“Resultados Finais das Apurações nesta Capital [São Paulo]”

LEGENDAS	Votos para Deputados Federais	Votos para Deputados Constituintes Estaduais
Coligação Proletária e Partido Socialista	2.256	2.595
Aliança Liberais e Socialistas	441	473
União Operária e Camponesa	785	763
Coligação dos Independentes	753	211
Partido Republicano Paulista	25.763	25.506
Ação Integralista Brasileira	1.533	1.603
Partido Constitucionalista	34.614	34.015
TOTAIS	68.488	69.115

Tabela 3 Fonte: *A Platéia*, 26/10/1934, p. 1.

Nota-se perfeitamente que a máquina eleitoral burguesa-oligárquica era poderosíssima, especialmente se contrastarmos os resultados obtidos pelos grupamentos operários esquerdistas com os dos burgueses-oligarcas. Ainda mais, os partidos operários erraram cabalmente em sua tática desagregadora. Se somarmos os votos da Coligação Proletária, da União Liberais e Socialistas e da União Operária e Camponesa teremos respectivamente para deputados federais 3.482 votos e para deputados constituintes estaduais 3.531 votos. Se considerarmos somente os socialistas tenentistas e seus aliados, teremos respectivamente 2.697 votos e 2.768 votos. Na configuração como se deu a eleição, somente um candidato da Coligação Proletária foi eleito; Romeu Campos Vergal, professor e membro de associações religiosas espíritas. Sua atuação foi decepcionante para os socialistas, como informa Karepovs.

Em contraste aparece a AIB, que elegeu também apenas um deputado estadual, mas que intervinha em todos os debates colocando as posições fascistas e anti-semitas de seu partido. Supomos que, se os partidos e coligações operárias e socialistas tivessem se apresentado unidos, talvez tivessem elegido dois deputados estaduais. Pouquíssimo? Mas já seria o dobro. Além disso, dada a fraqueza e, ou, incipiência de todas as organizações recém-montadas e todas passando por dificuldades e mesmo perseguições político-sociais e muitas vezes, aberta repressão policial, era necessária a união entre todas, o que não significava abrir mão de suas particularidades político-ideológicas e

mesmo sua independência programática. Entretanto, como a volumosa bibliografia a respeito afirma e nós constatamos, o sectarismo era a regra e provocou seus estragos...

Capítulo 3

Segundo Aprofundamento Político-Ideológico: Auge e Desaparecimento do Socialismo Tenentista

Um segundo momento de aprofundamento político-ideológico dos socialistas tenentistas que afetou tanto os militantes do PSB-SP, quanto e quase que ao mesmo tempo, os legionários, foram as lutas antifascistas começadas ao final da campanha eleitoral das eleições de 14 de outubro de 1934. Essas lutas não mais foram levadas isoladamente e a tendência à formação de Frente Única já era clara e proposta por elementos de várias correntes. O desdobramento foi a organização da Aliança Nacional Libertadora e a incorporação com muito mais consistência de propostas anti-imperialistas, antilatifundiárias e de ampliação da democracia.

Além de comunistas, trotskistas e liberais, a ANL envolveu o tenentismo de esquerda e basicamente, tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo, nosso ponto de atenção, o socialismo tenentista, aproveitando-se de sua estrutura partidária e sindical que lhe girava em torno, ou que possuía sua influência. Esse envolvimento gerou um segundo aprofundamento político-ideológico entre os socialistas tenentistas, dessa vez, com maior influência comunista.

3.1 A Luta Antifascista, Sindical e Partidária e o Socialismo Tenentista

Em 1933, houve uma relativa calma no que toca às ocorrências de greves quase gerais, em oposição ao que acontecera no ano anterior até o momento da eclosão do movimento constitucionalista e de sua guerra civil. Segundo Carone, “possivelmente, a recuperação industrial influi no mercado de trabalho e o desemprego diminui, o que atende parte das reivindicações da classe”. Não obstante, o panorama sócio-político se modificou no ano seguinte. “Em 1934, volta a crescer a onda de protestos, agora

reforçada pela presença dos partidos. A eleição para a Assembléia Nacional Constituinte permite o nascimento de partidos que defendem e representam o operariado”²⁸⁸.

Esses anos foram representativos não só pelo “caráter reivindicatório, mas, muitas vezes,” pelo “caráter político” assumido pelas lutas operárias. Em janeiro de 1934 iniciou-se a greve da EF Sorocabana, Cia. Paulista, SPR e EF Noroeste do Brasil. “Os operários fazem comícios, com a simpatia dos comunistas, trotskistas e socialistas”. Em abril foi a vez dos ferroviários da EF Leopoldina no Rio de Janeiro. Eles paralisaram os trens do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de Minas Gerais. Pediam-se aumento de salários, regulamentação da classificação de cargos e carreiras, regulamentação das horas de trabalho e horas extras. O Ministério do Trabalho interveio e houve acordo. Uma violenta paralisação de apenas duas horas dos ferroviários da Central do Brasil ocorreu em meio a tiroteio. Ainda assim, os operários conseguiram aumento salarial. Em junho, os trabalhadores da Oeste de Minas entraram em greve para equiparação de seus ordenados em relação ao pessoal da EF Central do Brasil. Em outubro, sete mil operários da Viação Ferroviária Paraná – Santa Catarina entraram em greve. Além da regularização do quadro de vencimentos, entre outras coisas, os trabalhadores pediam “o ‘reconhecimento dos sindicatos como órgãos de colaboração entre a Estrada e os ferroviários’”²⁸⁹.

Boris Koval²⁹⁰ considera o que crescimento do movimento operário durante os anos 1932 e 1934 ocorreu simultaneamente à emergência da luta antifascista, suscitada pelo aparecimento e rápido crescimento da AIB. Começou haver uma união das “antigas” ligas e grupos antifascistas, bem como entre socialistas e comunistas na luta que levavam em separado contra fascistas e integralistas. A partir da Revolução de 1930 surgiram diversos grupos fascistas nacionais e de extrema direita. A AIB surgiu absorvendo diversos desses grupos e ampliando sua força em conjunto.

Em âmbito internacional também ocorreram mudanças na forma da luta antifascista, especialmente no que tange à política do “Terceiro Período”²⁹¹. No

²⁸⁸ CARONE, Edgar, *A República Nova (1930 – 1937)*, op. cit. p. 114.

²⁸⁹ CARONE, Edgar, op. cit., p. 118.

²⁹⁰ KOVAL, Boris, *História do proletariado brasileiro (1857-1967)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

²⁹¹ Em 1928, ocasião de seu VI Congresso, foi implantada na IC e, daí, nos demais partidos comunistas, a política de “classe contra classe”, dentro do que se chamou de Terceiro Período. Essa política identificava a social-democracia e o socialismo reformista como traidores do proletariado e os principais empecilhos para que os comunistas tivessem a direção revolucionária sobre a classe operária em nível internacional. Na Inglaterra e na França, essa política levou os comunistas ao isolamento e até a um recuo no número de filiados. As propostas de frentes amplas eram aceitas se fossem feitas entre bases e nunca entre as direções partidárias. O Partido Comunista da França iniciou, à revelia, uma aproximação com os

contexto internacional, a luta contra o fascismo ganhou grande impulso nos anos 1930, com o início da concretização de iniciativas coletivas para se fazer frente a esse movimento e outros ligados direta, ou indiretamente a ele.

Segundo Eric Hobsbawm²⁹², a intelectualidade se sentiu atraída para essa luta. Ela foi atraída pelo marxismo, ou por suas variantes na década de 1930. A principal força que empurrou muitos intelectuais para junto da esquerda e mesmo do marxismo, foi o crescimento da ameaça fascista ou a percepção da expansão da extrema direita como tal. Se durante os anos 1920, o fascismo era considerado mais como um problema italiano e a ditadura fascista podia se servir de lemas tais como “Mussolini fez os trens rodarem no horário”, a vitória de Hitler na Alemanha e o exílio em massa da nata da intelectualidade alemã por ser esquerdista, marxista, de origens judaicas ou liberais, fez com que o fascismo fosse visto como uma grande ameaça. Nem mesmo o sucesso do nazismo em extinguir o desemprego na Alemanha pôde ser capitalizado como propaganda favorável ao regime.

Os comunistas já vinham combatendo o fascismo desde os anos 1920 e propondo internacionalmente frentes únicas contra sua expansão, como destaca Hobsbawm, mas “pela base”, o que inviabilizava os acordos. A partir de 1933, com a vitória nazista, a esquerda europeia e de muitos outros países se mobilizou contra tal perigo, inclusive os setores liberais, tendo em vista que o fascismo era tão intransigente contra o socialismo e o comunismo, quanto era antiliberal. As frentes amplas, também chamadas de Frentes Populares contra o fascismo começaram a se formar em muitos países da Europa a partir de 1934-35. Nelas ingressaram comunistas, socialistas, sindicalistas, liberais, democratas e até, com o tempo, alguns setores de direita tradicionais não alinhados com o fascismo.

Isso, evidentemente, trouxe mal-estar aos socialistas revolucionários de várias tendências: a luta contra o fascismo era uma realidade cada vez mais urgente, mas fazer alianças com liberais e grupos conservadores era impedir a Revolução a curto e talvez, até à médio prazo. Alguns grupos dissidentes, especialmente os trotskistas, se colocavam em posição crítica e até mesmo contrária a tais alianças. Hobsbawm

socialistas na luta contra o fascismo. Antes disso, Jules Humbert-Droz, na Suíça, tentou uma aproximação entre os socialistas, comunistas e a esquerda comunista, sendo severamente criticado na IC por isso. A ameaça representada pela vitória do nazismo na Alemanha e sua agressividade, bem como a aproximação entre URSS e os EUA e depois com a França e Inglaterra, atenuaram a política de “classe contra classe”.

²⁹² HOBBSAWM, Eric J., “Os intelectuais e o antifascismo”. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) *História do Marxismo IX: o marxismo na época da Terceira Internacional – o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 2.^a ed.

considera essas posições como superficiais; a luta contra o fascismo era mais urgente, afinal, sua vitória representava a total impossibilidade de uma Revolução.

Os próprios comunistas sentiam a contradição da ampliação do arco de alianças das frentes populares para frentes nacionais. Dentro da IC propunha-se timidamente e nunca publicamente, que assim que fosse possível, a frente popular deveria ser uma iniciação à Revolução, ao menos para a insurreição. Muitos comunistas quiseram agir assim na França, em 1936; na Espanha, onde a guerra civil se tornou uma dura realidade e novamente na França e na Itália, nos anos de 1944 e 1945, no contexto da resistência armada ao final da guerra.

Hobsbawm comenta a questão da luta contra o fascismo em outros continentes, além do europeu. Na África, a luta antifascista não era uma necessidade, a não ser na África do Sul, onde os bôeres eram simpatizantes e aderentes ao nazismo e no caso da Etiópia, invadida por tropas italianas. No Oriente Médio, muitos movimentos muçulmanos simpatizaram com os alemães, assim como na Índia. Em Bengala, organizou-se um verdadeiro exército antibritânico com o apoio japonês durante a II Guerra Mundial. Somente na China a luta contra o fascismo era uma necessidade urgente, na verdade assimilada como luta contra o Japão. Para africanos e asiáticos, a luta contra o imperialismo e contra o colonialismo era muito mais importante e a realidade fascista parecia e, talvez estivesse, muito distante. No Oriente Médio, em muitas partes do mundo colonial e na própria Irlanda, a lógica era o combate à Grã-Bretanha, à França e às outras potências coloniais e qualquer situação que representasse dificuldades para elas era vantajosa para sua luta pela libertação.

No que toca à América Latina, o autor considera uma situação parecida: a luta anti-imperialista era muito mais importante, a não ser em países como o México, o Chile e, nominalmente, o Brasil por causa da liderança de Plínio Salgado sobre o integralismo²⁹³. Nesses países a luta contra o fascismo tinha um significado mais direto, já que a extrema direita parecia se identificar ideologicamente com o nazifascismo europeu. No caso brasileiro, os comunistas pretendiam que a luta antifascista se ligasse ao anti-imperialismo.

A luta contra o fascismo no Brasil vinha desde os anos 1920. O maior destaque nessa luta estava dentro da própria colônia italiana no país, sendo travada através de publicações e conferências. Era uma campanha levada por exilados políticos e o

²⁹³ HOBBSAWM, Eric, *op. cit.*, p. 267.

principal antifascista exilado no Brasil era Francisco Frola²⁹⁴. Os antifascistas italianos enfrentavam elementos proeminentes da colônia. Mas, entre 1933 e 1934, a militância antifascista baseada na colônia italiana e em expoentes individuais e na imprensa estava superada. Nesse momento, a militância antifascista precisava ser levada por organizações operárias e gerais e de forma ofensiva e sistemática²⁹⁵.

Os libertários criaram o Comitê Antifascista em junho de 1933 e, embora o PCB propusesse uma Frente Única Antifascista, havia atrito entre comunistas e libertários²⁹⁶. Para Marcos Del Roio²⁹⁷, os socialistas do PSB paulista e os trotskistas perceberam antes que os comunistas, a necessidade da luta unitária contra o fascismo e o integralismo, este visto como versão brasileira do primeiro.

Ricardo Figueiredo de Castro²⁹⁸ situa o aparecimento da Frente Única Antifascista a partir do início de 1933. Ele dá primazia à LCI que, já em janeiro desse ano, delibera pela criação de uma frente antifascista congregando forças de esquerda em São Paulo. A FUA foi fundada oficialmente em 25 de junho de 1933²⁹⁹. Sendo Francisco Frola um de seus principais líderes, como também, uma das principais lideranças do PSB-SP. O autor considera a ligação direta da luta antifascista dentro da colônia italiana e sua ampliação de escopo, visando agora, a AIB que começa a ser considerada progressivamente a maior ameaça à democracia.

“Participam do evento fundador, além do PSB paulista, o Grêmio Universitário Socialista, a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), a Legião Cívica 5 de Julho, a Liga Comunista, a seção paulista do Partido Socialista Italiano, a Bandeira dos Dezoito, o Grupo Socialista Giacomo Matteotti, o Grupo Itália Libera, a revista *O Socialismo* e os jornais *O Homem Livre* e *A Rua*”³⁰⁰.

O PCB não só não ingressou na FUA, segundo Castro, como criticou severamente e criou uma organização concorrente, que combatia o fascismo de forma secundária, considerando-o uma emanção do imperialismo. Essa organização era o Comitê Antiguerreiro. A maior preocupação dos comunistas em âmbito internacional era a deflagração de uma guerra contra a URSS.

²⁹⁴ CARONE, Edgar, *Brasil: anos de crise (1930-1945)*, op. cit.

²⁹⁵ BERTONHA, João Fábio, op. cit.

²⁹⁶ AZEVEDO, Raquel de, *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial. 2002.

²⁹⁷ DEL ROIO Marcos, op. cit.

²⁹⁸ CASTRO, Ricardo Figueiredo de, “A Frente Única Antifascista (1933-34)”, in: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições, 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (As esquerdas no Brasil, vol. 1), 2007.

²⁹⁹ CASTRO, Ricardo Figueiredo de, op. cit. p. 434.

³⁰⁰ Idem, *ibdi*.

A FUA contou com um jornal semanal, *O Homem Livre*, que tinha a participação de Mário Pedrosa em sua direção e o apoio financeiro do PSB-SP. Segundo Ricardo F. Castro, em meados de 1933, *O Homem Livre* começou a passar por dificuldades financeiras originadas nas próprias dificuldades do PSB-SP, que perdera seu maior patrocinador: o general Waldomiro Castilho de Lima, que deixara a Interventoria paulista. O jornal continuou existindo, mas de forma irregular, às vezes quinzenal, até outubro de 1934.

Ao longo de 1933 e 1934, houve diversas ações da FUA contra o integralismo, promovendo contra-manifestações nos mesmos espaços, datas e horas em que os integralistas se manifestavam publicamente. Eram conflitos sangrentos, com agressões físicas e, não raro, tiroteios

Os socialistas tenentistas, tanto do PSB-SP, quanto da Legião Cívica 5 de Julho, já combatiam o fascismo através de artigos em sua imprensa interna, como pela aberta e em atos públicos desde 1933. Isso ocorria concomitantemente à atuação sindical, como se encontra na farta produção acadêmica sobre o sindicalismo e movimento operário do período. Esse era o caso do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana que animava intensa campanha antifascista na forma do anti-integralismo a partir de 1933, mas principalmente durante os anos de 1934 e 35, inclusive, mantendo-a, embora mais modestamente, a partir de 1936, através das páginas de seu órgão oficial de imprensa, *O Syndicalista*³⁰¹. Entretanto, foi durante a campanha eleitoral de 1934, conforme observa a maior parte da historiografia a respeito e nós constatamos a partir dos documentos, que a campanha antifascista começou a tomar corpo de fato e a unir os militantes operários e da esquerda da classe média.

Pouco antes das eleições de 14 de outubro, mais propriamente, desde meados de setembro, os integralistas preparavam grande concentração a acontecer na capital paulista, na Praça da Sé. Os comunistas imediatamente se mobilizaram para uma contra-manifestação e convidaram as demais forças de esquerda e proletárias de São Paulo a juntarem seus esforços nesse sentido: “O Secretariado do Comitê Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil dirigiu ontem à noite convite ao Partido Socialista, ao Partido Trabalhista, à Liga Comunista Internacionalista (trotskista), à Coligação dos Sindicatos Proletários, à Federação Operária, à Confederação Geral dos Trabalhadores

³⁰¹ ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *Entre a Revolução e o Corporativismo*.

do Brasil” e a todas as organizações antifascistas para uma manifestação pública “contra o desfile do Integralismo”³⁰².

No dia seguinte à publicação desse convite noticiou-se um conflito de rua em Bauru envolvendo militantes socialistas, legionários e da Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, contra a polícia depois de terem arrostado provocações dos camisas verdes. “A Coligação dos Sindicatos Proletários protesta contra as violências da polícia que varejou a sede do Sindicato dos Ferroviários [da Noroeste do Brasil] e prendeu vários trabalhadores e diretores do sindicato – Protesto junto à Câmara Federal”³⁰³.

A CSP-SP, através de seu secretário, Américo Paulo Sesti, enviou telegramas de protesto ao interventor responsabilizando-o pelo incidente com a polícia e à Câmara Federal denunciando o fato. Também protestou contra a impunidade dos integralistas que entraram em conflito com os sindicalistas. Inclusive, houve prisão do médico Jerônimo de Cunto Jr., candidato apoiado pela Coligação à Constituinte estadual. Sua perseguição se daria “por não comungar com as idéias dos senhores dominantes” locais.

Da mesma forma, a Legião Cívica 5 de Julho endereçou protesto contra o fato ao interventor, sendo, entretanto, mais contundente. Ela responsabilizou-o pela conduta da polícia considerando que cidadãos foram “presos e seqüestrados” sem estarem em flagrante delito, mas apenas “indiciados pelo crime inafiançável do conflito entre integralistas e operários”. “Levamos a conhecimento de Vossa Excelência que a continuação de tais violências que culminam com o fechamento da sede do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste, somente poderão agitar os ânimos e criar dificuldades ao próprio governo de Vossa Excelência”. Assinam Octávio Ramos, Pedro Alcântara Tocci pela direção da Legião e João Fina Sobrinho, este como secretário da Aliança Socialistas e Liberais pela Justiça Social.

Evidentemente, esses acontecimentos exacerbaram ainda mais os ânimos de todos os militantes antifascistas, como afirmam os legionários, inclusive dentro das hostes socialistas tenentistas. Tanto assim que, um dos candidatos à Constituinte estadual e, simultaneamente, à Câmara Federal³⁰⁴, o líder sindical ferroviário da Sorocabana, Benedito Dias Baptista, lançou uma carta aberta à véspera da manifestação

³⁰² *A Platéia*, 04/10/1934, p. 1.

³⁰³ *A Platéia*, 05/10/1934, p. 2.

³⁰⁴ KAREPOVS, Dainis, *op. cit.*, explica que era possível sair candidato simultaneamente a dois cargos distintos nas eleições daquela época. Por isso, Benedito Dias Baptista saiu candidato tanto à Constituinte paulista, quanto à Câmara dos Deputados Federais – não sendo eleito em nenhum dos dois casos.

integralista e da contra-manifestação das esquerdas e organizações proletárias, conclamando os trabalhadores em geral a participarem do ato:

“Os jornais estão anunciando que amanhã, domingo, à tarde, haverá uma parada integralista, onde os fascistas brasileiros, mais conhecidos pela alcunha de ‘galinhas-verdes’ pretendem formar.

Também, amanhã, domingo, às 15 horas, na Praça da Sé, haverá um comício antifascista, promovido pelas organizações trabalhistas de São Paulo”³⁰⁵.

Baptista arrola a vitória do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha e a opressão vivida pelo operariado desses dois países que não podiam se manifestar e tinham seus salários rebaixados a níveis insuportáveis para se fazer “a vontade dos ricos” e financiar as milícias fascistas. Era isso, segundo Baptista, o que queriam os integralistas para o Brasil.

“Camaradas!

A luta contra os integralistas, onde e como quer que seja, não deve ter tréguas! São nossos inimigos! Combatamos essas ‘frangas’ porque elas pretendem alcançar o poder, reduzir os nossos já miseráveis salários, matando-nos lentamente à falta de alimento. Prefiramos a luta aberta em qualquer condição!”

Ele assina como “Ferroviário-candidato do Partido Socialista Brasileiro à Câmara Federal”.

A *Platéia* noticiou no sábado, 6 de outubro, véspera da parada integralista, a resolução das organizações esquerdistas e proletárias paulistas de realizarem a manifestação conjunta contra “as idéias fascistas” “por julgarem que não é justo terem aqui esses adeptos da extrema-direita plena liberdade de ação, inclusive a de formarem milícias militarizadas e os seus adversários – os esquerdistas – andarem perseguidos pela polícia”. Essa ação foi proposta pelos comunistas ao mesmo tempo em que a Coligação dos Sindicatos Proletários e a LCI resolviam algo idêntico. Segundo o texto do jornal, não havia finalidade eleitoral – conquanto a carta aberta de Baptista contradiga isso justamente em sua assinatura – mas “valerá como uma demonstração de eficiência dos trabalhadores organizados contra o surto da doutrina integralista”.

Anunciou-se que participariam como organização o PCB, PSB-SP, CSP-SP; outras organizações dirigidas pelos comunistas, como o Comitê de Luta Contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo e seus subcomitês e federações juvenis e estudantis,

³⁰⁵ Carta Aberta “Aos Trabalhadores em Geral”, São Paulo, 06/10/1934, ass. Benedito Dias Baptista. CEDEM, CEMAP, Fundo LX 4, Pasta: Cartas Abertas, 1928-1954.

a União dos Alfaiates e Anexos, Sindicato dos Empregados do Comércio, oposições sindicais revolucionárias dos Profissionais do Volante e dos Garçons aderentes à CGTB; a LCI e a Liga Contra os Preconceitos de Raça e Religião. O Partido Trabalhista dirigido por Guaracy Silveira não respondeu ao convite feito pelos comunistas para participar da reunião de organização e da ação.

Todas as correntes de esquerda, muitos sindicalistas, estudantes, alguns liberais e tenentes de esquerda, alguns aderentes, outros próximos do socialismo tenentista, sob a liderança do tenente-coronel João Cabanas e com a participação de militares do Exército e da Força Pública, organizaram-se para combater os integralistas e às forças policiais colocadas para sua proteção³⁰⁶.

Segundo Eduardo Maffei³⁰⁷, havia um caldo de cultura antifascista que se espalhava pelo mundo e, no Brasil, principalmente em São Paulo. A reação antifascista aumentou após a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha. Da mesma forma, o fascismo brasileiro sob a sigla de AIB, que nasceu em outubro de 1932, crescia. Sabia-se que o integralismo agiria da mesma forma que o fascismo italiano e alemão e semelhantemente à forma como outros congêneres agiam no mundo: um de seus passos mais importantes na escalada para o poder era a tomada das ruas. Nesse caso, a cidade de São Paulo era importantíssima por causa de seu proletariado atuante e combativo, desde as grandes greves de 1917-1919. Dominar suas ruas era uma questão estratégica. Os integralistas se articulavam para isso e, ao mesmo tempo, também seus inimigos proletários, estudantes e demais personalidades pequeno-burguesas e outras.

Libertários, socialistas, comunistas e trotskistas lutavam separadamente contra o fascismo através de seus órgãos de imprensa, em seus discursos em comícios para as massas e nas ruas, com encontros violentos com os milicianos camisas verdes. Socialmente, havia trabalhadores, estudantes, pequenos comerciantes e profissionais liberais, além de militares ligados ao tenentismo de esquerda, ou ao socialismo tenentista, que se colocavam abertamente em oposição ao fascismo e à sua versão “cabocla”, o integralismo. Mas, somente depois da tomada do poder na Alemanha por Hitler e do crescimento impressionante do integralismo, é que se levaram a sério as propostas de formação de uma frente ampla para combatê-lo. Maffei considera que o centro dessa articulação era o PCB, o que contraria Marcos Del Roio. Ele não deixa, contudo, de apontar a participação expressiva de elementos de todas as correntes,

³⁰⁶ CARONE, Edgar, *Brasil, anos de crise, op. cit.*

³⁰⁷ MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

inclusive de liberais burgueses, contra o integralismo e na organização da contra-manifestação. O que notamos nas memórias desse autor é que havia certa mistura de militantes socialistas e comunistas nas organizações e nos parece que vários socialistas tenentistas, alguns pertencentes ao PSB-SP, como sabemos, outros, pertencentes à Legião Cívica 5 de Julho, também militavam dentro de seções e organizações comunistas. Essa confusão viria, ao que tudo indica, desde a vitória da Revolução de 1930 e da vitória militar contra os constitucionalistas em setembro-outubro de 1932.

Homens como o líder ferroviário da SPR, Hildeberto M. Queiroz, pertencente ao PSB-SP e o tenente Brito Branco, dirigente legionário, foram considerados comunistas. Eles vieram a se tornar comunistas, pelo que indicam seus prontuários no DEOPS, mas em 1935. Talvez pela proximidade dos marcos históricos da “Batalha da Praça da Sé” e da formação da ANL em São Paulo, a memória de Maffei tenha lhe traído com uma imprecisão perfeitamente compreensível.

Esse caldo de cultura seria típico do clima de liberdade, ainda que complicada e não muito verdadeira, haja vista as perseguições policiais do período que vão da ascensão do Governo Provisório até a repressão à Intentona Comunista, em fins de novembro de 1935, como considera Nelson Werneck Sodré no prefácio da obra de Maffei.

Dentre os militares, a ação antifascista partia do tenente Brito Branco e do sargento Clóvis Correia, ambos do Exército e do aspirante Francisco Davino dos Santos, na Força Pública. Suas ações se davam no sentido de se atraírem homens para a confrontação com os integralistas.

Maffei considera que foram os comunistas os responsáveis pela convocação das reuniões para a formação da Frente Única contra os integralistas. Representantes dos comunistas, subdivididos em diversas organizações, da mesma forma que os trotskistas e os libertários – estratégia para obterem direito a mais votos nas reuniões e assembléias – discutiram os termos com socialistas tenentistas, que identificamos no PSB-SP e Legião Cívica 5 de Julho. Notamos também, que os socialistas tenentistas estavam presentes entre os sindicalistas que participavam, principalmente entre os contadores com Américo Paulo Sesti e Carmelo Chrispino, pela CSP-SP. Entre os anarquistas, havia elementos de grande vulto histórico, como Edgard Leuenroth e Oreste Ristori. Estes estavam representados na FOSP e em seus jornais, como *A Plebe* e *A Lanterna*.

As reuniões ocorreram várias vezes e em diferentes locais pertencentes a diferentes organizações antifascistas. Maffei relata a dificuldade de se chegar a um

acordo; as disputas intermináveis entre os comunistas e os trotskistas atrapalhavam tudo até que, em certo momento, os militantes das demais correntes intervieram de forma definitiva:

“Foi numa manhã de domingo, na sede da UTG (...) que aconteceu o milagre esperado. Como por um passe de mágica, chegou-se a um acordo de trégua ideológica. (...) Durante a disputa irritante entre líderes comunistas e trotskistas, Carmelo Crispino [sic], não tomando conhecimento da perlanga, pediu a expulsão dos camaradas de Stalin e de Trotsky para que se pudesse combater o fascismo... Ristori emendou. Como se estivesse conclamando multidões pôs-se a falar. Só faltou nos chamar de imbecis, pois enquanto os integralistas preparavam a ocupação das ruas, nós, os antifascistas, estávamos nos perdendo em pendências nem sequer ideológicas. Frola, chorando (...), descreveu o ganho dos espaços urbanos e a tomada do poder por Mussolini, enquanto seus opositores se entredevoravam como se estivessem numa arena, sob os olhares complacentes das classes dominantes. Descreveu depois como aconteceu a destruição das ‘Casas do Povo’, Universidades Populares, fechamento dos partidos, aprisionamento e extinção física dos opositores por bandos de camisas negras embrutecidos pelo ódio. Depois passou a lamentar a irracionalidade das tricas partidárias. Todos nós, ouvindo em silêncio. Depois falou Edagard Leuenroth cordatamente. Disse pouco e falou muito. E foi claro: só o objetivo, o impedimento da parada fascista nos interessava. Cabanas, como grande comandante, disse-nos claramente que, sozinho, com o prestígio que ainda dispunha entre os soldados da Força Pública, poderia desbaratar os integralistas se eles se atrevessem a desfilar. Na Praça da Sé, na prática, demonstrou que não falara fiado. E foi assim que surgiu a frente única.”³⁰⁸

A frente única decidiu organizar duas comissões táticas: uma civil, da qual Maffei fazia parte, composta principalmente por comunistas, entre eles Noé Gertel e pelo trotskista Fúlvio Abramo e outra militar, composta por João Cabanas e pelo comandante da Marinha, então na reserva, Roberto Sisson e Euclides Bopp Krebs, que participara da Coluna Prestes e fora responsável pelas “potreadas”. Esses três, oriundos diretamente do tenentismo, foram os responsáveis e comandantes da ação armada, mas principalmente João Cabanas, que distribuiu eficientemente os militantes, as armas e os soldados da Força Pública que estavam sob sua influência e que, na hora certa, passariam para o lado dos contra-manifestantes. João Cabanas queria mesmo a eliminação física dos líderes integralistas e, principalmente de Plínio Salgado. Maffei dá “graças à morte” pelo fato de Plínio ter escapado com vida: “Vocês já pensaram que,

³⁰⁸ Idem, p. 79.

morrendo um poltrão como Plínio Salgado, pudesse o Integralismo contar com um chefe valente, Belmiro Valverde, por exemplo?”³⁰⁹.

A comissão civil solicitou às autoridades a cessão da Praça da Sé para um comício na mesma tarde em que os integralistas o fariam, adiantando-se a eles que ainda não tinham enviado a solicitação oficialmente. Negou-se o pedido dos antifascistas para sua reunião civil, mas foi permitido o dos integralistas. A comissão então, sob a liderança de Américo Paulo Sesti, do sindicato dos contabilistas – da direção da CSP-SP e da direção do PSB-SP – foi até Armando Salles de Oliveira e solicitou intransigentemente a Praça, porque fariam de qualquer maneira sua manifestação e o que decorreria disso, seria de inteira responsabilidade do então interventor. A oligarquia constitucionalista optou pelos camisas verdes...

Para a segurança dos prédios governamentais e, evidentemente, para a segurança dos integralistas, Armando Salles de Oliveira havia destacado grande contingente policial, contando inclusive, com batalhões do Exército. Havia, segundo Maffei, mais de quinhentos homens armados, além dos próprios milicianos integralistas a proteger o comício de Plínio Salgado, seu “Estado Maior” e o juramento de fidelidade de seus dez mil camisas verdes.

Entretanto, muitos dos policiais ali presentes eram veteranos da Insurreição de 1924; da Coluna Prestes e outros tantos eram miguelistas e prestistas. Nesse caso, o real comandante a quem obedeciam era o tenente-coronel João Cabanas, como afirma Maffei, que “reforçou a anterior determinação de Miguel Costa: ‘Não atirar contra o povo; atirar nas camisas verdes’”³¹⁰.

Octávio Ramos havia conseguido cerca de dez dias antes do conflito, “através dos sargentos Antonio C. A. Pereira e Navarro, auxiliares do Chefe de Polícia, retirar dos arsenais muitos revólveres e winchesters, que foram levadas para a sede da Legião Cívica 5 de Julho, da qual foram distribuídas depois”³¹¹.

Os manifestantes anti-integralistas eram das mais diversas extrações populares: operários, trabalhadores autônomos e diaristas, estudantes, pequenos negociantes, entre outros. Politicamente, eram comunistas, trotskistas, socialistas tenentistas, com Zoroastro Gouveia e Octávio Ramos presentes e libertários, com Leuenroth e outros também aguerridamente presentes. Vale lembrar que os socialistas tenentistas estavam

³⁰⁹ Idem, p. 84.

³¹⁰ Idem, p. 93.

³¹¹ Idem, p. 98.

representados tanto como militantes do PSB-SP, como legionários e militares da Força Pública, do Exército e homens da Guarda Civil, misturados aos contingentes que deveriam dar proteção aos integralistas, inclusive com uso de duas metralhadoras e um fuzil-metralhador. Outros elementos socialistas tenentistas estavam representados nas lideranças sindicais, como Américo Paulo Sesti e outros presentes.

Se comunistas, trotskistas e libertários lutaram com bravura, sem dúvida, a ação foi planejada e executada à maneira dos tenentes, o que torna sua participação e comando da contramanifestação essencial para a vitória. E esta coube não só à sua bravura combatente, como à sua tática exclusivamente voltada para o combate armado, que durou cerca de quatro horas, e na influência junto a elementos ainda relativamente numerosos dentro da Força Pública e da Guarda Civil. Se a presença de João Cabanas no comando de armas é indelével, também é fundamental a influência de Miguel Costa, então general de brigada na reserva, registrada, contudo, de forma um pouco evasiva por Maffei.

Os integralistas foram expulsos da Praça da Sé, com seu comício-parada-demonstração pública interrompido logo de início, embora contassem com a proteção de seus milicianos de elite e de fortes simpatizantes dentro das forças policiais paulistas. Além disso, sua tática era a de expor mulheres e crianças de seu movimento como alvos certos em caso de ação contra Plínio Salgado e seus comandantes. Elas ficaram dispostas na escadaria das obras da Catedral da Sé, logo atrás do palanque integralista.

Quando os conflitos começaram com agressões físicas e logo descambaram para o tiroteio, as mulheres e crianças saíram desesperadamente do local. Inclusive, milhares de milicianos que fugiam e arrancavam suas camisas para não serem identificados e agredidos. Isso, malgrado seus homens de elite ordenarem que eles voltassem à praça...

Segundo Maffei, o saldo foi de seis mortos e trinta e quatro feridos, incluindo dois dos mais odiados inspetores da Ordem Social e um destacado militante da Juventude Comunista³¹². Porém, o mais importante, foi o freio imposto ao integralismo, que, embora ainda crescesse em número de adeptos pelo país afora, não pôde conquistar as ruas como fizeram seus modelos europeus.

Mesmo com essa expressiva vitória, a construção da Frente Única Antifascista ainda enfrentou dificuldades e muitas idas e vindas entre o final de 1934 e o começo do

³¹² Idem, p. 98.

ano seguinte. Agora não se tratava somente das disputas entre comunistas e trotskistas, envolvia também os socialistas tenentistas do PSB-SP.

Logo antes das eleições de outubro de 1934, se deram as primeiras conversações para a formação de uma Frente Única Antifascista. A união observada no ato da luta armada na Praça da Sé enfrentou dificuldades para se manter em meio aos interesses diversos das organizações envolvidas.

A direção do PSB-SP exigia que a Frente Única Antifascista fosse legalmente registrada em tribunal eleitoral. Esclarecia que, como partido legal e às vésperas de eleições para as quais concorria com candidatos parlamentares, não se envolveria em atos aventureiros abertos que pudessem prejudicá-lo. Entre esses atos incluía participar de manifestações públicas de provocação aos integralistas e que exigissem a legalização do PCB. Os socialistas tenentistas queriam ações visando a consolidação e o fortalecimento das organizações sindicais e partidárias do proletariado, mas a forte reação que se apresentava não permitia ações mais ousadas pretendidas pelos comunistas, que seriam um sacrifício inútil das vanguardas proletárias, segundo alegavam. Inequivocamente, era uma negativa aos comunistas e uma delimitação político-ideológica. Os socialistas tenentistas não se colocavam contra uma perspectiva revolucionária, mas consideravam que tal atitude “seria contraproducente, pois redundaria em fazer o jogo da reação e levar à ruína a pequenina vanguarda dos partidos e organizações proletárias, a qual seria inevitavelmente sacrificada sem nenhuma perspectiva de ter esse sacrifício motivo de ascensão do movimento revolucionário”³¹³. Esse era o temor, ou a justificativa, para não participarem de atos como a manifestação que se programava para 7 de novembro.

Essas disputas se acirraram ainda mais nas semanas que passavam.

No início de novembro de 1934, tentou-se dar vida de fato à Frente Única Antifascista. Seu Comitê Provisório enviou um comunicado-convocatório às mais diversas organizações para que designassem delegados e, ou, delegações, para representá-las nos entendimentos para a constituição do organismo. O apelo foi dirigido a praticamente todas as organizações operárias, socialistas, antifascistas e populares da capital:

“AO COMITÊ REGIONAL DE S. PAULO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, AO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO DE S. PAULO, À LIGA

³¹³ Cópia de carta aberta do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, s/l e s/d. CEDEM, Fundo LX, Cx 3, Organizações Trotskistas, Pasta Diversos.

COMUNISTA INTERNACIONALISTA (REGIÃO DE S. PAULO), À LEGIÃO 5 DE JULHO, À COLIGAÇÃO DE SINDICATOS PROLETÁRIOS, À FEDERAÇÃO OPERÁRIA E A CADA UM DOS SINDICATOS FEDERADOS, AOS SINDICATOS FILIADOS OU PARTIDÁRIOS DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO DO BRASIL, AOS SINDICATOS LIVRES E MINISTERIALISTAS ETC; AO SOCORRO VERMELHO INTERNACIONAL, AOS COMITÊS DE LUTA CONTRA A GUERRA IMPERIALISTA A REAÇÃO E O FASCISMO, AO COMITÊ ESTUDANTIL, DAS MULHERES TRABALHADORAS E À TODAS AS ORGANIZAÇÕES POPULARES”³¹⁴.

Mas, esse primeiro chamado precisou ser seguido de outro, de 26 de novembro, para o mesmo fim, já que as coisas estavam paradas, mesmo com a pretensa concordância dos comunistas, dos representantes do PSB-SP, da LCI e das associações que eles dirigiam ou influenciavam³¹⁵. Esse documento talvez forçasse a situação, já que a direção do PSB-SP colocava condições para a participação, embora aceitasse discutir a formação da Frente Única.

As disputas entre as correntes político-ideológicas proletárias aumentavam, especialmente quando do lançamento de um boletim convocatório do Secretariado do Comitê de Luta contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo de São Paulo, organização criada e dirigida pelos comunistas. Nele já vemos logo no primeiro parágrafo a tentativa de pautar a organização nascente com um programa político mais amplo, superando a união de luta contra o fascismo na forma do integralismo:

“O Comitê Contra as Guerras Imperialistas, a Reação e o Fascismo de S. Paulo acaba de aderir à FRENTE ÚNICA POPULAR, organismo destinado a agrupar em ampla frente única as organizações políticas e culturais do proletariado, dos estudantes e da população oprimida em geral para formar um bloco de ferro de todos os oprimidos contra a crescente fascistização do governo reacionário de Getúlio, Armando Salles, Góis Monteiro e Cia. que desencadeia feroz ofensiva terrorista procurando aniquilar os últimos e magros vestígios das liberdades populares”³¹⁶.

³¹⁴ Cópia carbono datilografada do Convite-convocação às organizações antifascistas e partidos operários para a formação da Frente Única Antifascista, s/l. novembro de 1934. CEDEM, Fundo Lívio Xavier, Organizações Trotskistas, Caixa 4, Pasta: Cartas Abertas: 1928-1954 e s/d.

³¹⁵ Cópia carbono datilografada do Convite à retomada das negociações para a formação da Frente Única Antifascista, São Paulo, 26/11/1934. CEDEM, Fundo LX, Cx 4, Organizações Trotskistas, Pasta: Cartas Abertas: 1928-1954 e s/d.

³¹⁶ Cópia carbono datilografada do boletim “Trabalhadores!” do Secretariado do Comitê de Luta Contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo de São Paulo, São Paulo, 03/12/1934. CEDEM, Fundo LX, Organizações Trotskistas, Cx 4, Pasta: Cartas Abertas: 1928-1954 e s/d.

A origem da Frente Única era o combate ao fascismo, basicamente ao integralismo. Mas, o que vemos é a manipulação discursiva dos comunistas tentando dar o tom ao movimento nascente acusando Getúlio de “fascistização” para justificar sua posição contrária ao governo e se aproveitar da animosidade dos socialistas tenentistas contra o oligárquico Armando Salles, incluindo-o na questão. Essa inclusão certamente destinava-se a atrair os socialistas tenentistas, como o fizera com a Legião Cívica 5 de Julho, anunciada nesse boletim como tendo aderido à organização da Frente Única nascente durante uma assembléia em novembro. Afinal, conquanto os socialistas tenentistas tivessem críticas, por vezes severas, ao Governo Vargas, não estavam *ainda* em sua oposição sistemática e nem associavam-no ao fascismo. Esse discurso era dos comunistas, desde a vitória da Revolução, em outubro de 1930, como indica a bibliografia a respeito.

Na nota “Porque o Partido Socialista Brasileiro nega apoio ao combate contra os partidos reacionários”³¹⁷, a direção alega não ingressar na Frente Única de combate ao integralismo porque isso tinha que ser aprovado em congresso. O Partido já fazia esse combate como parte de seu programa e, sua curta, mas, intensa experiência ensinara-lhe a

“(…) ter o maior cuidado com cidadãos sedentos [por] escândalos e com organizações evidentemente a serviço da polícia e de partidos burgueses, como é fácil verificar-se pela ação de algumas delas, ação divisória de forças proletárias na iminência de pleitos e nos momentos mais graves da vida social.

O próprio malbaratar de energias, gastas contra o P.S.B., que deveriam ser jogadas contra os outros partidos e organizações permite que seja calculado o ímpeto original desses ataques de agora”³¹⁸.

Em um primeiro momento, a crítica da direção do PSB-SP parece mais se dirigir à Legião Cívica 5 de Julho, já que ela possuía filiados na Força Pública, criticara o Partido e rompera com ele nas eleições aliando-se a outras forças, inclusive liberais. Contudo, pelas respostas da Comissão de Imprensa da Frente Única e pelo acompanhamento da disputa, consideramos que essas críticas, embora também pudessem atingir a Legião, eram mais voltadas aos comunistas.

No dia seguinte à publicação da nota dos socialistas tenentistas, a Comissão de Imprensa da Frente Única Popular acusou a Comissão Executiva do PSB-SP de combater a concretização da Frente Única em contradição flagrante à vontade de ação

³¹⁷ A *Platéia*, 11/12/1934, p. 1.

³¹⁸ *Idem*.

dos trabalhadores manuais e intelectuais demonstrada na manifestação de 7 de outubro, na Praça da Sé, quando ocorreu verdadeira batalha contra os integralistas e em assembléia de massa realizada no salão da Lega Lombarda. Acusava-se ainda a Comissão Executiva do Partido de preconizar uma luta antifascista de caráter eleitoral-parlamentar, dentro da legalidade, sem demonstrações de massa. Essa proposta foi imediatamente “repelida” pela organização da Frente Única. Mas, segundo os comunistas, antes das eleições, precisando mostrar ao público que era socialista, a direção do PSB-SP aceitou participar da contra-manifestação de massas e da ação antifascista da Praça da Sé, em 7 de outubro. Passadas as eleições, o Partido recuou.

Para reforçar seus argumentos, a Comissão de Imprensa lançou mão de exemplos de luta do contexto internacional. A melhor forma de se combater o movimento fascista que se tornava realidade através da AIB era fazer como se fazia naquele mesmo momento, na França, isto é, “(...) através de greves de massas e manifestações grandiosas”. Assim se rechaçava a ofensiva fascista. Mas, o mais importante e, talvez, mais caro ao PSB-SP naquele momento, era fazer referência à realidade alemã, onde se critica a social-democracia em cheio: “Os dirigentes do P.S.B. nada aproveitaram da experiência da social-democracia alemã, que, com sua tática de divisão do proletariado e de capitulação frente à ofensiva fascista, ‘legal’ e ilegalmente, abriu caminho à subida de Hitler ao poder”³¹⁹. O “divisionismo” da social-democracia alemã foi apontado como o principal motivo que facilitou a vitória nazista na Alemanha. Os comunistas, entretanto, silenciaram a respeito de seu próprio sectarismo, que será admitido por G. Dimitrov, quando do VII Congresso da IC, em 1935, em Moscou³²⁰.

O discurso comunista deslocara-se novamente para a luta antifascista, embora eles insistissem em considerar o Governo Vargas “fascistizante”. Com mais clareza, o articulista acaba confessando que o problema era de orientação político-ideológica entre a direção do PSB-SP e o Comitê Regional do PCB:

“É em torno da orientação a ser dada ao acordo de frente única que giram as divergências com a Comissão Executiva do P.S.B. É esta a questão. Enquanto o Comitê Regional do Partido Comunista propõe uma frente única de massa e de luta, certos dirigentes do Partido Socialista querem a frente única à reboque do carro fascistizante do próprio governo. Esta última posição é classificada por membros do próprio P.S.B. como a ‘mais torpe das traições’”.

³¹⁹ “A Frente Única Popular responde à uma declaração do Partido Socialista”, *A Platéia*, 12/12/1934, p. 6.

³²⁰ Sobre esse assunto, ver, entre outros trabalhos, os de Edgar Carone; Marly G. Vianna e Paulo Sérgio Pinheiro, citados separadamente mais adiante.

E os comunistas declaravam intempestivos que, se a direção socialista tenentista quisesse ainda participar, poderia aderir ao “comício anti-guerreiro a ser promovido dia 23 de dezembro, às 17H30, no Parque D. Pedro II, de frente ao Palácio das Indústrias e na assembléia de massas marcada para 27 do corrente e assinar o manifesto conjunto”.

“(…) mas, desde já, podem os dirigentes do P.S.B. estarem certos que com eles, ou contra eles, os trabalhadores manuais e intelectuais, assim como todos os socialistas honestos, saberão ocupar seus postos de combate nas primeiras filas da frente única popular”.

A questão era, realmente, a conquista e a direção do movimento que se avolumava e, sem dúvida, a disputa das bases sociais, tanto operárias, como de classe média, dos socialistas tenentistas pelos comunistas, o que, evidentemente, era percebido pelos primeiros...

Nesse mesmo dia, realizara-se uma assembléia antifascista no salão da Lega Lombarda. Ela foi presidida pelo delegado eleitor dos comerciários de São Paulo, Fernando Cordeiro. A mesa foi composta por representantes do PCB, da União dos Alfaiates e Anexos, da LCI, da Legião Cívica 5 de Julho, do Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo, Oposição do Sindicato dos Ferroviários da Sorocabana, Oposição do Partido Socialista do Brasil, Oposição do Sindicato dos Metalúrgicos e demais organizações juvenis comunistas e Socorro Vermelho³²¹.

Talvez, como uma espécie de resposta às críticas recebidas, o Diretório Central do PSB-SP publicou nota na imprensa chamando a atenção de seus diretórios locais e regionais e de todos os filiados para o Congresso a se realizar em 27 de janeiro de 1935. Sugestões deveriam ser enviadas à Comissão Executiva por correio. Mais cedo, em 30

³²¹ “Realizou-se a Assembléia de Massas antifascista na Liga Lombarda”, *A Platéia*, 13/12/1934, p. 1. Veremos mais adiante, que houve um grupo que se declarou em oposição à direção do PSB-SP, mas que segundo consta, muito provavelmente, eram mais ligados aos comunistas. Quanto à “Oposição Sindical dos Ferroviários da Sorocabana”, nós a conhecemos desde pesquisas anteriores. Ela era liderada por Ladilsau de Camargo e Benedito Dias Baptista, ambos filiados ao PSB-SP, mas em atrito sério com o grupo de Armando Laydner, eleito deputado constituinte classista e Itayuty Magalhães, Secretário do SFEFS, também pertencentes ao PSB-SP, sendo que o último possuía ligações com a Legião Cívica 5 de Julho. Os atritos começaram após a greve dos ferroviários de janeiro de 1934 e aumentaram quando do planejamento e execução dos atos públicos de 1.º de Maio desse mesmo ano, quando Laydner desviou dez mil ferroviários das manifestações na capital para levá-los em manifestação em chácara fechada, na cidade de Sorocaba, esvaziando bastante o movimento paulistano. Ladislau de Camargo acabou aderindo ao PCB e criticando fortemente o PSB através das páginas de *A Classe Operária*, nos primeiros meses de 1935. No caso dos metalúrgicos de São Paulo, cujo sindicato era dirigido por trabalhistas que tinham forte proximidade com os socialistas tenentistas, a oposição sindical era orientada pelos comunistas. ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de *Entre a Revolução e o Corporativismo*, op. cit. e PAES, Maria Helena S., *O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: 1932-1951*, op. cit.

de dezembro de 1934, realizar-se-ia um Congresso Regional em Sorocaba, envolvendo a região da “Baixa Sorocabana” e as atendidas pelos ramais ferroviários de Itararé e da Ituana. Pedia-se a todos os diretórios dessas regiões, assim como para os militantes e “sindicatos amigos”, para enviarem sugestões ao “companheiro” Bernardino G. Bueno, coordenador dos trabalhos em Sorocaba. Pedia-se também a máxima disciplina para a eleição dos delegados, inclusive como forma de resposta aos contraditores que espalhavam “rumores copiosamente” de que não havia disciplina no seio do Partido, à semelhança do que ocorria nos partidos burgueses³²².

As dificuldades residiam nas disputas internas na formação da Frente Única; basicamente nas tentativas de os comunistas controlarem o processo e na sua intenção de dirigi-lo politicamente. Seu sectarismo desempenhou importante papel desagregador, quase impossibilitando a concretização da unidade.

3.2 As disputas entre o PCB e o PSB-SP

No caminho para a criação da ANL em São Paulo havia o campo pedregoso e quase minado do sectarismo entre as correntes esquerdistas e proletárias em geral. Notamos que ainda no início de 1935, as disputas entre comunistas e trotskistas e, principalmente entre comunistas e socialistas tenentistas continuava. Embora os legionários tenham se alinhado com os comunistas e, ao que indicam os documentos produzidos pelos agentes da Ordem Política e Social, parte importante de sua liderança tenha ingressado no PCB, os militantes do PSB-SP continuaram em disputas e rugas com eles envolvendo, em alguns casos, os trotskistas.

Ainda em agosto de 1934, os comunistas ao comentarem as greves dos ferroviários fluminenses e mineiros criticaram severamente as demais correntes proletárias apresentando-as como parceiras da reação burguesa governamental: “(...) a reação passa à novas tentativas de tapeação – os elementos social-fascistas, isto é, os chefes anarco-reformistas, trotskistas, amarelos de todos os matizes, com os renegados ‘classistas’ Reikdal, Laydner, Vitaca e companhia à frente, começam a tomar o lugar até agora ocupado pela ‘esquerda’ feudal-burguesa (tenentes, 5 de Julho, 3 de Outubro etc.)”³²³.

Apresentavam a Confederação Geral do Trabalho do Brasil – CGTB – como liderança geral operária em preparativos para a greve dos ferroviários e que já havia

³²² A *Platéia*, 24/12/1934, p. 2.

³²³ *Classe Operária*, 23/08/1934. CEDEM, rolo 24.

recebido em agosto, a “adesão do Sindicato Unitivo da Central do Brasil”. A CGTB “não só dirige a luta pelo pão e pela liberdade, senão que abre a perspectiva de luta pelo Governo Operário e Camponês sob a direção do Partido Comunista do Brasil”. As greves deveriam ser dirigidas pelos próprios trabalhadores – leia-se: militantes comunistas – sem nenhuma interferência dos agentes do Ministério do Trabalho, em outras palavras, os “anarco-reformistas, trotskistas, ‘socialisteiros’” e os “renegados” da minoria classista na Constituinte de 1934. Deveriam ser eleitos comitês de greve, assim como pediam a criação de “brigadas proletárias” “como corpo de defesa armada dos grevistas” e, “sobretudo, do comitê de greve”.

Vemos claramente o tom sectário do PCB, além de sua intenção e pregação sempre presente de transformar qualquer movimento grevista em greve geral insurrecional, ou então, como acirramento da situação revolucionária que ainda persistia no país. Mas, qualquer tentativa sua resultava estéril ou fracassada devido ao seu forte sectarismo e mesmo arrogância com que tratava as demais forças proletárias, reformistas ou revolucionárias, que não se dispunham a aceitar sua direção e controle.

Embora se negociasse desde fins de 1934 a formação de Frente Ampla e mesmo Única, para o combate ao integralismo e ao Projeto de Lei de Segurança Nacional preparado por políticos oligárquicos paulistas, o sectarismo comunista continuava presente, inclusive e, nesse caso, principalmente em São Paulo, como notamos nos desencontros políticos do momento. Na reunião para organização da Frente Única, realizada em 4 de janeiro de 1935, compareceram basicamente representantes comunistas através das oposições sindicais revolucionárias dos ferroviários, dos bancários e dos metalúrgicos. Estes, reunidos examinaram as causas do fracasso de sua manifestação pública recente:

“Depois de estudados pelos delegados os motivos pelos quais não se pôde realizar o comício contra as guerras imperialistas e a ofensiva fascizante do Estado feudal-burguês, marcado para o dia 23 de dezembro, foi por todos reconhecido que isso se devia à falta de popularização do mesmo e do trabalho insuficiente de propaganda, sendo particularmente criticada a posição do Partido Socialista Brasileiro, que se negou a participar da Frente Única”³²⁴.

Deliberou-se, então, a publicação de uma carta aberta ao PSB-SP e à LCI para que voltassem a participar dessas manifestações e de seu significado e convidando-as à

³²⁴ *A Platéia*, 12/01/1935, p. 5.

assembléia popular marcada para o dia 21 de janeiro. Apesar de não terem comparecido à reunião acima citada, já haviam dado antes seu apoio à idéia de carta aberta e à realização da assembléia para o dia 21, as seguintes organizações: Comitê das Mulheres Trabalhadoras; Sindicato do Comércio; Legião Cívica 5 de Julho, Socorro Vermelho do Brasil e Ala Antifascista do Sindicato dos Contadores. A partir desse documento, notamos a participação quase que constante da Legião nos atos e iniciativas dos comunistas.

Se, por um lado eles logravam atrair lideranças de outras organizações socialistas, como no caso dos legionários, ainda tinham dificuldades em se sobrepôr às outras direções e, vemos claramente que a ausência organizacional política e social do PSB-SP, bem como da pequena, mas influente entre os socialistas tenentistas, LCI, impossibilitou o sucesso do ato a ser dirigido pelos comunistas. Mesmo diante da avaliação do fracasso, não mudaram sua atitude, nem sequer fizeram uma autocrítica; ao contrário: criticaram ainda mais uma vez os socialistas tenentistas. Entretanto, não poderiam parar de apelar à sua participação para que houvesse algum êxito em seu próximo ato político...

Mas, o que os comunistas pretendiam não era somente a direção do movimento operário e político de esquerda em geral, senão a apropriação das bases sociais dos outros partidos socialistas e operários. Nesse caso, o alvo era o PSB-SP.

“Grave Cisão no Partido Socialista Brasileiro”

“O Sr. Ladislau de Camargo, suplente de deputado e ‘líder’ ferroviário na Sorocabana, rompe com seus companheiros e adere ao P.C.B.

A formação da Frente Única Popular baseada nos partidos de esquerda e nas organizações proletárias tem repercutido profundamente no Partido Socialista, onde se verifica, neste momento, grave cisão”³²⁵.

Nessa edição d’*A Platéia* publicou-se a Carta Aberta de Ladislau de Camargo noticiando seu rompimento com o PSB-SP e sua adesão ao PCB. Escrito na forma “padrão” de uma adesão de liderança ao Partido Comunista naqueles anos, aparece a denúncia contra a antiga organização, nesse caso o PSB-SP, de traição aos interesses do proletariado, com o agravante da presença trotskista em seu meio. O Partido Socialista Brasileiro de São Paulo e a Liga Comunista Internacionalista “impediam” a organização da Frente Única Popular contra a “reação” e a “Lei Monstro”. O primeiro era acusado

³²⁵ *A Platéia*, 26/01/1935, p. 1.

de ser “eleitoreiro” e de pretender o “impossível” socialismo através da vitória eleitoral, além de serem colaboracionistas burgueses e perrepistas disfarçados. Eles eram acusados de “adormecer” o proletariado em momentos de greve, demonstrações públicas e diante de um possível levante armado, únicas formas de luta consideradas revolucionárias. Já os trotskistas foram acusados à forma internacional: eram traidores a soldo de Hitler; caluniavam a IC e a URSS.

Ladislau conclama todos os trabalhadores e todos os socialistas honestos a formarem comitês pró-Frente Única e a militar em aliança com os comunistas e, evidentemente, convida-os a ingressar no PCB. A partir do acirramento das greves, comícios, demonstrações e manifestações públicas que eram, segundo sua visão, crescentes, atrair-se-ia a massa do povo às ruas e para a luta sob a direção dos revolucionários, isto é, comunistas, e assim se chegaria à Revolução.

Dois meses depois, em março, a *Classe Operária* comentou o fato anunciando a adesão de Ladislau de Camargo e de dirigentes socialistas de Piracicaba e Sorocaba, cidades do interior paulista e importantes centros operários ao PCB. Seria um total de mil pessoas! Ladislau é apresentado como um “ferroviário de grande prestígio”, o que não era falso; de fato ele possuía liderança e destaque em meio aos trabalhadores da Sorocabana, tanto assim que fora eleito para a direção do sindicato, pouco mais de um ano antes de seu rompimento com os socialistas tenentistas³²⁶. O articulista indicava a tarefa do Partido para com os novos aderentes socialistas ingressantes no sentido de educá-los ideologicamente e inseri-los na militância para continuar a construção da frente única com socialistas de diversas tendências, “que tenham base de massas”³²⁷.

O último termo do documento parece soar como provocação. Certamente, era essa a “Oposição do Partido Socialista” a que se referia a matéria d’*A Platéia*, de 13 de dezembro de 1934, sobre uma assembléia antifascista realizada no salão da Lega Lombarda.

Mas, antes desse assunto ser publicado no órgão oficial do Partido Comunista do Brasil, ele foi debatido intensamente nas páginas d’*A Platéia*, no final do mês de janeiro. Dois dias depois da notícia bombástica, em 28 de janeiro, João Cabanas, pela Secretaria do PSB-SP se manifesta de forma um tanto ácida e até caluniosa em relação ao fato. Ele

³²⁶ Contudo, após sua expulsão da direção sindical e rompimento com o PSB-SP, não conseguiu reunir maioria dentro do sindicato, sendo que o grupo de oposição que ele e seu companheiro de profissão e de partido, Benedito Dias Baptista, lideravam permaneceu uma oposição minoritária, importante apenas em alguns ramais da Estrada de Ferro Sorocabana. Cf. ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *Entre a Revolução e o Corporativismo*, op. cit.

³²⁷ *Classe Operária*, 16/03/1935. CEDEM, rolo 24.

responde que Ladislau fora expulso anteriormente do Partido, inclusive à data da publicação de sua Carta Aberta, “porque ficou constatado ser o mesmo senhor indesejável na sua própria classe [isto é, entre os ferroviários da Sorocabana] e constituir-se um verdadeiro lobo do proletariado”³²⁸. Ainda, segundo Cabanas, Ladislau não era o principal líder operário do Partido e acusou-o de ser, anteriormente, agente da Delegacia de Ordem Política. Travestia-se agora de comunista, mas era um espião colocado entre os trabalhadores e, por isso, um perseguidor da classe.

Alguns dias depois, Ladislau de Camargo respondeu às acusações injuriosas de Cabanas e a Jorge Telles, membro da LCI. À parte o fato de ele assumir uma posição de vítima injustiçada na carta diante de seus detratores, o fato é que ele apresenta aspectos interessantes de seu passado, tanto como trabalhador – na data ele trabalhava como ferroviário havia quinze anos – como de seu passado de “revolucionário inconseqüente”. Ele apoiou o levante de 5 de julho de 1924 por estar descontente com o “regime dominante”; conspirou em 1930 e esteve preso por três meses em 1932 por manter ligações com “elementos tenentistas”. Finda a guerra civil, ele acompanhou esses mesmos elementos “por algumas semanas na ‘Ordem Política’”. Lá, colaborou no recolhimento de armas em poder de “senhores de terras e burgueses da ‘oposição’” ao Governo Provisório.

“Naquele tempo, o predomínio de ideologias pequeno-burguesas entre as massas oprimidas do país era, por assim dizer, absorvente. E eu, ao lado de muitos outros trabalhadores, lutei acuadilhado por gente estranha às finalidades próprias socialistas, da classe operária, no caso em questão, o fui por elementos ‘tenentistas’”³²⁹.

À parte a crítica dura, as últimas palavras do trecho acima citado confirmam o que já havíamos encontrado em outros documentos, inclusive um de origem trotskista, sobre a influência do tenentismo sobre parcelas do proletariado. Essa influência acabou se dando de forma mútua, originando o que chamamos neste trabalho de *socialismo tenentista*.

Enquanto essa disputa acontecia, a vida política das organizações de esquerda e proletárias não se paralisou. Comunicou-se pela imprensa que o Comitê Paulista pró-formação da ANL se reuniu pela primeira vez em 27 de janeiro e já marcava uma assembléia para a mesma semana. O ponto principal da pauta era o protesto contra o Projeto de Lei de Segurança Nacional considerado como “a maior humilhação até hoje

³²⁸ A *Platéia*, 28/01/1935, p. 3.

³²⁹ A *Platéia*, 08/02/1935, p. 3.

imposta ao povo brasileiro”. Também tomaram posição de protesto contra a atuação das autoridades na greve dos trabalhadores de frigoríficos³³⁰.

Entretanto, ainda em meio às negociações para a criação da ANL em São Paulo e o encaminhamento da luta antifascista e contra a mais nova ameaça às organizações proletárias e socialistas, a disputa entre comunistas e socialistas tenentistas continuava.

Em carta aberta, João Luiz Barbosa, suplente de deputado estadual pelo PSB-SP, representando o diretório do Partido em Piracicaba, inicia constatando a ameaça representada pela aprovação do Projeto de Lei de Segurança Nacional às liberdades populares, aos trabalhadores e aos “verdadeiros socialistas”. Considera que era necessário formar uma Frente Única “sem distinções políticas” para se combater essa ameaça. Mas, no desenvolvimento da redação, colocando-se “fiel à causa da luta pelo socialismo”, Barbosa afirma que o diretório piracicabano reprovava de forma absoluta a conduta dos “falsos socialistas Cabanas e Girdes” nos “trabalhos da Comissão Executiva do P.S.B. de S. Paulo”. O diretório considerou que havia uma atitude de “combate à Frente Única” em prol de uma posição de “passividade no ‘terreno legal’, fugindo à ação”. Isso também impedia o prosseguimento da luta vitoriosa dos trabalhadores em suas reivindicações “econômicas e políticas” constituindo-se em uma “traição” às “massas populares”.

“Desprezamos a política de deserção seguida por Cabanas, Girdes e Cia. e aceitamos de braços abertos a proposta de Frente Única de luta contra a miséria e a Lei Monstro há tempos feita pela organização paulista do Partido Comunista do Brasil. Somos pela Frente Única, por assembleias, comícios, demonstrações e greves combativas. Somos pela defesa intransigente dos direitos do povo e chamamos a todos os nossos diretórios e organizações locais, a todos os trabalhadores e socialistas verdadeiros a seguirem nosso exemplo”.

O diretório piracicabano apoiou Ladislau em sua ruptura com o Partido e ingresso no PCB. Barbosa encerra a carta declarando: “(...) E o proletariado brasileiro precisa e acabará unindo-se nas fileiras de um único partido, revolucionário e combativo, o Partido Comunista do Brasil, para que se torne uma realidade a emancipação total dos que trabalham”³³¹.

Na mesma edição, na coluna ao lado, como que em uma profissão de fé de sua orientação político ideológica, Francisco Girdes Filho acusa o Governo Armando

³³⁰ *A Platéia*, 28/01/1935, p. 3.

³³¹ *A Platéia*, 12/02/1935, p.6.

Salles de fazer “tudo para provar a tese comunista de que só a violência abrirá caminho às grandes transformações”. Isso porque impedia a livre manifestação dos “partidos evolucionistas” em protesto contra as arbitrariedades políticas que vinham sendo cometidas. Era o caso da proibição de um comício do PSB-SP na Praça da Sé contra o Projeto de Lei de Segurança Nacional. Projeto, aliás, redigido “nesta Capital” e que mesmo antes de aprovado, já estava sendo posto em prática.

Segundo Giraldes Filho, os socialistas tenentistas já sabiam que Armando Salles “agiria dessa maneira”. “Mas, precisávamos provar até o fim que esse grupo que ganhou o poder provincial da ditadura, ludibriava o povo paulista quando pregou a guerra e reclamou uma Constituição”. O texto de Giraldes Filho soa como que uma resposta às críticas de Ladislau de Camargo, feitas publicamente dias antes.

Ainda, no final do mês de fevereiro, o combate na imprensa em relação à cisão à esquerda do PSB-SP estava quente. Se manifestando em nome da Secretaria do Partido, João Cabanas, em comunicado de 27 de fevereiro, declara que nomearia uma comissão de sindicância para “verificar quais membros do diretório de Sorocaba que, sem autorização do diretório local em devida reunião, publicou e distribuiu manifesto contra a direção central em nome do próprio diretório”³³². Quanto à cisão de Piracicaba, verificou-se que os signatários do manifesto publicado na imprensa não pertenciam aos quadros do PSB-SP. Segundo Cabanas, eram comunistas a serviço da polícia para lançar confusão entre as fileiras do Partido. Ao mesmo tempo, para demonstrar a vitalidade do Partido, como que ignorando essas disputas e querelas internas, anunciava o reconhecimento de reorganizações de diretórios no interior do Estado, como o de Catanduva sob Cacilda Pulnos, de outro no bairro do Bom Retiro, na Capital e a organização de outros novos em Irapuã, Ituverava, São João, Planalto, Macaúbas e Presidente Prudente, bem como a organização da Juventude Socialista em São Carlos.

Resolvia-se:

“continuar a ação concreta do Partido manifestando-se contra a Lei Monstro, abstendo-se de cerrar fileiras em torno de grupos sem significação expressiva que em reiterados convites para esse fim pretendem, entretanto, lançar o Partido em aventuras de objetivos inconfessáveis, mas, visivelmente a serviço da polícia, conforme verificação e provas concretas nas mãos do departamento de investigações secretas do Partido”.

³³² *A Platéia*, 28/02/1935, p. 1.

Ainda, nesse sentido, informava-se pela imprensa que o Partido continuava em suas atividades e em expansão. Comunicou-se no início de março a organização de novo Comitê de Propaganda Sindical sob a direção de Américo Paulo Sesti e Vicente Guerriero. E também a organização de diretórios distritais de bairro em Tatuapé, Lapa, Jardim América e Ipiranga, além de municipais em Osasco e Santos³³³. Também era comunicado o funcionamento da Assistência Médica do Partido na sede, à Praça da Sé, número 14, 4.º andar, sala 14.

Na organização do ato de 1.º de Maio, novas rusgas opuseram socialistas tenentistas e comunistas. A organização do ato já enfrentou dificuldades logo de início, quando a Ordem Política e Social proibiu qualquer manifestação pública, negando-se ao PSB-SP o uso da Praça da Sé. Em resposta à essa proibição, Cabanas publicou uma nota irreverente e de tom eminentemente tenentista. Ele ironiza o revolucionarismo constitucionalista de 1932 diante de sua atual atitude reacionária, bem como a presumida incompetência institucional da Corte de Justiça e do Tribunal Eleitoral em atenderem à sua reivindicação baseada na Constituição Federal. “O abaixo-assinado, cidadão brasileiro, eleitor, vacinado, coronel comandante em tempos de guerra e revolução, oficial reformado em tempos de paz (...)”, “apela aos Srs. Diretores do Quarto Poder” para que se designe um local público, nem que fosse na “estratosfera”, ou “mesmo que perto do inferno”, onde ele pudesse promover o comício de 1.º de Maio³³⁴.

Diante das pressões populares e pela imprensa, o Governo Armando Salles cedeu o uso do salão do Departamento Estadual do Trabalho, dentro do Palácio das Indústrias, sede do poder estadual.

As organizações operárias, porém, preferiram se reunir no salão da Lega Lombarda, no Largo de São Paulo. Este último ficou lotado, já que o PSB-SP e os sindicatos convidaram o proletariado em massa para o evento³³⁵. Álvaro Cecchino, representante dos bancários e pertencente ao PCB, afirmou que as organizações operárias, para não dividirem a massa nas comemorações da data, como poderia acontecer se algumas aceitassem se reunir no salão do DET, enquanto ocorria outra manifestação convocada pelo PSB-SP no salão da Lega Lombarda, acertaram com os sindicalistas e dirigentes socialistas tenentistas que todos participariam do mesmo

³³³ *A Platéia*, 03/04/1935, p. 3.

³³⁴ *A Platéia*, 30/04/1935, p. 1.

³³⁵ *A Platéia*, 02/05/1935, pp. 1 e 6.

evento. Acertou-se também que falariam cinco oradores: dois pelos partidos e três pelos sindicatos. Mas, a mesa foi composta unicamente por membros do PSB-SP: João Cabanas, José Pinho de Athayde e Paulo Sesti. Cabanas abriu o ato discursando a respeito da importância da data. Durante o discurso de Cecchino ocorreu um forte tumulto, já que ele não quis fazer uso da palavra, sendo quase que obrigado a isso, conforme alega. Sua discordância estava no fato de Cabanas ter descumprido o acordo e não ter possibilitado a fala dos comunistas enquanto organização partidária, fazendo com que somente o PSB-SP fosse representado nessa condição. Acabou discursando, mas em forte tom de crítica à organização do ato tumultuando a reunião³³⁶.

Diante do tumulto causado por esse protesto, a mesa cometeu um grave erro ao permitir que Cabanas cassasse a palavra de Cecchino, o que fez com que a confusão aumentasse ainda mais: “houve um alarido ensurdecador”. O salão começou a se esvaziar até que o trotskista Fúlvio Abramo, também membro do PSB-SP, com a palavra, pediu para que os trabalhadores retornassem e não dessem por encerrada a reunião.

Respondendo à crítica pública de Cecchino e de outras organizações sindicais, José Pinho de Athayde, em nome do PSB-SP, afirmou que o ato foi organizado e divulgado pelo seu Partido. Quis dizer, com isso, que o sucesso em atrair grande quantidade de manifestantes pertencia aos socialistas tenentistas; inclusive que, na prática, o ato lhes pertencia. Da mesma forma, inferiu à atitude do representante dos bancários o vício da soberbia, ao exigir destaque aos comunistas superior à importância de sua participação. Cecchino havia redigido por conta própria boletins convocatórios em nome dos sindicatos e não por deliberação expressa de suas diretorias. Athayde pedia para que a massa julgasse os fatos por ela própria³³⁷.

Concomitante a isso, havia um grande esforço nacional das organizações proletárias e esquerdistas em dar vida ao projeto de Frente Única Antifascista e, desde o início do ano, à Aliança Nacional Libertadora. Da mesma forma ocorria em São Paulo. Esses esforços encontravam forte obstáculo nesses entevos sectários entre comunistas e socialistas tenentistas e trotskistas, só havendo mudança positiva depois do anúncio de que o general Miguel Costa se solidarizava com a ANL e isso no começo de abril, antes do último incidente entre comunistas e socialistas tenentistas e depois que Caio Prado

³³⁶ *A Platéia*, 06/05/1935, p. 2.

³³⁷ *A Platéia*, 11/05/1935, p. 5.

Jr. começou a se envolver pessoalmente na organização da entidade e arrendou o jornal *A Platéia*.

3.3 Da Frente Única Antifascista à ANL

O mal-estar com o crescimento do integralismo simultaneamente com a expansão internacional do fascismo, com o Projeto de Lei de Segurança Nacional e a insatisfação de grandes contingentes que queriam aprofundar as reformas sociais e de outros que pretendiam uma revolução proletária crescia muito no começo de 1935. As iniciativas de se criarem frentes amplas contra o fascismo/integralismo ganhavam força, especialmente depois do conflito da Praça da Sé, em outubro de 1934.

As lutas entre os integralistas e o elenco antifascista da sociedade eram cada vez maiores. De meados ao final de 1934, embora as negociações formais para coligações e uniões e frentes amplas parassem no início, ou na metade, lutas práticas contra o integralismo ocorriam. Foram surgindo iniciativas de todo lado e, entre o final de 1934 e janeiro de 1935, em São Paulo e no Rio de Janeiro, começou-se a cogitar a formação do que em breve viria a ser a ANL. Os comunistas tiveram pouco destaque. Marly Vianna³³⁸ credita maior importância aos tenentes de esquerda, especialmente Hercolino Cascardo, que viria a ser seu fundador. Diversos grupos sindicais, partidos socialistas, intelectuais e antifascistas de classe média, além dos comunistas, participaram da ação organizadora. Mas, foram alguns tenentes que dinamizaram-na de início e deram muito de seu caráter *insurreccional*, segundo a autora.

Enquanto isso, o projeto dos comunistas de fazer o IV Congresso do PCB em 1934 foi impossibilitado por motivo da forte perseguição policial que assolava o país. Por conta disso, foi organizada em seu lugar a I Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil.

A atuação dos comunistas continuou dentro do movimento sindical. Nas greves do Rio e de Niterói, eles quiseram lançar novamente a CGT e a palavra de ordem de *soviet* durante o movimento grevista nesta última. Miranda já era Secretário Geral, mesmo sendo figura recente dentro do Partido; teria se destacado em meio ao pouco preparo intelectual, falando perfeitamente o francês. Na Conferência, foram eleitos os delegados para VII Congresso da IC. O Bureau Sul-Americano da IC teve papel fundamental, indicando Miranda para a permanência na Secretaria Geral e Bangu para o

³³⁸ VIANNA, Marly Gomes, *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

Comitê Central. O documento resultante manteve a política radical e sectária, convocando as massas à luta de classes e acusando os tenentes e demais correntes de traidoras das causas populares. Termina convocando todos os operários, até integralistas, a abandonarem suas organizações e se somarem à luta de classes. Convoca até mesmo os cangaceiros para lutarem contra os latifundiários³³⁹.

O PCB continuou atacando Vargas e acusando-o de reação contra o movimento operário. Juntamente com alguns grupos de sindicalistas dirigentes de organizações e de grupos à parte, os comunistas combateram o Projeto de Lei de Segurança Nacional. Foram realizadas manifestações, onde o Partido tomou a si próprio como alvo principal da “Lei Monstro”³⁴⁰, além do movimento operário em geral. Em fevereiro de 1935 houve paralisações de gráficos, bancários, metalúrgicos, marceneiros e dos tecelões contra esse projeto de lei, juntamente com manifestações públicas de militantes partidários comunistas. Consideraram a Lei de Segurança Nacional coincidente com a restauração do serviço militar obrigatório na Alemanha e demais atitudes fascistas internacionais.

Toda essa luta, que também era travada em maior ou menor grau por outras organizações operárias, socialistas e liberais, resultou na criação da Aliança Nacional Libertadora, em março de 1935, no Rio de Janeiro.

Durante muito tempo, a maior parte da historiografia considerou a Aliança Nacional Libertadora como uma criação do PCB. Nos anos 1990, entretanto, novas pesquisas romperam com essa interpretação. Marly Vianna nega que a ANL fosse criação do PCB ou da Internacional Comunista, como alguns autores sugeriam. Os comunistas não foram nem os primeiros, nem os principais participantes iniciais e a organização surgiu antes do início do VII Congresso da IC, que a citaria como exemplo a ser seguido na luta contra o avanço do fascismo.

O PCB começava a passar por um momento particular. Por ordem da IC, Prestes e muitos prestistas e tenentes de esquerda ingressaram no Partido entre o final de 1934 e início de 1935 e logo exerceram forte influência política em sua direção. Segundo Leôncio M. Rodrigues³⁴¹, houve uma mistura de stalinismo e tenentismo de esquerda

³³⁹ CARONE, Edgar, *Brasil: anos de crise (1930-1945)*, op. cit.

³⁴⁰ Essa alcunha apareceu freqüentemente nas primeiras páginas de várias edições de *O Sindicalista*, órgão oficial do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, cf. ARAÚJO NETO, Adalberto C. de, *Entre a Revolução e o Corporativismo*, op. cit. e em algumas obras sobre tema e o período.

³⁴¹ RODRIGUES, Leôncio Martins, “O PCB, dirigentes e organização”. IN: FAUSTO, Boris (dir.), GOMES, Ângela Castro, et al. *História Geral da Civilização Brasileira. T. III, v. 3: O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

prestista. A classe média começou a predominar na direção partidária e em seu contingente atraída pelos tenentes e pela presença do “Cavaleiro da Esperança”.

Mas, o fato é que a ANL foi criada pelos tenentes de esquerda, não comunistas, e apoiada por suas organizações: PSB, sindicatos, jornais etc. Ela recebeu apoio de intelectuais de classe média, de parte da pequena burguesia e de alguns burgueses e também de parcelas do proletariado e logo, do PCB. Seu presidente era Hercolino Cascardo, um dos líderes tenentistas da Marinha de Guerra, e sua direção possuía outros tenentes e civis. Nos meses que se passaram, Prestes foi aclamado por unanimidade como seu presidente de honra. Os principais motes a Aliança Nacional Libertadora eram a luta antifascista e a luta contra a Lei de Segurança Nacional. Depois vieram a luta antiimperialista e antilatifundiária. O PCB aceitou participar querendo representar “amplas massas populares” e sempre dirigindo para elas seus apelos.

Segundo Carone, a rapidez do crescimento da ANL no país espantou o governo e os próprios aliancistas, pois era fenômeno único até então. Seu órgão máximo era o Congresso Nacional, a reunir-se anualmente e era o eleitor da direção. Era eleito pelos diretórios dos estados e estes pelos municipais. Os núcleos eram formados por dez pessoas, ou mais, moradoras de uma mesma cidade, distrito, bairro, trabalhadoras de uma mesma fábrica, de uma mesma profissão ou de um mesmo quartel ou navio, fazenda, ou pertencente às mesmas associações culturais ou desportivas. Financeiramente, era mantida pelos seus filiados e por meio de campanhas de finanças realizadas por eles. Seu principal meio de comunicação era o jornal, havendo vários ligados direta ou indiretamente ao movimento pelo país; em São Paulo, era *A Platéia*, arrendada por Caio Prado Jr.

A Aliança catalisou as lutas sociais levadas por tenentes, socialistas, comunistas etc. A entidade participou de greves e manifestações sindicais, manifestações, comícios e lutas antifascistas e influenciou o movimento estudantil. Como frente ampla, evitava o desgaste das correntes individuais nessas lutas e centralizava-as. Nas greves, houve lutas especificamente trabalhistas, como greves contra abusos praticados por empresas estrangeiras, como no caso do aumento das passagens praticado pela Leopoldina Railway, no Rio de Janeiro. Faziam-se comícios relâmpagos nas horas de maior movimento. Aliancistas e comunistas procuraram envolver a juventude nas lutas antifascistas e antiimperialistas. Prestes foi convidado a ser Presidente de Honra da ANL o que aceitou e concretizou o ato no episódio de seu discurso radical, visando a

tomada do poder, lido pelo jovem estudante comunista, Carlos Lacerda, já que encontrava-se oculto no país.

A Aliança Nacional Libertadora é considerada por alguns autores, como Marly Vianna, mais como uma organização de frente ampla policlassista, com predominância da classe média urbana, representada principalmente através do tenentismo de esquerda, que propriamente uma organização comunista. Outros autores viram-na como parte do movimento operário, tendo como referência a adesão de direções sindicais e de alguns líderes proletários.

Os comunistas, entretanto, quiseram-na uma organização revolucionária, quando não era esse seu caráter. Na *Carta Aberta* de Prestes, já se falava claramente na tomada do poder e na constituição de um governo das massas trabalhadoras e “democráticas” dos campos e das cidades, a partir da mobilização da Aliança. O PCB e sua ala prestista, agora dominante, “previam” a “Revolução Democrática” para ocorrer quase que imediatamente³⁴².

Para Marly Vianna³⁴³, aquele era um momento de conspirações seguidas em todos os meios políticos e sociais. Góis Monteiro e seu grupo conspiravam dentro do Exército fazendo uso do mal-estar em relação aos soldos. Os tenentes conspiravam em ressentimento ao que consideravam como “desvio da Revolução”. As oligarquias queriam a restauração de seu poder de outrora. O PCB queria a Revolução na forma da insurreição popular. E a AIB queria o poder, talvez da forma como os fascistas o conquistaram em outros países. Vargas manobrava em meio a tudo isso para continuar na Presidência da República.

A autora frisa que não só o PCB subestimava o governo, como superestimava o descontentamento revolucionário das massas. Os tenentes também o faziam. O rápido crescimento da ANL (cerca de 90 mil pagantes mensais e 400 núcleos no total) ajudava a embaraçar a compreensão. A radicalização crescia contra o integralismo e

³⁴² Com o adiamento do VII Congresso da IC para julho de 1935, realizou-se com a presença de representantes latino-americanos, a III Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e Caribe. Tiveram destaque os partidos de Cuba e principalmente do Brasil. Estavam presentes Miranda, Bangu, Prestes etc. Miranda transmitiu todos os informes e relatórios sobre o Brasil e sua imaginação ganhou asas. Seus informes eram irreais. Ele pintava a Revolução na porta e o PCB como seu dirigente, ou, ao menos, das massas. Manuilsky maravilhou-se com o “talento” de Miranda, *mas*, não ordenou a Revolução e *sim*, que os trabalhos entre as massas fossem intensificados. Prestes quis voltar imediatamente para dirigir militarmente essa “Revolução”. Para Marly Vianna, havia certa rivalidade entre Prestes e Miranda. Miranda não estava realmente interessado na Revolução, mas no reconhecimento de sua pessoa pela IC. Vieram os poucos assessores internacionais que não apoiaram ou se ausentaram dos fatos, já que isso pouco lhes interessava. Cf. VIANNA, Marly Gomes, *op. cit.*

³⁴³ VIANNA, Marly G., *op. cit.*

socialmente, com as greves e manifestações públicas. Nos quartéis, parte da tropa se agitava e a ANL de corte tenentista agitava e polarizava a sociedade contra o integralismo.

A Aliança Nacional Libertadora tinha programa de governo, mas não era partido, nem frente eleitoral e nem tinha clara perspectiva de como chegar ao poder. A entrada de Prestes trazia certa clareza em relação à forma insurrecional que ela iria ganhar e também ao que se pretendia: Governo Popular Nacional Revolucionário. A Confederação Sindical Unitária do Brasil, dirigida pelos comunistas, que tinha a ilusão de controlar ampla massa de 2,5 milhões de trabalhadores, aderiu à ANL, assim como muitos sindicatos. Ameaçava-se com greve geral a aprovação da Lei de Segurança Nacional, o que não se verificou quando isso ocorreu.

O PCB não aderiu e criticava a ANL como que querendo “desmascarar” Roberto Sisson, João Cabanas etc. Só ingressou nela com a entrada de Prestes que levou sua mística e radicalizou a organização.

Ao mesmo tempo, grande campanha difamatória e de provocação foi promovida pela imprensa e pelos integralistas, nos termos mais grosseiros. *O Globo* foi o principal articulador dessa campanha, segundo Marly Vianna. Queria a todo transe associar a ANL ao PCB e à IC. A campanha anticomunista estava à solta. Eram poucos e pequenos os jornais que defendiam a Aliança Nacional Libertadora.

Também houve desinteligências dentro do PCB. Os comunistas da direção sobreestimavam sua força e subestimavam a do governo. Havia voluntarismo demais, com ameaças de ações armadas desconexas no Nordeste. Miranda, Secretário Geral do PCB, como que queria disputar a direção do Partido com Prestes que o acatava disciplinadamente, mas conversava somente com Berger e Rodolfo Ghioldi, enviados especiais da IC ao Brasil.

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro³⁴⁴, a ANL foi criada por alguns setores, inclusive militares rebeldes, já em número não tão expressivo como em 1930, que se organizaram com outros grupos políticos descontentes com os rumos do país. Eles a criaram especialmente para se opor ao Projeto de Lei de Segurança Nacional e à Ação Integralista Brasileira.

Ao mesmo tempo, diversas correntes políticas formulavam propostas de frente única. Até aquele momento, as propostas dos comunistas eram de formação de frentes

³⁴⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio, *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922 – 1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

únicas nas bases e de crítica às demais correntes. Propunha-se a aliança a um grupo para execrá-lo em seguida. Os comunistas, mesmo criticando-a, aderiram e deram nova dinâmica à ANL, segundo Pinheiro.

Paulo Sérgio afirma que a ANL apresentava uma característica relativamente diferenciada em cada Estado onde era organizada: em São Paulo, criticava as condições de trabalho do operariado; no Rio de Janeiro, defendia as liberdades democráticas; no Nordeste, criticava-se a exploração do trabalho rural. Os comunistas aderiram e em março já introduziram algumas de suas palavras de ordem e plataformas. Mas, nem comunistas, nem tenentes, perdiam a perspectiva e o objetivo conspiratório insurrecional, ponto do qual discordamos, ao que se refere aos demais tenentes.

O autor discute longamente sobre as influências mútuas entre os enviados brasileiros às atividades da Internacional Comunista (III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e Caribe, em meados de 1934 e o VII Congresso da Internacional Comunista, em meados de 1935), na URSS e alguns dos dirigentes da mesma. A tese central é a estratégia ilusionista³⁴⁵ de Miranda, então Secretário Geral do PCB e de outros dirigentes brasileiros, como Fernando de Lacerda, para conquistar o interesse dos dirigentes da IC, apresentando informes irreais e até fabulosos a respeito do Brasil. O país estaria imerso em uma crise revolucionária, com o Estado desmoralizado e impotente, a burguesia dividida e enfraquecida, lutas guerrilheiras nos campos e o Exército dividido. O PCB aparecia como liderança de amplas massas trabalhadoras urbanas e rurais prontas para luta armada pelo poder. Essa situação viria ao encontro das pretensões de Manuisky, um dos dirigentes da IC, que se interessaria e apoiaria uma insurreição revolucionária no Brasil, tendo em vista a leitura que alguns dirigentes comunistas faziam da situação internacional da primeira metade dos anos 1930. Essa insurreição dar-se-ia a partir da experiência de Frente Popular representada concretamente na ANL, mas erroneamente tida como obra dos comunistas.

Pinheiro oscila quanto às responsabilidades em relação ao levante armado de novembro de 1935. Ao mesmo tempo em que nega que houvesse “ordens de Moscou” para a deflagração da luta armada no país, não pode deixar de reconhecer que havia

³⁴⁵ Paulo Sérgio Pinheiro considera que a IC impunha sua interpretação geral aos partidos comunistas em todo o mundo e exigia análises a partir de suas teses. O que acontecia no caso brasileiro, é que os comunistas analisavam o país de forma enviesada, através das lentes dessas teses, constatando elementos inexistentes, ou avaliados de maneira incorreta, para atender às exigências da IC. Quando enviavam seus relatórios, a IC entendia como sendo a confirmação de suas teses e reforçava a orientação, criando a ilusão nos comunistas brasileiros de que analisavam corretamente a sociedade em que viviam. Os levantes de 1935 foram a culminação dessa estratégia montada sobre a *ilusão*.

conhecimento de preparativos, ou intenções com esse objetivo, o que significa *apoio*. O próprio autor nota, o que conhecemos a partir da bibliografia estudada, que, desde o começo da década de 1930, mais propriamente, desde o afastamento de Bukhárin da direção da IC, que ela havia passado por um forte processo de centralização e de estabelecimento de controle sobre suas seções nacionais, os partidos comunistas. Não é factível que o planejamento do levante armado revolucionário no Brasil lhe fosse desconhecido – a própria documentação compulsada por Pinheiro, e também por Marly Vianna, indicam isso – e desautorizado. Havia enviados oficiais seus. Entretanto, o planejamento e os erros, Pinheiro os atribui aos *tenentes prestistas* e à direção do PCB³⁴⁶.

Em posição divergente, Anita Leocádia Prestes³⁴⁷ considera que, em grande parte, os comunistas brasileiros não eram apenas seguidores fiéis e sem criatividade das resoluções e das teses da IC. Eles tinham suas próprias teses ou adaptações, como a ênfase na implantação de um regime soviético no Brasil durante os anos de 1934-35. A resolução da IC de alianças somente nas bases, defendida no Brasil pela direção do PCB, não era a prática dos militantes que participavam de atos convocados por outras correntes operárias. Quando da 3.^a Conferência dos Partidos Comunistas Latino Americanos e do Caribe em Moscou, em que se propuseram as frentes populares antecipando-se ao VII Congresso da IC, adiado, os comunistas brasileiros já estavam propensos a elas.

Anita Leocádia lança a questão de como o pequeno PCB e grupos numerosos, mas isolados, conseguiram empolgar amplas massas, dos mais variados setores urbanos que resultou na criação da ANL³⁴⁸. A resposta está na adesão de Prestes ao Partido e à ANL. Seu prestígio abalado no início dos anos 1930 por sua adesão ao comunismo voltou a crescer com o desencanto crescente entre as classes médias e populares com os rumos da Revolução de 1930. Logo, muitos militares, principalmente ex-tenentistas, se aproximaram do Partido e outros se filiaram à ANL, graças à influência do nome de Prestes. Muito embora cite a iniciativa de outros grupos não comunistas em dar o primeiro alento à Aliança, a autora não considera, por exemplo, que em São Paulo ela

³⁴⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio, *op. cit.*, pp. 287-296.

³⁴⁷ PRESTES, Anita Leocádia, *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora – os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934-1935)*. Petrópolis: Vozes, 1998, 2.^a ed.

³⁴⁸ Notemos que Anita Leocádia Prestes considera a participação do PCB na criação da ANL com importância preponderante, diferentemente de Marly Vianna.

tenha ganhado maior impulso com a adesão pública de Miguel Costa, um grande vulto do movimento e uma espécie de ícone do socialismo tenentista paulista.

O PCB conscientemente explorou os dividendos políticos e sociais em meio às classes populares que significava a adesão de Prestes e de seu apoio à nova organização de massa fazendo com que a ANL crescesse rapidamente. A tática conspirativa tenentista, segundo Anita Leocádia, também era partilhada pelos comunistas. A ANL já estava se formando quando os enviados à 3.^a Conferência dos Partidos Comunistas Latino Americanos e do Caribe voltavam ao Brasil. Portanto, segundo a autora, a Aliança Nacional Libertadora não era resultado direto das “ordens de Moscou”. O desejo revolucionário insurrecional era próprio do PCB e dos tenentes que ingressavam na Aliança; o apoio da IC ao levante foi obtido por ela ser revolucionária e porque os comunistas garantiram que o Brasil estava às portas de uma Revolução Popular...

O que levou os militares à ANL foram problemas específicos seus, ou corporativos, como as questões relativas ao reajustamento dos soldos; os boatos insistentes sobre golpe militar envolvendo generais como Guedes da Fontoura e Góis Monteiro e, principalmente, o desengajamento de praças como medida de economia para o governo. Tudo isso podia levar os militares à ANL e ao PCB, que possuíam a figura de Prestes e alguns discursos em seu favor.

Por outro lado, a jovem oficialidade, em reuniões no Clube Militar, vociferava contra a Lei de Segurança Nacional que vinha tolher a liberdade do povo e a sua própria. Muitos colocavam-se como guardiães dessas liberdades e da República que se formara após a Revolução de 1930 e que estaria sendo traída por Vargas. As dificuldades e a crise nacional sensibilizaram esses jovens influenciados pelo tenentismo e por Prestes.

Anita Leocádia considera, ao citar exemplos de apoio da imprensa e de algumas entidades operárias aos jovens oficiais, que o povo via nos militares, talvez, desde o final do Império, aqueles que, desafrontando-se em relação aos poderosos seriam os únicos a “vingá-lo”. Daí o apoio e talvez até, o incentivo. A autora ainda destaca o papel proeminente que as praças teriam nos levantes de 1935, o que por si só, demandaria uma pesquisa específica.

Para Anita Leocádia, houve heterogeneidade na direção da ANL: havia os revolucionários, a maioria dos quais influenciados pelos comunistas e por parte dos tenentes e havia os legalistas/reformistas que podiam ser representados na pessoa do presidente da mesma, o comandante Hercolino Cascardo, também tenente histórico.

Esses últimos procuravam negar em público as palavras de ordem revolucionárias de apelo à luta armada; a vinculação com os comunistas e afirmavam agir em conformidade com as leis. Isso, segundo a autora, prova que a ANL não se radicalizou por causa de elementos tenentistas, mas sim influenciada pelos comunistas e por Prestes, já totalmente identificado com eles. Nesse ponto, surge divergência com a tese de Marly Vianna.

Logo de início, a insatisfação popular com Vargas; com a situação do país e a frustração de muitos revolucionários de 1930 empurrou os tenentes à esquerda do Governo e levou-os à ANL. A presença de Prestes que ressurgia como liderança, fez com que ela se fortalecesse ainda mais e ganhasse novos e importantes filiados. O discurso em defesa da democracia contra o autoritarismo do Governo Vargas e contra o avanço do integralismo era bem aceito popularmente.

A autora considera o PCB como estando inclinado a apoiar a ANL em suas bases, tendo em vista experiências diversas de outras correntes políticas em organizar coligações e alianças contra o avanço fascista/integralista desde 1933. Paralelamente, o Partido recebeu a orientação da IC ao final de 1934, então direcionada por sua liderança e depois confirmado no VII Congresso, a entrar na política de frente popular. Foi o PCB que influenciou o programa da ANL e levou-a a se pronunciar destacadamente contra o imperialismo e o latifúndio. O integralismo foi apresentado como tropa de choque assalariada desses elementos citados e combatidos, bem como do Governo Vargas. Em outras palavras, podemos considerar que o integralismo passa a um segundo plano em meio às novas preocupações da ANL.

De nossa parte, devemos observar que, embora os comunistas pudessem estar “inclinados” a participar de frentes amplas antifascistas desde fins de 1933, é inegável que essa participação era problemática e que podemos mesmo questionar suas intenções: eles participavam para se somar à luta contra o fascismo-integralismo, ou participavam também, e principalmente, com a intenção de tomar as bases das outras organizações de esquerda e proletárias? Em nossa pesquisa, tanto as fontes, quanto parte importante da historiografia dedicada ao tema – embora não nominalmente – indicam fortemente o segundo fator como uma das principais motivações dos comunistas, inclusive tendo como um ponto forte em sua argumentação o fato de seu violento sectarismo em relação às demais correntes reformistas e revolucionárias.

A própria autora, Anita Leocádia, aponta que os comunistas ainda levantavam por sua conta e sectariamente, a palavra de ordem da formação de “soviets” e a

formação de um governo soviético no Brasil e isso em 1934. A IC, através de seu Secretariado Sul Americano criticou severamente a adoção continuada dessa palavra de ordem por não possuir condições de efetivação no momento e por atrapalhar a política de frente popular. Estudando outras obras relacionadas na bibliografia deste trabalho e fontes, como o jornal *A Classe Operária*, notamos que a adoção da palavra de ordem de criação de *soviets* e da formação de conselhos de operários, soldados, marinheiros e camponeses vinha acompanhada da crítica ácida e sectária às outras correntes proletárias, tanto reformistas quanto revolucionárias. Evidentemente, essa atitude isolava os comunistas de certas parcelas do movimento operário e mesmo entre os militares revolucionários.

De qualquer forma, os comunistas, como demonstra sobejamente a produção historiográfica sobre eles, esperavam e preparavam uma ação revolucionária para um futuro bastante próximo.

Estando ou não às portas de uma Revolução, o país passava por séria agitação política e social. Muitas greves ocorriam em diversas cidades e estados do país. Ao mesmo tempo, o clima de tensão crescia, com o avanço igualmente impressionante da Ação Integralista Brasileira e a discussão e aprovação do Projeto de Lei de Segurança Nacional, a temida “Lei Monstro”. A ANL era uma iniciativa de defesa diante da reação que se avizinhava e se avolumava. Criada no Distrito Federal, iria se irradiar rapidamente por diversas partes do país em poucas semanas.

3.3.1 A criação da ANL em São Paulo: o aproveitamento das estruturas partidárias e sindicais dos socialistas tenentistas e a posição do PSB-SP

Parece-nos, quando analisamos os documentos da imprensa, principalmente as páginas de *A Platéia*, que as negociações para a formação da ANL em São Paulo realmente avançaram quando do anúncio da solidariedade e adesão do general Miguel Costa à entidade e quando o intelectual Caio Prado Jr. começou a participar com intensidade em sua organização. Nesse sentido, ao menos para o caso paulista, discordamos da consideração de Anita Leocádia Prestes quando ela não atribui importância à adesão de Miguel Costa à ANL³⁴⁹.

A adesão solidária de Miguel Costa, em um primeiro momento, se deu através da leitura pública de uma carta sua durante uma reunião realizada em 29 de março, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro:

³⁴⁹ PRESTES, Anita Leocádia, *op. cit.*

“Se não assisto pessoalmente às deliberações que ides tomar, estou, desde já, solidário convosco nas medidas que aceitardes para o bem do Brasil de amanhã. Dentro da ordem, como indica o manifesto da Aliança, mas sem desfalecimentos, o que importa é manter sempre bem viva a luta que assegure aos desprotegidos da fortuna o bem-estar a que têm direito moral e materialmente”³⁵⁰.

O texto demonstra a firmeza do general revolucionário, conquanto não conclame o povo à luta armada para novas conquistas; estas deveriam advir de ações dentro da ordem que pretendiam modificar em uma direção mais progressista. Contudo, o mais importante eram os beneficiados por essas conquistas do “Brasil de amanhã”: os “desprotegidos da fortuna”. É uma demonstração pública da afinidade social para com os humildes, que poderiam ser compreendidos como as classes trabalhadoras, da parte de uma das maiores estrelas revolucionárias, abaixo apenas de Prestes dentre o público paulista.

Enquanto isso, o PSB-SP prosseguia em sua faina organizativa e expansiva, com congressos locais, mesmo sob a perseguição da polícia e das ações do Governo Armando Salles de Oliveira.

Ao final de abril, constituiu-se o diretório provisório estadual da Aliança Nacional Libertadora. Faziam parte o

“tenente Thimóteo Ribeiro da Silva, destacado combatente da Coluna Prestes, reintegrado nas fileiras do Exército depois da Revolução de 1930; o escritor [sic] Caio Prado Jr., nome sobejamente conhecido em todo o país; Raphael Sampaio Filho, advogado, ex-vice-presidente do Partido Popular Paulista; Jerônimo de Cunto Jr., médico, líder sindical na Noroeste; Núncio Soares da Silva, ex-presidente do Sindicato dos Ferroviários da Cia. Paulista; Clóvis Gusmão, conhecido intelectual revolucionário; tenente José Alves de Brito Branco, fundador da Legião Cívica 5 de Julho e do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo; Alfredo Godofredo, presidente do Sindicato de Tração, Luz, Força, Gás e Telefones de S. Paulo; Aristides Nogueira, prócer socialista de Santo Amaro; Fernando Cordeiro, ex-delegado eleitor dos comerciários de S. Paulo. O deputado Armando Laydner, cuja atuação parlamentar tem se caracterizado pela defesa intransigente do povo é presidente da Federação Brasileira dos Sindicatos Ferroviários, com sede no Rio de Janeiro”³⁵¹.

Salta-nos aos olhos a composição majoritariamente tenentista, socialista tenentista e de seus simpatizantes sindicalistas, do núcleo provisório da ANL paulista,

³⁵⁰ *A Platéia*, 04/05/1935, p. 1.

³⁵¹ *A Platéia*, 24/04/1935, p. 6.

em que pese a presença marcante de Caio Prado Jr., que fazia parte do PCB desde 1931, segundo Dainis Karepovs e Lincoln Ferreira Secco.

Nos dias seguintes, conclamou-se a população à conferência de instalação da ANL estadual. No texto de chamada enfatizou-se o combate ao imperialismo no Estado, bem como a Reforma Agrária. Reivindicava-se o cancelamento das dívidas imperialistas; nacionalização das empresas estrangeiras, “liberdade em toda a sua plenitude; entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultivam; (...) anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem [e] contra qualquer execução hipotecária”.

Esperava-se dar uma vida melhor ao povo e construir a soberania nacional:

“Explorando as nossas riquezas e desenvolvendo as nossas forças produtivas; diminuindo todos os impostos que pesam sobre a nossa população laboriosa e, com isto, abaixando o custo de vida e desafogando o comércio; aumentando os salários e ordenados de todos os operários e funcionários; efetivando e ampliando as medidas de amparo e assistência social aos trabalhadores e, desenvolvendo em enorme escala a instrução e protegendo realmente a saúde ‘pública’”³⁵².

Esse era um discurso nacionalista de esquerda com viés socialista que avançaria mais nos próximos dias e semanas. Mas, eram os comunistas que estavam formulando o discurso e não os socialistas tenentistas.

No sábado, 27 de abril de 1935, realizou-se a conferência em meio a grande entusiasmo. Contaram-se cerca de três mil pessoas que lotaram completamente o Cassino Antártica. A assembléia foi aberta pelo tenente Thimoteo Ribeiro da Silva que apresentou o comandante Hercolino Cascardo, um dos líderes do levante da Marinha de Guerra em 1924, concomitante ao levante paulistano, o capitão Amorety Osório e os senhores Francisco Mangabeira e Benjamin Soares Cabello, todos da direção nacional da ANL. Em sua fala, Mangabeira criticou duramente o integralismo; o capitão Amorety Osório analisou a situação brasileira e rememorou os movimentos populares recentes. Quando citou o nome de Prestes “uma prolongada salva de palmas encheu o recinto”³⁵³.

Os comunistas também garantiram sua presença no evento, com o pronunciamento de alguns de seus principais nomes, como o líder ferroviário da oposição do Sindicato dos Ferroviários da Sorocabana, Ladislau de Camargo; o

³⁵² *A Platéia*, 26/04/1935, p. 3.

³⁵³ *A Platéia*, 29/04/1935, p. 6.

estudante Miguel Costa Filho e o líder bancário Álvaro Cecchino. Falaram ainda o líder sindical Alfredo Godofredo e a professora legionária Luíza Peçanha Branco. Fechando o ato, usou a palavra Caio Prado Jr. participando a todos a formação do Diretório Estadual da ANL, assim composto: tenente Thimoteo Ribeiro da Silva; Caio Prado Jr.; Clóvis Gusmão; Núncio Soares da Silva; Aristides Nogueira; Jerônimo de Cunto Jr.; Raphael Sampaio Filho; Fernando Cordeiro e o tenente José Alves Brito Branco.

No dia seguinte, domingo, 28 de abril, em Sorocaba, cidade fabril e ferroviária do interior paulista, deu-se outro importante encontro aliancista. Realizou-se um comício no campo de futebol do Juventus, presidido também pelo comandante Cascardo. Ele foi recebido de manhã na gare da Sorocabana, no centro da cidade, por uma multidão de populares quando da chegada da comitiva nacional-libertadora. De lá seguiram até o Hotel Sorocabano. Às 16 horas realizou-se o evento com cerca de mil e duzentos participantes. Falaram o comandante Roberto Sisson, líder tenentista da Marinha de Guerra, a professora Luíza Branco, o ferroviário Custódio de Oliveira e o deputado classista ferroviário Armando Laydner, que encerrou os trabalhos em “brilhante improviso”.

A importância dos socialistas tenentistas era fundamental, visto que o crescimento da ANL se dava sobre as bases sindicais e partidárias deles, tanto do PSB-SP, quanto da Legião Cívica 5 de Julho – como indicam os nomes de legionários de destaque na diretoria da Aliança. Os dirigentes do Partido ainda discutiriam a participação e o ingresso oficial na organização, enquanto suas bases já o faziam, com adesões individuais e coletivas.

Em Bauru havia atuação aliancista e um início de sua organização a partir de ativistas e dirigentes do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste do Brasil, liderados pelo médico legionário Jerônimo de Cunto Jr.³⁵⁴.

Também havia organização aliancista entre os ferroviários da Companhia Paulista, principalmente em São Carlos, através da atuação do ex-presidente do Sindicato dos Ferroviários de São Carlos, Núncio S. da Silva que, como vimos, foi eleito para o diretório estadual paulista da ANL³⁵⁵. E, ainda, entre os trabalhadores e sindicalistas da SPR, principalmente a partir da militância socialista tenentista e sindical de Hildeberto M. Queiroz. Ele presidiu o núcleo aliancista entre os ferroviários da

³⁵⁴ “Relatando” do Delegado de Polícia de Bauru, de 12/02/1936. APESP, DEOPS, Pront. n.º 3003 e dados do Pront. n.º 869.

³⁵⁵ APESP, DEOPS, Pront. n.º 2345.

“Ingleza” e, antes, chegou a trabalhar na Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Sorocabana³⁵⁶.

Também houve o aproveitamento da estrutura do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, principalmente em Itapetininga, onde membros da oposição sindical ligada a Ladislau de Camargo organizaram um núcleo da ANL, com apoio logístico na delegacia sindical sediada na cidade³⁵⁷. Vemos claramente o aproveitamento da estrutura sindical criada pelos socialistas tenentistas e pelos seus dissidentes que aderiram aos comunistas em favor da organização da Aliança no interior paulista.

A partir disso, podemos corroborar as afirmações que a ANL paulista tinha uma atuação próxima do sindicalismo. Veja-se o caso do protesto contra demissões de ferroviários na SPR, vista como um exemplo da exploração imperialista no país. Ou ainda, a formação de um núcleo aliancista dentro da Frente Única dos Motoristas Profissionais de São Paulo. Juntamente com essa notícia, apresentou-se outra relativa à formação de núcleos provisórios no interior do Estado, como o de Xavantes, ocasião em que participaram moradores e trabalhadores rurais, o que demonstrava, segundo pensavam os aliancistas, a “febre de divisão do latifúndio”³⁵⁸.

Houve ainda aproveitamento da estrutura militar do socialismo tenentista. Era o caso da adesão do tenente-coronel Daniel Costa. Ele era um oficial superior reformado da Força Pública de São Paulo que, cautelosamente, desenvolvia grande atividade, ora para a Aliança Nacional Libertadora, ora em busca de filiados para o PSB-SP. Foi um dos propagandistas da ANL na capital paulista³⁵⁹ entre a oficialidade da Força Pública. Entre as praças também havia agitação, principalmente através da atuação do sargento reformado, conhecido pela alcunha de João Grande, homem de confiança de Miguel Costa, segundo os agentes da Ordem Social. Ele pertenceu aos partidos apoiados pelo general; foi legionário e filiado ao PSB-SP e também à ANL. Seu papel, ainda segundo a Ordem Social, era agitar cabos e soldados da Força Pública³⁶⁰.

Assim, a ANL se expandia e adquiria alguma capilaridade na sociedade paulista, em suas instituições armadas e organizações operárias, em grande parte utilizando as estruturas organizacionais pré-existentes dos socialistas tenentistas.

³⁵⁶ Informação 806, de 21/01/1939. APESP, DEOPS, Pront. n.º 3193.

³⁵⁷ ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *Entre a Revolução e o Corporativismo*, op. cit.

³⁵⁸ *A Platéia*, 22/05/1935, p. 3.

³⁵⁹ APESP, DEOPS, Pront. n.º 4416.

³⁶⁰ APESP, DEOPS, Pront. n.º 4341.

Mas, se militantes e simpatizantes do PSB-SP entravam para a ANL e inclusive participavam de instâncias diretivas, qual era a posição oficial do próprio Partido a esse respeito?

Em junho de 1935 ainda havia discussão no interior do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo quanto à atitude a ser adotada em relação à Aliança Nacional Libertadora. Essa discussão se dava mais claramente na forma de como seus militantes deveriam se portar dentro da organização e na defesa de seu próprio programa e de sua ideologia, para que não ocorresse pura e simplesmente uma “adesão” à ANL, o que levaria à diluição e desaparecimento do Partido no interior da entidade. Diante do que já expusemos e do que demonstra a documentação pesquisada, essa discussão tinha um caráter mais de orientação partidária para a atuação dos militantes socialistas tenentistas, visto que sua participação dentro da ANL era um fato nesse momento.

Os socialistas tenentistas aceitaram declaradamente a “proposta” feita pela Aliança Nacional Libertadora para uma ação comum em torno da luta antifascista e pela defesa e ampliação das liberdades públicas. Aliás, declara-se em seu *Boletim Interno*, que o PSB-SP “jamais deixou de aceitar, propor, e realizar frentes únicas com outras organizações políticas ou não”³⁶¹ para a conquista e defesa desses fins. O Partido aceitava essa proposta por concordar e “aplaudir sinceramente” certos itens de seu programa e por considerar que havia “fortes indícios” de uma “mudança no panorama político do Brasil”. Esses indícios abriam, segundo os socialistas tenentistas, “novas perspectivas (...) ao movimento do proletariado em marcha para o Estado Socialista” sendo esse o mote de abertura do referido documento.

Havia entre algumas correntes esquerdistas e proletárias, inclusive e talvez, principalmente, entre os comunistas, a percepção de que uma nova situação revolucionária se abria ao país. É possível que essa percepção tivesse uma base real dado o ascenso da luta antifascista e reivindicativa dos trabalhadores desde 1930 até o início do ano de 1935 e seu sucesso em combater as manifestações públicas dos integralistas impedindo-os efetivamente em alguns grandes centros urbanos e, nesse caso, em São Paulo, de tomarem as ruas como fizeram os fascistas italianos e os nazistas alemães. Os socialistas tenentistas sabiam, assim como os comunistas e outras organizações político-ideológicas proletárias, que as classes dominantes preparavam uma reação violenta contra o avanço operário e esquerdista. Essa preparação passava,

³⁶¹ Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, *Boletim Interno*, Junho de 1935. CEDEM, Fundo LX, Caixa 3, Pasta: Boletins, 1931-1937 e s/d, p. 1.

segundo eles, por dois momentos claros e interligados. O primeiro era o aparecimento e avanço do integralismo e o outro, o Projeto de Lei de Segurança Nacional, proposto por Vicente Ráo, membro da oligarquia constitucionalista governante em São Paulo. Essa percepção e as manifestações dos socialistas tenentistas sobre essas questões nós apresentamos anteriormente, não estando integralmente presentes no *Boletim Interno* que estamos analisando, sendo apenas aludidas.

Os socialistas tenentistas consideravam que havia um ascenso no movimento de massas em defesa das liberdades democráticas contra as ameaças reacionárias que se colocavam claramente no quadro político e social brasileiro. Mas, pretendiam explorar essa situação para promover a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores urbanos e rurais (“colonos e camaradas de roça”). Ao menos era isso que declaravam inicialmente. Para isso, era mais que necessário que os representantes dos trabalhadores mantivessem claramente seus princípios ideológicos e sua independência de classe. Nesse ponto, o PSB-SP assume abertamente uma posição que pretendia ser de “vanguarda” da classe e passa a falar por ela em seu *Boletim Interno* de junho de 1935.

Essa independência política e ideológica tinha que ser marcada diante da aceitação da proposta da ANL. Dessa forma, passa-se à apresentação dos princípios ideológicos e orgânicos do Partido e à comparação de seu programa ao da ANL, à questão da “Tática de Frente Única para Conquistas Parciais” e, finalmente, a apresentação das “tarefas” dos socialistas tenentistas para o momento e dentro da organização.

No que tange aos “Princípios de Independência Ideológica e Orgânica” do Partido, a Comissão Central Executiva mostrava-se intransigente: confundir o programa partidário com o da frente popular, ou abandoná-lo em proveito do programa desta, seria condenar o próprio Partido ao desaparecimento. Nesse sentido, o subitem em questão, do *Boletim Interno*, abre-se com a declaração essencial a respeito da opção ideológica dos socialistas tenentistas, retirada da social-democracia européia, mas adaptado à realidade brasileira:

“O partido socialista é a vanguarda das classes trabalhadoras, dos operários, dos colonos, dos camaradas de roça e intelectuais conscientes unidos e organizados em torno de um programa marxista, tendo por fim a implantação, no Brasil, do regime socialista, pelo qual se bate no campo da democracia”³⁶².

³⁶² *Boletim Interno – Junho de 1935*. Partido Socialista Brasileiro de São Paulo. CEDEM, Fundo LX, Cx 3, Pasta: Boletins, 1931 – 1937 e s/d., p. 1.

Era clara a opção social-democrata dos socialistas tenentistas nesse momento (na realidade, desde janeiro de 1934, a despeito da influência trotskista): a luta dentro da legalidade pela “ampliação da acanhada democracia existente no país”. A adesão do Partido à ANL deveria, além de obedecer à necessidade de organização de luta democrática contra o integralismo e a reação, possibilitar a propaganda partidária, já que não se podia descuidar da apresentação da organização em si e de seu programa às massas. Isso fica claro quando o texto do *Boletim* demonstra a concepção presente de consciência política de classe:

“As massas só poderão caminhar para o socialismo, libertando-se da exploração capitalista, aceitando certas idéias consagradas num programa, que, examinado por elas, passe a ser o seu programa de luta pelas reivindicações que contenha. A aceitação, pois, do nosso programa pelos trabalhadores do Brasil depende da nossa constância em trazê-lo sempre a todas as luzes, para que eles o vejam e compreendam. Podemos entrar em acordos táticos com outras organizações, mas, tendo sempre desfraldada a nossa bandeira e exposto nosso programa”³⁶³.

Os socialistas tenentistas consideram implicitamente que seu projeto político e ideológico é exterior aos trabalhadores, malgrado se considerassem como sua vanguarda... Isso se encaixa na própria definição que tinham do Partido, como vanguarda do proletariado que reunia trabalhadores urbanos, rurais e intelectuais. Parece-nos claro que o programa político era fruto da atuação dos intelectuais, uma vez que os trabalhadores deveriam aceitá-lo como seu, após examiná-lo em face à sua apresentação insistente ao conjunto da classe.

Notemos também, que não se menciona a insurreição armada. A nova forma de luta deveria ocorrer em proveito de uma organização que já atuava legal e abertamente na formação de um movimento de massas para pressão política. Parece-nos que isso era a recolocação em novo patamar da concepção de que a Revolução já havia ocorrido e derrotado o domínio oligárquico em nível nacional. A recolocação seria a própria noção de que haveria a superação do regime oligárquico no ato da abertura de um período que deveria ser marcado pela conquista e ampliação de liberdades públicas e dos direitos sociais. Nesse sentido, era de suma importância a ampliação desse novo regime, ameaçado – também – pela emergência do fascismo no país, além, é claro, da volta de oligarquias ao poder regional, como em São Paulo.

³⁶³ Idem.

Era a consideração implícita de que não era mais necessária uma ditadura militar para se promover as reformas sociais, políticas e econômicas; elas, agora, deveriam ser conquistadas pelos trabalhadores e massas populares. Era a aplicação da noção social-democrata de luta de classes: ela se dava por meio de um movimento de massa que agia abertamente dentro de um contexto de liberdade democrática em que se fazia a propaganda política e ideológica do Partido que representava as classes trabalhadoras e que pressionava pela conquista de reformas sociais cada vez mais amplas até se atingir um regime socialista.

Nessas condições, era mais que necessária defesa igualmente permanente e intransigente de seu programa social-democrático diante de outros, como o da frente popular em que o Partido ingressava. A possibilidade da aceitação de outro programa implicava no esquecimento do seu próprio. Isso também dizia respeito aos quadros partidários que deveriam continuar sendo acatados e seguidos.

Não obstante, o ingresso na ANL também reforçava essa concepção democrática dentro do tenentismo de esquerda e do socialismo tenentista, uma vez que personagens consagrados do movimento, como os comandantes da Marinha, Hercolino Cascardo e Roberto Sisson, dirigiam a entidade e que o emblemático general da Força Pública Paulista, Miguel Costa, havia apoiado abertamente sua formação na cidade de São Paulo. Esses “tenentes” estavam operando uma possível superação de sua estratégia insurrecional em proveito da luta de massas, aberta e democrática. Nos anos imediatamente anteriores já haviam aceitado a disputa eleitoral, embora com resultados decepcionantes e assistido e até participado da luta de classes na forma clássica da greve operária, como fora a greve dos ferroviários de janeiro de 1934 que, malgrado supostas intenções, não se transformou em uma greve geral insurrecional.

Dentro do PSB-SP, essa superação da estratégia insurrecional parecia andar mais rápido, ganhando relevo no Congresso de Janeiro de 1934, quando o personalismo do general Waldomiro Lima foi condenado e foi aprovada uma linha social-democrata e até a filiação à Internacional Socialista (que acabou não ocorrendo), conquanto o Partido ainda conservasse suas características socialistas tenentistas em parte de sua forma discursiva nos documentos públicos, na atuação dentro do sindicalismo oficial, na influência sobre militares da Força Pública paulista e na Guarda Civil e, finalmente, no destaque que o tenente-coronel João Cabanas possuía na direção partidária. É essa amálgama de elementos socialistas reformistas com outros de origem tenentista, na forma do apoio à representação classista no legislativo; à valorização das liberdades

democráticas; a aceitação e atuação dentro do sindicalismo oficial; à valorização histórica dos levantes tenentistas de 5 de julho e da Revolução de 1930; a atração de militares e elementos de classe média, juntamente com o proletariado; a adoção de soluções “adequadas à brasilidade” – nacionalistas – juntamente com a consideração do internacionalismo da luta de classes e da luta contra o capitalismo bem como a adoção da versão social-democrática do marxismo, que caracteriza o socialismo tenentista.

Mas, ao menos no plano discursivo, a continuidade do Partido não era uma finalidade em si; ela era importante porque o seu programa era o que mais se adequava às necessidades das massas trabalhadoras e às condições históricas do país e ao momento vivido, conforme apresentado nas linhas de seu *Boletim Interno*. Esse programa apresentado sinteticamente em essência, em um único parágrafo, inspirava-se na social-democracia européia e os socialistas tenentistas faziam questão de expor sua base marxista de cunho reformista. Nele se constata a existência da “luta de classes afirmada pela dialética marxista” e considera o proletariado como elemento central da transformação sócio-política, conquanto faça menção à aliança com a intelectualidade e à pequena burguesia que deviam ser atraídas, “disciplinadas” e “aguerridas” pelo Partido. Está clara a intenção da “coletivização do capital agrícola e industrial”, embora se pretendesse isso para um futuro indefinido, como solução para a luta de classes.

A opção pelo socialismo vinha de duas constatações correlatas: a da existência histórica da luta de classes e da “ineficiência” do sistema capitalista em nível internacional. A Grande Depressão era a prova concreta dessa constatação: “o regime capitalista revelou-se de toda evidência incapaz de dirigir a economia do mundo de forma a servir à causa da civilização”. Daí o estabelecimento da missão do Partido:

“(...) o Partido Socialista toma sobre seus ombros a tarefa de aguerrir e disciplinar politicamente obreiros, intelectuais e pequenos burgueses, a todos enfim, à quem sorriam os ideais de cooperação fraternal, equidade econômica, igualdade jurídica, equivalência social, tendo sempre em vista a redenção política dos proletários do Brasil e do Mundo”³⁶⁴.

Nessa passagem se revela a componente internacionalista do programa, conquanto, em linhas gerais, ele seja mais nacionalista, uma vez que pretende a adequação do socialismo à realidade do país, como expusemos em momentos anteriores.

³⁶⁴ Idem, p. 2.

É interessante notarmos que os socialistas tenentistas consideravam que seu programa ia ao fundo das questões sociais e econômicas nacionais, embora não se possa comprovar isso na análise do mesmo, como fizemos em outras oportunidades, e criticavam a superficialidade do programa da Aliança Nacional Libertadora: “O programa da A.N.L. não é absolutamente nem ela pretende tal, um programa marxista, tornando-se incompleto para o proletariado por não chegar no fundo da questão social. Pelo contrário, fica na superfície dela e estabelece a má colocação do problema para a classe trabalhadora, desarmando ideologicamente o proletariado”.

Para os socialistas tenentistas, o programa da ANL era mínimo, uma vez que pretendia unicamente libertar o país do imperialismo, do latifúndio e implantar um regime amplamente democrático.

Segundo suas concepções, não se podia lutar contra o capitalismo estrangeiro sem se lutar contra seu congênere nacional, que apresentava-se dependente e complementar ao capital estrangeiro investido no país. Os socialistas tenentistas já consideravam que o capitalismo brasileiro se comportava como apêndice e instrumento do capital estrangeiro presente no país e que ele se dividia em setores conforme a sua associação com os capitais de diferentes origens. Ao final, todos competiam pela mesma “presa”, o trabalho assalariado nacional. Isso se verificava porque o “capitalismo nacional surge atrasado na história e, dependendo atualmente do imperialismo, é o seu instrumento de exploração do Brasil”. Para os socialistas tenentistas, “lutar contra o imperialismo sem lutar contra seu aliado e mandatário, o capitalismo nacional, é atacar moinhos de vento; é dar murros na sombra”³⁶⁵.

De uma maneira geral, era uma visão mais clara que a dos comunistas naquele momento. Tomando por base Marcos Del Roio³⁶⁶, podemos considerar essa assertiva como influência das teses dos trotskistas da LCI. Afinal, não se podia dizer que havia, então, uma luta nacionalista conduzida pela burguesia, contra a exploração do capital estrangeiro no país. Ou mesmo que ela aspirasse a isso. Ao contrário, ela geralmente se apresentava como sua aliada e, quando entrava em concorrência mais acirrada com ele em alguns setores, nunca chegava a apelar ao movimento operário, visto como seu inimigo. Seu apelo por auxílio e proteção dirigia-se ao Estado. Aliás, o nacionalismo no Brasil foi, muitas vezes, um programa ideológico assumido por diferentes setores oligárquicos não hegemônicos que dirigiram o Estado e defendido por setores de

³⁶⁵ Idem, p. 3.

³⁶⁶ DEL ROIO, Marcos T., *op. cit.*

esquerda, envolvendo parcelas da classe média e mesmo do proletariado e alguns setores do empresariado que nunca se empenhou em defendê-lo publicamente.

Ao que diz respeito à luta contra o latifúndio proposta pela ANL, os socialistas tenentistas consideravam-na em dois pontos. O primeiro era a justiça social da proposta que poderia potencializar os trabalhadores rurais na luta pela divisão da terra. Entretanto, em um segundo momento e de forma mais cuidadosa, eles consideraram que destruir os latifúndios e repartir suas terras não era garantia para que elas se tornassem produtivas; era necessário um ajuste econômico de fôlego para que isso se verificasse. Nesse caso, os socialistas tenentistas pretendiam a aplicação de uma fórmula socialista – bastante radical para o momento – que era a consideração da agricultura como uma indústria. Nesse caso, eles tomavam por base a grande agricultura agro-exportadora e fornecedora de matérias-primas à indústria. Se a agricultura poderia ser considerada como uma indústria monocultora e citam-se nominalmente as principais culturas comerciais distribuídas pelas macro-regiões – “café e algodão no centro do país, cacau, açúcar e borracha no norte” – então, seu capital também deveria ser socializado, “latifúndio ou não”.

Explicita criticamente que em “seu programa, a A.N.L., nada de concreto fala sobre a socialização do capital industrial, sobre a popularização dos créditos etc. E esta é uma parte de nosso programa que interessa bem de perto ao proletariado”. Esse realce em relação à socialização do capital parece ser uma influência trotskista entre os socialistas tenentistas. Entretanto, como veremos mais adiante, a questão da popularização do crédito era principalmente um ponto levantado pelos socialistas reformistas da época e tinha forte influência de Francisco Frola e de sua proposta cooperativista.

Dos três pontos programáticos defendidos pela ANL, o único de aceitação completa pela direção partidária dos socialistas tenentistas em junho de 1935, era: “Contra todas as formas de reação e em favor das liberdades populares”. Essa aceitação completa se fazia não pela defesa e ampliação da democracia como um valor em si mesmo, mas porque, por sua concepção reformista majoritária, a despeito de qualquer influência trotskista, as liberdades democráticas eram vistas como indispensáveis para que as massas trabalhadoras pudessem “marchar rumo ao Estado Socialista”. “É em torno deste item que se torna possível uma frente comum de luta entre o P.S.B. e as organizações participantes da A.N.L.”

Embora a direção partidária defendesse o princípio de independência política das organizações operárias na luta contra o capitalismo, reconhecia que a tática de formação de frentes únicas, ou populares, era útil para a realização de “conquistas parciais em torno de um programa mínimo” e para a ampliação das liberdades democráticas. Além disso, a Comissão Central Executiva salienta que “o P.S.B., aplicando este princípio tático, sempre realizou frentes-únicas contra o inimigo comum, no sentido de solidificar e aumentar as posições de luta da classe trabalhadora no Brasil”³⁶⁷. Em outras palavras, projetava-se prosseguir com a luta de classes dentro campo democrático e legal, mas em posições novas e mais vantajosas.

Mas, a aceitação da participação na ANL pelos socialistas tenentistas estava condicionada basicamente a uma questão considerada máxima: “Diante do movimento de massas iniciado pela A.N.L., em caráter de frente-única, o P.S.B. deu seu apoio a essa frente-única, baseado no ponto referente à luta contra o fascismo e em favor de uma ampla democracia”. No que tange à luta contra o imperialismo e ao latifúndio, os socialistas tenentistas se reservavam ao direito de conduzirem-na da forma como a concebiam e independentemente no que toca à atuação junto às suas bases sociais. Ainda que insistissem em defender suas próprias concepções acerca da luta anti-imperialista e contra o latifúndio, é inegável que ela seria potencializada a partir da atuação dentro da ANL, no que seria uma influência a ser absorvida pelo PSB-SP.

Os socialistas tenentistas também se reservavam ao direito de crítica à frente única sempre que a julgassem necessária, uma vez que, sendo ela democrática, deveria aceitar essa condição³⁶⁸.

No mais, aceitavam-na, até porque a participação de seus militantes na formação e expansão da ANL já era uma realidade naquele momento. Colocava-se então, até como forma de o Partido se adequar à situação de fato em que se encontrava, a necessidade do estabelecimento de “tarefas” aos seus militantes no interior da Aliança. Novamente, pela leitura do documento, parece-nos que a Comissão Executiva Central temia a diluição do Partido dentro da ANL. Vejamos as tarefas colocadas aos militantes:

“1) Os militantes socialistas que já ingressaram para os quadros da A.N.L. devem continuar dentro deles, da seguinte forma:

- a) Agirão sempre como aliancistas em todos os pontos em que não haja divergência entre o nosso programa e o da A.N.L.;

³⁶⁷ Idem, p. 3.

³⁶⁸ Segundo Dainis Karepovs, esse era um ponto de exclusiva influência trotskista dentro do PSB-SP, exercido a partir de Fúlvio Abramo.

- b) Mesmo dentro dos quadros da A.N.L., não deverão esquecer que, além do programa mínimo da frente-única, possuem os socialistas um programa máximo – o do P.S.B. – que deverão sempre evidenciar.
- 2) Aos militantes que ainda não ingressaram para os quadros da A.N.L. compete:
- a) continuar nos quadros do P.S.B., não ingressando contemporaneamente para nenhum outro;
 - b) apoiar todos os movimentos da A.N.L. contra o fascismo e em favor da democracia, aparecendo sempre como organização e não como indivíduos, isto é, sempre como representantes e membros do P.S.B.;
 - c) auxiliar a formação de quadros da A.N.L. com elementos liberais e com elementos ainda apolíticos;
 - d) evidenciar sempre, quer em movimentos isolados, quer em movimentos de frente única, o nosso programa e a nossa bandeira;
 - e) jamais descuidar do desenvolvimento de nossos quadros.”³⁶⁹

3.3.2 O auge da ANL paulista: as influências tenentistas e comunistas

Nesse mesmo mês de junho, outra frente única, que agia dentro e em concomitância com a ANL em São Paulo, a Frente Comum Anti-integralista, convocou uma manifestação para o mesmo dia, hora e proximidade com um comício integralista na capital paulista. O resultado foi que a concentração integralista marcada para 16 de junho de 1935 foi cancelada. À manifestação antifascista compareceram alguns milhares de pessoas, segundo a reportagem d’A *Platéia* e representantes das mais diversas organizações sindicais e operárias, ministerializadas ou ainda livres. O PSB-SP enviou representantes que se apresentaram enquanto partido; os comunistas se apresentaram por meio das entidades que dirigiam, assim como os libertários compareceram representando a FOSP. Mas, a direção do ato coube à ANL, que o patrocinou. Quase todos os representantes sindicais e das diversas correntes ideológicas discursaram contra o integralismo, a não ser Caio Prado Jr. que, em nome da ANL também discursou contra o imperialismo. Em geral, o discurso anti-imperialista era introduzido basicamente pelos comunistas, enquanto as outras correntes se preocupavam mais com o combate ao integralismo e contra a reação promovida pelos governos, tanto paulista, quanto federal.

Mas, a maior manifestação da curtíssima existência da ANL paulista foi o ato em comemoração à data de 5 de Julho, o que revela por si só a predominante influência

³⁶⁹ Idem, p. 4.

tenentista na entidade, mas que em seu bojo já trazia a influência comunista na adoção de programas político-ideológicos e no desejo de se fazer *outra* Revolução; a *sua* Revolução.

Em uma entrevista concedida à *Platéa*, o Secretário Geral da Aliança, João Penteado Stevenson considerou o levante de 5 de julho de 1922 como o evento que, embora “restrito”, despertou a população do país para os graves problemas sociais e econômicos existentes. A motivação de tal levante foi a pressão produzida na sociedade pela opressão conjunta do latifúndio e do imperialismo. Esse despertar evoluiu e gerou o levante de 1924 e, finalmente, o “movimento” de 1930. Este último, embora devesse ser a culminação do processo, encontrava-se desvirtuado pelos homens que alcançaram o poder. Por isso, as aspirações das massas não se realizaram. “A revolução, pois, existe em estado latente. Houve como que um preparo para a grande transformação social por que vem passando o país”³⁷⁰. A Aliança Nacional Libertadora apresentava-se como a herdeira do processo iniciado em 1922 e mal encaminhado em 1930 e, conseqüentemente, como o resultado de sua retomada e aceleração; ela faria com que a Revolução retomasse seu curso e resolvesse as questões prementes.

Prestes e a ANL passavam a encarnar a retomada do espírito revolucionário latente na população e a prova disso era o entusiasmo levantado pelo nome da maior estrela revolucionária do momento.

Stevenson articula seu discurso para apresentar o tenentismo como algo que, embora inconscientemente, havia surgido contra os inimigos da ANL: o latifúndio e o imperialismo. Sem dúvida, era uma manipulação político-ideológica que visava conferir à Aliança a legitimidade de continuadora de um grande processo revolucionário que se iniciou com o tenentismo em sua forma primitiva e evoluiu para o aprofundamento político e social então vivido. Essa interpretação anacrônica era de autoria dos comunistas; os introdutores da luta contra o latifúndio e o imperialismo e igualmente, da luta pela instauração de um governo nacional popular democrático no programa da ANL.

Era uma nova forma de fusão do tenentismo com a ANL, já que ela tem origem também na atuação de próceres de relevo nacional do movimento, com bandeiras e objetivos levantados pelos comunistas. Evidentemente, se essa nova fusão, articulada ao nível de discurso, fosse exitosa, os comunistas conquistariam a hegemonia na direção

³⁷⁰ A *Platéa*, 02/07/1935, p. 6.

do movimento de frente ampla. Eram lances de uma disputa interna pela direção do processo e da organização.

Por seu turno, os socialistas tenentistas tratavam de manter, ampliar, ou reconquistar, sua antiga influência sobre a Força Pública Paulista. Vemos a articulação de um esforço tipicamente tenentista para atrair o conjunto dessa corporação militar ao se mencionar sua presença no levante de 5 de julho de 1924 no texto publicado na comemoração da data, em 1935. Mas, se a peça discursiva ainda era tipicamente tenentista, ela possuía a marca indelével do socialismo tenentista ao frisar a suposta consideração popular, inclusive por parte de habitantes de outro Estado, de que a Força Pública Paulista era “amiga do povo e sempre disposta a lutar ao seu lado”³⁷¹. A autoria era de João Cabanas que não deixou de evocar o nome de Miguel Costa. Cabanas “constatou” o fato durante seus comícios em prol da Aliança no Estado do Espírito Santo. O objetivo era atrair a corporação de volta à influência dos líderes socialistas tenentistas e em torno de sua pessoa. A atração à ANL estava implícita na identificação de sua pessoa como uma personalidade importante na direção da mesma.

Como frisou Marly Vianna, a Aliança Nacional Libertadora tinha um forte viés tenentista, tanto em sua origem, como em seu desenvolvimento e constatamos isso claramente em São Paulo, em que pese a influência crescente dos comunistas. E isso malgrado o fato de ela ter surgido como uma frente ampla antifascista e defensora das liberdades democráticas e atraísse também liberais e outros mais identificados com a preservação e ampliação dessa condição sócio-política.

A ANL fora vitoriosa em impedir um grande comício integralista no mês de junho, na capital paulista, por ocasião do congresso da AIB, que precisou ocorrer à portas fechadas no Cassino Antártica. Agora, era a vez de os aliancistas ganharem as ruas. Os objetivos políticos da ANL começavam a se tornar ambiciosos: da defesa e ampliação das liberdades democráticas e do combate ao fascismo e todas as formas de reação, passava-se agora claramente a se propor a criação de um governo democrático nacional popular em tempos em que não havia eleições próximas. Era um desafio revolucionário o que se estava lançando nos comícios aliancistas.

No dia 5 de julho de 1935, os aliancistas e seus simpatizantes organizaram um grande *meeting* no São Paulo Rink, em que se reuniram aproximadamente seis mil pessoas, como informa a reportagem d’*A Platéia*³⁷². Às vinte horas entoava-se o hino da

³⁷¹ *A Platéia*, 05/07/1935, p. 1.

³⁷² *A Platéia*, 06/07/1935, p. 1.

ANL ao som da música do Hino à Bandeira. O nome de Luiz Carlos Prestes foi aclamado diversas vezes, ocorrendo salvas de palmas e vivas. Estavam “presentes representantes de todos os sindicatos e organismos proletários de São Paulo”.

“O nome de todos os heróis da libertação nacional, desde as greves de 1917, o feito de Copacabana, a revolução de 1924, até aqueles de 30 e 32 [que] lutaram com idealismo, foram aclamados”. Caio Prado Jr. abriu a reunião às 20:30 e logo passou a palavra ao general Miguel Costa. “Recebido com uma formidável aclamação”, o general pronunciou seu discurso que, “a cada instante, era interrompido por palmas e apoiados da multidão, principalmente nas ocasiões em que eram feitas alusões ao vulto impressionante de Luiz Carlos Prestes, ou à invencível campanha que está sendo desenvolvida pela Aliança Nacional Libertadora”.

Se durante o ato o discurso de Miguel Costa foi especial e serviu de abertura, *A Platéia* deu-lhe um destaque ainda maior, sendo o único publicado inteiramente e não apenas mencionado³⁷³. E esse discurso foi publicado separadamente da reportagem do *Meeting*. Aliás, ele já vinha sendo propagandeado dias antes, nas edições do jornal, como sendo de alta significação para o momento vivido pelo país. Eis o trecho de abertura:

“Eis a explicação de minha presença nesta concentração: venho em nome daqueles que morreram pela revolução e para render minha homenagem à Aliança Nacional Libertadora. A Aliança enfeixa hoje, nos seus quadros, a maioria do povo brasileiro, disposto mais do que nunca a arregimentar-se para poder, enfim, implantar no país um regime verdadeiramente democrático, como aquele que sonharam e pelo qual deram suas vidas os heróis de Copacabana e Catanduva, os soldados da Coluna Prestes – e a cujos sacrifícios o atual governo deve sua existência”³⁷⁴.

O general critica a Revolução de 1930 pelo fato de que o “egoísmo” de quase todos os seus dirigentes tê-la desvirtuado e, principalmente, pelo fato de ela não ter contado com “uma orientação definida”. As provas disso eram as dificuldades do governo, a persistência da crise econômica, a desvalorização do câmbio, o aumento dos impostos. Esses fatores somados encareciam e dificultavam a vida do povo. “Os campos se empobrecem cada vez mais. Nas cidades há cada vez mais braços à procura de

³⁷³ Paulo Ribeiro da Cunha considera Miguel Costa como socialista, embora também considere seu comportamento político no período entre 1932 e meados de 1935 como uma incógnita. CUNHA, Paulo Ribeiro da, “O General Miguel Costa e a Coluna Prestes”, In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues; RODRIGUES, Cândido Moreira (orgs.), *Intelectuais e Comunismo no Brasil*. Cuiabá-MT, EDUFMT, 2011.

³⁷⁴ *A Platéia*, 06/07/1935, p. 1.

trabalho. Os salários se reduzem. Os patrões se julgam no direito de cada vez exigirem mais...” Se o movimento de 1930 dera ao país o voto secreto, substituiu a Lei de Imprensa pela “Lei Monstro”.

Miguel Costa chega mesmo a citar como prova de que a Revolução de 1930 “não atingiu suas finalidades”, a ocorrência da Revolução de 1932. Esta, embora tenha colhido resultados “praticamente nulos” devido à sua má “condução”, “serviu para demonstrar a força dos anseios de liberdade do povo, quer queiram, quer não, os que afirmam enfaticamente que o tempo das democracias já passou”.

Seu discurso envereda pela defesa da democracia, não a meramente constituída por rótulos, mas daquela que possa construir uma “verdadeira soberania popular”. Essa forma assustaria os desonestos, “os velhacos”, os pouco inteligentes e àqueles “que abdicam de seus direitos, jurando obediência eterna a um só chefe” – alusão inequívoca aos integralistas.

Essa “democracia verdadeira” só poderia ser praticada por um governo que não se submetesse aos ditames imperialistas; a Londres, “New York”, ou a Roma e Berlim – aqui vemos outra alusão direta e clara aos integralistas, precedidas da alusão às oligarquias.

“Que tome posse no Brasil, governo exclusivamente de acordo com os interesses da Nação para poder, enfim, resolver de uma vez, as necessidades das massas trabalhadoras, sempre oprimidas e exploradas. Só um governo assim, realmente amparado no povo, poderá resolver os diferentes problemas nacionais, inclusive o de amparo da lavoura, livrando-o das garras do imperialismo, procedendo a mais racional distribuição de riquezas, extinguindo os latifúndios, doa isso ou não doa aos bancos aqui estabelecidos com capital estrangeiro, que nunca chegou ao Brasil”.

O discurso do general Miguel Costa revelou não só os elementos constitutivos do socialismo tenentista através do nacionalismo, da defesa das classes trabalhadoras contra a exploração e a proposição de uma melhor e mais “racional” distribuição de riquezas, como revelou o grau que a influência comunista chegava, na adoção explícita de suas bandeiras, como o combate ao imperialismo e ao latifúndio, como também no aprofundamento da noção de democracia. Já não se tratava apenas das liberdades democráticas que tinham que ser defendidas e aprofundadas, mas da construção de uma *democracia baseada na soberania popular* que deveria ser a base fundamental de um *novo governo*. Esse novo governo deveria ser empossado no país, mas não se tratava de uma campanha eleitoral, já que a eleição presidencial estava prevista para fins de 1937.

Então, como impossá-lo? O revolucionário de 1924 e co-dirigente da Coluna Prestes não explicitou, mas os oradores que vieram na sequência deram o tom *revolucionário* que a ANL deveria ganhar – e que talvez viesse de fato a ganhar se tivesse tido uma vida mais longa.

Alguns discursos se radicalizavam exageradamente, como no caso do representante dos Profissionais do Volante, José Marques Teixeira que, em nome da categoria, se pronunciou contra o imperialismo e o latifúndio e clamou por uma “guerra de morte ao integralismo”. O jornalista Colbert Malheiros foi ainda mais longe:

“E se pode dizer mais que nós, em frente única contra toda a espécie de reação iremos também até a barricada. Então marcharemos para morrer, mas sim, também para matar. E não seremos somente dezoito, mas sim milhares e milhões de brasileiros que vão arrancar o Brasil das mãos de seus agressores de todas as categorias”³⁷⁵.

Representando o Departamento Feminino da ANL, falou Luiza Branco, também participante da direção da Legião Cívica 5 de Julho. Ela dirigiu suas palavras às mulheres presentes e também notadas pela reportagem e aos homens que não puderam trazer suas companheiras. Também declarou solidariedade aos grevistas da Ítalo-brasileira, pertencente ao “grande abutre Matarazzo”. “No Distrito Federal – disse Luiza Branco – a mulher luta para que todas possam ser puras, trabalhadoras, instruídas e verdadeiras mães dedicadas aos seus filhos. Vinde, pois, mulheres, combater o bom combate dentro da A.N.L.”. As mulheres estariam na vanguarda dos combates com seus companheiros e havia outras na retaguarda que saberiam apoiá-los quando não os acompanhassem. Também os ajudariam no momento da consolidação da vitória; no momento da “separação do joio do trigo”. “E a bandeira [nacional] tingida pelo sangue dos mártires da libertação e dos heróis da justiça, do alto do Forte de Copacabana dirá ao Brasil: a obra dos 18 prossegue. A Revolução caminha dentro do governo nacional revolucionário popular”³⁷⁶.

Pelos negros falou o adoecido Benedito Florêncio, bastante aclamado. Ele falou “pelo Brasil negro, pelo Brasil escravo”. Chegou a comparar Prestes com uma espécie de “novo Cristo”. Foi aplaudido vibrantemente e destacou o combate contra o latifúndio.

Outros oradores se seguiram. Noé Gertel falou pelo Congresso Juvenil e seu discurso salientou a luta anti-imperialista. O jornalista João Pontes de Moraes, antigo

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Idem.

combatente da Coluna Prestes falou elogiando os negros e seu representante, bem como ao general Miguel Costa. Ele se pautou principalmente pela luta de classes. A palavra foi usada ainda por Alcântara Tocci.

Armando Laydner discursou denunciando a reação desencadeada na capital federal e contra o pagamento das dívidas para “credores imperialistas”. Em suas palavras, ou o governo seguia por esse caminho e se consideraria que cometia uma traição, ou mudaria sua trajetória que deveria consolidar a “democracia brasileira”, que se opunha a essas condições. Foi, talvez, o discurso menos radical daquela noite.

Após as palavras de Laydner, Caio Prado Jr. encerrou o ato.

Não há qualquer dúvida, dentro da ANL, parte dos socialistas tenentistas e mesmo seu maior ícone ganhavam mais radicalidade. Consideramos que isso era influência comunista e mesmo resultado do clima que se levantava no país, que também ganhava forte influência tenentista, que poderíamos chamar de *comunista tenentista*, já que, além de estar alinhada declaradamente com o PCB, trazia seus métodos e seu ícone máximo, Prestes e se diferenciava dos socialistas tenentistas que evoluíram para uma direção *reformista democrática*. Esse radicalismo foi detido pela declaração de ilegalidade da ANL e, de certa forma, pela retomada do controle de seus militantes pela direção do PSB-SP.

A radicalização da ANL crescia com o descontentamento real e ao mesmo tempo, aparente das massas. Ela crescia avassaladoramente em número de filiados nas mais diversas regiões do Brasil, segundo a maior parte da historiografia a respeito. Em pouco tempo, os comunistas foram ganhando proeminência dentro da entidade. Alguns tenentes de esquerda aderiram ao PCB, que se militarizava, enquanto o Partido se apresentava como estando a ponto de exercer hegemonia sobre o movimento operário. As teses anti-imperialistas, antilatifundiárias e sobre o “poder democrático-nacional-popular” ganhavam a direção programática da ANL, passando as lutas antifascistas e contra a repressão às liberdades civis para a condição de tarefas imediatas e meio de se atingir o ponto revolucionário da tomada do poder.

Em julho, depois do discurso de Prestes, lido em um grande evento da Aliança no Rio, ocasião na qual o novo líder comunista e, antigo líder, quase legendário do tenentismo, atacou abertamente Getúlio e sua “camarilha” dominante, propondo a criação de um Governo Nacional, Democrático e Popular sob a direção da ANL, esta foi fechada pela Lei de Segurança Nacional, recém-aprovada. A partir desse momento, segundo Marly Vianna, os comunistas começaram a dominar quase que totalmente a

entidade, enquanto ela ia se desarticulando rapidamente³⁷⁷. A maior parte dos aliancistas, segundo a grande maioria dos autores que se debruçam sobre o tema, não estava em condições, ou não se dispôs a agir na clandestinidade; desse modo, os diretórios da ANL em quase todo o país começaram a definhir. As atividades conspiratórias dos tenentes de esquerda remanescentes e dos comunistas absorviam praticamente toda a atenção da entidade na clandestinidade, em prejuízo do trabalho de organização das massas, que ficou praticamente na retórica.

Os “novos” comunistas e os tenentes de esquerda que gravitavam ao redor de Prestes estavam demasiadamente imbuídos do espírito de conspiração dos quartéis, forma com a qual vinham iniciando suas lutas desde 1922. Marly Vianna e Paulo Sérgio Pinheiro³⁷⁸, entre outros, consideram que os tenentes vermelhos – comunistas e de esquerda – ainda não sabiam como organizar eficientemente o movimento de massas revolucionário, embora os primeiros repetissem constantemente que haveria hegemonia desse movimento na Revolução que se preparava e os segundos aceitassem a *colaboração* das massas proletárias.

Em algumas partes havia trabalhos de agitação, propaganda e organização das massas que, entretanto, ficaram seriamente prejudicados e mesmo comprometidos pela severa repressão policial e política que intensificou-se com a promulgação da chamada “Lei Monstro”. Esperava-se que o decreto de fechamento da ANL fosse seguido de greves políticas nos locais em que a entidade estivesse organizada e funcionando. Porém, o proletariado reagiu pouco e foi bastante reprimido.

3.4 O impacto da ilegalidade da ANL e a continuidade das atividades dos socialistas tenentistas até novembro de 1935

Segundo Carone³⁷⁹, o principal articulador contra a ANL foi Filinto Müller, Chefe de Polícia do Distrito Federal. Seu relatório assinalava o extremismo da Aliança a partir de elementos retirados do discurso de Prestes lido pelo jovem Carlos Lacerda. O interessante é o que Carone aponta: o discurso foi lido à noite, mas o início da reação já se dera durante o dia. Em seu relatório ao Ministro da Justiça, Vicente Ráo, Filinto Müller denuncia um plano “comunista” para tomar o poder, no qual estava previsto o fuzilamento de militares legalistas e não comunistas em frente às suas casas e, às vezes,

³⁷⁷ VIANNA, Marly, *op. cit.*

³⁷⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio, *op. cit.*

³⁷⁹ CARONE, Edgar, *A República Nova*. São Paulo: Difel, 1982, p. 259.

no interior mesmo; caminhões armados com metralhadoras contra a população etc. A reação se alastrou e muitos foram presos; militares aliancistas foram perseguidos: praças expulsas e oficiais interrogados. Hercolino Cascardo impetrou Mandado de Segurança em nome da ANL, que acabou indeferido. Para o magistrado que o julgou, as provas apresentadas por Filinto Müller eram óbvias e conclusivas. A burguesia apoiou maciçamente o governo.

Após o golpe que a colocou na ilegalidade, a ANL começou a se desfazer, mas ainda assim, parte de seus membros, principalmente militares e comunistas iniciaram uma forte agitação conspiratória que, por caminhos mal traçados e erros, desembocaram nos levantes de novembro de 1935, como apontam Marly Vianna e Paulo Sérgio Pinheiro.

O que nos parece, quando examinamos as fontes do período, é que a ilegalidade à qual a Aliança Nacional Libertadora foi atirada não era uma surpresa aos socialistas tenentistas e nem mesmo para parte da direção da própria Aliança, visto as declarações oficiais do PSB-SP na imprensa. Como exemplo, citamos dois protestos seguidos em relação às arbitrariedades políticas e policiais.

Trata-se, em primeiro lugar, do protesto contra o violento impedimento do Congresso Estudantil, proletário e popular simultaneamente, que estava sendo organizado majoritariamente pelos comunistas, para acontecer em 9 de julho, data também da promulgação da nova Constituição Estadual. Para Waldemar Godoy, do Comitê Executivo do PSB-SP, a Constituição Federal promulgada havia quase um ano já estava revogada de fato em São Paulo, tendo em vista os desrespeitos à lei máxima e a repressão às manifestações políticas dos trabalhadores paulistas. Para Godoy, isso era obra dos constitucionalistas no poder, em nome da “elite paulista”. Idêntico destino teria a Constituição Estadual promulgada na mesma data³⁸⁰.

Evidentemente, tal manifestação não deixava de ser um protesto oposicionista dos socialistas tenentistas aos seus archi-inimigos constitucionalistas e uma marcação de posição política em cima do fato maior para seus adversários que era a promulgação da Constituição Estadual.

Ao que parece, a ilegalidade da ANL não mereceu muitos protestos mais de imediato, senão uma declaração oficial do PSB-SP, colocando não só sua posição, como também, uma justificativa prévia para o que esperava-se que viria a acontecer.

³⁸⁰ *A Platéia*, 10/07/1935, p. 2.

Waldemar Godoy declarava não estar surpreso com o fato, já que este demonstrava a reação política autoritária dos defensores do “sistema dominante” e também “títeres” do capitalismo internacional em relação às organizações sociais e políticas dos trabalhadores. Segundo a concepção dos socialistas tenentistas, nesse ponto, bastante influenciada pelas idéias social-democratas, as classes dominantes se atemorizavam diante de um proletariado consciente que se organizava e estava em busca de uma alternativa econômica que substituísse o “capitalismo falido”. Não se surpreenderia se algo semelhante acontecesse ao seu partido. “Mas, enganam-se os senhores governantes, pois que, nós outros, pertencentes a organizações marxistas, sabemos o que queremos e, a esses atos, que visam suprimir as últimas liberdades públicas, saberemos opor nossa mais decidida reação”³⁸¹.

Entretanto, a pronta reação popular não veio. Talvez, intimidada pela mais rápida *ainda*, onda repressiva. Tão logo a ANL foi posta na ilegalidade, a Ordem Política e Social paulista iniciou a prisão de suas lideranças e militantes mais destacados, assim como de jornalistas de *A Platéia* e de outros militantes sindicais e políticos, acusados de serem conspiradores comunistas.

Novamente a direção do PSB-SP vem a público. Em seu manifesto *Ao Povo Brasileiro* ela novamente denuncia a aprovação da Lei de Segurança Nacional e o conseqüente fechamento da ANL como atentados flagrantes às liberdades democráticas. Em São Paulo, estava-se indo mais longe que o próprio Governo Federal, considerado como autoritário: prendiam-se não só dirigentes regionais da ANL, mas também invadiam-se sedes de organizações sociais e de sindicatos; prendiam-se lideranças operárias e jornalistas. E isto era obra dos “PARTIDÁRIOS da Constituição” (sic)³⁸². As alegações de conspiração comunista internacional não passariam de subterfúgio das autoridades reacionárias. O que se pretendia era passar para um “regime excepcional de força, fascista” que defendesse as riquezas, os “lucros e posições” da burguesia. As classes dominantes aspirariam à passagem do capitalismo concorrencial para a fase monopolista que só poderia ser garantida por uma ditadura. Nesse ponto, os integralistas aplaudiam e eram beneficiados pela situação.

Os socialistas tenentistas consideravam a Revolução de 1930 como o resultado da pressão que o progresso das forças produtivas exercia sobre os estreitos e rígidos limites impostos pelas oligarquias. Mas, a Revolução iniciada nas periferias do país sob

³⁸¹ *A Platéia*, 11/07/1935, p. 1.

³⁸² *A Platéia*, 20/07/1935, pp. 1 e 6.

a liderança da Aliança Liberal gerou a “ditadura” de Getúlio Vargas, personagem do qual “ninguém soube nunca, ao certo, de seus propósitos”. Ele sempre teria agido premido pelas circunstâncias e nunca resolveu qualquer problema grave, deixando ao “tempo” essa “incumbência”. O resultado palpável era que o progresso obtido não era suficiente para abrir os horizontes ao avanço das forças produtivas. As lutas constitucionistas tampouco o fizeram.

Diante dessas necessidades urgentes teria surgido a ANL que “foi ao encontro de um pensamento coletivo, de um sentir comum”. O que demonstra claramente que o movimento aberto pela Aliança Nacional Libertadora era a continuidade e o aprofundamento dos anseios revolucionários então represados sob intensa pressão. Essa consideração era própria das concepções socialistas tenentistas e dava novo alento ao seu impulso desde a criação de suas organizações político-sociais. Ainda segundo essa concepção, a Aliança não podia ser obra dos comunistas dado que seu partido era “sem significação e pequeno pelo número de adeptos”. Por isso, a acusação original contra a Aliança era de uma falsidade flagrante.

Mas, todas as elites nacionais, até no Judiciário, se curvaram aos desígnios da burguesia e fingiam “acreditar nas mentiras oficiais” quando da impetração dos “HABEAS CORPUS” (sic). Todos os defensores do país “contra sua venda”, contra as violências, “contra a exploração medieval dos trabalhadores do campo e sua escravização com salários de fome nas cidades, todos que se batem pelas liberdades públicas” seriam considerados extremistas nos termos próprios aos integralistas.

Como organização legal,

“O Partido Socialista Brasileiro, sociedade civil, com largo programa registrado nos tribunais eleitorais, batendo-se pela emancipação do povo brasileiro, não trairá, neste momento, seus propósitos de justiça.

Ele acusa, pois, ao governo do senhor Getúlio Vargas, e dos banqueiros, generais e políticos que o apóiam, de estarem consumando um golpe de Estado, com a implantação de uma forma violenta de governo.

E conclama a todos os intelectuais de consciência, aos juízes, aos professores, aos funcionários públicos, aos trabalhadores das fábricas e das fazendas, aos soldados e a todos os homens que não querem ser escravos, para a alta vigília dos supremos direitos dos cidadãos e da democracia”³⁸³.

³⁸³ *A Platéia*, 20/07/1935, pp. 1 e 6.

Esse documento, conquanto seja claramente uma peça socialista tenentista com hegemonia ideológica da ortodoxia social-democrata à IOS, como fica bem claro em seu final e no correr de suas linhas, não deixa de apresentar certos elementos analíticos e ideológicos comunistas. Entre eles, está a caracterização de *feudal* para as relações de trabalho no campo brasileiro. Mais, ainda, a consideração sobre a suposta passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista no Brasil, que certamente é a aplicação mecânica das teses de Lênin em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, adaptada para o momento internacional de ascensão do nazifascismo. Evidentemente, a desqualificação do PCB não deixa dúvidas de que se tratava tão somente de influência ideológica e não de aliança política declarada pela direção do PSB-SP.

Também salta aos nossos olhos a clareza consequente dos socialistas tenentistas em valorizar a defesa das liberdades democráticas para aquele momento em vez de um apelo à Revolução, como fizera, ou deixara fazer, a direção da ANL cedendo espaço, talvez demasiado, aos comunistas e seus partidários na esquerda tenentista. Essa consequência era mais que um traço político-ideológico dos socialistas tenentistas sob influência social-democrata, já que, pelas origens de alguns de seus dirigentes e de boa parte de seus aderentes, a luta conspiratória e insurrecional seria a resposta pronta. Acreditamos que a própria consequência vinha de uma observação lúcida do momento: a presença constante dos agentes da Ordem Política e Social a vigiar seus atos e, muito provavelmente, a constatada espionagem que faziam dentro de organizações operárias, inclusive das oficializadas de acordo com as normas legais e do Ministério do Trabalho; os vários conflitos entre socialistas tenentistas e aliancistas quando de seus atos públicos com as autoridades policiais em diversos pontos do Estado; o crescimento da AIB sob clara condescendência das autoridades policiais e dos governos oligárquicos; a proposta do Projeto de Lei de Segurança Nacional e sua aprovação e, finalmente, o fechamento da ANL e as prisões realizadas prontamente pela Ordem Social, o que demonstra que ela estava preparada e esperava o momento para agir.

Isso tudo vinha ocorrendo simultaneamente ao ascenso das massas populares em suas organizações e principalmente, dentro da ANL que, em primeiro momento era a concretização de uma frente popular antifascista e, logo em seguida, em defesa das liberdades democráticas. A conscientização de parcelas do proletariado era acompanhada pela radicalização das classes dominantes que, evidentemente, estavam preparadas para o embate. A situação ficou ainda mais crítica com a ausência da esperada reação popular ao arbítrio.

Nesse sentido, o mais prudente a fazer era reunir forças para a defesa das liberdades democráticas, bandeira que uniria, como uniu na ANL, diversas forças políticas e sociais contra um golpe reacionário que se mostrava desde já, poderoso e iminente. Afinal, a defesa dessas liberdades fora a principal bandeira de luta dos constitucionalistas e os socialistas tenentistas, e talvez até parte dos comunistas, quisessem atrair suas bases de massa para seu lado através de peças discursivas publicadas n' *A Platéia*. As próprias atitudes dos socialistas tenentistas demonstram que eles estavam conscientes dessa situação. E logo começaram a agir nessa direção.

Nesse sentido, tanto Marly Vianna³⁸⁴, como Paulo Ribeiro da Cunha³⁸⁵, trazem à lume documentos do general Miguel Costa aconselhando Prestes através de cartas, que o momento não era propício à luta armada insurrecional, como já era plano do líder comunista, mas que dever-se-ia prosseguir com a luta legal e de massas através de partidos e organizações legalizadas pela defesa das liberdades democráticas. Tentar uma luta insurrecional revolucionária naquele momento seria um suicídio político. Vemos, portanto, que passado o primeiro golpe que foi a ilegalidade da ANL, a clareza fez-se presente na avaliação política e social do momento tanto pelo conjunto dos socialistas tenentistas, como da parte de um de seus maiores ícones, Miguel Costa³⁸⁶.

Já no começo de agosto, portanto, quinze dias depois de sua última manifestação oficial sobre o destino legal da ANL, os militantes do PSB-SP já se punham em ação *legal e pública* em defesa de seu programa e de seus objetivos de defesa das liberdades democráticas. A direção do Partido pretendia fazer mais de uma dezena de comícios de *propaganda eleitoral* durante todo o mês de agosto, como anunciavam, tanto na capital, como em cidades próximas a ela. Era o início de sua maratona de comícios por todo o Estado de São Paulo. Para isso já encaminhava ofício à Secretaria de Segurança comunicando-os e pedia deferimento, *conforme a Constituição*³⁸⁷.

Está claro que não se tratava exatamente de propaganda eleitoral como afirmavam, mas da campanha de resistência à repressão. E a prova disso está na notícia sobre o comício em São Bernardo, no qual os oradores falaram a favor da união dos trabalhadores e “da necessidade de luta por uma democracia conseqüente ao mesmo

³⁸⁴ VIANNA, Marly G., *op. cit.*

³⁸⁵ CUNHA, Paulo Ribeiro da, “O General Miguel Costa e a Coluna Prestes”, *op. cit.*

³⁸⁶ Paulo Ribeiro Cunha alerta para o fato de que Miguel Costa aconselhava Prestes à luta democrática aberta, mas, também, à organização secreta de forças capazes de arrostar um golpe de Estado e que ele estava pronto a ir à luta por essa causa. Isso consta na parte final da mesma carta resposta a Prestes. Mas, essa iniciativa deveria estar casada com a outra, principal, a luta aberta pelas liberdades democráticas. A luta armada deveria ser usada “no caso de um golpe fascista”. Apud VIANNA, Marly G., *op.cit.*, p. 161.

³⁸⁷ *A Platéia*, 05/08/1935, p. 1.

tempo em que evidenciaram o papel do fascismo e do integralismo como guarda avançada do imperialismo que pretende extinguir as últimas liberdades de nossa acanhada democracia³⁸⁸”.

Ao mesmo tempo, tentava dar encaminhamento de seus projetos reformistas no parlamento estadual paulista: “O Partido Socialista vai apresentar na Assembléia Legislativa, um projeto criando a Universidade Técnica de São Paulo (...) por intermédio do deputado Romeu Campos Vergal”³⁸⁹.

Curiosa foi a entrevista de João Cabanas que retornava de uma viagem de propaganda da ANL pelo Norte (Nordeste) do país, depois de cerca de um mês do fechamento oficial da Aliança³⁹⁰. Relatou a adesão maciça da população representando diversas classes sociais nos cerca de três comícios que a caravana realizou em cada um dos estados. Para Cabanas, os governos regionais e locais eram fracos e corruptos e haviam se colocado em verdadeiro pânico diante da presença da caravana e de sua pessoa. Ele considerou que o cangaço era um reflexo da exploração do latifúndio sobre as populações pobres do interior, o que parece interessante vindo de um oficial da Força Pública, isto é, de polícia... Relatou a ingerência do clero integralista nos governos locais e até em estaduais. Estão narradas por Cabanas passagens tragicômicas dos “episódios pitorescos”, considerando que a excursão de propaganda política da Aliança fora um sucesso: o Norte estava da pontinha da orelha!³⁹¹

Da capital e das cidades de seu em torno, a caravana socialista tenentista seguiu mais uma vez para o interior paulista em comícios em praça pública, agora já no mês de setembro. No comício de Mirassol, Carmelo Chrispino quase foi agredido por supostos capangas do subdelegado de polícia da cidade. Houve intervenção de populares que acabaram expulsando os agressores e permitindo o prosseguimento do ato público com “vivos aplausos”³⁹².

³⁸⁸ *A Platéia*, 24/08/1935, p. 1.

³⁸⁹ *A Platéia*, 06/08/1935, p. 6.

³⁹⁰ Marly Vianna relata que os aliancistas voltaram de sua caravana de propaganda pelo Norte/Nordeste eufóricos, a julgar pelo tom dos documentos reproduzidos em sua obra. Para Sisson, assim como para Cabanas, em entrevista para *A Manhã*, do Rio de Janeiro, publicada em 31 de julho, a ilegalidade da ANL fora recebida com indiferença pelos nordestinos. Inclusive, ela continuava a crescer. O tom dos dois líderes tenentistas é abertamente revolucionário, com Sisson clamando ao final da entrevista: “Pão, Terra e Liberdade!” Esses apelos, contudo, não foram atendidos ou seguidos em São Paulo nos meses que seguiram à decretação da ilegalidade da Aliança Nacional Libertadora, nem Cabanas combateu por ela em novembro de 1935. VIANNA, Marly G. *op. cit.*, pp. 153 e 154.

³⁹¹ *A Platéia*, 13/08/1935, pp. 1 e 5. O retrato feito pela matéria possui a mesma euforia de antes do fechamento da ANL, o que soa bastante anacrônico para aquele momento.

³⁹² *A Platéia*, 23/09/1935, p. 2.

A partir do começo de outubro a luta pelas liberdades democráticas foi acrescida pela luta internacional contra a Guerra Ítalo-Etíope que se preparava e era internacionalmente combatida por toda a esquerda. O PSB-SP assumiu a linha de frente dessa campanha e a partir do dia 5 de outubro, começou a noticiar a realização de um “comício-monstro” contra a guerra imperialista e o fascismo. O apelo foi dirigido especialmente à colônia italiana de São Paulo para que não se empolgasse com essa guerra de conquista contra o último povo livre da África. Não deveriam se mobilizar para ir à guerra e lá derramar vergonhosamente seu sangue em favor do fascismo e dos ricos e falsamente em nome da civilização³⁹³. O comício também seria em defesa da América que seria, pela propaganda política, o próximo alvo do imperialismo fascista.

Noticiou-se depois que viriam participar do projetado “comício-monstro” Roberto Sisson, Maurício de Lacerda e Carlos Lacerda, o que acabou não ocorrendo. O Grupo Antifascista Giacomo Matteoti também aderiu aos preparativos e lançou um manifesto em italiano, publicado no corpo da matéria³⁹⁴.

Enquanto os socialistas tenentistas organizavam seu “comício-monstro”, os comunistas levavam paralelamente, a campanha pela libertação jovem judia-romena Genny Gleizer.

Conclamações quase que seguidas surgiram nas páginas de *A Platéia* para comparecimento maciço da população ao comício contra a guerra imperialista e o fascismo. Italianos, seus descendentes, brasileiros negros e em geral eram convocados a comparecer ao evento do domingo daquela semana. Não era contra a Itália que se manifestariam, mas contra o fascismo e o imperialismo. Até uma loja maçônica, a União Paulista, decidiu apoiar o evento³⁹⁵.

A direção do PSB-SP convidou as vanguardas sindicais para uma reunião em sua sede para “assentar medidas de organização do comício”. Delegações sindicais de Santos e de cidades próximas e do interior, como São Bernardo, Campinas e Jundiaí se preparavam para participar do evento na capital.

³⁹³ A personagem principal desta luta antifascista, especialmente no que diz respeito à colônia italiana em São Paulo, era Francisco Frola. Sua militância vinha desde 1926, quando chegou ao Brasil e de pronto, se aproximou de todas as correntes políticas hostis ao fascismo. Entretanto, sua militância política e ideológica era socialista reformista. Depois da Revolução de 1930, começou a se aproximar de outros socialistas brasileiros e de elementos tenentistas, até a criação do PSB-SP, do qual foi um dos fundadores. Cf. BERTONHA, João Fábio, *op. cit.*

³⁹⁴ *A Platéia*, 09/10/1935, p. 1

³⁹⁵ *A Platéia*, 11/10/1935, pp. 1 e 5. BERTONHA, João Fábio, *op. cit.*, aborda a adesão de setores da maçonaria italiana e paulistana na luta contra o fascismo, que voltara-se contra essa organização na Itália.

Colheu-se o depoimento de um estudante de medicina sobre as guerras. Ele falou de seus horrores e não só dos mortos e mutilados durante o conflito, mas, principalmente, das epidemias que se espalhavam durante e depois da conflagração, como a Gripe Espanhola e outras, inclusive além dos países diretamente envolvidos na guerra.

Noticiou-se, ainda, que empresários e enviados especiais do governo italiano estavam no Brasil para celebrar contratos de fornecimento e alistamento de voluntários para o Exército Italiano. Segundo o articulista, o alistamento voluntário estava se revelando um fiasco, o que não corresponde totalmente com a verdade, segundo João Fábio Bertonha. A batalha pela conquista político-ideológica da colônia italiana nos anos 1930 acabou inconclusa, mas com clara predominância fascista³⁹⁶.

Malgrado os preparativos, o grande evento, o “comício monstro” que os socialistas tenentistas esperavam realizar na tarde de domingo, 13 de outubro de 1935, foi atrapalhado pela polícia que mudou duas vezes o local de sua realização: primeiro do Largo de São Paulo para o Parque D. Pedro II, no trecho entre o Quartel de Engenharia e o Ginásio do Estado e de lá, para o pátio do Departamento Estadual do Trabalho, ainda no mesmo parque. Além disso, o aparato de segurança era intimidador: piquetes de cavalaria da Força Pública, soldados do Exército e agentes da Polícia Especial. O próprio articulista considera que esses fatos reduziram bastante a participação popular, calculada em torno de mil e quinhentas pessoas.

Francisco Giraldes Filho, da direção do PSB-SP, abriu o ato denunciando as manobras reacionárias da polícia paulista e Marcelino Rodrigues, também da direção partidária, comentou que “em todas as partes do território paulista, ultimamente percorridas pela caravana do Partido Socialista, constatou a arbitrariedade e a violência da reação organizada”³⁹⁷. Entre os oradores inscritos falaram homens ligados à direção do PSB-SP e de outras correntes políticas através das entidades sindicais por elas dirigidas.

Todos discursaram contra as guerras de conquista e contra o fascismo, mas, o representante dos “chauffeurs” radicalizou em sua fala: “nós somos pela guerra: pela guerra civil, pela guerra revolucionária das massas oprimidas, pela guerra do povo contra os grandes bandidos, pela guerra à reação”³⁹⁸. Evidentemente, essa posição

³⁹⁶ BERTONHA, João Fábio, *op. cit.*

³⁹⁷ *A Platéia*, 14/10/1935, p. 1.

³⁹⁸ *Idem*, p. 5.

destoa da orientação que os socialistas tenentistas vinham seguindo e tentavam imprimir ao movimento; sem dúvida, sua mensagem era da espécie que as forças da repressão queriam ouvir... Os comunistas presentes, como Ladislau de Camargo e representantes da CSUB se limitaram a comentar fatos que supostamente ocorriam na Itália, como o embarque de soldados à força para a África e intimidações feitas pelas camisas negras nas cidades.

Vicente Guerriero, pertencente à direção do PSB-SP, falou em italiano defendendo a Itália livre³⁹⁹. Isaltino Veiga dos Santos falou pelos negros alertando que o Brasil poderia ser a próxima vítima do imperialismo fascista. Cumpria a todos os oprimidos e aos homens livres erguerem-se “contra todas as formas com que se disfarça o fascismo”, referindo-se claramente ao integralismo.

Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos encerrou-se o ato com o público saindo em “perfeita ordem” e dando “vivas às liberdades democráticas e morras ao fascismo, Mussolini e às guerras de rapina”.

Os socialistas tenentistas não esmoreceram diante do pífio resultado numérico obtido e continuaram a organização de comícios no mesmo mês de outubro, como os do Cambuci e do Belém. Além dos temas anteriores e da luta contra a guerra imperialista na Abissínia, também voltaram a associar os integralistas ao fascismo, tanto mais que nesse mesmo mês ocorreria um congresso dos camisas verdes na capital.

“É preciso que não fique estrangulado em vossas gargantas o brado por justiça e liberdade. Plínio Tombola, mancomunado com os fascistas estrangeiros, financiado pelos grandes banqueiros e grandes industriais exploradores e, apoiados pelos meios governantes, constitui perigo iminente. Não é somente um direito que vos obriga a intervir e a agir contra as suas manobras. Tendes o dever de vos manifestardes em público contra os cerceadores dos direitos populares”⁴⁰⁰.

O PSB-SP marcou e realizou outro comício em São Paulo, também diante do Palácio das Indústrias, onde funcionava o DET, para 28 de outubro, data do encerramento, também na cidade, de um congresso integralista. A polícia temia eventos semelhantes aos de 7 de outubro de 1934, na Praça da Sé. Por isso, o policiamento foi reforçado, tanto no Parque D. Pedro II, quanto nas imediações do local onde os integralistas se reuniam. Nada ocorreu. Na manhã desse mesmo dia, os integralistas fizeram um churrasco tão bem escondido, que nem mesmo a imprensa localizou-o:

³⁹⁹ Recorte de jornal, *Diário da Noite*, 14/10/1935. APESP, DEOPS, Pront. 1009, vol. 1.

⁴⁰⁰ *A Platéia*, 21/10/1935, p. 1.

“(...) Aquele entusiasmo que há um ano dominava os filiados das hostes chefiadas por Plínio Salgado decresceu sensivelmente.

Prova-o suficientemente essa reunião. Sempre que um partido político ao invés de chegar-se ao povo abertamente, dele se afasta, reunindo-se quase clandestinamente em lugares afastados da cidade, dá uma prova evidente de fraqueza”⁴⁰¹.

Novamente, além de socialistas tenentistas, estiveram presentes comunistas e trotskistas que falaram pelas entidades sindicais e outras que dirigiam e também os negros, representados por Israel Castro, do Comitê Negro Anti-Guerreiro. Novamente os comunistas deram a parecer mais um pouco do que pretendiam, desta vez sem grandes arroubos, nas palavras de Ladislau de Camargo, liderança ferroviária da Sorocabana: “o combate ao integralismo será o primeiro passo para o advento do governo popular de Luiz Carlos Prestes”⁴⁰².

Quanto ao comício em si, como os historiadores conhecem, há que se tomar muito cuidado com o que as fontes dizem. Pelas páginas d’*A Platéia*, esse comício foi um sucesso, embora não tenha usado o termo “comício monstro”, com cerca de cinco mil espectadores. O repórter do *Diário da Noite* calculou o público em torno de mil pessoas. Mesmo com essa discrepância dos números, o comício seria um sucesso relativo, uma vez que o clima repressivo do segundo semestre de 1935, com a Lei de Segurança Nacional em vigor, afugentaria muitos dos espectadores e intimidaria a audiência mais simpática ao conteúdo político e ideológico da manifestação. Havia ainda o temor de conflito armado com os integralistas, ou, pior, com a repressão policial. Os socialistas tenentistas pareciam perceber a situação muito bem; não era o caso, entretanto, dos comunistas.

Mas, dentro das hostes socialistas tenentistas começavam a aparecer algumas fissuras, conquanto não tenhamos qualquer informação mais aprofundada a respeito da organização prestes a surgir, temos o comentário a respeito de uma Aliança Socialista. E esse comentário não é nada abonador...

Comentou-se sobre a organização de uma suposta Aliança Socialista em São Paulo, inspirada na “chama heróica de 22, 24 e 30”. Até esse ponto, o comentarista considera o ato louvável. O problema é que os articuladores desse grupo queriam constituir uma base social de apoio a Vargas:

⁴⁰¹ Recorte, *Diário da Noite*, 28/10/1935. APESP, DEOPS, Pront. 1009, vol. 1.

⁴⁰² *A Platéia*, 28/10/1935, p. 3.

“Segundo esses ‘socialistas’, o presidente Vargas, por falta de uma base popular, está sendo obrigado a fazer coisas que contrariam as suas próprias idéias, também ‘socialistas’... Ora, colocar dessa forma os problemas da luta pela liberdade no nosso país é cândida ingenuidade ou deslavada má fé”⁴⁰³.

Quem seriam esses socialistas? Certamente seriam elementos trabalhistas e talvez, até tenentistas. O nome remete imediatamente à lembrança da Aliança Liberais e Socialistas formada pela Legião Cívica 5 de Julho e por elementos próximos ao general Miguel Costa e outros liberais. Mas, a Legião se colocava de forma cada vez mais crítica ao Governo Vargas. Também é claro que sua crítica se voltava mais aos aliados do governo, incluindo estrelas tenentistas, como Juarez Távora, que ao próprio Getúlio. Não temos como aprofundar essa investigação por falta de materiais referentes à Legião, uma vez que só o encontramos nas páginas d’*A Platéia* e nos arquivos do DEOPS que, por sua vez, concentrou-se na coleta de materiais referentes basicamente ao período que vai de meados de 1933 a meados de 1934.

Certo é, que não havia consenso absoluto na oposição a Vargas, em outras palavras, as influências comunistas e trotskistas tinham limites e que o “outubrismo” ainda podia lançar algumas cartas à mesa de jogo dos socialistas tenentistas.

Esperava-se fazer uma reunião no Rio de Janeiro para acertar as condições de atuação, mas não houve mais qualquer notícia a respeito. Muito provavelmente, a iniciativa não logrou atrair uma quantidade apreciável de aderentes e militantes. Peremptoriamente, colocou-se, muito provavelmente sob pena comunista, a situação: “Para nós, o povo, Getúlio é isso: o imperialismo, a Lei Monstro, a Reação, a Bastilha eletrificada da Rua Timbiras, o fechamento dos sindicatos”⁴⁰⁴.

Enquanto isso, os socialistas tenentistas do PSB-SP continuavam seus comícios contra a guerra imperialista, o fascismo-integralismo e a favor das liberdades democráticas, na capital e em outras cidades paulistas. Algumas vezes, esses comícios eram noticiados como tendo obtido êxito na atração de público e na aceitação do discurso. E assim foi até o início da grande onda repressiva desencadeada pela decretação do Estado de Guerra logo após o início do levante comunista-aliancista, em fins de novembro de 1935.

Mas, a tensão aumentava, principalmente com as notícias de desligamentos de praças no Exército, com o objetivo de diminuir seus efetivos. Em artigo intitulado “A

⁴⁰³ *A Platéia*, 02/11/1935, p. 2.

⁴⁰⁴ Idem.

Força Pública”, o autor incógnito comenta a recente diminuição do efetivo do Exército e o simultâneo aumento do efetivo das polícias estaduais. Isso se daria porque o Exército teria se tornado mais popular e, conseqüentemente, suspeito aos olhos das classes dominantes. As polícias deveriam, então, desempenhar o papel principal na repressão ao povo. Mas, e a Força Pública paulista?

O autor a considera tão popular quanto o Exército já que participara das lutas de “libertação” desde 1924, 1930 e... de 1932. Claramente, ele manipula a interpretação a respeito da atuação da Força Pública durante os combates da Revolução de 1930, colocando-a como tropa em confraternização com o povo e que logo em seguida, se decepcionara com os rumos da Revolução e que por isso, teria aderido ao movimento de 1932, enganada pelos ricos e poderosos e, com os resultados, principalmente do governo recente paulista, se decepcionou novamente. “Agora a solução tem que ser outra e só pode ser, portanto, nitidamente popular, com um homem da marca de Prestes à frente, pondo todas as coisas no seu justo lugar, isto é, o povo ao lado de cima, no posto de comando que lhe compete...”⁴⁰⁵

Não resta a menor dúvida que esse artigo era um artifício para atrair efetivos da Força Pública para as bases aliancistas ainda existentes, mas sob direção do PCB. O autor misturou deliberadamente elementos tenentistas e mesmo constitucionalistas com valores discursivos aliancistas, como a *libertação da nação*, valores que não foram colocados dessa forma pelos movimentos citados, sendo uma clara e objetiva manipulação discursiva da memória para outros fins, embora advenham de uma cepa híbrida, já que os comunistas também acabaram influenciados pelo tenentismo de esquerda e, também porque, alguns tenentes também se deixaram envolver emocionalmente com o apelo constitucionalista de 1932 e depois acabaram na esquerda, como João Cabanas, dentro do socialismo tenentista e Agildo Barata, dentro do PCB.

Supomos que essa iniciativa tenha funcionado também como tentativa de aproveitamento de uma sinalização feita por alguns elementos da Força Pública, além, é claro, de ainda existirem bases sociais tenentistas miguelistas e influenciadas por Cabanas dentro da corporação. A questão é que houve uma manifestação pública de descontentamento por parte de alguns de seus homens. No começo de setembro, um grupo de soldados da Força Pública foi até a redação d’*A Platéia* para reclamar das más condições a que eram submetidos, principalmente os recrutas. Ao final, parece-nos

⁴⁰⁵ *A Platéia*, 05/11/1935, p. 2.

claramente que essa era mais uma tentativa de arregimentação de homens dentro dos quartéis para a insurreição revolucionária que os comunistas pretendiam fazer, colocando Prestes e seu governo nacional revolucionário popular de frente ampla, mas, obviamente, sob direção comunista, no poder.

Ao mesmo tempo, se prosseguia com a tentativa de formação de frentes amplas ou populares contra a reação e o fascismo-integralismo. Novamente a fórmula para a reunião das forças políticas populares é a retomada do tema da continuidade dos levantes tenentistas com a Revolução de 1930 e, de uns meses para este, da manipulação do significado de 1932⁴⁰⁶. A Revolução Constitucionalista agora era reconhecida como tal, embora, os seus líderes políticos sejam apresentados como traidores que se aproveitaram de uma legítima aspiração popular advinda da decepção com os rumos da Revolução de 1930. Até o tema da autonomia estadual é apropriado pelos oposicionistas e não mais tratado como regionalismo separatista, mas como uma legítima aspiração popular e democrática!

Talvez, como marca de um certo desespero em arregimentar forças, os autores-militantes não mais se detivessem em atrair as bases sociais de massa do constitucionalismo, senão em tentar atrair mesmo seus antigos comandantes, como vemos na chamada de destaque em *A Platéia*:

“A exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro, acaba de constituir-se em São Paulo, para a defesa dos direitos do povo, a Frente Popular pela Liberdade. É uma iniciativa que não pode deixar de ser elogiada por nós e por todos os que aspiram às camadas oprimidas da sociedade pelo menos a liberdade que lhe é necessária para a luta por suas aspirações. O importante documento político vale como índice da situação em que se encontra o país, uma vez que mobiliza para uma luta efetiva e conseqüente, elementos que se achavam afastados da vida política como o general Miguel Costa, antigo comandante da Coluna Prestes e o coronel Colombo C. de Mello Mattos, ex-chefe militar da Praça de Santos durante a revolução constitucionalista.

Assinam ainda o manifesto, o dr. Caio Prado Júnior, conhecido como intelectual revolucionário, ex-presidente da Aliança Nacional Libertadora; o dr. Danton Vampré, advogado bastante conhecido em São Paulo; os cientistas dr. José Maria Gomes, Waldemar Belfort Matos e o líder negro Isaltino Veiga dos Santos”⁴⁰⁷.

⁴⁰⁶ Essa manipulação ou, reformulação, do que teria sido o significado histórico da guerra civil constitucionalista de 1932 já apareceu antes, em um discurso de Luiza Branco, na edição n.º 1 de *O Socialista*, de 1933, na forma da exaltação do heroísmo do combatente enganado por chefes corruptos e mentirosos e também em outros momentos no começo de 1935.

⁴⁰⁷ *A Platéia*, 23/11/1935, p. 1.

Apresentam-se juntos elementos incongruentes, como Miguel Costa, inimigo das oligarquias paulistas e um comandante constitucionalista que lutou a favor dessas oligarquias. Com a presença de Caio Prado Jr e Waldemar Belfort Matos, notamos a presença de comunistas e socialistas tenentistas também, além do recente movimento negro, com seu representante.

Ao examinar o teor do manifesto em questão, notamos a menção honrosa dos levantes tenentistas de 1922, 1924, da marcha da Coluna Prestes e da Revolução de 1930, bem como a repisada consideração da decepção dos legítimos revolucionários para com os rumos do governo nascido em fins de outubro de 1930. Elemento não muito novo, é a citação igualmente honrosa dos combatentes constitucionalistas de 1932 e do idealismo de sua luta. A pretensão é clara: atrair todas as forças políticas estaduais paulistas contrárias a Getúlio em uma ampla frente e lançá-las, simultaneamente contra o integralismo e o Governo Vargas, sob apelos anti-imperialistas.

Isso era tarefa simples e até natural em se tratando de socialistas tenentistas e comunistas, mas era algo novo em relação aos constitucionalistas que, aparentemente, nada tinham contra o integralismo e o imperialismo. Contra os integralistas, poder-se-ia levantar o fato de serem ditatoriais e, evidentemente, centralistas em oposição aos constitucionalistas que seriam “democratas” e declaradamente partidários da autonomia estadual. E mesmo o fato de, supostamente, Plínio Salgado ter desviado dinheiro destinado à Cruz Vermelha Brasileira e de uma falência bancária suspeita em Belo Horizonte, de um estabelecimento pertencente a um conhecido integralista. Isso provaria as origens e métodos desonrosos usados pelos integralistas o que os indisporia com os constitucionalistas que se enxergavam como a antítese disso tudo. Mas, não se podia usar o antissocialismo e, ou, o anticomunismo, uma vez que os constitucionalistas adotavam claramente essas posições. Mas, contra o imperialismo, o que teriam os constitucionalistas?

Nesse ponto se iniciava a tarefa de associar Getúlio e as classes dominantes com o integralismo e com o imperialismo para se obter a repulsa contra todos por parte dos constitucionalistas.

O documento era muito parecido com outros lançados anteriormente pela ANL em São Paulo, com a exceção dos apelos aos comandantes constitucionalistas. Não chegou aos apelos para o levante armado contra a situação dominante, mas foi pintado um quadro assustador, inclusive com a consideração de que se planejava a dissolução do Exército e que ministros estrangeiros, como um enviado especial do III Reich, que

supostamente estava em Santa Catarina, cobiçavam o país. Aproveitava-se o clima de tensão gerado pela guerra de conquista da Abissínia para gerar temores em relação ao destino de certas regiões do país.

Enfim, todos deveriam se unir pela liberdade que se traduzia no rechaço simultâneo à repressão política e social, ao integralismo e ao Governo Vargas.

Trata-se de uma tentativa de articulação de uma grande frente popular contra o avanço da reação e do integralismo. Mas, também, é inegável que se trata de uma perda de essência para o socialismo tenentista, já que tinha que aceitar a parceria com alguns de seus principais inimigos políticos e com teses que lhes causavam repulsa, como a autonomia estadual que bem poderia descer ao regionalismo que reputavam como separatismo. E isso malgrado o PSB-SP ter se entregado à uma jornada febril de militância e propaganda de seus princípios e de seus objetivos políticos imediatos.

Esse manifesto foi lançado às vésperas do Levante de Natal. Em poucos dias, todas as iniciativas oposicionistas públicas e de massa seriam suprimidas com a instalação do Estado de Guerra e a fortíssima repressão que o acompanhou. A própria *Platêa* foi definitivamente fechada e não tivemos outras notícias sobre as ações do socialismo tenentista até o término do Estado de Guerra em princípios de 1937.

3.5 Tentativas de reaparecimento e desarticulação do socialismo tenentista em 1937

O Estado de Sítio foi aprovado por trinta dias em 25 de novembro de 1935 e logo em seguida equiparado ao Estado de Guerra e prorrogado para noventa dias e daí, renovado até o fim de 1936. Para isso, Getúlio contou com o apoio das oligarquias estaduais. Poucos protestaram no Senado e na Câmara, sendo o ato aprovado por 172 votos contra 52. Depois, foram aprovadas novas reformas na Lei de Segurança Nacional tornando-a mais abrangente. O Estado de Guerra permitia ao governo prender indiscriminadamente e punir antes da conclusão do julgamento. Muitos militares, sob a acusação de traição à pátria, foram expulsos do Exército; funcionários públicos acusados de extremismo foram exonerados. A repressão se estendeu dos comunistas aos anarquistas, socialistas e liberais indiscriminadamente.

Com a repressão à solta, somente o bloco oposicionista liberal-oligárquico da minoria parlamentar continuou funcionando. Contudo, ele sofreu fortes golpes quando o restante da Câmara permitiu que se prendesse e se processasse alguns deputados e um

senador. Dois deputados foram barbaramente espancados nas dependências da polícia. Nesse momento, a tortura aos presos políticos era praticada pelos homens de Filinto Müller.

Getúlio solicitou e obteve a criação de um tribunal especial em julho de 1936, composto por cinco juízes – dois militares da Marinha ou do Exército, dois civis e um de nomeação do governo, podendo ser civil ou militar. A minoria parlamentar combateu tal solicitação, mas acabou derrotada. O tribunal de exceção foi criado e tinha poderes retroativos, o que era inconstitucional.

As especulações e disputas em torno da eleição presidencial começaram cedo, já em 1936. A minoria parlamentar se dividiu quanto à questão. Os mineiros, inicialmente, apresentaram suas pretensões. Contudo, a atuação de antigos membros do PD paulista, agora “constitucionalistas”, senhores de seu Estado e dispostos a tomar a liderança política nacional, foi decisiva para recolocar os mineiros ao lado de Getúlio. O então Partido Constitucionalista apresentou Armando Salles de Oliveira e iniciou conversações e negociações com as demais oligarquias estaduais, obtendo o apoio de diversos grupos em muitas regiões.

A frente única ao lado de Getúlio subsistiu enquanto foi necessário para as elites derrotar os inimigos comuns: o tenentismo e o movimento operário. Após suas vitórias, as oligarquias dividiram-se e reiniciaram suas disputas pelo poder.

Enquanto a adesão aos paulistas de Armando Salles de Oliveira crescia, Getúlio tentava encontrar um candidato. Procurava um paulista que fosse distante tanto do Partido Constitucionalista, quanto do PRP. Segundo Carone, chegou-se a pensar até em Oswaldo Aranha, então embaixador em Washington. Entretanto, sua escolha recaiu sobre José Américo, que representava o Nordeste. Getúlio precisava de alguém que continuasse sua linha política.

Desde dezembro de 1936, Armando Salles de Oliveira desligara-se do governo de São Paulo para dedicar-se à campanha eleitoral.

A oligarquia mineira se articulou com as outras a favor de José Américo.

Em 1937, Plínio Salgado, sem compromisso com as outras duas candidaturas, lançou a sua própria. Porém, secretamente negociava com Vargas o futuro golpe de Estado, conforme afirma Carone⁴⁰⁸.

⁴⁰⁸ CARONE, Edgar, *A República Nova (1930-1937)*, op. cit.

Ao mesmo tempo, iniciava-se, ainda em 1936, a política de intervenções que atingiram o Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Para assegurar seu poder continuamente, poder que via crescer durante o Estado de Guerra cedido pelas oligarquias em nome do combate ao “comunismo” e ao “extremismo”, Getúlio procurou progressivamente isolar Armando Salles de Oliveira, isolando possíveis e declarados aliados e mesmo onde ele ainda não tinha apoio declarado. No Distrito Federal, após a destituição e prisão de Pedro Ernesto, um cônego assumiu o governo. Houve acusações de fraude e ele foi substituído por outro interventor da confiança de Getúlio. No Mato Grosso também houve substituição de governo através de intervenção direta do Catete.

No Rio Grande do Sul o processo se mostrou mais complicado. Flores da Cunha tentou se mostrar independente aproximando-se e distanciando-se diversas vezes de Getúlio. Ao final de 1936 e início do ano seguinte, apoiou declaradamente Armando Salles de Oliveira à Presidência da República. Getúlio aproveitou-se de suas dissensões internas com as oligarquias gaúchas e exigiu seu desarmamento. Tratava-se da devolução dos armamentos cedidos em 1930 e 1932. Isso foi considerado um ultraje ao Rio Grande. O comando das tropas da 3.^a Região Militar ficou a cargo de um general inimigo de Flores da Cunha.

Em Pernambuco, antes do fim do Estado de Guerra, a facção de Agamenon Magalhães abriu questão contra Carlos de Lima Cavalcante, que passara a apoiar Armando Salles de Oliveira. Cavalcante foi denunciado no Tribunal de Segurança Nacional por supostamente ter favorecido “extremistas” conhecidos em seu secretariado, favorecendo o levante de novembro de 1935, em Recife e Olinda. Foi absolvido dias depois, mas, o episódio serviu como aviso. Getúlio ainda contava com a maioria dos votos na Câmara Federal. Entretanto, esses votos dependiam do apoio dos Executivos estaduais.

O Exército foi largamente utilizado como instrumento político por Getúlio que, em 1937, contava com o apoio explícito dos generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

De qualquer forma, no início de 1937, já não foi mais possível conseguir a aprovação do Congresso Nacional, composto basicamente por representantes das oligarquias estaduais, ainda que intimidado, para continuar a renovar o Estado de Guerra. Começava uma abertura política, ainda que frágil e fugidia, como todos percebiam.

Nesse período, os socialistas tenentistas sofreram rude golpe em sua atuação política, tendo muitos de seus militantes sido presos pela Ordem Social e sua atuação praticamente proibida por meses a fio, até o fim do Estado de Guerra no primeiro semestre de 1937. Isso se deu entre os membros do PSB-SP e entre os legionários, bastante visados, como demonstram os documentos.

Sabemos que, ainda que precariamente, a Legião Cívica 5 de Julho continuou atuando entre os anos de 1936-7, talvez mais no interior paulista e sob a militância de alguns poucos abnegados, como o conhecido médico Jerônimo de Cunto Jr. Esse homem atuou como legionário e socialista durante esses anos entre os ferroviários, militares e demais trabalhadores de Bauru e, basicamente, no próprio exercício de sua profissão, já que, segundo os agentes da Ordem Social, preferia ser chamado de “camarada” a “doutor”⁴⁰⁹.

As fontes, mesmo as policiais, não revelam muitas coisas sobre os anos 1936-37, senão dados sobre depoimentos e peças de defesa de elementos detidos pela Ordem Social. A baixíssima frequência das investigações sobre os nomes mais conhecidos e pesquisados que militaram desde fins de 1932 até a insurreição de 1935, bem como a ausência de fontes documentais dos próprios militantes após esse período até a abertura no começo de 1937, revela-nos que em um prazo de cerca de um ano e meio, as atividades dos socialistas tenentistas entraram em pausa forçada, aliás, como relata a historiografia para as demais forças político-sociais, tais como libertários, comunistas e trotskistas que se voltaram para a mais profunda clandestinidade e para ações ditas de defesa diante da ofensiva repressiva. É o período das prisões.

Mas, com a negativa do Congresso Nacional em continuar prorrogando o Estado de Guerra entre o primeiro semestre de 1937 até o Golpe do Estado Novo, os socialistas tenentistas tentaram voltar à tona e reorganizar seu partido, mas com muitas dificuldades, como relatam as fontes. Pelos informes reservados à Delegacia da Ordem Social, vemos que o PSB-SP lutava contra uma série de adversidades, tais como a falta de recursos financeiros, ausência de uma diretriz clara e, ao que tudo indica, muitas pessoas temiam ser confundidas com comunistas e presas e, por isso, deixavam de militar em sua muito abalada estrutura⁴¹⁰.

⁴⁰⁹ Ficha de Atividades Político-Sociais. APESP, DEOPS, pront. 3625.

⁴¹⁰ Síntese dos informes pesquisados, todos referentes a setembro e outubro de 1937. APESP, DEOPS, Pront. n.º 40664.

O dentista Marcelino Serrano era um dos poucos membros que ainda restavam ao Partido e dedicou-se à sua reorganização durante esse ano. Para isso, era necessário convocar um novo congresso partidário para definir sua reorganização e todos os pontos principais e urgentes que decorrem dessa decisão, inclusive, a reforma dos Estatutos do Partido e a definição de sua posição diante da eleição presidencial que ocorreria no fim do ano.

O 3.º Congresso do Partido Socialista Brasileiro realizou-se em 11 de julho de 1937, na cidade de São Paulo, nos salões do Grêmio Hispano-Americano⁴¹¹. Dele resultou um novo estatuto, bastante enxuto em alguns pontos, mas com algumas novidades importantes. Sua “Declaração de Princípios” é bastante sucinta, mas ainda guarda elementos social-democratas expressivos. Embora não expresse literalmente, o PSB continuava se orientando pelo marxismo social-democrata reformista e atuando dentro do movimento operário e junto à classe média através do sindicalismo, inclusive do cooperativismo que sempre fora um item merecedor de bastante atenção. Como sempre, desde o seu início, o Partido continua a defender a democracia parlamentar republicana, da mesma forma que as autonomias estaduais e municipais, como o fizera desde o Programa do general Waldomiro Lima. Social e economicamente continua a apoiar os pequenos produtores rurais e as pequenas empresas através da popularização *e nacionalização* do crédito e, agora, também, defendendo a implantação da *indústria pesada*. Culturalmente, defende o Estado leigo e a socialização do saber e da economia. No âmbito externo, defendia o livre cambio, a política de cooperação pacífica entre as demais nações e a implantação de uma política internacional de defesa continental contra guerras de conquista imperialistas, traço sobrevivente ainda do período de existência da ANL e exacerbado pelo clima internacional que antecedia à II Guerra Mundial.

Se esses elementos não são novos no programa do Partido, ao menos desde o congresso de janeiro de 1934, em sua organização ele procura se modificar revolucionariamente: ele deixa de ser um partido estadual: “Art. 2.º - A ação do Partido alcançará todo o território da República dos Estados Unidos do Brasil, ficando a sede na Capital Federal”. No entanto, enquanto não se alcançasse tal envergadura, o que se buscava para o próximo ano, com a realização do Congresso Federal do Partido, sua

⁴¹¹ *Estatutos do Partido Socialista Brasileiro*, São Paulo, 1937. CEDEM, Fundo LX, cx. 02, Pasta: Estatutos.

sede ainda ficaria na cidade de São Paulo, sendo seu Núcleo Estadual considerado como Federal⁴¹². O Partido passa a se organizar em sete instâncias hierárquicas:

“Art. 8.º - São órgãos do Partido:

- a) Os Núcleos de Base;
- b) As Assembléias Distritais e Municipais;
- c) Os Núcleos Distritais e Municipais;
- d) Congressos Estaduais;
- e) Núcleos Estaduais;
- f) O Congresso Federal;
- g) O Núcleo Federal.⁴¹³

Evidentemente, o Partido seria conduzido dentro da mais ampla liberdade democrática de uso da palavra e de crítica.

Note-se que somente se refizeram os Estatutos, mas não se publicou qualquer novo programa político, econômico e social, além da “Declaração de Princípios” constante na primeira página do livreto. Assinaram pela Comissão Executiva: João Storti, Gastão Massari, Marcelino Serrano, Francisco Giraldes Filho e Luiz Neves. Destes, somente Giraldes pertenceu a todas as diretorias partidárias desde sua criação, em princípios de 1933.

Mas, as coisas não correram tão bem e, logo após o término do Congresso foi lançado um manifesto da Dissidência Democrática do Partido Socialista Brasileiro criticando o congresso por sua falta de legitimidade na representação, já que compareceram apenas delegados interioranos e, segundo os dissidentes, havia diretórios e filiados e simpatizantes na maioria das cidades paulistas. Muitos não ficaram sabendo da convocação para a escolha dos representantes. Isso já impedia a legitimidade do Congresso, ainda mais em eleger a nova diretoria do Partido. Segundo os dissidentes, vários delegados representantes nunca militaram no Partido e durante as prisões de 1935, formularam acusações inverídicas contra a ANL e prejudicaram a vida de outros companheiros encarcerados.

O pomo da discórdia certamente foi a decisão do Congresso em apoiar José Américo na eleição presidencial que deveria ocorrer em breve. Considerou-se que ele representava apenas o regionalismo e nada tinha a ver com o proletariado ou com a esquerda política, ou mesmo com a luta antifascista. Além disso, não pertencia a

⁴¹² Idem, p. 14.

⁴¹³ Idem, p. 3.

qualquer organização social ou partidária que apresentasse alguma credencial na luta pelas liberdades democráticas ou em defesa do proletariado, mas estava ligado a elementos conhecidamente reacionários e, ainda pior, era apoiado pelo atual governo que assemelhava-se ao fascismo para os dissidentes.

Nesse sentido, a liderança da dissidência, da qual fazia parte João Cabanas, instruiu os correligionários a votarem livremente, já que não havia qualquer candidato socialista. Também pugnava pelo apoio ao Centro Republicano Espanhol e ao governo democrático da Espanha na luta contra o fascismo e contra qualquer forma de governo ditatorial⁴¹⁴.

De qualquer forma, a direção eleita pelo 3.º Congresso procurou se reorganizar pelo interior do estado, como prova uma carta enviada a um companheiro, não identificado, residente, então recentemente, em Avaré, para organizar um núcleo socialista local e distribuir cópias do Estatuto enviadas em anexo⁴¹⁵. Também foram enviados impressos instruindo os militantes e simpatizantes em como criar núcleos de base, núcleos municipais e de “vanguarda”, que deveriam atuar nos bairros e locais de trabalho em ligação constante com o núcleo municipal.

A divisão estava estabelecida no seio do que restava do socialismo tenentista. Na realidade, o movimento se desagregava. Em setembro de 1937 vem à luz o *Manifesto do Partido Radical ao povo de S. Paulo e do Brasil*. Está assinado por Miguel Costa e Celso Barroso. O socialismo tenentista sofria perdas importantes, mesmo que Miguel Costa não tenha se filiado diretamente à Legião Cívica 5 de Julho, ou ao PSB-SP, ele recebia apoio de ambos e tinha partidários em ambas as organizações. O médico Celso Barroso fora candidato do Partido à Constituinte e apresentou um discurso francamente marcado pela social-democracia européia, com influências tenentistas importantes. Agora, ambos empolgam a formação de outro partido político que não leva em seu nome a palavra socialista e nem cita o socialismo em qualquer momento de seu manifesto. Do marxismo que o Dr. Celso Barroso dizia representar em meados de 1933, sobraram apenas alguns indícios metodológicos ortodoxos quanto às suas considerações econômicas⁴¹⁶.

⁴¹⁴ *Aos Socialistas e ao Proletariado de S. Paulo*, datilografado, s/d, s/l. APESP, DEOPS, Pront. n.º 1009, vol. 1.

⁴¹⁵ Carta “Aos companheiros do Núcleo de Avaré”, do Secretário Administrativo Interino, Henrique Soria Jaso, do Partido Socialista Brasileiro, São Paulo, 8 de setembro de 1937. CEDEM, Fundo LX, Organizações Trotskistas, cx. 4, Pasta: Cartas Abertas: 1928 – 1954 e s/d.

⁴¹⁶ *Manifesto do Partido Radical ao povo de S. Paulo e do Brasil*, Miguel Costa e Celso Barroso, São Paulo, 21 de setembro de 1937. CEDEM, Fundo LX, cx. 2, Pasta: Manifestos: 1928 -1939 e s/d.

As nuances marxistas do texto estão nos contrastes entre riqueza e miséria; fartura e fome etc., querendo indicar a suprema contradição do mundo moderno imerso, segundo suas próprias palavras, na “maior crise econômica da história”. Seu uso da contradição como forma expositiva atinge seu máximo quando trata das riquezas naturais do país e, ao mesmo tempo, da pobreza de seu povo. Finalmente, vem a valorização do trabalho ao considerar que as riquezas inexploradas ainda não eram riquezas de fato, “do mesmo modo que a queda d’água ainda não significa energia elétrica”. O autor defende a nacionalização do crédito e a criação da indústria pesada no país. Ao tratar do problema do café revela não compreendê-lo como super-produção e que as manobras do governo serviam para manter seus preços e boa parte da economia nacional, pois os milhões de pessoas envolvidos em seu cultivo, colheita, armazenamento e transporte representavam não somente forças produtivas em ação, como o principal mercado consumidor para a indústria. Também é interessante notar que Celso Barroso está sempre colocando o Estado no centro da discussão, com deveres econômicos e sociais para com o país, além, é claro, de valorizar a iniciativa privada.

Finalmente, seu último e maior pendor socialista se revela entre as últimas passagens do manifesto sobre Reforma Tributária:

“É preciso não esquecer ‘QUE A RIQUEZA TEM DEVERES FORMIDÁVEIS E A POBREZA TEM DIREITOS IMPRESCRITÍVEIS. CABE AO ESTADO FORÇAR A PRIMEIRA A CUMPRIR OS DEVERES QUE SÃO SEUS E ELA NÃO CUMPRE; E DAR À SEGUNDA OS DIREITOS QUE SÃO SEUS E ELA NÃO TEM’”.

Se o manifesto possui nuances marxistas e elementos claramente socialistas, não deixa também de ser notório o abandono da auto-afirmação dos socialistas tenentistas enquanto tais. Evidentemente, há elementos nacionalistas, mas também não são assumidos nominalmente. Seria uma tática para despistar a vigilância da Ordem Social?

Talvez. Mas, o certo é que estes não estão juntos com o PSB e em seu texto, não citaram – como era comum e quase que uma praxe entre os socialistas tenentistas – as rebeliões tenentistas e a Revolução de 1930. Nem criticou-se os desvios da Revolução; tão somente o desvio que os partidos sofriam em seu caráter ideológico quando de sua prática política no exercício do poder.

Com apoio de militares, alguns dos quais, integralistas, foi “descoberto” ao final de setembro de 1937, o “Plano Cohen”. As iniciativas de abertura política foram dadas como provas de ação de “extremistas” e as leis então atuais foram consideradas ineficazes. O “plano” distribuído em outubro à imprensa pelo Departamento de

Imprensa e Propaganda do governo agitou a opinião pública. As iniciativas preparatórias do golpe de Estado que se planejava foram mais ou menos visíveis e a sociedade as percebia. Visava-se o “comunismo” como propaganda, mas o objetivo era derrotar as oligarquias dissidentes que organizavam novo partido, a União Democrática Brasileira. Com as “ameaças” comunistas mais “visíveis” que as de 1935 era preciso tomar precauções urgentes: novo Estado de Guerra foi aprovado em 2 de outubro de 1937.

Após a decretação de novo Estado de Guerra, em pouco mais de um mês, deu-se o golpe de Estado. As intervenções continuaram nos estados. Flores da Cunha, isolado e perdendo as tênues esperanças no processo eleitoral, renunciou ao cargo. Os comandos do Exército foram trocados e, em uma reunião com jornalistas, o governo preveniu-os sobre o tom das críticas na imprensa. A nova Constituição ficou pronta entre o final de 1936 e o início de 1937. Segundo Carone, Góis Monteiro, Dutra e Plínio Salgado e outros leram-na e aprovaram a futura ditadura.

Enquanto deputados e muitos outros são presos, Armando Salles de Oliveira e Antônio Carlos se reúnem e lançam manifesto aos militares pedindo para que se mantivessem legalistas. Lançaram-no na imprensa e a minoria parlamentar o leu na Câmara em 9 de novembro de 1937.

No dia seguinte, as tropas foram colocadas em prontidão. Os integralistas colaboraram prontamente com o golpe. Armando Salles, Antônio Carlos e Benedito Valadares foram presos; o Senado e a Câmara cercados; Juracy Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti foram destituídos. Não houve reação, somente parte das oligarquias e dos tenentes protestaram antes dos fatos; a população, em sua grande maioria já vivia em clima de repressão constante. O liberalismo e o federalismo foram sufocados com as bandeiras estaduais queimadas.

Encerrava-se assim o processo iniciado com a aprovação da Lei de Segurança Nacional e a Insurreição Comunista de 1935. Para Dulce Pandolfi, os principais agentes da Revolução de 1930 que ainda estavam no poder em 1937 consideraram a implantação do Estado Novo como o desdobramento, a continuidade da obra da Revolução de 1930.

Em 1938, já em plena vigência do Estado Novo, Miguel Costa foi preso sob acusações de subversão, como era próprio da época. Seus partidários lançaram panfletos

pedindo sua libertação⁴¹⁷. É interessante notarmos que nos dois documentos existentes sobre o caso, o texto pede união da população e dos democratas com os governos de Adhemar de Barros, em São Paulo, e de Getúlio Vargas em nível federal. Verbera-se contra o fascismo-integralismo e, especialmente contra Filinto Müller, que supostamente teria sido o autor da prisão e o principal articulador da continuidade da detenção do general Miguel Costa. O ponto curioso e mais improvável do documento é o pedido de defesa da democracia contra o totalitarismo fascista-integralista, que teria apoio do nazismo alemão. Que democracia ainda havia, em 1938, no Brasil?

Esse apelo da união do povo contra o integralismo e o fascismo e para apoiar Getúlio e Adhemar de Barros se deu basicamente após a Intentona Integralista de maio de 1938, no Rio de Janeiro. Em São Paulo, foi realizado um grande ato público, com milhares de pessoas, organizado pelos sindicatos oficiais em apoio a Getúlio e Adhemar de Barros e contra o integralismo. Houve igualmente grandes manifestações em várias partes do país e uma grande, na tarde de 29 de maio de 1938, em São Paulo, realizada na Praça da Sé, das 15 às 18 horas.

Pelo que pudemos deduzir das fontes, a manifestação foi organizada pelo DET com faixas com dizeres antifascistas e pró-Estado Novo. Muitos sindicatos da capital paulista e do interior participaram⁴¹⁸.

De qualquer forma, não se registraram mais quaisquer manifestações tenentistas, ou socialistas tenentistas. O Estado Novo extinguiu todos os partidos políticos e o PSB não foi exceção. Se o Partido continuou a existir clandestinamente, foi de forma precária e por mais alguns poucos anos, como indica um último documento encontrado nos arquivos do DEOPS, sobre uma reunião clandestina em São Paulo, para organização de um núcleo clandestino do PSB, em 1939 e, ao que parece, tentativa infrutífera. Após esse último fato, só encontramos documentação referente ao PSB surgido após a queda do Estado Novo, nada mais tendo a ver com o socialismo tenentista dos anos 1930.

Ao que se refere à Legião Cívica 5 de Julho, não encontramos mais qualquer documento ou referência sobre sua possível continuidade.

⁴¹⁷ Panfletos: “Liberdade para Miguel Costa”, São Paulo, 05/09/1938 e “Para libertar Miguel Costa!”, São Paulo, setembro de 1938. CEDEM, Fundo DK, cx 39, Pasta: Panfletos e caso Miguel Costa, set./1938.

⁴¹⁸ ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *Entre a Revolução e o Corporativismo*, op. cit., pp. 239-240.

Capítulo 4

A Economia Brasileira durante a Era Vargas e as propostas de políticas públicas dos socialistas tenentistas.

4.1 *Panorama da economia brasileira durante a Era Vargas*

Diante da crise econômica que se afigurava como uma catástrofe, embora tenha sido evitada em grande parte, como coloca Celso Furtado, o novo governo saído da Revolução foi obrigado a decidir o que fazer em 1930-31:

- a) Que mais convinha, colher o café ou deixá-lo apodrecer nos arbustos, abandonando parte das plantações como uma fábrica cujas portas se fecham durante a crise?
- b) Caso se decidisse colher o café, que destino deveria dar-se ao mesmo? Forçar o mercado mundial retê-lo em estoques ou destruí-lo?
- c) Caso se decidisse estocar ou destruir o produto, como financiar essa operação? Isto é, sobre quem recairia a carga, caso fosse colhido o café?⁴¹⁹

Tendo em vista o poder dos cafeicultores desde o início da República, o governo passou a comprar o que eles não conseguiam vender. O café, produto dessas compras, era destruído retirando não só o que havia em excesso no mercado, como também, defendendo em parte, seus preços, que caíram vertiginosamente com a crise dupla que afetava esse produto de exportação: a crise de superprodução e a crise internacional.

Parte da defesa do café acabou ocorrendo indiretamente a partir da grande queda do valor de câmbio do mil-réis, malgrado a desvalorização da libra-esterlina em 1932. Desse modo, grande parte da queda dos preços do café foi absorvida pela desvalorização da moeda que impediu uma queda mais acentuada no Brasil entre 1930-1934.

“O valor médio da saca de café exportada declinou de 4,71 libras, em 1929, para 1,80 libras em 1932-34, ou seja, uma baixa de 62 por cento. Em moeda nacional a queda foi

⁴¹⁹ FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1998, 27.^a ed., p. 186.

de 192 para 145 mil-réis, isto é, de 25 por cento. No triênio seguinte o preço em libras baixou para 1,29 e em mil-réis subiu para 159.”⁴²⁰.

A decisão foi retirar do mercado a parte da produção que superava a demanda externa. Como o crédito internacional brasileiro estava congelado por conta da “evaporação” das reservas em ouro, recorreu-se à emissão de dinheiro, o que foi feito até 1939. Furtado comenta que o auge da produção cafeeira foi atingido em 1933-4, quando os cafezais plantados em 1928-9 começaram a produzir. Evidentemente, a emissão para retirada do café do mercado desvalorizava ainda mais a moeda. Isso também constituiu mais uma forma de incentivo, ou antes, de alívio às exportações. O café retirado do mercado não foi estocado porque se sabia que seria inútil; ele passou a ser destruído.

Celso Furtado deixa claro que a proteção ao setor exportador se fazia à custa da nação, porque a desvalorização da moeda encarecia a importação ainda mais e gerava inflação a partir de 1934. Entretanto, ele pondera que a defesa dos cafeicultores “inconscientemente” também era a defesa da renda de boa parte da nação. Se os prejuízos fossem arcados somente pelos cafeicultores, haveria desemprego ainda maior e isso deprimiria ainda mais o mercado interno, multiplicando os fatores negativos da crise. O contrário, por meio de mais emissões, mantinha o nível de renda interna, o que, aliviava o impacto negativo da crise. Ao final, a política de valorização e defesa do café nos anos 1930 foi uma antecipação do que viria a ser as ações anticíclicas de J. M. Keynes⁴²¹.

Os mecanismos da política de defesa do café, “consciente ou inconscientemente”, mantiveram ou impediram que a renda interna caísse demasiadamente nos momentos mais duros da grande depressão dos anos 1930 e não só; a manutenção da renda interna possibilitou a retirada do país da crise mais rapidamente do que se deu nos EUA, por exemplo. Inclusive, a crise foi menos catastrófica para a economia brasileira do que para a economia norte-americana.

As compras de café para destruição, financiadas com forte emissão e expansão do crédito externo depreciaram muito a moeda, encarecendo demasiadamente a importação. Se a renda interna foi afetada em uma faixa entre 25% e 30% do que era em 1929, mas ainda suficiente para sustentar uma demanda interna e os preços dos bens de consumo importados subiram muito devido à desvalorização da moeda, abriu-se um

⁴²⁰ FURTADO, Celso, *op. cit.*, p. 187, nota 160.

⁴²¹ FURTADO, Celso, *op. cit.*, p. 192.

espaço maior para a indústria nacional que já vinha atendendo uma pequena parte dessa demanda desde as décadas anteriores.

A indústria nacional vinha trabalhando com capacidade ociosa desde a década de 1920 e teve uma retração de 10% de sua atividade entre 1931-32, como efeito da crise. Com os primeiros sinais de recuperação já em 1933, a indústria recupera o terreno perdido e vai ocupando toda sua capacidade ociosa até fins dessa mesma década, necessitando expandi-la. Inicialmente, a ocupação da capacidade ociosa representa um aumento da lucratividade e, portanto, uma taxa de acumulação de capital mais elevada. Essa situação atraiu parte dos capitais originados na cafeicultura, mas que deixaram de encontrar aí uma remuneração alta.

O encarecimento dos bens de capital importados por conta da desvalorização da moeda obrigou muitas empresas nascentes a comprar equipamentos importados de segunda mão e a buscarem alternativas no mercado nacional. Nesse sentido, começa a surgir um setor de produção de bens de capital na indústria nacional, ainda pequeno, mas que esboça alguma potencialidade, segundo Furtado. São exemplos disso a produção de bens intermediários, como cimento, aços laminados e outros⁴²².

A migração de capitais do setor cafeeiro não se deu somente para a indústria; também ocorreu em direção à outra produção agrícola destinada à exportação, o algodão. A fibra brasileira beneficiou-se das operações de valorização à produção e exportação norte-americana e aumentou sua participação no mercado internacional. Embora a década de 1930 assistisse a um aumento do *quantum* exportado e um pequeno aumento dos valores em relação a 1929, ainda ficava aquém da marca histórica anterior à crise devido ao fato de as quantidades exportadas serem maiores e as divisas recebidas serem quase da mesma magnitude. Considerando ainda o fato de que os produtos importados encareceram ao longo da década, Furtado faz notar que a capacidade importadora brasileira permaneceu deprimida ao longo de todo o decênio.

Ainda tratando de agricultura, a produção destinada ao abastecimento do mercado interno também cresceu, ocupando espaços antes dominados por produtos importados, o que significou um aumento da renda agrícola, embora o crescimento fosse limitado à substituição das importações e à taxa de crescimento urbano e industrial.

⁴²² Wilson Cano considera que a indústria foi uma opção atraente de investimento de capital desde fins do século XIX e início do XX, opondo-se a Furtado. CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas-SP: Unicamp/IE, 1998.

O que Furtado aponta é o fato que uma economia de estrutura ainda colonial, ou seja, dedicada à produção e exportação de matérias-primas, foi atingida pela Crise de 1929, mas não de forma tão catastrófica e que conseguiu se recuperar antes de outras. O motivo está exatamente na introdução maciça de estímulos internos que mantiveram o mercado interno e o expandiram nas formas citadas. Outras economias similares que permaneceram presas à ortodoxia liberal aguardando uma mudança positiva dos estímulos externos amargaram a situação de depressão por toda a década de 1930.

Maria Antonieta Leopoldi⁴²³ considera que o modelo econômico instalado no Brasil a partir de 1930 e em vigência até 1987, foi próximo ao keynesianismo e um legado da Era Vargas. Sua definição estaria na participação ativa do Estado como investidor, protetor e empresário no desenvolvimento econômico e industrial da nação.

Para Leopoldi, a adoção desse modelo foi paulatino; fruto mais de uma prática ditada pela necessidade que de definições ideológicas e, ou, políticas. Essa necessidade foi gerada pela Crise de 1929 e pela subsequente Grande Depressão. Precisou-se fazer frente ao choque externo que abalou o modelo liberal agro-exportador. O modelo de intervenção direta de Estado-empresário surgiu de fato no Estado Novo.

Durante os anos 1931-37 o modelo do Estado interventor foi sendo construído conforme as necessidades internas e para se fazer frente aos compromissos externos da balança de pagamentos. Com as dificuldades de conseguir recursos externos nessa época, precisou-se estimular mais o mercado interno e a integração regional. Houve também a forte influência política de grupos nacionalistas como os tenentes na elaboração dos primeiros projetos. Contudo, houve sempre conflitos entre nacionalistas e liberais. Os nacionalistas sempre ganharam mais força no contexto das crises e das contingências externas e de fracassos ou limitações do liberalismo.

Monetariamente, entre 1934 e 1937, o Brasil remeteu ao exterior mais divisas do que podia fazê-lo e entre 1937 e 1945, menos do que podia. A diplomacia brasileira teve mais sucesso nos contextos de crises e necessidades diante dos EUA, estreantes como principais agentes financeiros mundiais e preocupados com a guerra que se avizinhava (1937 – 1943). Nessa época, o Brasil conseguiu muitos créditos para seus projetos industriais nacionais estatais.

⁴²³ LEOPOLDI, Maria Antonieta P., “Economia política do primeiro Governo Vargas (1930 – 1945): a política econômica em tempos de turbulência”, In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Um setor do empresariado, liderado por Roberto Simonsen, era favorável ao apoio protecionista e de investimentos do Estado; até mesmo como empresário em alguns setores.

O “combate” às empresas estrangeiras e seus monopólios deu-se somente conforme as necessidades de controle sobre as remessas de divisas ao exterior e suas pressões sobre a balança de pagamentos e de expansão de investimentos no mercado interno (setor energético, petrolífero, bancário). Projetos nacionalistas havia, mas nunca foram fortes o suficiente. Tornaram-se mais fortes a partir de pressões dos militares, não exatamente dos tenentes, mas das alas próximas a Góis Monteiro⁴²⁴, durante o Estado Novo e durante a II Guerra Mundial. Além do que, a abertura e flexibilidade da política externa americana no contexto da mobilização contra o inimigo de guerra, deram chances inigualáveis à economia e ao planejamento brasileiros, até 1943-45.

Para Benedito Heloiz Nascimento⁴²⁵, a Revolução de 1930 teve como causa a conjuntura econômica em crise (1929/30), superprodução de café e um fator político, a não consideração das oligarquias gaúchas na sucessão presidencial de 1930. Novas diretrizes políticas econômicas – nacionalistas – foram, ao longo da década de 1930, especialmente a partir do Estado Novo, intensificando a industrialização e a diversificação econômica brasileira.

A emissão de dinheiro para socorrer o Nordeste na seca de 1930/32, para sufocar o movimento dito constitucionalista de 1932 e a insurreição comunista/aliancista de 1935 e para a compra e destruição do café estocado nesse período, ajudou o país a sair da crise, malgrado às orientações de controle ortodoxo fiscal liberal. Isso gerou mais empregos e favoreceu o consumo de mercadorias nacionais, em um momento de falta de recursos para importação, o que levou a economia do país à substituição de importados nesses anos.

Contudo, segundo Nascimento, o clima de tensão impedia a tomada de decisões que viessem implantar políticas de longo prazo, ou, que fossem melhor estruturadas, no que o autor se opõe a Leopoldi. Via-se claramente que o país podia e deveria se industrializar. Mas, muitos problemas e variadas oposições deveriam ser vencidos, assim como o integralismo e o enquistamento étnico das colônias de imigrantes no Sul.

⁴²⁴ Esses eram os defensores da noção de “Brasil potência”, ou defendiam necessidades de Segurança Nacional a partir da modernização da capacidade industrial e econômica em geral, estratégicas para fins bélicos. Cf. LEOPOLDI, Maria Antonieta, *op. cit.*

⁴²⁵ NASCIMENTO, Benedito H., *A ordem nacionalista Brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930 – 1945*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP/ IEB-USP, 2002.

Os anos mais difíceis da depressão foram os de 1931 e 1932. Em 1933, havia recuperação do nível de produção no Brasil; em 1934/35, a crise estava superada. Competiram para isso a ocupação da capacidade industrial já instalada, as dificuldades para a importação e recurso maior ao mercado interno. Essa ocupação da capacidade ociosa foi permitida graças à desvalorização do mil-réis e à escassez de divisas.

Com a crise e a depressão, houve retração geral do comércio mundial. A escassez de divisas dificultou o comércio internacional brasileiro. Os acordos com os EUA ocorreram em dois sentidos, sempre de acordo com o interesse norte-americano: primeiro, facilitar a entrada mais barata de matérias-primas não produzidas nos EUA e facilitar a exportação de seus produtos industriais e, segundo, facilitar com o comércio, a entrada de divisas no Brasil e a facilidade de sua remessa nas formas de dividendos e parcelas de dívidas e juros.

A busca de novos mercados para matérias-primas como o algodão, couro e peles etc. e de produtos como o café, levou o Brasil a acordos com países como Alemanha e Itália, que precisavam escoar seus produtos industriais. A escassez mútua de divisas levou-os ao comércio de compensações. O crédito das exportações brasileiras à Alemanha ficava depositado em marcos no Reichsbank. Esses créditos eram descontados no ato das importações de produtos alemães (máquinas, carvão etc.), pagando-se com eles, os exportadores. O crédito das exportações brasileiras era pago aos exportadores brasileiros em mil-réis pelo Banco do Brasil, de acordo com o saldo em marcos no Reichsbank e estes, por sua vez, eram gastos na aquisição de máquinas etc. e o Banco do Brasil recebia em mil-réis dos importadores no Brasil. Os saldos em marcos de crédito do Banco do Brasil, só podiam ser gastos naquela moeda e na Alemanha.

Esse comércio foi a forma encontrada para suprir os países, com escassez de divisas, de produtos essenciais às suas economias. Benedito Nascimento deixa claro que foram os países desenvolvidos que levaram as maiores vantagens comparativas e reais controlando as operações comerciais sobre os países subdesenvolvidos e pobres.

Contudo, esse autor também esclarece que esse comércio foi benéfico ao Brasil dentro das possibilidades que se apresentavam à época. Durante a década de 1930, após atingir a capacidade produtiva instalada – eliminação da capacidade ociosa – a indústria brasileira precisava investir em incorporação de capital na forma de maquinário. O comércio de compensações facilitou a entrada desse maquinário, especialmente daquele

ainda não produzido internamente. E essa entrada revestiu-se de maior importância quando do início da guerra e do estancamento relativo do comércio internacional.

O início das hostilidades acabou levando ao desequilíbrio comercial entre as potências, ao final dos anos 1930 e início dos 1940. A Guerra e o bloqueio da Alemanha e Itália impediram a continuidade do comércio de compensação. Assim, o Brasil foi forçado a estreitar os laços com a potência mais próxima e mais poderosa; os EUA. Inicialmente, os EUA adotaram uma política de favorecimento ao Brasil para atraí-lo de forma confiável à causa aliada. Essa política de atração materializou-se na construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Ao final da Guerra, os EUA abandonaram essa política e passaram a extrair maiores recursos dos países subdesenvolvidos e a opor-se crescentemente ao nacionalismo brasileiro, visto a partir de então, como inaceitável.

Nesses anos de guerra, buscou-se nacionalizar ainda mais a produção interna em geral e de insumos.

A substituição de importação de produtos agrícolas deu-se quase que completamente durante a I Guerra Mundial e após a mesma. Já iniciara ao final do Império, com algumas leis protecionistas. Durante a Guerra, as dificuldades de importação e de exportação de café levaram o país a implementar a produção de alimentos para o mercado interno. Ainda hoje, a maior quantidade de alimentos e produtos agrícolas importados, é representada pelos grãos de trigo. O Brasil passou de importador para exportador de alguns alimentos.

A substituição da importação de produtos industriais, mais especificamente, de bens de consumo, já vinha de algum tempo, mais propriamente, desde a I Guerra Mundial. Essa substituição foi favorecida pela escassez de divisas, advindas das dificuldades nas exportações durante as guerras entre os países europeus dificultando o comércio praticado por eles. Contudo, esses foram estímulos descontínuos que causaram certa oscilação nas atividades, ora com incremento na produção, ora da importação, já que o importador e o industrial, muitas vezes eram a mesma “pessoa”.

A partir de 1930 houve maior preocupação do governo com essas questões. A capacidade ociosa gerada pela anterior importação de máquinas e pela depressão chegou ao final: em fins dos 1930 e início dos 1940, a capacidade produtiva era plena no setor têxtil.

A produção de bens intermediários – cimento, chapas metálicas de espessuras variadas e laminados etc. – foi o setor que mais cresceu durante os anos 1930. Ao final da década, essa produção atendia em torno de 80% a 85% das necessidades do país.

Surgiu também, ou se incrementou, pois existe desde os anos 1920 e às vezes de antes, um setor de bens de capital, com máquinas e ferramentas como teares, caldeiras, arados, semeadoras etc., que cresceu ao abrigo da falta de divisas para importação.

A Era Vargas também assistiu ao esforço da produção e diversificação de insumos para a economia brasileira, tais como óleos vegetais e combustíveis alternativos para máquinas aqui produzidas ou adaptadas. Também se dedicaram esforços para a produção de outros gêneros agrícolas como matérias-primas e alimentícios.

Benedito H. Nascimento⁴²⁶, tratando do surto industrializante induzido, coordenado e até certo ponto, empreendido pelo Estado, aponta para o aprofundamento e transformação da industrialização brasileira durante a II Guerra Mundial. Houve mesmo, certa transformação apontada pelo autor que procura enfocar principalmente, o surgimento, via criação, via transformação ou adaptação de parte da produção nacional de bens de consumo, em bens de capital. Algumas empresas que se dedicavam a vender, montar e consertar equipamentos transformaram-se em produtoras de máquinas e ferramentas, inclusive com o surgimento de três empresas brasileiras de produtos aeronáuticos, que fabricavam parte das peças e componentes, menos os propulsores, que viriam ser produzidos pela Fábrica Nacional de Motores.

Isso tudo, segundo Nascimento seria resultado da atuação forte e centralizada de governo forte e, sobretudo, nacionalista, no que contraria a tese de Maria Antonieta Leopoldi. O Estado Novo estaria munido do ideário da ditadura republicana de Júlio de Castilhos e nos espaços em que a iniciativa privada não atuasse na criação de empreendimentos produtivos, o Estado, mais técnico que político, o faria⁴²⁷.

4.2 As propostas de políticas públicas para a educação dos socialistas tenentistas

Em meados da década de 1930, período em que havia efervescência política, incentivada tanto pela vitória da Revolução de 1930, quanto pela perspectiva da renovação legal do país através da elaboração de uma nova Constituição e ao sabor das liberdades políticas recém-conquistadas (ainda que efêmeras), lideranças socialistas tenentistas apresentaram propostas políticas

⁴²⁶ NASCIMENTO, Benedito H., *op. cit.*

⁴²⁷ Evidentemente, jamais o Estado, ou qualquer grupo de pessoas, pode deixar de ser *político*, o que é uma característica própria da humanidade e de suas instituições e criações.

econômicas e sociais que hoje classificamos como *políticas públicas*. Esse momento coincidiu com a afirmação desses grupos políticos e da definição de seus contornos políticos e ideológicos.

Suas propostas foram apresentadas ao público principalmente através da imprensa e em documentos por eles produzidos. Elas pouco foram debatidas nas tribunas parlamentares devido ao desempenho eleitoral pífio que obtiveram e à curta existência que suas organizações tiveram – o que, sem dúvida, as impediu de fazer novas propostas e de elaborá-las melhor.

Um dos principais objetos de preocupação dos socialistas tenentistas no que se refere ao que chamamos hoje de políticas públicas era a Educação. Nesse sentido, o médico e candidato à Constituinte e depois a deputado federal, Celso Barroso, afirmou que o programa do PSB-SP era o mesmo aprovado no Congresso Revolucionário realizado em novembro de 1932, no Rio de Janeiro.

Barroso defende insistentemente a tese de que a “simples alfabetização” não era mais suficiente para atender às necessidades contemporâneas da sociedade. A escola deveria ser “moderna”, tendo uma educação integral no sentido do ensino do que ele chamou de “artes literárias” e demais elementos culturais com o ensino técnico-profissionalizante. O objetivo era dar maior relevância e significado econômico à educação naquele momento. Considerava que o cidadão do “futuro” teria características profissionais técnicas, ou mesmo, politécnicas.

A escola deveria ser única para ambos os sexos e deveria, acima de tudo, desenvolver o espírito de camaradagem entre todos. Ela deveria ser gratuita e estar sob a direção única do Estado que, por sua vez, não pode ter predileções religiosas, mas ser incentivador do pensamento em bases racionais. “A escola moderna assenta-se em bases fundamentais de estrutura socialista: educação integral, obrigatória e gratuita; escola única para todos e leiga; ensino técnico e profissional; solidariedade e cooperação, [com] finalidade econômica e social”⁴²⁸.

Nesse programa se dispunha a Educação como “função social” e “serviço essencialmente público que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais”. Caberia aos estados federados organizar e ministrar o ensino em todos os graus dentro de seus territórios e à União no Distrito Federal, sendo todos orientados e fiscalizados pelo Ministério da Educação. O sistema escolar deveria ser

⁴²⁸ BARROSO, Celso, “O Partido Socialista Brasileiro e o problema educacional”, in: FROLA, Francisco [dir.] *Socialismo*, São Paulo: s/e, n.º 1, de 10/03/1933, p. 22. APESP, DEOPS, Pront. n.º 152.

leigo, para ambos os sexos, e orientado a desenvolver as aptidões profissionais dos educandos, sendo que o ensino deveria tender à obrigatoriedade até os 18 anos de idade e à gratuidade em todos os níveis.

Pela proposta de Barroso, a escola secundária deveria ser estruturada dentro da educação profissional “com base na economia nacional, com variedade de tipos de escola”. Essa ação seria orientada por institutos psicotécnicos que encaminhariam os estudantes para os cursos técnicos. As universidades deveriam ser capazes de criar, transmitir, divulgar e difundir as ciências através da pesquisa e do que chamou de “cultura livre”; da formação do professorado; da formação de profissionais em todos os ramos que exigissem conhecimentos científicos e à “vulgarização” [difusão] literária, científica e artística.

A criação, manutenção e desenvolvimento desse sistema educacional seria feita a partir de fundos especiais criados e mantidos por parte específica da arrecadação da União, dos estados e dos municípios.

A proposta de política educacional do PSB-SP incluía aspectos de saúde pública, como o oferecimento de atendimento médico e odontológico aos educandos, principalmente dentro das pré-escolas e estabelecimentos maternais e de creches, ainda que esse oferecimento tivesse caráter preventivo. Havia, também, a preocupação com o desenvolvimento físico e esportivo das crianças e jovens, prevendo-se a criação de centros esportivos com campos e piscinas, preferencialmente em bairros operários. O lazer incluía-se no rol das preocupações, propondo-se a criação de colônias de férias escolares. Para melhor auxílio da educação das crianças e dos jovens, previa-se a criação de bibliotecas escolares fixas e circulantes, bem como de rádios e cinemas escolares.

Existia, inclusive, uma preocupação, ainda que vaga, para com as crianças portadoras de necessidades especiais, muito embora o termo de referência hoje nos pareça terrivelmente discriminatório: “escolas para débeis”.

Como forma de maior e melhor integração social, propunha-se a criação de conselhos e círculos envolvendo pais e professores.

Fica evidente nessas propostas a preocupação de integração da Educação com outros serviços públicos, no que poderíamos chamar como o de um embrião de proposta de política para a infância e juventude, como a saúde e com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento físico e desportivo, com alguma política de cultura e mesmo com o

lazer. Ainda que isso se apresentasse somente na forma de esboço, nota-se o esforço de coordenação voltado às classes trabalhadoras e populares.

Mais evidente, é a preocupação com a sintonia entre a educação e a economia, principalmente com as tendências e projetos de desenvolvimentos futuros apresentando sensibilidade em relação às características econômicas do país. Essa preocupação se apresentava a partir do planejamento e proposta dos níveis secundário – hoje, Ensino Médio – e superior. Deveria haver uma variedade de tipos de escola a atender aspectos econômicos agrupados da seguinte forma:

- a) Agricultura, minas e pesca (extração de matérias-primas);
- b) Industriais e profissionais (elaboração de matérias-primas);
- c) Transporte e comércio (distribuição de produtos elaborados);⁴²⁹

Celso Barroso considerava que a direção do PSB-SP tinha conhecimento da grande dificuldade àquela época, mesmo dentro de um proposto regime socialista, de se implantar imediatamente a gratuidade da educação em todos os níveis e de se suplantar o ensino privado. Por isso, essa modalidade era aceita, mas submetida às diretrizes e fiscalização do Estado através de órgãos voltados à Educação Pública.

Carmelo S. Chrispino, outro dirigente partidário, também fez propostas referentes à Educação. Ele ressalta o valor da solidariedade e da cooperação para o avanço do ser humano dentro da sociedade e dela própria como um todo. Um dos principais objetivos da Educação é perseguir o ideal de liberdade, que seria o objetivo de todas as lutas políticas e sociais. Para se atingir tal fim, era preciso uma estreita colaboração entre educadores, educandos e a comunidade, além de esforço e boa vontade, principalmente da parte dos educadores:

“É necessário realizarmos o sacerdócio do magistério com um pouco mais de amor à arte de ensinar e não fazendo planos para melhorar sua remuneração econômica, ou então, para realizar a velha aspiração dos funcionários públicos brasileiros: ganhar sem trabalhar e chegar à aposentadoria”⁴³⁰.

Como socialista, Carmelo Chrispino parece desconhecer que os professores também são *trabalhadores* e como tais, *também* aspiram a uma melhor condição sócio-econômica. Palavras próprias de alguém que não pertencia às salas de aula; fosse ele um operário ou um profissional de classe média formado.

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ *Luta Social*, n.º 4, de 07/12/1933, p. 4.

Ele propõe a mobilidade horizontal entre os diversos níveis educacionais, notadamente nos cursos profissionalizantes para que pudesse haver mobilidade de estudantes entre um curso e outro, sem prejuízo no aprendizado geral.

Os níveis educacionais deveriam conduzir, quando de sua conclusão, a outro imediatamente subsequente. Assim, do curso primário passar-se-ia ao ginásial ou para o técnico-profissionalizante e destes para o secundário clássico ou técnico e deles para suas (consideradas) respectivas carreiras superiores. Isso pressupunha a abolição dos exames de admissão, comuns na época.

“E assim, os ginásios levariam os estudantes às faculdades de direito, medicina, ou filosofia; as escolas pedagógicas ou normais ao instituto pedagógico; as escolas industriais à faculdade de engenharia; as escolas agrícolas ao curso superior de agricultura; as escolas de comércio à faculdade de ciências econômicas e comerciais; as escolas de belas artes (...) ao superior de belas artes; as escolas militares aos cursos superiores militares e assim por diante”.

Chrispino propunha uma discussão mais ampla sobre Educação, envolvendo outros setores da sociedade, como forma de se chegar a melhores resultados e para promover uma maior integração entre as diferentes camadas e segmentos das classes laboriosas:

“Recomendamos organizações mistas de mestres e obreiros para [se] chegar a um melhor entendimento e consultar as formas práticas da extensão da universidade popular, de preferência os chamemos [os cursos superiores] do trabalho ou técnica, com a colaboração de professores universitários, intelectuais e obreiros, formando-se com isso um padrão especial e com projeção para todo o país. Nunca esquecer que os trabalhadores intelectuais e manuais devem fazer uma aliança harmônica para a consequente extensão cultural e com os propósitos sociais e pedagógicos”⁴³¹.

Parte das propostas de reformas educacionais entre os anos 1920 e 1930 giravam em torno do ensino técnico-profissionalizante, principalmente durante a Era Vargas, início do processo de industrialização do país, já que até então ele passara apenas pelo processo de crescimento industrial ou fabril. Em alguns casos, os socialistas tenentistas também aproveitavam a estrutura sindical oficial que se formava para incrementar propostas educacionais, como de alfabetização e de alguns cursos técnicos para jovens

⁴³¹ Idem.

filhos de trabalhadores sindicalizados. Esse foi o caso, por exemplo, do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana⁴³².

Os socialistas tenentistas não pararam no estágio da formulação de ideias e projetos gerais e abstratos para a Educação Pública de todos os níveis, já que consideravam fundamental a continuidade dos estudos e da preparação técnica desde os primeiros anos escolares até a graduação em ensino superior. Em 1935, noticiaram que enviariam ao seu único deputado na Assembléia Legislativa paulista, um projeto criando a “Universidade Técnica de São Paulo”.

“Esse projeto, ao que estamos informados, divide em três cursos a universidade: o curso propedêutico que serve para dar ao educando uma cultura geral em três anos; curso técnico inferior ou secundário também em três anos e que se divide nos seguintes cursos: Instituto Técnico Comercial, Instituto Industrial, Instituto Agrícola e Curso de Administração.

O Instituto Técnico Comercial formará peritos contadores, secretários e guarda-livros.

O Instituto Industrial formará peritos em eletro-mecânica, peritos em mecânica e peritos em eletricidade.

O Instituto Agrícola formará agrimensores [?] e o Curso de Administração formará peritos administradores”⁴³³.

Para matricular-se em qualquer dos cursos técnicos, o aluno teria que ter feito antes o propedêutico e então realizar um exame vocacional que indicaria o curso que deveria seguir “segundo a inclinação mostrada por aquele exame”.

“Como complemento do curso técnico secundário ou inferior, haverá o curso técnico superior que compor-se-á dos seguintes institutos: Instituto de Administração e Finanças; Instituto de Ciências Sociais e Políticas; Instituto de Eletricidade e Instituto de Mecânica”.

O que os socialistas tenentistas estavam apresentando era um projeto integrado de educação secundária – atual Ensino Médio da Educação Básica – com o ensino técnico profissionalizante desse mesmo nível e a carreira universitária ou superior correlata. Novamente, a centralidade do projeto é o mundo do trabalho e o objetivo, a formação integral do indivíduo e a qualificação para sua vida em sociedade de forma *produtiva*. Isso se integrava a outro objetivo muito mais amplo que era o progresso

⁴³² MOREIRA, Maria de Fátima S., *A organização do processo de trabalho: sua dimensão política na Estrada de Ferro Sorocabana (1920-1940)*, op. cit., e ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *Entre a Revolução e o Corporativismo*, op. cit.

⁴³³ *A Platéia*, 06/08/1935, p. 6.

econômico do país, que adentrava a fase propriamente dita do processo de industrialização.

Não pudemos constatar nos anais do Legislativo paulista o envio e a apresentação do projeto a respeito de universidade “popular”. Mas, encontramos a apresentação de um projeto dispondo sobre “Educação Primária” que foi discutido em plenário, foi encaminhado para a Comissão de Educação, mas, não logrou aprovação. Nesse projeto, buscava-se reformar o que se chamava de Ensino Primário, englobando tanto o que conhecemos hoje como Ensino Fundamental Ciclo I, ou Anos Iniciais (do 1.º ao 5.º Ano), e parte do Ciclo II, ou Anos Finais (do 6.º ao 9.º Ano). Pretendia-se a criação de classes “auxiliares” que teriam a “missão de recuperar, para as classes normais, os alunos de inteligência retardada [sic]”⁴³⁴.

Notamos que, embora os termos hoje nos sejam hoje inadequados e soem até mesmo grotescos⁴³⁵, já havia a preocupação com a recuperação da aprendizagem dos jovens estudantes. O projeto também previa uma elevada carga horária semanal de atividades físicas e desportivas, bem como de “passeios”, toda ela voltada ao desenvolvimento físico das crianças e jovens. Deveria haver um departamento médico de acompanhamento dos estudantes e uma “Diretoria Geral de Ensino” para produzir estudos pedagógicos e acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento educacional. Finalmente, deveria haver distribuição gratuita, a cargo da “Diretoria Geral de Ensino” a ser criada, dos livros a serem utilizados pelos estudantes. Da mesma forma, esse projetado Ensino Primário seria obrigatório e gratuito em todo o território do Estado de São Paulo.

No que tange à Legião Cívica 5 de Julho, não tivemos acesso aos seus programas políticos, senão ao que publicou n’*A Platéia*, em 29 de setembro de 1934, mas como programa da coligação Aliança Socialistas e Liberais pela Liberdade Social, que concorreu às eleições para a Constituinte estadual paulista e Câmara Federal, em 14

⁴³⁴ Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo, *Annaes da Sessão Ordinária de 1936*, Vol. II, 78.º Sessão, de 13/10/1936, pp. 1519 e 1520.

⁴³⁵ Quanto aos termos utilizados no projeto, não podemos esperar que as noções que possuímos no presente, que resultam de todo um processo histórico de lutas sociais e de acúmulo de discussões políticas e filosóficas fossem o repertório das pessoas justamente quando algumas questões ensaiavam entrar na pauta de debates e discussões públicas mais amplas. Lembremos, para efeitos de acompanhamento das discussões e debates acerca de preconceitos e discriminações, que a eugenia era considerada legítima na década de 1930. Da mesma forma que o racismo ainda era comum, embora não fosse uma política de Estado no Brasil da Era Vargas. As grandes comoções acerca do racismo e das práticas discriminatórias só ganharam o grande público quando os crimes mais hediondos do nazismo foram revelados ao final da II Guerra Mundial. Portanto, cerca de dez anos depois da data em discussão do projeto dos socialistas tenentistas no Legislativo paulista. Evidentemente, havia lutas contra o racismo e a Frente Negra Brasileira era um exemplo dessa luta, mas não é o objetivo deste trabalho discutir esse tema.

de outubro de 1934. O grosso de suas propostas se concentrava na “questão social”, isto é, nas leis trabalhistas e sindicais. Sobre políticas públicas, o único ponto a respeito da Educação era que proibia o ensino religioso em qualquer instituição pública. Economicamente propõe “a) – fomento do cooperativismo em todas as suas formas com o auxílio do Estado e do Município; b) – auxílio direto aos pequenos agricultores com a instituição dos bancos de crédito”⁴³⁶.

Podemos apenas supor que na proposta de “fomento ao cooperativismo” estivessem contidas as mais diversas propostas de políticas públicas dos legionários, entre elas as educacionais, principalmente no que diz respeito ao ensino profissionalizante e de qualificação técnica, culturais ligadas ao lazer e, provavelmente, a respeito da construção de moradias operárias. Tomemos em conta que um dos principais apoiadores dessa coligação, o então deputado classista à Constituinte, Armando Laydner, era também dirigente do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana. Este sindicato desenvolvia, entre outros programas, a criação de escolas de alfabetização para associados e filhos de sócios e outras ligadas às áreas técnicas, como datilografia e cursos para operadores de telégrafos.

O programa eleitoral para esse pleito, da Coligação das Esquerdas, da qual participava o PSB-SP, publicado vinte e um dias antes das eleições era ainda mais geral e sucinto nesses pontos. Propunha tão somente “Educação integral, isto é, gratuita em todos os cursos com ensino primário obrigatório” e “Salário Mínimo de acordo com nível de vida melhor dentro do princípio de igual salário para igual trabalho”⁴³⁷.

4.3 As propostas de políticas econômicas dos socialistas tenentistas e o cooperativismo: entre o idealismo e a concretude

Os socialistas tenentistas tinham propostas econômicas, embora não fossem bem desenvolvidas, que obedeciam basicamente a duas influências: a social-democracia e o nacionalismo. Em suas publicações, em suas intervenções e em seus manifestos, os socialistas tenentistas iniciavam caracterizando o momento de crise internacional e a falência, ou incompetência, do sistema capitalista em conseguir uma solução para o grave problema, muitas vezes provocado pela “anarquia” de mercado. Sempre enfatizavam a contradição considerada absurda do contraste face a face da enorme riqueza material, cultural e científica acumulada e a miséria e indigência. Esses eram

⁴³⁶ A *Platéia*, 29/09/1934, p. 6.

⁴³⁷ A *Platéia*, 09/08/1934, p. 1.

traços, sem dúvida, da social-democracia em suas concepções econômicas e sobre a História.

Uma constante em seu discurso em matéria de política econômica era seu nacionalismo em relação às grandes empresas e companhias estrangeiras, que pretendiam nacionalizar, bem como, algumas vezes ficou claro, em relação ao sistema financeiro e à negação das dívidas externas simplesmente consideradas como “dívidas imperialistas”. Certamente, este último ponto era uma influência trotskista e depois comunista, principalmente a partir do período de colaboração entre socialistas tenentistas e trotskistas dentro da Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo e Coligação das Esquerdas e, no caso dos comunistas, na participação conjunta nas lutas antifascistas e anti-imperialistas, principalmente na curta participação dentro da ANL.

A influência nacionalista se dava, principalmente em relação ao uso das riquezas naturais, principalmente minerais.

“(...) é o socialismo que reclama a nacionalização dos capitais estrangeiros radicados no Brasil, libertando-nos do jugo da política do imperialismo econômico; é o socialismo que pede a socialização das grandes empresas e companhias de exploração de nosso incomparável subsolo; enfim, é o socialismo que intervém na ordem econômica regularizando e determinando as funções sociais para que a ciência não seja monopolizada ao serviço da opressão”⁴³⁸.

Segundo Ângela Araújo⁴³⁹, a preocupação com a nacionalização do subsolo e do monopólio de sua exploração pelo Estado, assim como das quedas d’água, para garantir os benefícios advindos à comunidade nacional, era de fundo tenentista e como proposta, fora defendida durante a Constituinte de 1934, mas com pouco sucesso. Aqui a vemos adaptada dentro da pregação político-ideológica socialista tenentista.

Mas, a maior parte de suas propostas de políticas econômicas, inclusive de políticas públicas, estava contida dentro da defesa do cooperativismo, que se propagandeou nas páginas de seus órgãos de imprensa, como em *O Socialista*, *Luta Social* e na revista *Socialismo*, dirigida por Francisco Frola, bem como, em algumas páginas de *A Platéia*. Os socialistas tenentistas chegaram mesmo a ver com simpatia as ações desenvolvidas pela Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, dirigida por Sarandy Raposo e que obteve apoio oficial do Governo Federal desde os anos 1920

⁴³⁸ *O Socialista. Órgão do Conselho de Propaganda do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo*, n.º 1, 16/07/1933, p.1.

⁴³⁹ ARAÚJO, Ângela C., *op. cit.*

e ainda o tinha do Governo Provisório⁴⁴⁰. Noticiou-se sobre seu congresso em Niterói no órgão oficial do Partido, avisando que além de entidades agrícolas, muitos sindicatos participariam do evento através de seus representantes⁴⁴¹.

Inclusive, o maior sindicato operário dirigido pelos socialistas tenentistas, tanto ligados ao PSB-SP, quanto por homens ligados à Legião Cívica 5 de Julho, o Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, lutou para construir e manter em funcionamento sua cooperativa de consumo que, inicialmente, esteve ligada à direção do sindicato. Além de haver propaganda constante do cooperativismo nas páginas de *O Sindicalista*, órgão oficial do SFEFS⁴⁴².

O programa “completo” a respeito do cooperativismo foi desenvolvido por Francisco Frola em livro publicado em 1937, no qual não faz, curiosamente, qualquer referência ao PSB-SP⁴⁴³. A forma com a qual ele apresenta o cooperativismo o faz parecer bastante utópico. Para melhor avaliarmos o que Frola propunha, resolvemos fazer uma análise mais pormenorizada de seu trabalho, *A cooperação livre*⁴⁴⁴.

Em seu prefácio, Evaristo de Moraes, socialista de renome, opõe a prática livre e independente do cooperativismo ao controle totalitário fascista que “aniquila” a individualidade humana. A prática cooperativista livre dos entraves e ingerências estatais, como na Inglaterra, era capaz de dar bons resultado, segundo o autor. Por outro lado, também é considerada uma forma eficiente na luta contra os monopólios e *trusts* capitalistas dispensando a “necessidade de expropriações revolucionárias, de violências sanguinárias”⁴⁴⁵. Em suma, o cooperativismo seria capaz de “corrigir” o capital, desviando-o da atividade espoliadora do homem pelo homem e recolocando-o “na sua posição legítima, sujeitando-o aos lucros honestos”⁴⁴⁶.

⁴⁴⁰ GOMES, Ângela C., *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, 2.^a ed.

⁴⁴¹ *O Socialista*, n.º 2, 23/07/1933, p. 5.

⁴⁴² ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *Entre a Revolução e o Corporativismo. A experiência sindical dos ferroviários da E F Sorocabana nos anos 1930*, op. cit.

⁴⁴³ Ele também não cita o partido em sua outra obra, publicada nesse mesmo ano, *O Trabalho e o Salário*. Nessa obra, Frola se propõe a teorizar a respeito desses dois elementos, mas acaba obtendo resultados muito limitados. FROLA, Francisco. *O Trabalho e o Salário. Ensaio sobre a organização científica do trabalho e sobre a determinação do salário*. Rio de Janeiro: Coelho Branco Filho, 1937.

⁴⁴⁴ FROLA, Francisco, *A Cooperação Livre. A economia espontânea do povo*. Rio de Janeiro: Athena Editora, 1937.

⁴⁴⁵ Idem, p. 6.

⁴⁴⁶ Idem, p. 7.

Francisco Frola inicia seu trabalho citando a primeira experiência cooperativista moderna relevante, a dos vinte e oito operários têxteis grevistas, de 1844, na cidade inglesa de Rochdale, conhecida como *Equitable Pioneers*⁴⁴⁷.

Desde 1844, a experiência se espalhou pela Grã-Bretanha e chegou a outros países e, segundo Frola, sempre atingindo grandes sucessos. Não só houve expansão geográfica, como houve expansão sobre os mais diversos setores da economia, tanto na sua forma originária de cooperativa de consumo, como na forma de cooperativa de produção.

O cooperativismo também é apresentado em sua face sócio-política dentro da esfera econômica: segundo Frola, ele é a prática da *democracia econômica* no que tange à sua administração, consubstanciado na fórmula de que a cada sócio corresponde um voto, independente da quantidade de suas cotas, ou do fato de serem ou não sócios fundadores.

Evidentemente, os princípios que nortearam a formação da primeira cooperativa em Rochdale, sofreram algumas alterações e questionamentos, apresentados no Congresso Internacional da Cooperação, em Viena, em 1931. Os princípios originais eram:

- 1.º Venda a dinheiro
- 2.º Organização democrática
- 3.º Juros reduzidos para o capital
- 4.º Devolução do excedente na proporção das compras efetuadas por parte de cada sócio.⁴⁴⁸

As modificações introduzidas foram justificadas pelo autor levando-se em consideração a própria expansão do sistema em virtude de seu sucesso e necessidade de adaptação às realidades de cada país, tanto culturais quanto de organização econômica.

- 1.º Adesão livre
- 2.º Forma democrática (cada pessoa um voto)
- 3.º Devolução do excedente em proporção das compras de cada sócio
- 4.º Juros limitados para o capital
- 5.º Vendas a dinheiro

⁴⁴⁷ Em outro capítulo, no interior da obra, Frola diz que parte desses vinte e oito operários tecelões de Rochdale era composta por seguidores de Owen, portanto, socialistas e outra parte composta por radicais cartistas. A experiência visava atender as dificuldades vividas pelos trabalhadores e o espírito que os animou não foi o da obtenção de lucros financeiros. Sua cooperativa começou como uma associação para compra coletiva de bens indispensáveis evitando os intermediários existentes no mercado e repassando-os ao preço de mercado aos associados. A diferença de preços na compra coletiva era repassada aos cooperados e distribuída conforme o volume de suas compras e os resultados obtidos.

⁴⁴⁸ Idem, p. 22.

*6.º Desenvolvimento da educação*⁴⁴⁹

Frola defende o princípio da venda a dinheiro, ou seja, da venda à vista pelas cooperativas a partir da argumentação de que elas não contam com grande suplemento de capital, embora ele seja ilimitado a partir da entrada constante de novos sócios e de suas subscrições. Além disso, a venda à crédito no capitalismo importa em um preço maior para o consumidor e, tendo a cooperativa princípios diversos e sendo norteadas para o barateamento do custo de vida de seus sócios, elas não podem vender a crédito. Chega mesmo a citar um exemplo francês de uma padaria cooperada que recebia antecipadamente o valor da venda de seus pães, dando aos cooperados créditos na aquisição do produto. A vantagem estaria em capitalizar a sociedade e aumentar sua eficiência. A própria venda à prazo no capitalismo deve levar em consideração a “insolvência” de alguns e o repasse obrigatório desse custo aos “bons pagadores”. Entretanto, Frola reconhecia as pressões dentro do movimento pela introdução do sistema de vendas à prazo aos cooperados.

No que toca à partilha dos lucros, as cooperativas se diferenciavam das empresas capitalistas em alguns aspectos. O primeiro fato é de que nelas a partilha do lucro comercial não é a condição mais importante, senão a finalidade de facilitar a vida dos cooperados que também não ingressam nas cooperativas com objetivo de auferir rentabilidade financeira. Outra, é que a partilha não era feita, como nas sociedades anônimas a partir da quantidade de cotas possuídas pelos sócios, ou pela qualidade de serem eles fundadores ou não. A partilha dos lucros se dava em proporção às compras e operações realizadas pelo sócio individualmente e registradas na quantidade de cupons de seus talões depositados no caixa da instituição, ou no registro em livros próprios, na proporção do resultado obtido sobre o total de vendas.

Frola comenta a respeito de algumas cooperativas que tinham por prática distribuir o valor dos proventos em mercadorias ao invés de dinheiro. Ele defende que seja em dinheiro para se dar maior liberdade aos cooperados e não desanimá-los da participação na sociedade.

Quanto aos sócios, o autor considera que inicialmente devem ser pessoas que estivessem imbuídos do desejo de bem coletivo sobre o proveito pessoal, embora fossem movidos também e, muitas vezes, basicamente, pela necessidade de resolução de problemas econômicos no provimento de sua existência. O número de sócios para as

⁴⁴⁹ Idem, p. 23.

cooperativas é ilimitado, conforme salienta Frola. Os sócios fundadores não têm qualquer preeminência sobre os outros que ingressem depois; todos têm os mesmos direitos e obrigações. Contudo, reconhece Frola que a saída de uma sociedade cooperativa não é tão simples, tendo o demissionário que conseguir um substituto idôneo, pois, ao contrário das sociedades anônimas, sua quota não pode ser negociada na bolsa e nem vendida de qualquer forma.

No que toca ao seu capital, que é formado a partir das subscrições dos sócios, ele não é remunerado da mesma forma que nas sociedades anônimas e daí a necessidade da circulação rápida para a realização dos benefícios sociais a partir dos saldos comerciais. Frola comenta a discussão de se o capital deve ser remunerado com juros ou não; a questão principal é que esse capital não pode ser aplicado em outras atividades financeiras. Se os depósitos das quotas renderem juros até a sua aplicação na atividade fim, por exemplo, numa cooperativa de construção de habitações, que o fosse à taxa de 5% ao ano poderia ter a alternativa de seu crescimento para multiplicação dos efeitos sócio-econômicos almejados. Seria o emprego em outra atividade comercial e, ou produtiva, como a compra de terras para a produção agrícola, mas sempre subordinada à cooperativa e seus desígnios maiores. Frola, contudo, cita um exemplo de aplicação diversificada a partir das cooperativas inglesas que remete a atividades coloniais e imperialistas:

“Por exemplo, as cooperativas inglesas empregaram capitais ingentes na aquisição de terrenos na Índia, Ceilão, no Assam, organizando ali plantações de chá para servir aos cooperadores na metrópole. Flutua para o transporte desse produto até Londres uma frota de vapores. O chá constitui para as cooperativas inglesas um movimento anual que se aproxima de 10.000.000 de libras esterlinas”⁴⁵⁰.

Ao que parece, Frola não percebeu o aspecto imperialista do investimento diversificado dos cooperadores ingleses e a contradição que isso representa para os princípios de democracia e libertação do homem da exploração pelo próprio homem. À época da edição do livro, março de 1937, a luta anti-imperialista já era comum e a própria Aliança Nacional Libertadora que existira em 1935, tinha-a como uma de suas maiores bandeiras políticas. Isso só exacerba a contradição quando lembramos que muitos membros de destaque do PSB-SP, do qual Francisco Frola fora um dos principais quadros, ingressaram na ANL.

⁴⁵⁰ FROLA, Francisco, *A cooperação livre*, p. 36.

Frola quer demonstrar que os episódios históricos da luta contra a carestia de vida aparecidas em passagens bíblicas, nos documentos dos doutores medievais da Igreja, nos textos de Platão e Aristóteles da Grécia Antiga e nas leis romanas, principalmente nas imperiais, são as mesmas da década de 1930. Esse anacronismo demonstra a fragilidade da noção de historicidade do autor, ao considerar que o problema do passado quanto o do presente era o mesmo: o sistema “capitalístico” [sic]. Todas as condenações morais, filosóficas e ameaças religiosas, assim como as leis e severas punições romanas não surtiram os efeitos esperados de forma permanente porque esbarravam no funcionamento do sistema “capitalista”... Somente o cooperativismo poderia superar esse sistema.

Mas, se o anacronismo aparece como deficiência séria, tanto ou mais aparece ao comentar os motivos do encarecimento da vida durante a década de 1930 em países europeus. Um dos motivos que geravam o encarecimento da vida nesses países era o artificialismo estatal na aplicação de tarifas alfandegárias altas impedindo a entrada de produtos importados. Frola defende teses liberais. Maior é a confusão quando considera que um dos motivos dos altos preços e de sua dificuldade para baixá-los está na deficiência do consumo. De fato, Frola coloca a produção submissa ao consumo e este sendo capaz de incentivá-la e de direcioná-la.

“É aqui que entra em ação o critério cooperativo, que não visa a redução do custo de vida episodicamente, e sim a um equilíbrio real e estável. É preciso não confundir a vida cara e aumento de preços. Atualmente há vida cara porquanto as entradas diminuíram em proporção maior do que diminuíram os preços das mercadorias; e há vida cara especialmente devido ao número formidável de desempregados, tendo por consequência a efetiva redução da capacidade geral de aquisição”⁴⁵¹.

O autor parece desconhecer que a queda da demanda afeta diretamente os preços; nesse caso, o desemprego não contribuiria com o aumento do custo de vida, senão de forma inversa. Entretanto, os governos dos mais diversos países aplicavam desde os anos iniciais da década, medidas diversas impedindo a importação de produtos que gerassem demasiada “sangria” nas reservas internacionais e de ouro e para proteger a indústria nacional. Os altos preços eram fruto da diminuição da oferta e do protecionismo e não da retração do mercado de consumo. Além disso, essas medidas protecionistas visaram favorecer as indústrias e produtores nacionais em tempos de crise

⁴⁵¹ Idem, p. 55.

e, em meados da década, já produziam resultados apreciáveis na relação entre produção e emprego, conquanto gerasse inflação. Os efeitos da inflação, sempre superiores à mera correção monetária e às correções salariais iludiam muitos observadores e, ao que parece, fez o mesmo com Francisco Frola.

Fosse como fosse, a solução contra a “vida cara” apontada por Frola estava no incremento do cooperativismo, especialmente o de consumo, mas também no de produção, casando-se a produção com a distribuição que deveria ser mais justa e equilibrada. O problema é que seu sistema, embora procurasse eliminar a figura do “atravessador” e a do “açambarcador” ligando diretamente produtores e o mercado de consumo cooperativado, ainda estava preso às leis de mercado.

Frola critica continuamente a organização econômica capitalista. Denuncia e comenta diversas vezes a irracionalidade da produção desligada das necessidades básicas do consumo e dos métodos destrutivos para se reequilibrar uma e outro. Ao mesmo tempo ressalta a existência de milhões de desempregados – talvez, mais como um reflexo do que foi o início da Crise de 1929 e os duros anos da Grande Depressão e menos na observação dos efeitos de reação no campo econômico a partir de meados da década e de antes no Brasil – e o contraste gritante entre a concentração de riquezas nas mãos de poucos e a pobreza e miséria de multidões de assalariados e camponeses.

Como já havia feito anteriormente, ele dispara suas críticas à existência de numerosos intermediários entre a produção e a distribuição final para o consumo. Chega mesmo a chamar os intermediários diversos das densas redes comerciais de “parasitas”. Os resultados vistos são o encarecimento “absurdo” dos produtos para o consumidor final e, diante dessas dificuldades, a exacerbação da concorrência que levava à fraude sistemática em relação aos preços, pesos, medidas e qualidade dos produtos ao consumidor final. A concorrência também significava outro desperdício ao se constatar que ela levava à falência de capitais organizados, mas, que não obtiveram êxito na luta pelo domínio de seu espaço comercial. Uma das conseqüências mais nocivas aos consumidores e aos trabalhadores era a formação de *trusts* que visavam vencer a concorrência e impor suas condições e interesses aos produtores e aos consumidores.

O autor não tem nenhuma dúvida de que o problema reside na forma da distribuição dos produtos e na própria valorização deles como mercadorias, ou seja, na circulação na forma de valores de troca ao invés do que seria justo e honesto, conforme seu ponto de vista, que seria em valor de uso. Em diversas passagens, Frola ressalta que

o cooperativismo sempre se coloca do ponto de vista do consumidor, embora também se preocupe com as questões sócio-econômicas ligadas ao trabalho produtivo.

“O sistema cooperativo, *subordinando a produção ao consumo* [sic], permite regular aquela conforme as necessidades deste, eliminando, por conseguinte, a superprodução e o desemprego.

O consumidor é o diretor da economia [sic] na forma democrática que amolda a cooperação, na qual os mais aptos são eleitos livremente pela massa que os tem por seus mandatários, permanecendo sempre em atenta vigilância”⁴⁵².

Esse sistema deixara de ser utópico e já encontrava ampla aplicação, conquanto fosse novo e, segundo o autor, tivesse surgido quase que ao mesmo tempo em que o sistema de grandes fábricas e de sociedades anônimas. Os seguidores de Robert Owen puderam ver o sistema se expandindo pelo mundo.

O autor cita as lutas das cooperativas européias, mais precisamente escandinavas e britânicas, contra a imposição de monopólios e de *trusts*. Cooperativas, primeiro de consumo e logo se estendendo à produção, haviam vencido *trusts* que se instalaram na produção de margarina, de calçados e de outros bens de consumo e alimentos. Parte do sucesso das cooperativas escandinavas, no caso, das suecas, era o fato de que nesse país “dominava a democracia operária socialista”⁴⁵³.

Até mesmo os conflitos entre patrões e empregados deveriam desaparecer no bojo do novo sistema. Frola cita os acordos entre as centrais sindicais finlandesas e as cooperativas para a criação de comissões mistas de arbitragem de possíveis desentendimentos entre os trabalhadores e os cooperadores.

A criação da Aliança Cooperativa Internacional que, segundo o autor, surgiu em Londres, em 1895⁴⁵⁴, pouco tempo após a fundação da Internacional Operária (i.e. Segunda Internacional), deu grande impulso ao movimento que se espalhara por mais de quarenta países. Essa entidade auxiliava a criação e desenvolvimento de novas cooperativas com a divulgação de publicações instrutivas.

E isso, segundo o autor, estava de acordo com o momento histórico vivido. O Estado passava por transformações qualitativas para superar a crise econômica capitalista e adotava novas formas organizativas ingressando na *economia dirigida*.

⁴⁵² Idem, p. 77, em itálico no original.

⁴⁵³ FROLA, Francisco, *op. cit.*, p. 60. Já nessa época a social-democracia sueca havia chegado ao poder via eleições e composições parlamentares e iniciado programas reformistas que resultariam anos mais tarde na instauração do Estado de bem-estar social, cf. HOBBSBAWM, Eric, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

⁴⁵⁴ FROLA, Francisco, *op. cit.*, p. 75.

Passava-se da centralidade produtivista para o equilíbrio entre produção e consumo. Mas, essa passagem exigia experiência profissional e capacidade técnica dos trabalhadores para que o controle pudesse ser transferido das mãos dos *trusts* para as de funcionários do Estado. Notemos que Frola considera a presença do Estado diretamente na economia como algo importante, talvez, complementar ao cooperativismo, o que contrasta com o prefácio de Evaristo de Moraes.

“Para mudar o curso da economia, não bastam o desejo e a inspiração, e sim, são necessárias praticidade e técnica [sic].

O movimento cooperativo, devido ao seu longo tirocínio, pode fornecer os meios para evitar erros. Sem renunciar ao seu característico de liberdade, pode participar dessa batalha de caráter transitório, prestando à sociedade elevado serviço”⁴⁵⁵.

A consideração de Frola sobre o “longo tirocínio” do sistema cooperativista não se baseava somente em sua experiência internacional como à primeira vista pode parecer a partir da leitura de sua obra. Já havia no Brasil experiências cooperativistas que alcançaram certo vulto, ao menos no Rio de Janeiro, sob a direção de Sarandy Raposo a partir de fins da década de 1910 e início da seguinte, inclusive com a organização da Confederação Sindical Cooperativista Brasileira, como indica Ângela Castro Gomes⁴⁵⁶. E, também, pela própria experiência de apoio e propaganda que os socialistas tenentistas, junto aos quais esteve Frola, para a organização de cooperativas de consumo, como entre os ferroviários da Sorocabana e da SPR.

De qualquer forma, o apoio esperado do Estado e a perspectiva de sua transformação sugeriam relação com a prática política partidária anterior de Frola no PSB-SP e com sua natureza reformista e social-democrata e a referência que possuía da social-democracia europeia.

O autor cita a definição da Aliança Cooperativa Internacional sobre o cooperativismo considerando que as condições básicas para o seu desenvolvimento são a liberdade e a democracia. Liberdade definida na livre associação e ação dos sócios da instituição e a democracia na forma interna de igualdade de todos perante as decisões, direitos e obrigações.

Ainda no que tange à liberdade, o autor critica a Lei 24.647, de Cooperação Profissional e Social, de 10 de julho de 1934. Ela impunha a criação de sindicato profissional e de um “Consórcio” com fins à criação de uma cooperativa de consumo e

⁴⁵⁵ Idem, pp. 69 e 70, grifos no original.

⁴⁵⁶ GOMES, Ângela Castro, *A invenção do trabalhismo*, op. cit.

daí então, a criação da cooperativa propriamente dita. Frola argumenta que isso implicaria em excesso de burocracia para a criação da entidade e, depois de criadas as organizações, esse excesso burocrático tolheria qualquer agilidade da cooperativa⁴⁵⁷. E mais, representava uma excessiva despesa financeira, já que representariam duas ou mais cotizações mensais da parte dos sócios. Entretanto, devemos notar que o cooperativismo ferroviário estava intimamente ligado ao seu sindicalismo *oficializado*, como na E. F. Sorocabana e na SPR, organizações sindicais que possuíam forte influência socialista tenentista.

A cooperação entre pessoas em âmbito geral envolvendo sociedades não poderia ser contida pelo nacionalismo estreito, sendo que ela possui um caráter internacional e harmônico entre culturas e “raças”. A cooperação visava integrar os povos e fornecer-lhes os elementos para satisfação de suas necessidades. Assim sendo, só poderia se desenvolver plenamente em ambientes nacionais e internacionais pacíficos. A partir daí, Frola desenvolve seu discurso de advertência ao clima de guerra e de “corrida armamentista” (sic) que se desenvolvia em âmbito internacional e termina com discurso antifascista. Finalmente, ele marca bem a diferença entre o cooperativismo livre e democrático e o corporativismo fascista subordinado “Estado-partido” e seu “chefe” e despido de qualquer autonomia social ou econômica.

Quanto à pretensa prosperidade dos países fascistas corporativistas, o autor denuncia o pleno funcionamento de suas indústrias como preparação para guerra. A prosperidade nessas condições de iminência bélica era uma ilusão perigosa.

Ao exigir liberdade, democracia e paz para seu funcionamento, o cooperativismo apresentava-se como o mais decidido adversário do fascismo.

Frola considera que, por sua natureza geral, a cooperação pode servir à toda sociedade. Porém, por suas características sociais e econômicas, são as classes trabalhadoras as que mais se sentem atraídas por ela.

Uma das primeiras utilidades das cooperativas seria a “valorização do salário”, não apenas pela possibilidade de se comprar mais barato, mas, principalmente, de se comprar com melhor qualidade. A “luta contra a vida cara”, um dos principais objetivos, senão o objetivo primitivo do cooperativismo, perde-se no correr da obra quando se considera que as cooperativas deveriam trabalhar com os preços de mercado e, mesmo, que os sócios deveriam ingressar com uma cota correspondente à sua compra

⁴⁵⁷ Ele chega a considerá-las próximas ao modelo corporativo fascista.

mensal; ao seu consumo mensal. A vantagem estaria somente na devolução de parte dos valores empregados nas compras mensais. E ainda assim, conforme as cooperativas assumiam funções e serviços sociais mantidos financeiramente por seus lucros, ou resultados, as devoluções ficariam inevitavelmente comprometidas.

No conjunto da sociedade e dentro da economia, as cooperativas e, ou, suas federações, teriam duas importantes funções: controlar os preços de mercado e ao mesmo tempo, a qualidade dos produtos. Frola cita um caso contemporâneo (1935) em que o governo belga teria recorrido ao apoio das cooperativas para tentar evitar ataques especulativos que visavam depreciação monetária através do aumento abusivo de preços por parte de *trusts* e cartéis. Também citou o recurso do governo italiano às cooperativas durante a I Guerra Mundial para auxiliar no abastecimento da população. Os resultados teriam sido tão bons para a população como para as federações de cooperativas. A partir de 1919, os fascistas empenharam-se em destruir essa obra meritória.

Frola acreditava que grandes transformações sociais e econômicas estavam prestes a ocorrer nas sociedades. Ele acreditava que essas transformações se dariam democraticamente e que as cooperativas coligadas em federações poderiam ser uma alternativa ao capitalismo tanto para a preparação técnica e profissional dos trabalhadores, como poderia servir-lhes de escola de administração “para exercitarem suas aptidões diretivas e para se prepararem à gestão da sociedade futura”⁴⁵⁸.

Nesse sentido, ele incentiva a criação de caixas cooperativas. Elas teriam a dupla finalidade de combater o sistema capitalista em seu ponto, considerado por ele, nevralgico – a captação de depósitos bancários e a operação de sistemas de crédito – e, ao mesmo tempo, fornecer fundos para que os trabalhadores, através de federações de cooperativas, operassem verdadeiros “milagres” na sociedade.

“Eis: surgiriam como que por milagre em toda cidade industrial, bairros higiênicos para habitação dos operários, com todas as comodidades e por baixos preços. (...) Nesses bairros operários seriam instalados armazéns cooperativos nos quais se encontrariam, a preço mínimo e em qualidade ótima, os alimentos e os demais gêneros de consumo.

Surgiriam como que por encanto escolas profissionais, hospitais, casas de saúde e de descanso, colônias alpinas e marítimas, para revigorar as forças dos trabalhadores envelhecidos e fortalecer os moços e as crianças”⁴⁵⁹.

⁴⁵⁸ FROLA, Francisco, *op. cit.*, p. 95. Poderíamos considerar isso como uma paráfrase ao leninismo que considera o sindicato como uma “escola de socialismo” a partir da experiência direta de consciência e luta de classes e do aprendizado administrativo proporcionados aos trabalhadores.

⁴⁵⁹ Idem, pp. 97 e 98.

Propunha-se que toda uma gama de políticas públicas poderia ser financiada e gerida pelo cooperativismo através da capitalização das caixas de crédito cooperativo. A elaboração dos projetos e a execução das obras, bem como a operação das instituições ficariam a cargo de cooperativas as mais diversas, coligadas em federações.

Frola considerava que o cooperativismo seria o modelo sócio-econômico a substituir o capitalismo, impondo o princípio do interesse coletivo sobre o interesse individual. Por isso havia identidade e ligação profunda entre o movimento operário e o movimento cooperativista, malgrado oposições ferrenhas encontradas no âmbito do próprio movimento de classe e entre o operariado que ainda se apresentava em grande parte inconsciente a respeito desse movimento, servindo de massa de manobras ao patronato.

Nesse ponto, surge uma discussão tanto prática quanto de princípios com as seguintes questões arroladas pelo autor:

- 1) – O funcionário ou o operário que trabalha à dependência duma cooperativa tem direito de participar dos lucros do exercício?
- 2) – De ser ele admitido como sócio?
- 3) – Pode ele, pela sua qualidade de funcionário ou de operário, fazer parte da administração social da cooperativa?

Segundo Frola, muitos consideravam que, por serem simplesmente trabalhadores das cooperativas, os operários e funcionários não tinham o direito de participar dos resultados, já que isto se reservava somente aos associados. Outros consideravam que as cooperativas não tinham a função precípua de gerar lucros; seus resultados advinham do próprio exercício social a que se destinavam. A participação dos trabalhadores nos lucros seria um desvio de princípios já que estes não existiriam nessa forma, com essa essência.

A solução para o problema estava em admitir os funcionários e operários como sócios das cooperativas e daí então, eles poderiam participar dos resultados sem qualquer restrição. Isso seria uma forma, inclusive, de expansão do ideal e da prática cooperativista. Aos que argumentavam em contrário, o autor considera que esta seria uma prática de justiça social e a não aceitação dos funcionários como sócios nas cooperativas seria reproduzir uma divisão de classes no seio do proletariado, o que contrariava o próprio ideal de extinção das classes que o movimento representava.

As cooperativas dirigidas e relacionadas a grupos socialistas deveriam convidar seus funcionários a ingressar nos quadros sociais e dar-lhes os mesmos direitos e obrigações concedidos aos demais sócios. De qualquer forma, a associação dos operários era espontânea.

Quanto à terceira e última questão, havia um problema de ordem prática e administrativa relevante. Se os funcionários fossem admitidos como sócios e elegíveis como diretores da cooperativa em questão, não poderiam praticar atos corruptos enquanto funcionários e escondê-los se eleitos diretores?

Frola considera a questão com seriedade e vê essa possibilidade. Mas, a diretoria não ficaria exclusivamente nas mãos dos funcionários havendo eleições regulares e apresentação de contas em assembléias durante as quais, os sócios as aprovariam, as fiscalizariam, bem como os atos praticados. Ao mesmo tempo, os “dependentes” ou funcionários, poderiam apresentar eles próprios o balanço de sua atuação e eventualmente defenderem seu trabalho e até a si próprios de acusações no mesmo nível dos demais sócios. Além do mais, os princípios socialistas apontavam para a possibilidade desse tipo de participação dos trabalhadores tomando como base mesma a defesa da participação deles enquanto classe na direção do próprio Estado, devendo ser admitidos “a participar da administração pública”.

Frola comenta a importante participação das mulheres europeias, principalmente das britânicas, no movimento cooperativo desde seu início. Muitas atingiram postos de destaque e de direção dadas as características democráticas do cooperativismo. A própria sensibilidade feminina no trato e administração das despesas do lar dava às mulheres condições perfeitas para se adequarem ao cooperativismo, segundo o autor. As mulheres tinham suas próprias associações que eram as “guildas” femininas. Ao mesmo tempo, Frola homenageou Honora Enfield [sic], importante divulgadora internacional do movimento e destaque na direção das associações femininas britânicas.

O autor trata das tendências sociais e ideológicas, as “escolas”, do cooperativismo. A primeira a ser considerada é a “individualista”. Esta é animada pela busca dos dividendos, do lucro individual de cada associado. O maior exemplo citado é a Sociedade dos Empregados Cíveis de Londres. Essa cooperativa conseguia vender produtos de boa qualidade e baratos, mas tinha suas ações negociadas na Bolsa e buscava especificamente remunerar os capitais investidos. Esse tipo de associação era comum.

A escola mais importante considerada pelo autor é a socialista. O socialismo proporcionava um impulso ideológico mais consistente que significava maior disciplina organizativa e a formulação de objetivos sociais mais amplos. “Nasceu a cooperação antes da organização dos partidos socialistas, mas pode ser afirmado com toda a razão que o desenvolvimento da cooperação teve início e foi crescendo junto com o progresso dos partidos políticos operários, com orientação socialista”⁴⁶⁰.

Algumas características das cooperativas socialistas:

- 1) – As cooperativas socialistas não concedem juros ao capital constituído pelas ações dos sócios. O capital social, por conseguinte, é sempre diminuto, freqüentemente sendo preciso apelar ao capital estranho.
- 2) – As cooperativas socialistas quase sempre impedem a infiltração das classes não proletárias. Esta atitude, à primeira vista, pode parecer intolerante, mas, é lógica porque deriva da concepção que os socialistas têm do fenômeno cooperativo. Eles mantêm a cooperação no terreno da luta de classes e não podem, por isso mesmo, admitir em suas organizações econômicas pessoas pertencentes à classe adversária.
- 3) – As cooperativas socialistas não consentem a partilha dos dividendos em fim de ano. Segundo a Escola Socialista, os lucros das cooperativas devem ser empregados em obras de utilidade geral. E estas obras apresentam grande variedade.⁴⁶¹

Essa foi a primeira vez que Frola declara textualmente a existência da luta de classes nesse seu trabalho, conquanto a introduzisse em capítulo anterior, mas sem defini-la de forma explícita.

Dos itens acima citados o mais interessante é o terceiro e justamente o que é desenvolvido por Frola com maior atenção. Por meio da citação de exemplos, ele relaciona um grande número de serviços sociais desenvolvidos pela Aliança Cooperativa de Turim. A Aliança viveu poderosa expansão antes da I Guerra Mundial e sobreviveu até 1922, quando foi extinta pelos fascistas.

“Antes de mais nada, a Aliança Cooperativa organizara um admirável serviço de assistência sanitária em prol de seus sócios: visitas médicas em casa, ambulatórios em todos os bairros, remédios, hospitais, sanatórios para tuberculosos, estabelecimentos balneários e colônias alpinas para crianças – tudo grátis. Isso para a saúde física. No campo da previdência a Aliança constituía caixas de socorro para os casos de doença, de desemprego, de velhice e organizara um vasto sistema de seguros sociais. No tocante à educação e à instrução, a Aliança instituíra escolas profissionais, bibliotecas, círculos de leitura em diversos bairros, cinemas e teatros.”⁴⁶²

⁴⁶⁰ Idem, p.124.

⁴⁶¹ Idem, p. 125.

Podemos ver que se tratava de propostas embrionárias de políticas públicas, que seriam desenvolvidas através do cooperativismo. Consideramos que as atividades assistenciais desenvolvidas pela Aliança – formada por uma cooperativa operária geral e outra de ferroviários – possuíam condições para ultrapassar os limites da associação. Elas eram já um modelo, como o autor coloca, mas não só para outras cooperativas em todo o mundo, mas até para propostas de políticas públicas socialistas reformistas em saúde, educação, cultura e até lazer.

A ênfase está no cooperativismo de consumo, tratando-se secundariamente o de produção, que deveria estar subordinado ao primeiro:

“As cooperativas socialistas, no tocante à produção, seguem o critério federalista, porquanto julgam que a associação cooperativa de produção autônoma nunca será capaz de realizar a transformação social. A produção autônoma poderá tão somente elevar de alguns graus limitados grupos de trabalhadores, mas não poderá produzir nenhum melhoramento substancial nas condições da classe operária. A Escola Socialista quer que a produção, longe de ser considerada como empresa independente, seja entregue ao conjunto dos consumidores associados, realizando destarte um dos postulados do socialismo: a socialização dos instrumentos de produção”⁴⁶³.

É interessante notar que a ênfase na centralidade do consumo sobre a produção inverte o conceito de Marx em que a produção tem um papel central e, inclusive, determina o consumo.

Entretanto, o cooperativismo não era uma solução fácil. Primeiramente, precisava ser aceito pelas classes a que se destinava com maior ênfase: as classes trabalhadoras. O autor se queixa de que havia ainda muita indiferença e muito preconceito sobre o cooperativismo.

Diante dessa situação, a melhor saída era a propaganda do cooperativismo e a divulgação de seus êxitos. Contudo, havia também que “ensiná-lo” ao público interessado. Nesse ensino entravam desde rudimentos até peças avançadas de conhecimentos de contabilidade e de administração de empresas, além, é claro, de demais conhecimentos técnicos para as mais diversas áreas de atuação das cooperativas.

Frola cita os exemplos de escolas e até de faculdades dedicadas ao ensino de técnicas administrativas, contábeis e outras destinadas ao auxílio e funcionamento de cooperativas. Essas escolas funcionavam subvencionadas por grandes federações

⁴⁶² Idem, p. 126.

⁴⁶³ Idem, p. 127.

cooperativas. As principais eram as britânicas que recebiam alunos de todos os pontos de seus domínios coloniais e ministravam aulas em países diferentes da Europa, onde havia experiências cooperativas exitosas. Entretanto, essas escolas britânicas não eram gratuitas e não aceitavam quaisquer candidatos: eram pagas semanalmente na importância de quatro libras esterlinas semanais e vinte e oito schilings por matrícula e só aceitavam alunos que já possuíssem algum conhecimento prévio sobre o funcionamento de cooperativas. Ele também citou as iniciativas de ensino sobre cooperativas em outros países europeus.

Inversamente, as causas de fracasso de grandes cooperativas são: ausência de conhecimentos técnicos e administrativos necessários para o funcionamento e direção das entidades e, principalmente, falta de interesse e de comprometimento dos sócios.

O primeiro caso se verifica com bastante frequência porque, em geral, as cooperativas se organizam em meios operários onde há carência de conhecimentos contábeis, administrativos e comerciais. Nesse sentido, muitas cooperativas tendiam a deixar a quase totalidade de sua administração nas mãos de um sócio mais competente nomeado gerente, ou a contratar um gerente no mercado de trabalho. Como, geralmente, as cooperativas carecem de capitais e não se dispõem a pagar altos salários, contratam, notadas as exceções pelo autor, os “refugos da praça”. Depois disso, o desfecho da história torna-se previsível.

Nos casos de indiferença, que muitas vezes poderiam ser claramente relacionados à ausência de conhecimentos e até da ignorância pura e simples, a direção era quase que completamente deixada nas mãos de um grupo de diretoria. O comparecimento nas assembleias era pífio, bem como a fiscalização dos balanços etc. Ou, ainda pior, nas assembleias tratava-se de assuntos outros e de intrigas pessoais. Em casos assim, o fracasso da experiência era certo, especialmente se faltava competência ou honestidade dos diretores nomeados.

Frola comenta que havia comumente confusão entre os que não possuíam conhecimentos “profundos em matéria de economia-social” entre cooperativismo e outros movimentos sócio-econômicos. A principal confusão se dava entre cooperativismo e mutualismo. O mutualismo tem por objetivo básico a ajuda mútua entre trabalhadores no que toca à concessão de auxílios financeiros ou médicos aos associados em casos de doenças, invalidez, velhice, pensões para órfãos e viúvas, e auxílios a funerais. Acontecia que, em vários casos, as associações mutualistas também se dedicavam a algum tipo de apoio à educação dos dependentes dos associados e, ou

deles próprios, através da manutenção de algum tipo de aula técnico-profissional, de manutenção de bibliotecas e até na premiação dos associados que melhor desenvolvessem suas atividades associativas e, ou, profissionais.

A diferença marcante está em que as cooperativas auxiliam esses fatores e podem até desdobrar suas atividades nesses campos assistenciais, mas sua finalidade primeira é a obtenção de gêneros de consumo a preços menores e com qualidade superior. A aplicação dos lucros advindos dessas atividades, descontados os custos, podem ser aplicados em atividades assistenciais extras para seus sócios.

Da mesma forma, as caixas de depósito e os bancos cooperativos e, ou mutuais, são diferentes das cooperativas pela especificidade de suas operações e de sua natureza. Em alguns casos podem se associar a determinadas cooperativas e fins cooperativos, como o da construção de casas operárias.

A nacionalização e o cooperativismo são colocados em certa igualdade pelo autor. “Entre a cooperação e a nacionalização não há antagonismo. Assim a cooperação e a nacionalização são formas pacíficas de socialização”⁴⁶⁴.

A nacionalização era uma das formas de se tratar a tendência de empobrecimento das pequenas empresas e sua falência, já que proporcionalmente, os pequenos empreendimentos rendem menos que os grandes. A forma para a resolução seria a nacionalização e, ou, a associação entre o cooperativismo e a nacionalização. A utilidade dessa medida fica bem clara no caso da terra e da produção agropecuária.

O que se colocou a respeito da nacionalização, também pode se repetir em relação à municipalização, sendo que nesse caso, a relação com o cooperativismo é ainda maior.

Um grande problema, segundo o autor, é que, no caso europeu, havia um forte apego à terra por parte dos camponeses, assim como um correspondente e profundo sentimento de propriedade. A nacionalização não era bem vista, senão até antagonizada. A solução era a aplicação do cooperativismo na forma de associação para compra de sementes, para comercialização da produção, para aquisição e uso de equipamentos e técnicas agrícolas modernas etc.

No que diz respeito ao funcionamento das cooperativas de consumo, o autor revela uma grande fragilidade de sua teoria, pois não haveria um planejamento mais sofisticado de operações que o de comprar lotes de produtos com desconto e vendê-los a

⁴⁶⁴ Francisco FROLA, *A cooperação livre*, p. 147.

preços de mercado aos associados. Nesse sentido, a “luta contra a carestia de vida” ficava em segundo plano diante dos objetivos maiores do sistema:

“Concluindo: a cooperação não tem por fim a venda por preços baixos, e sim tende a realizar, mediante os benefícios que resultam das vendas pelos preços da praça, finalidades não individuais e sim coletivas, que não poderiam ser alcançadas mediante o sistema de vendas pelos preços de custo”⁴⁶⁵.

Frola incentiva a venda de produtos aos não associados como forma de propaganda do sistema e como forma de aquisição de mais recursos para os fins da cooperativa, mas parece não saber ao certo como fazer com a retribuição financeira para essas pessoas ao final do exercício; ou ainda que vantagens as separariam dos sócios que pagaram cotas para ingressar: não teriam direito aos benefícios sociais? Não há resposta, nem há formulação da questão nesses termos.

O autor arrola algumas formas exemplares de cooperativas como que exemplificando e incentivando algumas e desaconselhando outras.

“É natural que a cooperação de consumo, ao alcançar um grau de adiantado desenvolvimento, tenda a se emancipar da produção capitalística [sic] para organizar uma produção sua”⁴⁶⁶. Frola cita e comenta os exemplos das cooperativas inglesas para tratar do ponto. A premissa, no entanto, é sempre a preeminência da cooperativa de consumo e, com sua expansão, proceder-se o desdobramento até a produção. Em outras palavras, a socialização a partir dos consumidores.

Na Grã-Bretanha e em outros países europeus isso se dava a partir de federações de cooperativas que se tornam atacadistas com grandes armazéns que, por sua vez, distribuem para as cooperativas de consumo associadas que são, na verdade, simples lojas. Nesse caso, as fábricas e outras empresas produtivas pertencem às federações de cooperativas de consumo que trabalham no atacado e são dirigidas segundo seus interesses⁴⁶⁷. O que se propõem, a partir do texto de Frola, é a preeminência de um setor mercantil *socializado* através dessas federações sobre a produção, algumas vezes ainda

⁴⁶⁵ Idem, p. 163.

⁴⁶⁶ Idem, p. 177.

⁴⁶⁷ Frola considera as cooperativas de produção a partir de uma posição crítica. Elas despertaram grandes esperanças quando surgiram, principalmente na França, em 1848. Elas eram cerca de duzentas, segundo o autor e, alguns anos mais tarde, não passavam de uma ou duas. A que mais sobreviveu, a cooperativa produtora de vidros de Albi, conseguiu porque vendia toda sua produção para as cooperativas de consumo. O problema não era apenas retrospectivo, mas também atual na prática e na teoria. Na prática via-se que muitas cooperativas de produção, por existirem em meio às práticas capitalistas estavam tão somente interessadas em vender seus produtos da melhor forma possível, integrando-se ao sistema e sendo absorvidas por ele. Logo, reduziam-se apenas à sociedades anônimas.

de propriedade burguesa, outras, já socializada, a partir deste setor mercantil *cooperado e federado*.

Nesse sentido, surge um problema que o autor é obrigado a enunciar, embora não dê uma resposta cabal. Nas cooperativas de produção propõem-se que os trabalhadores detenham o controle do processo tanto de trabalho em geral, como dividam entre si os frutos de sua faina. Torna-se natural que eles procurem colocar seus produtos no mercado nas melhores condições de preço que conseguirem. Os interesses das cooperativas de consumo chocam-se frontalmente com esse interesse dos produtores cooperados. Como resolver essa contradição?

Uma das possibilidades aventadas pelo autor é a criação de uma forma de associação entre ambas que devem estar, por isso, em permanente negociação e, previsivelmente, em tensão constante, ainda que não deva ser algo agressivo.

Outra possibilidade seria a compra da unidade produtiva pela cooperativa de consumo e a continuidade das relações de trabalho assalariadas entre os trabalhadores produtores e a direção da cooperativa de consumo. Conquanto continue a ser uma relação de trabalho herdada do capitalismo, o autor considera que haveria a vantagem de não se ter patrão, o que parece ilusório. Os operários das unidades produtivas seriam convidados a ingressar como sócios na cooperativa de consumo. Nesse caso, as relações de trabalho se atenuariam, uma vez que também usufruiriam dos benefícios da associação. “Quando os empregados de uma cooperativa de consumo são também sócios desta, eles não trabalham para estranhos e sim para si mesmos”⁴⁶⁸.

No que tange à questão da moradia, Frola começa considerando a importância do problema habitacional para as cidades e seu desdobramento para questões de higiene coletiva e do nível da “moralidade” social. O crescimento das cidades e sua centralidade econômica tornavam o problema da moradia quase insolúvel para as classes trabalhadoras e médias. O dinheiro dos aluguéis representava a maior porcentagem dos orçamentos familiares.

Também nesse campo o cooperativismo tinha propostas a apresentar. A primeira era a formação de cooperativas destinadas à construção de moradias populares e a segunda, o desenvolvimento das grandes cooperativas que também passavam a agir nesse campo sócio-econômico. Da mesma forma, apresentavam-se os problemas de organização e operacionalização...

⁴⁶⁸ FROLA, Francisco, *A cooperação livre*, p 182.

As cooperativas para construção de moradias populares eram de constituição mais difícil, já que demandavam vultosos capitais para se tornarem operacionais. Elas eram mais comuns nos países anglo-saxônicos.

As outras eram mais comuns. Partiam da capitalização proveniente de outras atividades econômicas como a venda de bens de consumo. Evidentemente, deveriam ser cooperativas sólidas e já relativamente antigas e prósperas.

No entanto, surgem outras questões. A venda das moradias aos associados era feita mediante pagamento em muitas parcelas mensais estendendo-se por vários anos. Como alguns sócios adquiriam casas para alugá-las e tornavam-se eles mesmos exploradores dos trabalhadores, as cooperativas passaram a alugar as casas, inclusive para prevenir modificações físicas nas construções. Elas eram alugadas geralmente para os associados, mas também poderiam ser para o público em geral. Também se propunha com isso resolver problemas de mobilidade da classe operária, pois muitos tinham que mudar de residência para estarem próximos de seus locais de trabalho, como os pedreiros, por exemplo. A construção de casas de aluguel pelas cooperativas em diversos pontos das cidades facilitaria essa mobilidade.

Havia ainda um aspecto ideológico utópico nessa atividade, especialmente com a expansão dos modelos urbanos chamados de cidades-jardins:

“Atualmente há uma forma ainda mais aperfeiçoada: a cidade-jardim, na qual as habitações são agrupadas aplicando um plano predeterminado. Quando na ‘cidade-jardim’ residir também cooperativa de consumo e de produção, então formar-se-á em germe, antecipadamente, a sociedade futura”.

Entre as cooperativas destinadas à construção de moradias para seus associados, havia ainda outras especializações, como aquelas que forneciam créditos para seus associados mediante hipotecas. Elas eram muito comuns na Grã-Bretanha, EUA, Austrália, Nova Zelândia e Guiana Inglesa. Era o sistema “britânico-americano”, embora também existisse em outros países. Parte do capital necessário para essas cooperativas era fornecido por municipalidades e, ou, por caixas de poupança, como na Bélgica, segundo o autor.

Essas atividades tiveram particular expansão após a I Guerra Mundial, inclusive com a colaboração de governos europeus, segundo Frola. Em outros momentos, na década de 1920, a iniciativa privada também participou do financiamento dessas

empreitadas. A União Soviética era o país que, individualmente, aparecia com o maior número de moradias construídas na forma cooperativa.

Mais uma vez, uma política pública era assumida, ou pretendia-se que fosse, pelo sistema cooperativo que Frola defendia. Ele cita exemplos de realizações em outros países, não só europeus e nos EUA, mas também no México e na Argentina.

O autor considera que as cooperativas de trabalho tinham um futuro promissor pela frente. Quando a sociedade começasse a se transformar e o capitalismo e o egoísmo comessem a ceder, as cooperativas de trabalho substituiriam os trabalhadores assalariados. Até então, elas já haviam realizado grandes obras de construção a serviço de municipalidades na Europa.

Frola comenta a importância que a cooperação agrícola tinha para um país com as dimensões do Brasil e diante de seu “destino” de grande produtor agropecuário. Ele cita o caso considerado escandaloso, dos produtores de frutas do Estado do Rio de Janeiro, que abasteciam a capital federal. O abacaxi era vendido aos intermediários a cem réis a unidade e no Rio de Janeiro chegava a 1\$200! Se houvesse cooperativa agrícola essa dupla espoliação – do produtor e do consumidor – poderia ser resolvida: “Em nosso caso, um abacaxi poderia ser pago ao produtor 200 réis e vendido ao público por 400: resultado de grande valor”⁴⁶⁹.

Como fez em ocasiões anteriores em partes destinadas à discussão das cooperativas de produção, Frola alerta para o problema de as cooperativas de produção se desviarem da cooperação e se enveredarem excessivamente no objetivo de ganho e se comportarem semelhantemente a grandes empresas capitalistas. Seria o caso das grandes cooperativas produtoras de trigo do Canadá e da Austrália, que com seus métodos e escritórios tinham o poder de manipular preços internacionais do produto. Essa atitude é condenada levando-se em conta os desígnios do ideal de solidariedade do cooperativismo.

Frola comenta o livro de Fábio Luz Filho, *Rumo à terra*. Nessa obra, além de defender o cooperativismo, Fábio Luz lança uma proposta idílica para o Brasil, para além do objetivo industrial considerando que as riquezas e energias do país estavam nos intermináveis horizontes e campos do interior. Ou seja, além da realidade fabril e urbana dos “arranha-céus e na indústria parasitária dos Matarazzo e dos Crespi”⁴⁷⁰.

⁴⁶⁹ FROLA, Francisco, *A cooperação livre*, p. 203.

⁴⁷⁰ Idem, p. 210.

O autor discute as necessidades de créditos para as cooperativas e associações de cooperativas que atingem grande porte e que desempenham funções sociais e beneficentes amplas. A principal forma de obtenção de créditos de forma vantajosa ou ao menos, favorável para as cooperativas é através da fundação de entidades creditícias e financeiras também cooperativas. Elas podem ser de dois tipos básicos: as cooperativas fundadas por seus próprios sócios como bancos cooperativos e, ou, os bancos cooperativos fundados por associação de cooperativas. Nesse caso, os sócios são as entidades.

Frola comenta os casos europeus considerados mais famosos, sendo dois casos alemães e dois italianos. Em ambos os países, as experiências bancárias e creditícias cooperativistas datam de meados e da segunda metade do século XIX.

Frola comenta o caso de *El Hogar Obrero*, de Buenos Aires. Essa foi uma iniciativa cooperativista de socialistas portenhos “chefiados” [sic] por Juan B. Justo, em 1905. “Em 1909 foi criada a ‘Seção de Consumo’ e em 1923 a ‘Caixa de Depósitos’”⁴⁷¹. El Hogar Obrero surgiu como uma associação cooperativa para a construção de moradias para a classe operária portenha. Chegou a ter tanto desenvolvimento que adentrou outras formas cooperativistas destinadas ao consumo em geral e se tornou Caixa de Depósitos. A barreira para seu crescimento, segundo o autor, “devido ao mau hábito que os proletários têm, isto é, o de levar suas economias aos bancos capitalísticos [sic] e não às instituições cooperativas”⁴⁷². Ter-se-ia contornado esse problema com uma forte propaganda da instituição e com a demonstração de seus benefícios econômicos e sociais. Seu desenvolvimento em atividades bancárias foi grande, com emissão de cheques e de ordens de pagamentos, empréstimos sob garantia, cobrança de créditos e títulos. Suas atividades se estenderam até províncias do interior do país a partir da capital.

As principais atividades cooperativas financeiras de tipo bancário alemãs e italianas pagavam juros entre 4% e 5% ao ano sobre os depósitos recebidos e remuneravam seus associados com porcentagens entre 50% e 70% sobre os resultados, constituíam fundos de reserva com porcentagens entre 10% e 20% de seus lucros e o restante era aplicado em atividades sócio-beneficentes. Em geral, cooperativas, associações mutualistas e outras afins eram beneficiadas nas transações e contratos de

⁴⁷¹ FROLA, Francisco, *A cooperação livre*, p. 230.

⁴⁷² Idem, p. 231.

serviço de forma a favorecer suas atividades e poder resolver-lhes parte dos problemas financeiros.

Frola comenta a formação de centenas de cooperativas de desempregados nos EUA, principalmente a partir de 1933. Sua missão era realizar determinados serviços e, em alguns casos, organizar pequenos produtores. A grande maioria delas se concentrava na Califórnia, embora tivessem presença em todos os estados da União.

No geral, essas cooperativas trabalhavam na forma mista de pagamento, tanto através de bônus, como no pagamento em dinheiro. Seu funcionamento era parcialmente financiado com verbas públicas e por isso mesmo, eram fiscalizadas por um departamento federal específico e por outros dos estados aos quais pertenciam. Elas permitiram, segundo o autor, economia ao governo no pagamento de auxílios desemprego, já que o pessoal por elas empregado se descredenciava junto ao governo da União.

As cooperativas de abastecimento faziam compras por atacado e distribuíam às demais cooperativas à elas associadas. Algumas tornavam-se produtoras de artigos de consumo e suas distribuidoras à rede de cooperativas associadas. Acabavam se tornando “cooperativas das cooperativas”. “Neste caso, as cooperativas de abastecimento servem para a satisfação de duas exigências diferentes, a da produção e a da distribuição. Aproximar-se-á, deste modo, da realização do cooperativismo integral”⁴⁷³.

Os exemplos mais eloquentes, inclusive tratados anteriormente pelo autor, são os das cooperativas britânicas, sendo a inglesa a de maior vulto, seguida pela escocesa e, ainda considerada britânica por Frola, a irlandesa. No caso específico dos irlandeses, seu cooperativismo enfrentava problemas em seu crescimento devido à instabilidade política de seu país.

Entre as vantagens enumeradas pelo autor para a formação dessas grandes cooperativas, muitas vezes organizadas na forma de federações, eram: conseguir um maior barateamento dos preços dos produtos a serem distribuídos aos consumidores, auxiliar as cooperativas a transporem o período inicial de seu surgimento; auxiliá-las contra o boicote organizado pelo comércio privado; livrá-las das influências corruptoras de fornecedores privados e, finalmente, permitirem “às cooperativas a realização de algumas empresas secundárias de utilidade geral, como escolas, hospitais, bancos, casas populares, sanatórios, seguros etc.”⁴⁷⁴.

⁴⁷³ Idem, p. 239.

⁴⁷⁴ Idem, p. 242.

Essas “cooperativas de cooperativas” se organizavam a partir de federações. Começavam, muitas vezes, como simples escritórios de compra e distribuição de produtos para as entidades associadas. Conforme seu desenvolvimento, evoluíam para a formação de armazéns e, com mais sucesso, chegavam a constituir também unidades produtivas de bens de amplo consumo entre os trabalhadores.

Como sempre, Frola também está preocupado com o aspecto ideológico do cooperativismo. Um maior desenvolvimento do empreendimento também implicava em mais desenvolvimento em direção às transformações sociais almejadas e, principalmente, na superação do capitalismo entendido basicamente como o sistema econômico definido pela existência da propriedade privada.

Finalmente, Frola pretende definir teoricamente o cooperativismo, de forma a garantir-lhe um status intelectual de maior vulto.

“Após nosso exame das várias questões concernentes à cooperação e nosso estudo das diversas formas da atividade cooperativa, vamos agora traçar, segundo nosso ponto de vista, as linhas mestras da teoria corporativa, tratando de prospectar, num quadro de conjunto, as transformações que a cooperação acarreta na organização econômica atual. Já nos ocupamos com este assunto repetidas vezes, mas esporadicamente. O fenômeno, porém, merece uma olhada panorâmica, e assim agora o vamos olhar, com o intuito de investigar-lhe as razões profundas, as leis econômicas que o regem, os efeitos que produz com sua crescente importância”⁴⁷⁵.

Ele inicia a partir da consideração geral sobre a distribuição de riquezas dentro do sistema capitalista. Começa citando autores clássicos do liberalismo, como Smith e Ricardo. Sua consideração inicial é a da impossibilidade da ascensão social e melhor participação na distribuição de riquezas a partir da situação de despossuídas e, menos ainda, do progresso econômico e social das classes trabalhadoras. Os casos de progresso individual eram excepcionais e mesmo quando ocorriam, não mudavam a natureza do sistema.

Continuando a caracterização e, ao mesmo tempo, a crítica à forma como as riquezas produzidas são distribuídas – aos trabalhadores o mínimo e aos proprietários o máximo – ele começa a citar autores da “escola socialista”. Nesse momento Frola evidenciando seu ecletismo, de resto, claramente demonstrado em seu texto, começa citando Lassale, logo em seguida e em conjunto, Fourier, Proudhon e Blanc. Finalmente

⁴⁷⁵ Idem, p. 261.

cita Marx: “Marx introduz no certame a visão messiânica de seu gênio: ‘A condição do operário piora na medida mesmo do progresso da acumulação dos capitais’”⁴⁷⁶.

Note-se que Frola não faz qualquer referência às citações que lança em sua obra tornando difícil uma análise mais aprofundada de suas influências intelectuais e teóricas.

Seja como for, o autor vai penetrando nas teorias sobre o valor do trabalho e do empobrecimento dos trabalhadores mais como consequência da injusta distribuição das riquezas, que propriamente como o cerne da teoria em si. E isso conquanto ainda cite Kautsky a respeito: “‘Não é a miséria física, e sim a miséria social que está em constante crescimento, ou em outras palavras, a quantidade dos produtos que cabe a cada operário pode aumentar, mas a quota que lhe cabe dos produtos que ele criou ‘diminui’”⁴⁷⁷.

O autor trata da questão da propriedade e sua influência sobre as atividades econômicas. A interpretação crítica segue a forma genérica do socialismo, conquanto não deixe claro qual sua origem e matriz teórica. Como consequência do regime de propriedade e de heranças, o autor chega à forma dos *trusts* e, embora não critique ostensivamente o dogma liberal da livre concorrência onde ela deixa de existir, ou seja, na situação de monopólio, critica-os como forma de submissão dos produtores e principalmente, dos compradores e no limite, dos consumidores à organização mais eficiente do capitalismo.

Essa organização não deixa margem de manobra ou condições de concorrência às pequenas e médias empresas graças ao seu poder financeiro. Daí o autor chega ao cerne da questão, segundo sua própria teoria, que é a influência do poder econômico no ato da compra da produção em grandes quantidades. Da mesma forma, a concentração de riquezas abre maiores possibilidades para seu aumento, tanto na produção, como no comércio, como na busca do crédito.

Notamos que o autor nunca se referiu aos serviços e benefícios públicos prestados pelas cooperativas aos associados e aos trabalhadores em geral, como políticas públicas, muito embora possam ser consideradas como tais nos dias atuais. De qualquer modo, para Frola, essas atividades gerais são tão importantes quanto o próprio fenômeno cooperativo em si. E este, por sua vez, é apresentado como uma forma

⁴⁷⁶ Idem, p. 264.

⁴⁷⁷ Idem, *ibdi*.

pacífica de evolução em direção à superação do capitalismo. Em alguns momentos, o resultado dessa evolução foi apresentado como socialismo.

As considerações a respeito da dificuldade de organização associativa das camadas mais humildes, pior remuneradas e pouquíssimo qualificadas, dos trabalhadores, remetem-nos, inversamente, aos estudos de Eric Hobsbawm sobre as categorias melhor qualificadas profissionalmente de trabalhadores britânicos. Essas categorias formavam uma “aristocracia” operária e distinguiam-se pela sua destacada consciência de classe e pronunciado orgulho profissional. Esses fatores acabavam gerando um sentimento de superioridade diante das categorias menos qualificadas e práticas sindicais e associativas exclusivistas. Muitas das organizações desses trabalhadores pugnaram pelo reformismo social e, algumas, simplesmente pelo trabalhismo. Raramente eram revolucionárias⁴⁷⁸.

Nos anexos finais, transmite notícias contemporâneas sobre o movimento cooperativista no mundo tendo maior destaque as notas a respeito do movimento na Argentina, México e URSS.

Antes de iniciar propriamente o relato do caso argentino, Frola rende homenagem e aborda sinteticamente as realizações de “João” B. Justo, médico de formação e um dos maiores propagandistas do socialismo e do cooperativismo argentinos. Foi deputado na câmara nacional por diversas legislaturas e faleceu quando fora recém-eleito senador.

O cooperativismo de consumo surgiu na Argentina por iniciativa de imigrantes, sendo o primeiro um inglês. Depois veio a iniciativa de refugiados franceses por ocasião da repressão à Comuna de Paris e finalmente de alemães que emigraram sob pressão das leis antissocialistas dos anos 1880, que criaram a sociedade Vorwarts. Todas fracassaram alguns anos depois de iniciadas por falta de crédito. Justo iniciou suas atividades fazendo conferências em 1897 e criando uma em 1898, que faliu pelos mesmos motivos. Em 1905, de volta de uma viagem aos EUA onde se informara e vira a experiência de cooperativas para construção de habitações operárias, criou com outros socialistas, *El Hogar Obrero*, de imenso sucesso e, até a edição de seu livro, com mais de trinta anos de existência.

El Hogar Obrero tinha uma vida paralela à do Partido Socialista da Argentina e, embora independente do partido, era sua obra de realização econômica. O

⁴⁷⁸ HOBBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho, novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 2.^a ed.

cooperativismo argentino possuía cerca de cem mil sócios em um país de mais de doze milhões de habitantes. Malgrado seu sucesso, o alcance ainda era insignificante perto do que deveria ser, segundo Frola.

O caso mexicano estava intimamente ligado aos feitos revolucionários que modificaram o país e aos progressos nas reformas sociais. Lá, o cooperativismo era intimamente relacionado ao governo de Cárdenas. O general presidente apoiou uma lei que transferia os direitos de propriedade sobre empresas fechadas para seus antigos empregados organizados na forma de cooperativas de produção. Frola elogia Cárdenas.

O caso da “Rússia Soviética” é mostrado como o de maior sucesso e de realizações mais profundas que se aproximam do ideal exposto na teoria do movimento. Em 1935 eram mais de 80 milhões de sócios nas cooperativas, principalmente de consumo, que adquiriam produtos de cooperativas agrícolas e de fábricas estatais e vendiam ao exterior o excedente. Parece-nos que o autor não estava informado sobre os programas de coletivização forçada de Stálin e suas conseqüências.

Para o caso brasileiro, Frola contou com os dados repassados por Fábio Luz Filho, então Diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Estado de São Paulo. A maior parte das entidades apresentadas afigura-se mais como empresas, ou associações de empresas e de proprietários agrícolas, já que muitas são cooperativas de seguros pertencentes a sindicatos patronais. Talvez as cooperativas que empolgassem os anseios apresentados por Frola em seu livro, sejam principalmente as cooperativas de consumo ligadas aos ferroviários e seus sindicatos e algumas ligadas a outros grupos proletários e a funcionários públicos.

Embora as explanações de Francisco Frola tendam a abarcar um sistema sócio-econômico quase completo, ele não aprofunda qualquer proposta para os demais aspectos econômicos, ou de políticas públicas, tanto em educação quanto na saúde, ou qualquer outra. Todas, entretanto, seriam contempladas, menos a segurança pública, com o desenvolvimento do cooperativismo que aparece como verdadeira panacéia em relação à organização da “sociedade futura”.

Considerações Finais

Tendo descrito e analisado⁴⁷⁹ a trajetória do socialismo tenentista em São Paulo durante a década de 1930, passamos às considerações finais acerca dessa forma política particular. A primeira consideração é a própria definição do tema estudado.

O socialismo tenentista foi uma forma de socialismo existente em São Paulo na década de 1930. Era uma combinação de nacionalismo; de elementos próprios da trajetória do movimento tenentista, como a valorização dos levantes militares conspiratórios e insurrecionais da jovem oficialidade subalterna que contou com o apoio de alguns oficiais superiores, mas que não detinham a iniciativa do intento (com a importante exceção de Miguel Costa⁴⁸⁰), com elementos próprios do trabalhismo que surgia, como o incentivo do sindicalismo oficializado a partir do Ministério do Trabalho, embora não significasse sujeição aos ditames ministeriais, valorização da conquista de direitos sociais legalmente e, finalmente, adoção de um reformismo ao mesmo tempo nacionalista e inspirado no marxismo da social-democracia europeia à Segunda Internacional.

Em relação às permanências tenentistas, notamos a influência presente do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo entre militares da Força Pública e entre os membros da Guarda Civil que, embora não fosse propriamente *militar*, empregava muitos ex-combatentes da Coluna da Morte e da Coluna Prestes, além de ex-combatentes de 1930 e outros simpatizantes dos socialistas tenentistas. Essa influência era mais uma marca persistente das características tenentistas do PSB-SP, tanto pela presença e liderança do tenente-coronel João Cabanas, como pela proximidade de líderes sindicais, como Carmelo S. Chrispino. Havia também a presença de

⁴⁷⁹ Optamos por trabalhar de uma forma que envolvesse uma narrativa que resgatasse a história de nosso objeto, como, ao mesmo tempo, o analisasse sob a ótica de um contexto de disputa política entre os diversos setores participantes na disputa pelo poder, dentro de um contexto geral de crise política e econômica com repercussões profundas na sociedade e na realidade da luta de classes.

⁴⁸⁰ Quando do levante tenentista de 5 de Julho de 1924, na capital paulista, Miguel Costa era major de cavalaria da Força Pública de São Paulo, portanto, oficial superior. Em 1930, quando da vitória da Revolução, ele se tornara general de brigada honorário do Exército e foi reincorporado com a mesma patente na Força Pública, que comandou como Secretário de Segurança durante a interventoria de João Alberto. Cf. COSTA, Yuri A. *Miguel Costa: um herói brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

simpatizantes da Legião Cívica 5 de Julho e mesmo de seus membros nessas corporações armadas da segurança pública.

Legionários, militantes do PSB-SP, da Bandeira dos Dezoito, todos tinham como inimigos irredutíveis as oligarquias governantes na década de 1920; contrarrevolucionárias e regionalistas na forma do federalismo da Primeira República até os anos 1930 e o integralismo, assimilado como movimento fascista brasileiro. Nesse sentido, sua principal luta – literalmente – contra os integralistas foi a “Batalha da Praça da Sé”, em outubro de 1934, descrita intensa e extensamente por Eduardo Maffei⁴⁸¹. A organização e o desenrolar dessa ação foi uma prova da vitalidade de métodos militares entre os socialistas tenentistas, em que pese o fato de que sua trajetória demonstrou sua preferência pelo movimento de massa, aberto e dentro da legalidade, tanto dos militantes do PSB-SP, quanto dos legionários. O que os fez optar por essa forma de luta armada foi a consciência da ameaça que o integralismo representava em sua ascensão, especialmente quando se tomava a comparação com o nazifascismo e sua recente vitória na Alemanha.

Mas, o ponto definitivo da mudança de estratégia política dos socialistas tenentistas em relação ao passado conspirativo e insurrecional deu-se quando da declaração de ilegalidade da ANL, em julho de 1935. A Aliança Nacional Libertadora vinha sendo construída como uma entidade de massa direcionada à defesa das liberdades democráticas, à luta contra o fascismo na sua forma integralista e, acima de tudo, como uma entidade aberta e que possuía a atuação dentro da legalidade como seu principal mote.

Ao se juntarem a essa iniciativa, os comunistas trouxeram consigo as bandeiras de luta contra o imperialismo e pela divisão dos latifúndios entre os pequenos camponeses e assalariados rurais. Mas, eles também trouxeram a perspectiva da tomada do poder na forma insurrecional, especialmente com a presença e aclamação de Luiz Carlos Prestes como seu presidente honorário. Operava-se, como salientam, entre outros autores, Marly Vianna⁴⁸² e Paulo Sérgio Pinheiro⁴⁸³, uma mudança radical de perspectiva estratégica; visava-se, a partir desse momento, uma nova Revolução.

⁴⁸¹ MAFFEI, Eduardo, *A Batalha da Praça da Sé*, op. cit. O autor cita a presença marcante de João Cabanas e oculta, mas igualmente real, de Miguel Costa, com sua importante influência sobre os homens da Força Pública paulista.

⁴⁸² VIANNA, Marly A. G. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. S. Paulo: Cia. das Letras, 1992 e da mesma autora, “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. O Brasil Republicano*; v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Quando os socialistas tenentistas paulistas ingressaram na organização da ANL no Estado, dirigida principalmente por Caio Prado Jr. e sob os auspícios do general Miguel Costa, eles se deixaram envolver *em parte* pelo clima reinante e enfatizaram ainda mais suas bandeiras de luta contra o fascismo, contra o imperialismo na forma da presença e atuação de empresas estrangeiras no território nacional, no endividamento externo e suas consequências, bem como no que diz respeito à forma ainda imprecisa de Reforma Agrária proposta. Também adotaram a perspectiva de que o país necessitava de um novo governo e de um novo regime que aprofundasse as reformas sociais.

Mas, não adotaram a perspectiva revolucionária. Talvez a adotassem se a experiência da ANL durasse mais tempo e o panorama político e social se encaminhasse para uma crise pré-revolucionária. Isso, porém, não se configurou. Pelo que notamos, muito da opção dos socialistas tenentistas por um novo governo e um novo regime passava pela disputa eleitoral e através da atuação de movimentos de massa abertos e legalizados. Isso fica muito claro quando vemos que o PSB-SP e, até onde sabemos, também a Legião Cívica 5 de Julho, não tomaram parte da luta insurrecional ao lado dos comunistas e seus aliados em novembro de 1935, conquanto também tenham sido vítimas da repressão policial em grande parte, embora não completamente.

A carta de Miguel Costa a Prestes, comentada pelos autores que se debruçam sobre o tema, entre eles os já citados e Anita Leocádia Prestes⁴⁸⁴ e reproduzida integralmente por Yuri A. Costa⁴⁸⁵, deixa clara a opção política e estratégica do socialismo tenentista em não se envolver em uma trama insurrecional avaliando ser ela inoportuna pela ausência completa de condições para tal objetivo. Em seu lugar, Miguel Costa propõe a atuação legal e massiva. A partir da grande influência desse general e líder revolucionário sobre os socialistas tenentistas, citada pela historiografia a respeito deste tema, como constatada a partir da análise e reflexão sobre as fontes documentais, consideramos que essa carta é a resposta dessa corrente política ao apelo revolucionário, conspirativo e insurrecional de Prestes. Esse é o ponto de inflexão e definitivo para os socialistas tenentistas e que os separam de outros tenentes que se tornavam *comunistas tenentistas*.

⁴⁸³ PINHEIRO, Paulo Sérgio, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922 – 1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

⁴⁸⁴ PRESTES, Anita Leocádia, *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora – os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934-1935)*. Petrópolis: Vozes, 1998, 2.^a ed., e da mesma autora, *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁴⁸⁵ COSTA, Yuri A., *op. cit.*

Além disso, os socialistas tenentistas já vinham trilhando um caminho diverso daquele conspirativo insurrecional que fora a marca do tenentismo, principalmente até a Revolução de 1930.

Entre os anos 1934 e 1935, houve uma valorização maior da atuação política e social aberta, legal, através de eleições e de movimentos de massa a partir de sindicatos reconhecidos e da luta de classe a partir de movimentos grevistas e manifestações públicas, mas nos limites legais, bem como a expressão através de órgãos de imprensa. Essa valorização se sobrepôs ao intento insurrecional conspirativo de talhe propriamente tenentista no que diz respeito ao Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, mas não de forma clara em relação à Legião Cívica 5 de Julho; ao menos em momento bem específico, que foi a greve dos ferroviários de janeiro de 1934. Os legionários tiveram participação em preparativos de natureza insurrecional contra a posse de Armando Salles de Oliveira na interventoria paulista, assim como alguns elementos do PSB-SP, em fins de 1933. Esse movimento deveria ocorrer a partir de uma grande greve de massa, principalmente de ferroviários, que ganharia contornos insurrecionais com a adesão de unidades militares. Os legionários recuaram nas últimas semanas antes do movimento, não assumindo qualquer responsabilidade, conforme vimos e discutimos anteriormente. Além disso, também disputaram abertamente um espaço parlamentar em fins de 1934.

Em que pese o reformismo e legalismo dos socialistas tenentistas, eles se consideravam revolucionários em relação à realidade brasileira, uma vez que consideravam os levantes tenentistas como revolucionários, assim como seus participantes militares e civis que pegaram em armas e, ou, que colaboraram com o movimento de outros modos, inclusive a partir da imprensa e das tribunas parlamentares. A perseguição e repressão sofridas eram as credenciais para esses homens e mulheres adentrarem o mundo da política. Também consideravam-se revolucionários por terem apoiado a Revolução de Outubro de 1930, em alguns casos, com armas nas mãos. Cabe-nos fazer uma consideração a respeito da noção de Revolução dos socialistas tenentistas, especialmente daqueles oriundos do tenentismo. Para eles, o ato revolucionário era basicamente o ato de força contra uma situação de injustiça a partir de um poder dominante. Esse ato de força é naturalmente heroico: destemido e altruísta. Sua configuração máxima era o levante armado. Nesses termos, a consumação revolucionária tinha ocorrido em outubro de 1930, com a derrubada das oligarquias da Primeira República.

Nesse ponto de vista, a Revolução estava feita. Cumpria, portanto, velar e lutar para que ela não se desviasse de seus supostos caminhos que seriam a renovação geral do país, embora não houvesse projeto muito mais claro e nem mais avançado que a plataforma eleitoral da Aliança Liberal. Após a guerra civil paulista de 1932 e com os recuos políticos do Governo Provisório em relação às oligarquias estaduais, notadamente as paulistas, parte dos revolucionários de origem tenentista se uniram a elementos de origem socialista reformista, sendo que as personagens principais já possuíam familiaridade com o socialismo europeu e algum conhecimento a respeito da social-democracia, notadamente da alemã, algumas noções da austríaca, da belga e, a partir de Francisco Frola, do socialismo italiano.

O objetivo dessa união era a elaboração de um programa reformista que fizesse a Revolução avançar. Ambos os componentes, de origem tenentista e de origem socialista-reformista consideraram que as propostas da social-democracia internacional associadas a alguns princípios nacionalistas, ou seja, a conformação das propostas reformistas socialistas à realidade e peculiaridades brasileiras, nesse caso, propostas nacionalistas difusas, algumas originadas da leitura de obras de Alberto Torres e de Oliveira Vianna, eram as mais avançadas e apropriadas ao incremento e avanço da “obra revolucionária”.

Havia clara rejeição do bolchevismo, embora alguns próceres tenentistas tenham se aproximado dos comunistas em alguns momentos entre fins de 1930 e transcorrer de 1931 e, novamente, na organização da Aliança Nacional Libertadora. Há que se considerar o forte apelo comunista sobre destacados militantes do PSB-SP e sobre os legionários durante o ano de 1935. E, apoiados nos mais destacados trabalhos sobre o tenentismo e os eventos de 1935, assim como pela análise documental das fontes, verificamos que a presença de Luiz Carlos Prestes na ANL e, sobretudo, no PCB, foi determinante para atração dos militantes socialistas tenentistas mais radicais. Sua presença e de alguns tenentes entre os comunistas criou o que poderíamos chamar de um *comunismo tenentista*, mas isso não é objeto de nossos estudos e discussão...

De qualquer maneira, durante a constituição do socialismo tenentista, a opção pela social-democracia e por elementos oriundos do nacionalismo foi clara e objeto de defesa diante das críticas dos comunistas.

Isso não isolou os socialistas tenentistas das influências trotskistas ao longo dos anos de 1933-35, nem mesmo dos comunistas, durante a formação da ANL,

consubstanciadas na adoção de luta anti-imperialista e da proposta de divisão das terras dos latifúndios entre os pequenos camponeses e assalariados rurais.

Entretanto, eles mantiveram do começo ao fim, o apelo às classes trabalhadoras, entendidas como operariado e além: empregados de escritórios e comércio e a *pequena-burguesia*, nomeadamente, pequenos comerciantes e pequenos fabricantes, além de assalariados agrícolas e pequenos proprietários rurais.

Da mesma forma, principalmente os militantes do PSB-SP, mantiveram, desde o início do partido até seu desaparecimento, a defesa das liberdades democráticas e o combate – até armado – ao fascismo na forma do integralismo e através de manifestações públicas contra a guerra Ítalo-Abissínia. A Bandeira dos Dezoito, em sua curta existência, também enfatizou a luta antifascista. Esse combate também foi constante entre os legionários, mas sua preocupação maior foi a oposição às oligarquias, principalmente aos constitucionalistas que chegaram ao poder com a vitória eleitoral da Chapa Única por São Paulo Unido, em maio de 1933. Essa luta antioligárquica também estava presente nas preocupações e ações dos militantes do PSB-SP.

As três entidades defendiam abertamente as classes trabalhadoras e sua organização sindical dentro dos moldes do Decreto 19.770, que instituía a sindicalização controlada pelo Ministério do Trabalho. Inclusive, tanto o Partido, quanto a Legião Cívica 5 de Julho, desenvolviam campanhas de sindicalização oficial, mas não submissa, como pudemos constatar no envolvimento de sindicatos por eles dirigidos ou influenciados, em greves, por vezes violentas, e em manifestações de massa altamente politizadas e nem sempre consoantes com a linha política do governo Vargas e até em sua oposição em 1935.

Cabe ressaltar que o socialismo tenentista também padeceu de certos males que afligem particularmente as esquerdas nos âmbitos político e social; o sectarismo e as dissensões internas. Vimos isso na formação da Bandeira dos Dezoito, nas disputas e rugas entre a Legião Cívica 5 de Julho e o PSB-SP e, finalmente, entre os socialistas tenentistas e os comunistas no Estado de São Paulo. Essas dissensões foram exploradas pelos agentes da polícia política a serviço das oligarquias e prejudicaram o desempenho eleitoral dos socialistas, dos comunistas e das esquerdas paulistas como um todo durante o curto período de abertura democrática entre 1933 e 1935. Certamente também representaram empecilhos para um maior avanço de sua atuação junto ao movimento operário e na resistência às oligarquias.

Entre socialistas tenentistas e comunistas os motivos das disputas eram mais que programáticas; eram disputas por bases sociais e políticas, conforme analisado no texto. O que os comunistas pretendiam era a tomada das bases socialistas tenentistas e a direção hegemônica do movimento operário. Isso tanto estava em conformidade com as orientações do chamado Terceiro Período da IC⁴⁸⁶, como Carone⁴⁸⁷ e Marcos Del Roio⁴⁸⁸ já citaram, como outros autores que estudaram o movimento comunista internacional notaram, como também era uma prática das correntes políticas dentro do movimento operário brasileiro, desde as disputas entre socialistas e libertários durante os anos 1900 e 1910, conforme Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro⁴⁸⁹ e documentos analisados em outra pesquisa⁴⁹⁰.

Os únicos efêmeros momentos de união entre as diversas correntes de esquerda e extrema esquerda na política paulista dos anos 1930 se deram na luta antifascista, mais propriamente no episódio da Batalha da Praça da Sé e na formação da ANL.

Economicamente, preconizavam a liberdade internacional de comércio, mas também a intervenção estatal na forma da nacionalização de empresas estratégicas, das riquezas naturais do subsolo e do potencial hidráulico, bem como das ferrovias e do crédito. Para a maior parte da economia, defendiam a criação de cooperativas, primeiramente de consumo e logo de produção e agrícolas que apoiariam um amplo programa de políticas públicas educacionais e culturais, de saúde, no âmbito da moradia popular e de lazer, conforme analisado no quarto capítulo. O centro de suas propostas de políticas públicas era a Educação, principalmente sua proposta de vinculação do que hoje conhecemos como Ensino Médio e o superior com propostas técnico-profissionalizantes e de articulação com o mundo do trabalho. Inclusive, noticiaram enviar através de seu representante na Constituinte Estadual Paulista, o deputado Romeu Campos Vergal, um projeto de criação da “Universidade do Trabalho” que, no entanto, não chegou a ser divulgado ou defendido.

⁴⁸⁶ LEWIN, Moshe. “Para uma conceituação do stalinismo” e MEDVEDEV, Roi A., “O socialismo num só país”, in: HOBBSBAWM, Eric J. (org.), *História do Marxismo VII: o marxismo na época da Terceira Internacional – A URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 2.^a ed.

⁴⁸⁷ CARONE, Edgar. *Brasil, anos de crise: 1930-1945*. São Paulo: Ática, 1991.

⁴⁸⁸ DEL ROIO, Marcos T. *A classe operária na Revolução Burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

⁴⁸⁹ PINHEIRO, Paulo S. e HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil, 1889 - 1930*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

⁴⁹⁰ ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, *Sorocaba Operária: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba: 1897 – 1920*. Sorocaba-SP: Crearte, 2005.

Muito do cooperativismo que defendiam era o formulado por Francisco Frola, a partir de sua experiência na Itália. Partindo do cooperativismo de consumo, que chama de “economia espontânea do povo”, pretendia desenvolver uma série de propostas que hoje chamamos de políticas públicas, para diversas áreas: educação, saúde, lazer, moradia, bancos populares, além de sua finalidade original, auxiliar os trabalhadores associados na aquisição de seu sustento cotidiano. Entretanto, esse conjunto amplo de propostas baseado na criação de cooperativas de consumo estava marcado muito claramente por séria fragilidade teórica e continha um componente idealista bastante saliente.

Outra consideração importante diz respeito ao contexto histórico da formação do socialismo tenentista. Ele é fruto da situação revolucionária reforçada com a vitória da Revolução de 1930, mas iniciado desde as grandes greves operárias de 1917-19 e dos levantes tenentistas da partir do evento do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922. É fato que próceres políticos ligados ao general Waldomiro Castilho de Lima e, antes dele, outros destacados líderes tenentistas procuraram se aproximar do operariado com o duplo interesse de afastá-los dos comunistas e dos libertários e, ao mesmo tempo, de constituir bases sociais de massa de apoio ao Governo Provisório e ao governo militar imposto a São Paulo como resultado da derrota dos constitucionalistas na guerra civil no segundo semestre de 1932. Entretanto, se buscaram influenciar e controlar os trabalhadores e lançaram mão da aproximação junto às lideranças e personalidades socialistas reformistas que se dispuseram a apoiar os revolucionários tenentistas e vitoriosos em 1930 desde o começo, também terminaram influenciados por elas. Tanto assim que alguns importantes líderes tenentistas militares e civis se envolveram e defenderam o socialismo e o nacionalismo, colaborando com a formação do socialismo tenentista ao fim de 1932 e transcorrer dos anos até 1934-5, quando ele está configurado.

A aproximação de alguns líderes tenentistas junto aos trabalhadores já se esboçava desde 1923, conforme indicam Everardo Dias⁴⁹¹ e John Foster Dulles⁴⁹². Houve algumas aproximações, ainda que hesitantes de parte a parte durante o levante de 5 de julho de 1924, em São Paulo, conforme Dulles e Ana Maria Correa⁴⁹³, mas que não foram suficientes para qualquer influência relevante nos projetos dos tenentes e em seu

⁴⁹¹ DIAS, Everardo, *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, 2.^a ed.

⁴⁹² DULLES, John F., *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

⁴⁹³ CORRÊA, Anna Maria M., *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

universo político-ideológico, conforme afirmam diversos autores que se debruçam sobre o tema.

Maior aproximação iniciou-se com a vitória da Revolução de 1930 e a criação do Ministério do Trabalho, iniciativa política que atraiu alguns grandes nomes do socialismo reformista brasileiro da época para trabalhar na estrutura ministerial, conforme indicam Edgar Carone⁴⁹⁴, Ângela Carneiro de Araújo⁴⁹⁵ e Ângela Castro Gomes⁴⁹⁶. Em São Paulo, segundo Vavy Pacheco Borges⁴⁹⁷ e os autores acima citados, essa aproximação começou já em fins de 1930, com as iniciativas de João Alberto em relação aos comunistas e na ocasião da greve geral dos trabalhadores têxteis e das iniciativas de Miguel Costa na ocasião da greve dos portuários santistas⁴⁹⁸, em 1931. O general Waldomiro Castilho de Lima continuou-a desde novembro de 1932, até o fim de sua interventoria em São Paulo, em meados de 1933, como indicaram Carone⁴⁹⁹ e Marcos Del Roio⁵⁰⁰.

Entretanto, a partir das iniciativas do general Waldomiro Lima no governo militar paulista após a derrota dos constitucionalistas e durante sua curta interventoria e no transcorrer da organização e desenvolvimento da campanha eleitoral para a Constituinte de 1933, a aproximação do tenentismo, especialmente dos tenentes que se deslocavam à esquerda do Governo Provisório em São Paulo, ganhou dinâmica própria. A pretensão de manipulação e acaudilhamento foi superada na direção da formação do que consideramos como socialismo tenentista.

Mas, o socialismo tenentista é produto, também, do desenvolvimento do processo histórico que moldou a década de 1930. Ele poderia ter surgido nos anos 1920 se a aproximação entre os tenentes e os trabalhadores tivesse sido mais ativa e relevante, o que não ocorreu por diversos motivos, entre eles a falta de clareza nos projetos dos tenentes a partir de suas origens de classe, conforme alguns autores, como João Quartim de Moraes⁵⁰¹ e Nelson Werneck Sodré⁵⁰² e também devido à realidade da repressão político-social geral na forma do Estado de Guerra a partir dos levantes de 1922 e 1924

⁴⁹⁴ CARONE, Edgar, *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982.

⁴⁹⁵ ARAÚJO, Ângela Carneiro de. *A Construção do Consentimento. Corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Edições Sociais, 1998.

⁴⁹⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, 2.^a ed.

⁴⁹⁷ BORGES, Vavy P. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

⁴⁹⁸ SARTI, Ingrid. *Porto vermelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁴⁹⁹ CARONE, Edgar, *Brasil, Anos de Crise: 1930 - 1945*. São Paulo: Ática, 1991.

⁵⁰⁰ DEL ROIO, Marcos T. *op. cit.*

⁵⁰¹ MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991, v. 1.

⁵⁰² SODRÉ, Nelson Werneck. *O tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

e sobre o movimento operário desde as grandes greves de 1917-19 e a emergência de uma situação revolucionária internacional ao final da I Guerra Mundial e nos anos da Revolução Russa e da Guerra Civil naquele imenso país. A partir de meados da década de 1920, como afirmam diversos autores, como Edgar Carone⁵⁰³, João Quartim de Moraes e outros, bem como o próprio Astrojildo Pereira⁵⁰⁴, os socialistas e os comunistas tentaram se aproximar dos tenentes. Maurício de Lacerda chegou a se colocar como uma espécie de representante dos tenentes, principalmente de Prestes e o próprio Astrojildo Pereira tentou uma aproximação direta e objetiva, sem sucesso, contudo.

Foi a vitória da Revolução de 1930 e a situação de indefinição na consolidação do poder político até 1935, com seus espaços sociais e políticos abertos e em crise econômica que possibilitaram o ambiente para o surgimento do socialismo tenentista. Historiadores, como João Quartim de Moraes e Edgar De Decca⁵⁰⁵, consideram que entre a vitória da Revolução de 1930 e a derrota das insurreições comunistas-aliancistas de novembro de 1935, a configuração de classe do poder no Brasil ainda não estava definida. Outros autores, como Luiz Werneck Vianna⁵⁰⁶ e Benedito H. Nascimento⁵⁰⁷ consideram que ela esteve ainda em aberto até o Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 e a instauração do Estado Novo, já que a eleição de 1938 poderia dar a vitória a Armando Salles de Oliveira e às oligarquias estaduais opositoras a Vargas, notadamente a paulista⁵⁰⁸, se tivesse ocorrido conforme a normalidade daquele momento.

O fim do período revolucionário, com a derrota das insurreições comunistas-aliancistas em novembro de 1935 a pesada repressão política e social decorrente e, finalmente, o Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, também representaram a crise e extinção do socialismo tenentista.

A construção do cenário político de oposição ao Estado Novo a partir de 1943 e ao longo de 1945 se operou em um ambiente social e econômico diverso: uma ruptura havia se processado na história brasileira. Se as oligarquias agroexportadoras tentaram uma fracassada restauração político-militar em 1932 e nem conseguiram tentar um retorno político-eleitoral em 1937-38; em 1945 era impossível qualquer um desses

⁵⁰³ CARONE, Edgar. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

⁵⁰⁴ PEREIRA, Astrojildo, *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

⁵⁰⁵ DECCA, Edgar S. de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁵⁰⁶ VIANNA, Luiz Werneck, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

⁵⁰⁷ NASCIMENTO, Benedito H., *A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante Vargas, 1930/1945*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP/ IEB-USP, 2002.

⁵⁰⁸ CARONE, Edgar, *A República Nova*. São Paulo: Difel, 1982.

objetivos. A política deixara de ser estadual e tornara-se nacional. As oligarquias estaduais, despojadas de sua importância política decisiva por conta de seu declínio econômico e de suas derrotas políticas e militares anteriores, precisavam se recompor com as burguesias que ocupavam um patamar mais alto. A restauração da Primeira República era impossível.

Os comunistas ressurgiam das sombras e libertos das prisões ainda mais fortes que na década de 1930, mas orientados por novos objetivos políticos. Sua tendência insurrecional estava ficando cada vez mais para trás⁵⁰⁹.

Também surgiram trabalhistas diretamente ligados ao varguismo que tinham sua própria organização política, o Partido Trabalhista Brasileiro.

Os socialistas reformistas que reorganizaram o Partido Socialista Brasileiro nos anos posteriores, o fizeram de fato em âmbito nacional e não possuíam ou resgataram qualquer traço de continuidade com as experiências anteriores. O Brasil de 1945 era muito diferente daquele dos anos 1930 e não havia mais espaço para o socialismo tenentista, proposta e experiência que ficara no passado. A partir daí, operou-se um esquecimento dessa trajetória: o silêncio na historiografia recobriu-a. Diante dessa situação, este trabalho dedicou-se em recuperá-la e explicá-la à sociedade do início do século XXI.

⁵⁰⁹ A experiência de tenentes dentro do Partido Comunista do Brasil é diversa, e há historiadores exclusivamente dedicados a ela, o que não é o caso em estudo.

FONTES

- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. S. Paulo: Alfa-Ômega, 1978, 2.^a ed.
- BUENO, Massilon. *Chico Ferroviário – memórias de um anistiado: 1926 – 1982*. Assis, 1982 datilografado.
- CABANAS, João. *Os phariseus da Revolução*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932.
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CARONE, Edgar. *O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. S. Paulo: Difel, 1975.
- CAVALCANTE, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes – memórias*. Recife: Guararapes, 1980.
- COSTA FILHO, Miguel. *Os farsantes da Revolução*. Rio de Janeiro: Alba, 1931.
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. S. Paulo: Alfa-Ômega, 1977, 2.^a ed.
- FROLA, Francisco. *O Trabalho e o Salário. Ensaio sobre a organização científica do trabalho e sobre a determinação do salário*. Rio de Janeiro: Coelho Branco Filho, 1937.
- _____. *A cooperação livre. A economia espontânea do povo*. Rio de Janeiro: Athena Editora, 1937.
- KAUTSKY, LENINE, PLEKHANOV e LUXEMBURGO, Rosa. *O Marxismo*. São Paulo: Unitas, 1933.
- MASCARENHAS DE MORAES, Marechal João Batista. *Memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, vol. I.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, 3.^a ed.
- SODRÉ, Nelson W. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- TAVARES, Aurélio Lyra. *O Brasil de minha geração*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.
- TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976, vol. 2 – A caminhada no Altiplano.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução ao programa de organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

Cartas Abertas, Panfletos, Volantes, Manifestos, documentos escritos e impressos em geral

Partido Socialista Brasileiro. Aos companheiros do núcleo de Avaré, São Paulo, 08/09/1934.(CEDEM).

Projeto de teses sobre a situação nacional – Conferência Nacional da Liga Comunista Internacionalista, maio de 1935. (CEDEM).

Carta ao camarada Ali. In: Boletim Interior da LCI. Março, s/a. n.º 2, pp. 13-14. (CEDEM)

Boletim Interno – junho de 1935. Partido Socialista Brasileiro de São Paulo. (CEDEM)

“O Partido Socialista Brasileiro de S. Paulo, deseja realmente, a Frente Única proletária de combate ao fascismo, nos seguintes moldes” – fragmento disperso. (CEDEM).

Carta de Diniz a Lívio Xavier. S/l, s/d. (CEDEM).

Estatutos do Partido Socialista Brasileiro. São Paulo, 1937, s/e. (CEDEM).

Impresso sem destinatário de Circular do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, sobre “instruções de reorganização de vanguarda do P.S.B.”, São Paulo, s/d. (CEDEM).

Comitê Provisório da Frente Única Popular. Ao Comitê Regional de S. Paulo do Partido Comunista do Brasil, Partido Socialista Brasileiro de S. Paulo, à Liga Comunista Internacionalista (Região de S. Paulo), à Legião 5 de Julho, à Coligação de Sindicatos Proletários, à Federação Operária e a todos os sindicatos federados, aos sindicatos partidários ou filiados à Confederação Geral do Trabalho do Brasil etc., ao Socorro Vermelho Internacional, aos comitês de luta contra a guerra, o integralismo, a reação e o fascismo, comitê estudantil, ao comitê das mulheres trabalhadoras, à todas as organizações populares. (CEDEM).

Trabalhadores! Socialistas e Intelectuais Honestos! Estudantes! Pequenos Agricultores e Negociantes! Soldados, Marinheiros e Guardas-Civis! De todos os credos políticos ou religiosos! Secretariado do Comitê de Luta Contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo de São Paulo. São Paulo, 3/12/1934. (CEDEM).

Negro, N. Cópia datilografada em papel carbono de original de Carta Aberta para diversos partidos e organizações proletárias, sindicais, estudantis e tenentista, sobre a negociação para formação de uma Frente Única, São Paulo: 26/11/1934 (CEDEM).

Na Esquerda. Que é o ‘tenentismo’? s/d, s/l. (CEDEM).

Costa, Miguel e Barroso, Celso. *Manifesto do Partido Radical ao povo de S. Paulo e do Brasil*, 21/09/1937. (CEDEM).

Liberdade para Miguel Costa. São Paulo, 5/09/1938. (CEDEM)

Para libertar Miguel Costa. São Paulo, setembro de 1938. (CEDEM).

Imprensa Partidária

Luta Social – Órgão do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (AEL).

O Homem Livre. São Paulo, 27/05/1933 – 24/02/1934 (Jornal antifascista) (CEDEM).

O Socialista – Órgão do Conselho de Propaganda do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (AEL).

O 5 de Julho: Órgão revolucionário tradicional. Niterói-RJ. (AEL).

Grande Imprensa

A Platéia – 1932 – 1935 (APESP).

Departamento Estadual de Ordem Política e Social (APESP)

Prontuários indicados no corpo do texto.

Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo, Annaes da Sessão Ordinária de 1936, Vol. II.

BIBLIOGRAFIA

ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ABRAMO, Fulvio e KAREPOVS, Dainis (orgs.). *Na contracorrente da História. Documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)*. S. Paulo: Brasiliense, 1987.

AGULHON, Maurice. *1848, o aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ALTVATER, Elmar. “O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929”, In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) *História do Marxismo VIII: o marxismo na época da Terceira Internacional – o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 2.^a ed.

_____. “A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise”, In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) *História do Marxismo VIII: o marxismo na época da Terceira Internacional – o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 2.^a ed.

ARAÚJO, Ângela Carneiro de. *A Construção do Consentimento. Corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. S. Paulo: Edições Sociais, 1998.

ARAÚJO NETO, Adalberto C. *Sorocaba Operária: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba (1897-1920)*. Sorocaba: Create-LINC, 2005.

_____. *Entre a Revolução e o Corporativismo. A experiência sindical dos ferroviários da E.F. Sorocabana nos anos 1930*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Departamento de História, FFLCH-USP, 2006.

_____. “Ferroviários e Tenentes entre 1932 e 1934”. In: *Revista Histórica*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.º 18, 2007. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao18/>

AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BANDEIRA, Moniz, MELO, Clovis, ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. S. Paulo: Brasiliense, 1980, 2.^a ed.

BAO, Ricardo Melgar. *El movimiento obrero latinoamericano. Historia de una clase subalterna*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Balanço da economia brasileira: 1940 – 1980*. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República, de 1930 a 1960*. S/l: Fulgor, s/d.v.3.

BATALHA, Cláudio H. M., “A Difusão do Marxismo e os Socialistas Brasileiros na virada do século XIX”, IN: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil*, Vol. II, *Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. *Benoît Malon e o Brasil: notas sobre a difusão do socialismo*. Campinas: Unicamp, texto digitado, 1997.

_____. *O movimento operário na Primeira República*. R. Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”. IN: FREITAS, Marcos César: *História em perspectiva*. S. Paulo: USF, Contexto, 2001.

_____. “Formação da Classe Operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N.(org.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BENCHIMOL, Jaime, “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. O Brasil Republicano*; v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. São Paulo: FAPESP, Annablume, 1999.

BIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

BIAZO, Glauber C. F. *A sedução da história: tempo e mudança nas concepções políticas de Luiz Carlos Prestes*. Dissertação de mestrado apresentada na FFLCH-USP, 2003.

BLANQUI, Louis-Auguste. *La Eternidad por Los Astros*. Buenos Aires: Colihue, 2002.

BORGES, Vavy P. *Tenentismo e revolução brasileira*. S. Paulo: Brasiliense, 1992.

BRANDÃO, Otávio. *Combates e batalhas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CALICCHIO, Vera e FLAKSMAN, Dora, “Legião Cívica 5 de Julho” in: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de, (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV-CPDOC, 1984, vol. 3.

CANÊDO, Letícia Bicalho. *O sindicalismo bancário em São Paulo. No período de 1923 – 1944: seu significado político*. São Paulo: Símbolo, 1978.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas-SP: Unicamp/IE, 1998.

CARONE, Edgar. *A República Velha I. (instituições e classes sociais)*. S. Paulo: Difel, 1975, 3.^a ed.

_____. *O Estado Novo (1937 – 1945)*. Rio de Janeiro, S. Paulo: Difel, 1977.

_____. *Movimento Operário no Brasil - 1877 - 1944*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel: 1979.

_____. *A República Nova (1930-1937)*. S. Paulo: Difel, 1982.

_____. *O P.C.B. (1922 – 1943)*. S. Paulo: Difel, 1982, vol. 1.

_____. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Brasil, Anos de Crise: 1930 - 1945*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Socialismo e Anarquismo no Início do Século*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. IN: FAUSTO, Boris (dir.), GOMES, Ângela C. et al. *História Geral da Civilização Brasileira. T. III, v. 2: O Brasil Republicano. Sociedade e instituições (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de, “A Frente Única Antifascista (1933-34)”, in: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições, 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (As esquerdas no Brasil, vol. 1), 2007.

CATELLI JR., Roberto. *Brasil: do café à indústria. Transição para o trabalho livre*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

COGGIOLA, Osvaldo e BILSKY, Edgardo. *História do movimento operário argentino*. São Paulo: Xamã, 1999.

CORRÊA, Anna Maria M. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, 4.^a ed.

COSTA, João Cruz. *Pequena história da República*. S. Paulo: Brasiliense, 1989, 3.^a ed.

COSTA, Wilma Peres. *Ferrovias e trabalho assalariado em São Paulo*. Campinas: Dissertação de Mestrado defendida no IFCH-UNICAMP, 1976.

COSTA, Yuri Abyaza. *Miguel Costa: um herói brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

COTRIN, Daniela M., “A influência militar na Primeira República”, in: *Revista Histórica*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.º 19, 2007. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao19/materia03/>

CUNHA, Paulo Ribeiro da, “O General Miguel Costa e a Coluna Prestes”. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues; RODRIGUES, Cândido Moreira (org.). *Intelectuais e Comunismo no Brasil*. Cuiabá/MT: EDUFMT, 2011.

DASSÚ, Marta. “Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista”, In: HOBBSAWM, Eric J. et al. *História do Marxismo VI: o marxismo na época da Terceira Internacional – Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 2.ª ed.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

DECCA, Edgar S. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DEL ROIO, José Luiz (org.). *Trabalhadores do Brasil: imigração e industrialização*. São Paulo: Ícone, 1990.

DEL ROIO, Marcos T. *A classe operária na Revolução Burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DOLLÉANS, Edouard. *Historia del movimiento obrero*. Buenos Aires: EUDEBA, 1960.

DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922 – 1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DULLES, Jonh W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ENGELS, F. *Contribuição à História da Liga dos Comunistas*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: obras escolhidas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, s/d. vol. 3.

FARIA, Antônio Augusto, BARROS, Edgar Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época*. S. Paulo: Global editora, 1983, 2.ª ed.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 - 1920)*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1976.

_____. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1978, 5.ª Ed.

_____. “A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930”, In: FAUSTO, Boris, (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, T. III, Brasil Republicano. GOMES, Ângela Maria C., et. al. *O Brasil republicano*. Vol.2: sociedade e instituições (1889 - 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 2.^a Ed.

FERNANDES, Heloísa R. *Política e Segurança*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

_____. “A Força Pública do Estado de São Paulo”. IN: FAUSTO, Boris (dir.), GOMES, Ângela C. et al. *História Geral da Civilização Brasileira*. T. III, v. 2: *O Brasil Republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania. Os Trabalhadores na Era Vargas*. Santo André: Ad Hominen - Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA Serafim (Coord.). *O Socialismo antes de Marx, Gracus Babeuf, Henri Saint-Simon, Auguste Blanqui e Charles Fourier*. Amadora – Portugal: Editorial Fronteira, 1976.

FLORES, Elio Chaves, “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. O Brasil Republicano*; v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORJAZ, Maria Cecília S. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. S. Paulo: Editora Polis, 1978.

_____. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FREDERICO, Celso. *Consciência operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1979, 2.^a ed.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1998, 27.^a Ed.

GIANNATTASIO, Gabriel. *Norma Jurídica e Movimento Operário: 1933 – 1963. A experiência dos trabalhadores ferroviários e rurais do município de Assis*. Dissertação de Mestrado apresentada à UNESP. Assis: 1993.

GOMES, Ângela M. C., LOBO, Lúcia L. e COELHO, Rodrigo B. M. “Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização”. In: GOMES Maria de Castro, (coord.). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, 2.^a ed.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil: 1850 – 1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991, 2.^a ed.

HECKER, Alexandre. *Um socialismo possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

_____. *Socialismo Sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

HOBBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho, novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 2.^a Ed.

_____. “Os intelectuais e o antifascismo”, in: HOBBSBAWM, Eric J. (org.) *História do Marxismo IX: o marxismo na época da Terceira Internacional – o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 2.^a ed.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. *Era do Capital, 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 5.^a ed.

_____. *Era das Revoluções: Europa, 1789-1848*. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, 11.^a Ed.

KAREPOVS, Dainis. “PSB-SP: Socialismo e tenentismo na Constituinte de 1933-34”, in: *Esboços – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*. Florianópolis: n.º 16, 2006.

KENEZ, Kátia C. *Movimento operário em 1919, repressão e controle social*. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP, S. Paulo, 2001.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até os anos 1930*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 2.^a Ed.

KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro (1857-1967)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

KRADER, Lawrence “Evolução, Revolução e Estado: Marx e o Pensamento Etnológico” In: HOBBSBAWM, Eric J. (et al.). *História do Marxismo I: O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 3.^a ed.

LANNA Jr., Mário Cleber M. “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). *Brasil Republicano. O tempo do*

liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Vol. 1.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P., “Economia política do primeiro Governo Vargas (1930 – 1945): a política econômica em tempos de turbulência”, In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEWIN, Moshe. “Para uma conceituação do stalinismo”, in: HOBBSBAWM, Eric J. (org.) *História do Marxismo VII: o marxismo na época da Terceira Internacional – A URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 2.^a ed.

LOWY, Michael et al. *Introdução a uma história do Movimento Operário Brasileiro no Século XX*. Belo Horizonte: Vega, 1980.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, 2.^a ed.

MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MAIO, Marcos C. e CYTRYNOWICZ, Roney. “Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938)”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. O Brasil Republicano; v. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: obras escolhidas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, s/d. vol. 1.

_____. *O domínio britânico na Índia*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: obras escolhidas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, s/d. vol. 1.

_____. *Futuros resultados do domínio britânico na Índia*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: obras escolhidas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, s/d. vol. 1.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: obras escolhidas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, s/d. vol. 1.

_____. *A Guerra Civil na França*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: obras escolhidas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, s/d. vol. 2.

MARTY, André. “Figuras do Movimento Operário: alguns aspectos da atividade de Blanqui”, in: *Revista Mensal de Cultura Política*, n.º 37, Novembro-Dezembro de 1951, in: www.marxistis.org/reference/archieve/blanqui/index, acesso em 20/06/2010.

MATOS, Maria Izilda S. *Trama & poder. Trajetória da indústria de juta*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, 3.^a ed.

MEDVEDEV, Roí A. “O socialismo num só país”, in: HOBBSBAWM, Eric J. (org.) *História do Marxismo VII: o marxismo na época da Terceira Internacional – A URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 2.^a ed.

MENDES JR., Antônio e MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História, texto e consulta*. Vol. 3: *República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Editora da Universidade de Brasília, 1981.

MORAES, Fernando. *Olga*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, 17.^a ed.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. S. Paulo: Siciliano, 1991, v. 1.

_____. *A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna*. S. Paulo: Siciliano, 1994, v. 2.

MOREIRA, Maria de Fátima S. *A organização do processo de trabalho: sua dimensão política na Estrada de Ferro Sorocabana (1920-1940)*. Dissertação de mestrado apresentada à FCL de Assis – UNESP. Assis, 1989.

NASCIMENTO, Benedito H. *A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante Vargas, 1930/1945*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP/ IEB-USP, 2002.

NEVES, Margarida de Souza, “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. O Brasil Republicano; v. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PAES, Maria H. S. *O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: 1932 – 1951*. S. Paulo: dissertação de mestrado, Departamento de História, FFLCH-USP, 1979.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Fundação Roberto Marinho, 1995.

PANDOLFI, Dulce. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. O Brasil Republicano; v. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PAOLI, Maria Célia; “Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros - Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira” IN: LOPES, José Sérgio Leite (org.) *Cultura e Identidade Operária. Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ - Marco Zero, 1989.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, “O Proletariado Industrial na Primeira República”, IN: *História Geral da Civilização Brasileira*, sob direção de Boris FAUSTO com relação ao período

republicano. *O Brasil Republicano*, 2.º vol. *Sociedade e Instituições (1889-1930)*, Tomo III. S. Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1977.

_____. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922 – 1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

PINHEIRO, Paulo S. e HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil, 1889 - 1930*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977, 20.ª Ed.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

_____. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora – os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934-1935)*. Petrópolis: Vozes, 1998, 2.ª ed.

_____. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. “Anos 30 no Brasil: a formação de uma burocracia civil e militar em crescente conflito com as oligarquias agrárias”. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, UFJF, vol. 3, n.º 1, jan./jun. 1999, pp. 04-18. <http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>.

RIZZI, Franco. “A Internacional Comunista e a questão camponesa”, In: HOBBSBAWM, Eric J. et al. *História do Marxismo VI: o marxismo na época da Terceira Internacional – Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 2.ª ed.

RODRIGUES, Leôncio M.. “O PCB: os dirigentes e a organização”. IN: FAUSTO, Boris (dir.), GOMES, Ângela C. et al. *História Geral da Civilização Brasileira. T. III, v. 3: O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SAES, Décio A. M. “Classe média e política no Brasil: 1930 – 1964”. IN: FAUSTO, Boris (dir.), GOMES, Ângela C. et al. *História Geral da Civilização Brasileira. T. III, v. 3: O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SAES, Flávio A. M., “Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira de São Paulo, 1870-1900”, in: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto A. *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica, Edusp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, 2.ª Ed.

SALVADORI, Massimo L. “Kautsky entre a ortodoxia e o revisionismo”, In: HOBBSBAWM, Eric J. et al. *História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 3.ª ed.

SANTOS, Andrea Paula dos. *À esquerda das Forças Armadas Brasileiras. História oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. S. Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada na FFLCH-USP, 1998.

SANTOS, Carlos José F. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.

SARTI, Ingrid. *Porto vermelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850 – 1894*. São Paulo: Edusp, 1994.

SEGATTO, José Antônio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *Breve História do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, 2.^a ed.

SILVA, Hélio. 1931. *Os tenentes no poder (O Ciclo de Vargas – volume IV)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. 1932. *A Guerra Paulista (O Ciclo de Vargas – vol. V)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. 1933. *Crise do tenentismo (O Ciclo de Vargas – vol. VI)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. 1934. *A Constituinte (O Ciclo de Vargas – vol. VII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. S. Paulo: Paz e Terra, 1988, 9.^a ed.

SOCHOR, Lubomir, “Lukács e Korsch: a discussão filosófica dos anos 20”, in: HOBBSAWM, Eric J. org. *História do Marxismo IX: o marxismo na época da Terceira Internacional – o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 2.^a ed.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes – análise e depoimentos*. S. Paulo: Círculo do Livro, s/d.

_____. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 3.^a ed.

_____. *O tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

STEINBERG Hans-Josef, “O partido e a formação da ortodoxia marxista”, in: HOBBSAWM, Eric (org.) *História do marxismo, vol. II: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TELÒ, Mário. “Teoria e política da planificação no socialismo europeu entre Hilferding e Keynes”, In: HOBBSBAWM, Eric J. (org.) *História do Marxismo VIII: o marxismo na época da Terceira Internacional – o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 2.^a ed.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.^a ed., 1989.

_____. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’.” IN: NEGRO, A. L. e SILVA, Sérgio (org.), *E. P. Thompson: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 1998.

VERSSIANI, Flávio R. “Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920, in: SILVA, Sérgio e SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República*. S. Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica, Edusp e Imprensa Oficial do Estado, 2002, 2.^a ed.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, 4.^a ed.

VIANNA, Marly A. G. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. S. Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____. “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. O Brasil Republicano; v. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WALDENBERG, Marek, “A estratégia política da social-democracia alemã”, in: HOBBSBAWM, Eric (org.) *História do marxismo, vol. II: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZAIDAN FILHO, Michel. *O PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

ZAMBELLO, Marcos Henrique. *Ferrovia e memória: estudo sobre o trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas*. São Paulo, dissertação de mestrado defendida na FFLCH-USP, 2005.

ZIMBARG, Luiz Alberto. *O cidadão armado: comunismo e tenentismo (1927-1945)*. Dissertação de Mestrado apresentada na FCL – UNESP, Campus de Franca, 2001.